A História do Uso da ÁGUA no Brasil

Do descobrimento ao Século XX

History of the use of water in Brazil. From the Discovery to the 20th Century

A História do Uso da ÁGUA no Brasil

Do descobrimento ao Século XX

History of the use of water in Brazil . From the Discovery to the 20th Century

2007

A História do Uso da ÁGUA no Brasil

Do descobrimento ao Século XX

History of the use of water in Brazil. From the Discovery to the 20th Century

A História do Uso da Água no Brasil. Do descobrimento ao Século XX

History of the use of water in Brasil. From the discovery to the 20th century

Índice

Index

Introdução *13*
Preliminares *19*
- *O Monjolo* *24*
- *A Roda d´Água* *26*
- *Bilhas, Cântaros e Moringas* *28*
- *Objeto/Objetivo* *32*
- *As Casas de Banho* *36*

Estruturação do Livro *39*
Introdução *41*

Capítulo I

Período Pré-Cabralino 49

Sociedades Indígenas Brasileiras no Século XVI *51*
O Índio no Imaginário Português *53*
- *Sociedades Indígenas Brasileiras no Século XVI*
- *O Índio no Imaginário Português*
- *A Água na Cultura Indígena* *55*
- *Alguns Povos Indígenas e sua Relação com a Água* *57*
- *A água na Carta de Pero Vaz de Caminha* *59*

Capítulo II

Séculos XV e XVI 61
- *Colonização* *63*
- *As primeiras Cidades* *65*
- *Cidades Vilas e Povoados* *65*

Cronologia *67*
Historiografia dos Recursos Hídricos de Olinda *71*
- *Evolução Histórica* *77*
- *São Vicente* *93*
- *Os Engenhos de Açúcar no Brasil – São Vicente Precursora da Indústria* *101*
- *A Agricultura de São Vicente* *103*
- *São Vicente - Precursora da Pecuária* *105*
- *O Primeiro Grande Comércio no Brasil* *107*
- *A Primeira Sociedade Mercantil* *109*
- *Os primeiros Engenhos de Cana-de-Açúcar no Brasil* *111*

Capítulo III

Século XVII 113
- *A Descoberta do Ouro* *115*
- *Recife* *121*
- *Da Presença Holandesa no "Povo" e o Recife Atual* *130*
- *Cronologia da Cidade do Rio de Janeiro Século XVII* *143*

Os Engenhos da Capitania do Rio de Janeiro – Séculos XVI e XVII *157*
- *No Brasil, a História do Abastecimento Começa no Rio de Janeiro* *161*

Capítulo IV

Século XVIII 169
- *Renascimento Agrícola* *171*
- *Goiás* *185*
- *Diamantina, uma Jóia Setecentista* *193*
- *Paraty. O Inusitado Evento das Cabaças* *201*
- *Outras Cidades do Século XVIII. O urbanismo Iluminista do Século XVIII no Brasil. A Racionalidade dos Traçados, a Componente Ideológica.* *204*

Capítulo V

Século XIX / XX 211

Século XIX – Belo Horizonte, Fundação da Cidade – Historia do Saneamento, do Abastecimento Urbano Água para Consumo na Cidade de São Paulo *223*

Capítulo VI

Século XX 229

Notas Bibliográficas 233

Introdução

Introduction

O Uso e o Abuso e a Gestão dos Usos da Água Através dos Tempos

The Use and the Abuse and the Management of the Uses of Water Throughout Time

Difícil era levar a água da mina até a casa. Não havia canos. Havia uma árvore que podia ser usada como cano, por ser oca por dentro: a embaúba. Ela se parece com um mamoeiro. Viajando por aí a gente a reconhece no meio das matas pelo prateado das suas folhas. Mas embaúbas não crescem em todos os lugares! Foi pela observação do jeito das águas correr que a inteligência encontrou uma solução. Os homens perceberam que a água sempre anda por conta própria. É só lhe dar um leito por onde correr que ela corre, sem que a gente precise fazer força. Aí veio a idéia de se fazerem miniaturas de rios que levassem a água de onde ela estava até o lugar onde queriam que ela estivesse. Assim se inventaram os "regos". Um rego é um riosinho artificial, para a água correr. Mas há uma coisa que a água não faz: ela não sobe morro...

Daí se deduz a primeira regra de como fazer a água chegar até perto da casa: é preciso que a mina d'água esteja mais alta que a casa. Estando mais alta, faz-se o rego e a água corre, até chegar à casa... Se estiver mais abaixo, o jeito é ir até lá e trazer a água num pote ou jarro...Potes ou jarros são vazios cercados de argila por todos os lados, menos o de cima... O importante no pote é aquilo que não existe: o vazio que está dentro dele. A cerâmica só tem a função de segurar o vazio... Porque é do vazio que a gente precisa. É o vazio que contém a água.

Difícil era tomar banho. Especialmente no tempo de frio. Era preciso esquentar água no fogão de lenha, e como não havia banheiro e chuveiro dentro da casa, o jeito era tomar banho de bacia, com canequinha. Complicado. O que significa que não se tomava banho todo dia. Banho diário é invenção moderna, felicidade não conhecida naqueles tempos. O que se usava, mesmo, era lavar os pés numa bacia. Foi assim durante milhares de anos. Jesus lavou os pés dos seus discípulos. Muitas vezes eu lavei os pés do meu pai.

Do Texto A água de Rubem Alves
Fonte: www.uol.com.br/aprendiz/n_colunas/r_alves

Difícil era levar a água da mina até a casa. Não havia canos. Havia uma árvore que podia ser usada como cano, por ser oca por dentro: a embaúba. Ela se parece com um mamoeiro. Viajando por aí a gente a reconhece no meio das matas pelo prateado das suas folhas. Mas embaúbas não crescem em todos os lugares! Foi pela observação do jeito das águas correr que a inteligência encontrou uma solução. Os homens perceberam que a água sempre anda por conta própria. É só lhe dar um leito por onde correr que ela corre, sem que a gente precise fazer força. Aí veio a idéia de se fazerem miniaturas de rios que levassem a água de onde ela estava até o lugar onde queriam que ela estivesse. Assim se inventaram os "regos". Um rego é um riosinho artificial, para a água correr. Mas há uma coisa que a água não faz: ela não sobe morro...

Daí se deduz a primeira regra de como fazer a água chegar até perto da casa: é preciso que a mina d'água esteja mais alta que a casa. Estando mais alta, faz-se o rego e a água corre, até chegar à casa... Se estiver mais abaixo, o jeito é ir até lá e trazer a água num pote ou jarro...Potes ou jarros são vazios cercados de argila por todos os lados, menos o de cima... O importante no pote é aquilo que não existe: o vazio que está dentro dele. A cerâmica só tem a função de segurar o vazio... Porque é do vazio que a gente precisa. É o vazio que contém a água.

Difícil era tomar banho. Especialmente no tempo de frio. Era preciso esquentar água no fogão de lenha, e como não havia banheiro e chuveiro dentro da casa, o jeito era tomar banho de bacia, com canequinha. Complicado. O que significa que não se tomava banho todo dia. Banho diário é invenção moderna, felicidade não conhecida naqueles tempos. O que se usava, mesmo, era lavar os pés numa bacia. Foi assim durante milhares de anos. Jesus lavou os pés dos seus discípulos. Muitas vezes eu lavei os pés do meu pai.

Do Texto A água de Rubem Alves
Fonte: www.uol.com.br/aprendiz/n_colunas/r_alves

Preliminares

Preliminaries

Através de uma pesquisa expedita verifica-se que há uma ausência quase que total de informações sobre as formas de apropriação dos recursos hídricos, antes do fim do século XIX, quando se tem registro dos primeiros sistemas de abastecimento de água implantados nas principais áreas urbanas.

É notória a indisponibilidade de descrições mais detalhadas das formas históricas de produção, transporte, consumo e gestão dos recursos hídricos para os diferentes usos da água, como abastecimento público, dessedentação de animais, irrigação, geração de energia mecânica, etc.

Há algumas gravuras, pinturas, fotografias que, no entanto, são considerados documentos históricos em si mesmos e que se esgotam na sua finalidade como expressão artística. Pesquisar os sistemas de vida, os conflitos, as formas de gestão que se escondem nestes documentos devem revelar informações valiosas que merecem ser capturadas, documentadas e disponibilizadas, tais como, por exemplo, a acessibilidade das diferentes categorias sociais ao recurso.[1]

Por outro lado, chafarizes, rodas d'água, aquedutos, usinas de energia elétrica, são tombadas como patrimônio histórico, isoladas no tempo e no espaço.

Quanto aos sistemas de vida correlacionados, vez por outra capturam-se algumas histórias ou estórias, alguns mitos e até algumas lendas.

Assim o senhor da Casagrande vendia aos pobres, água jorrada do chafariz no interior do sítio; estórias sobre a coleta e transporte de água em Goiás Velho; histórias sobre o aqueduto da Lapa (RJ); o monjolo como mote de canções; etc...

O que se nota, entretanto, é que quanto mais o tempo passa, mais os objetos, utensílios e máquinas vão perdendo sua função específica original, isolando-se da cadeia de relações sócio-culturais primitivas, para se transformarem em monumentos para visitação turística ou objetos de decoração.

Vários são os exemplos garimpados na Internet que confirmam as assertivas acima expostas. Os "chafarizes monumentos" e outros sistemas de uso da água como monjolo, roda d´água, etc. são inúmeros e cada um isolado em sua própria existência. Senão veja-se a seguir.

Na verdade os exemplos acima são os melhores encontráveis, bem ao contrário do chafariz de Paraty, por exemplo, cuja estrutura está totalmente desfigurada, em uma praça que virou ponto de táxi.

[1] (*) A ANA Agência Nacional de Águas, disponibiliza um estudo que aborda os principais indicadores com influência direta na Gestão dos Recursos Hídricos dos Municípios da área de influência da Estrada Real. Dados de 2000.

Através de uma pesquisa expedita verifica-se que há uma ausência quase que total de informações sobre as formas de apropriação dos recursos hídricos, antes do fim do século XIX, quando se tem registro dos primeiros sistemas de abastecimento de água implantados nas principais áreas urbanas.

É notória a indisponibilidade de descrições mais detalhadas das formas históricas de produção, transporte, consumo e gestão dos recursos hídricos para os diferentes usos da água, como abastecimento público, dessedentação de animais, irrigação, geração de energia mecânica, etc.

Há algumas gravuras, pinturas, fotografias que, no entanto, são considerados documentos históricos em si mesmos e que se esgotam na sua finalidade como expressão artística. Pesquisar os sistemas de vida, os conflitos, as formas de gestão que se escondem nestes documentos devem revelar informações valiosas que merecem ser capturadas, documentadas e disponibilizadas, tais como, por exemplo, a acessibilidade das diferentes categorias sociais ao recurso.[1]

Por outro lado, chafarizes, rodas d'água, aquedutos, usinas de energia elétrica, são tombadas como patrimônio histórico, isoladas no tempo e no espaço.

Quanto aos sistemas de vida correlacionados, vez por outra capturam-se algumas histórias ou estórias, alguns mitos e até algumas lendas.

Assim o senhor da Casagrande vendia aos pobres, água jorrada do chafariz no interior do sítio; estórias sobre a coleta e transporte de água em Goiás Velho; histórias sobre o aqueduto da Lapa (RJ); o monjolo como mote de canções; etc...

O que se nota, entretanto, é que quanto mais o tempo passa, mais os objetos, utensílios e máquinas vão perdendo sua função específica original, isolando-se da cadeia de relações sócio-culturais primitivas, para se transformarem em monumentos para visitação turística ou objetos de decoração.

Vários são os exemplos garimpados na Internet que confirmam as assertivas acima expostas. Os "chafarizes monumentos" e outros sistemas de uso da água como monjolo, roda d´água, etc. são inúmeros e cada um isolado em sua própria existência. Senão veja-se a seguir.

Na verdade os exemplos acima são os melhores encontráveis, bem ao contrário do chafariz de Paraty, por exemplo, cuja estrutura está totalmente desfigurada, em uma praça que virou ponto de táxi.

[1] (*) A ANA Agência Nacional de Águas, disponibiliza um estudo que aborda os principais indicadores com influência direta na Gestão dos Recursos Hídricos dos Municípios da área de influência da Estrada Real. Dados de 2000.

ICTORIA...". Original de Joaquim Pantaleão Pereira da Silva, do Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro. 1805. *Pág. 357.*

A C E B G H L M N

Título: "Perspectiva da Villa de Victoria/Capitania do Espírito Santo por Joaquim Pantaleão Per.ª da S.ª/ Anno de 1805".

Autor: Joaquim Pantaleão Pereira da Silva

Fonte: Original manuscrito do Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.

Título: "Perspectiva da Villa de Victoria/Capitania do Espírito Santo por Joaquim Pantaleão Per.ª da S.ª/ Anno de 1805".

Autor: Joaquim Pantaleão Pereira da Silva

Fonte: Original manuscrito do Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.

O Monjolo

Entre outras formas de uso das águas encontra-se o monjolo e a roda d´água que ainda refletem suas funções e estruturas originais geralmente em propriedades particulares ou em Hotéis-Fazendas, onde redundaram em mote para valorização do empreendimento.

Um dispositivo primitivo e bem distinto, com poucas referências em relação à sua origem é o monjolo. Utilizado para socar milho, arroz, café e amendoim, o monjolo tem seu uso no país desde a época colonial podendo ser encontrado em algumas regiões com disponibilidade de quedas d'água, com boa incidência em São Paulo e Espírito Santo.

De dimensões reduzidas, feito a partir de troncos de árvores, o monjolo funciona como um balancim em movimento oscilante, repetido graças à variação de equilíbrio dada, alternadamente, pelo enchimento da cavidade existente em uma de suas extremidades por um filete de água e posterior esvaziamento, que ocorre em conseqüência da inclinação da haste, resultante do enchimento. Segundo o site "Jangada Brasil", o monjolo teve sua origem na Ásia:

Não se sabe ao certo sua origem; sabe-se, porém, que Braz Cubas foi quem primeiro providenciou a sua instalação nas proximidades da atual cidade paulista de Santos, quando de sua fundação.

Os índios logo denominaram a rudimentar máquina de enguaguaçu, que significa: pilão grande, nome que passou à localidade onde o primeiro foi instalado.

Supõe-se que o monjolo foi trazido ao Brasil pelos povoadores portugueses da China. Na verdade, na seção chinesa da Exposição Universal de 1873, em Viena, foram expostos modelos de monjolos, denominados chui toi no Celeste Império.

O pilão é escavado na madeira, com fogo. Depois é aparelhado com formão. A madeira usada é a peroba, a canela preta ou o limoeiro.

No pilão coloca-se o milho, arroz, café ou amendoim, para socar. A haste do pilão também é feita de uma madeira dura: maçaranduba, limoeiro, guatambu, canela preta ou peroba. A haste compõe-se de duas peças: a haste propriamente dita, onde está escavado o cocho, a mão do pilão e a forqueta, onde se apóia a haste, é chamada de "virgem".

A água movimenta o pilão. A água, que chega através de uma calha, cai no cocho e quando este fica cheio abaixa com o peso da água elevando a haste. Assim que a água escorre a haste desce pesadamente, socando o que esteja no pilão.

Chamam de "inferno" o poço que fica sob o "rabo" do monjolo... é um inferno de água fria.

Vários são os tipos de monjolos: de martelo, de roda, de pé, de rabo, de pilão de água.

O monjolo é o "trabalhador sem jornal"... como diziam antigamente, sem nenhum ganho. Os caipiras diziam: "trabalhar de graça, só monjolo".

Título: Monjolo
Ilustração: Victor Papaleo

O Monjolo

Entre outras formas de uso das águas encontra-se o monjolo e a roda d´água que ainda refletem suas funções e estruturas originais geralmente em propriedades particulares ou em Hotéis-Fazendas, onde redundaram em mote para valorização do empreendimento. Um dispositivo primitivo e bem distinto, com poucas referências em relação à sua origem é o monjolo. Utilizado para socar milho, arroz, café e amendoim, o monjolo tem seu uso no país desde a época colonial podendo ser encontrado em algumas regiões com disponibilidade de quedas d'água, com boa incidência em São Paulo e Espírito Santo. De dimensões reduzidas, feito a partir de troncos de árvores, o monjolo funciona como um balancim em movimento oscilante, repetido graças à variação de equilíbrio dada, alternadamente, pelo enchimento da cavidade existente em uma de suas extremidades por um filete de água e posterior esvaziamento, que ocorre em conseqüência da inclinação da haste, resultante do enchimento. Segundo o site "Jangada Brasil", o monjolo teve sua origem na Ásia:

Não se sabe ao certo sua origem; sabe-se, porém, que Braz Cubas foi quem primeiro providenciou a sua instalação nas proximidades da atual cidade paulista de Santos, quando de sua fundação.

Os índios logo denominaram a rudimentar máquina de enguaguaçu, que significa: pilão grande, nome que passou à localidade onde o primeiro foi instalado.

Supõe-se que o monjolo foi trazido ao Brasil pelos povoadores portugueses da China. Na verdade, na seção chinesa da Exposição Universal de 1873, em Viena, foram expostos modelos de monjolos, denominados chui toi no Celeste Império.

O pilão é escavado na madeira, com fogo. Depois é aparelhado com formão. A madeira usada é a peroba, a canela preta ou o limoeiro.

No pilão coloca-se o milho, arroz, café ou amendoim, para socar. A haste do pilão também é feita de uma madeira dura: maçaranduba, limoeiro, guatambu, canela preta ou peroba. A haste compõe-se de duas peças: a haste propriamente dita, onde está escavado o cocho, a mão do pilão e a forqueta, onde se apóia a haste, é chamada de "virgem".

A água movimenta o pilão. A água, que chega através de uma calha, cai no cocho e quando este fica cheio abaixa com o peso da água elevando a haste. Assim que a água escorre a haste desce pesadamente, socando o que esteja no pilão.

Chamam de "inferno" o poço que fica sob o "rabo" do monjolo... é um inferno de água fria.

Vários são os tipos de monjolos: de martelo, de roda, de pé, de rabo, de pilão de água.

O monjolo é o "trabalhador sem jornal"... como diziam antigamente, sem nenhum ganho. Os caipiras diziam: "trabalhar de graça, só monjolo".

Título: Monjolo
Fonte: Um dos monjolos de água existente em São Luiz do Paraitinga, SP, dois quilômetros rio acima.

Título: Roda D'água
Ilustração: Victor Papaleo

A Roda d' Água

A roda d´água apresenta hoje as mesmas condições de uso dos monjolos, ou são monumentos ruína, ou atrativos em hotéis-fazenda.

Como primeiro caso, podem ser mencionadas as "Ruínas da Lagoinha" - antiga construção da fazenda do Engenho do Bom Retiro, construída no final do século XVII. Além do cultivo do café e do açúcar mascavo, também se fabricava aguardente. Alguns ainda dizem que esta fazenda era usada para o tráfico negreiro na época. O processo de tombamento foi concluído em 1986. Ainda podemos encontrar em seu interior o que restou de uma roda d'água, uma pedra de granito de 1,60 metros de diâmetro em formato circular e pelo lado de fora podemos observar a canalização que levava água da roda, que passava atrás da construção para mover a grande roda d'água que funcionava como mecanismo dentro da casa. Ela dista cerca de 25 km do centro da cidade de Ubatuba, no Bairro da Lagoinha na Enseada de Maranduba.

Já mais modernamente, na comunidade Tupinambá, localizada em Olivença, distrito de Ilhéus, a implementação do PROSULBA, projeto que a CARE desenvolve na região, é um exemplo de resgate de auto-estima, dedicação e trabalho.

"Aprendendo com a história", uma ação fundamental implementada pela CARE[2] na região foi a Roda d' Água.

"Sem água era difícil plantar e criar animais. A Roda d' Água garante a irrigação do mamão das roças e o resultado final já é visível", afirma Nicinha. A tecnologia da roda é sustentável, não polui, não degrada e não cria dependência de combustíveis fósseis.

Mas essa não foi a única vantagem da roda: com um investimento de R$ 2 mil, 13 famílias têm em suas casas acesso à água de forma limpa, eficiente e barata. "Antes, as pessoas demoravam, em média, 40 minutos para trazer uma lata com água para beber, cozinhar e cuidar da higiene. Para os idosos e doentes, a dificuldade ainda era maior. Hoje, essas pessoas mal conseguem acreditar que basta abrir uma torneira para ter acesso a água", explica Nicinha, como é conhecida Josenice Souza França, da comunidade indígena Tupinambá, em Acuípe do Meio.

O sucesso da foi tanto que será instalada uma nova Roda d´Água na comunidade Acuípe de Cima. A roda levará água para as casas de mais de 15 famílias.

[2] CARE Brasil é uma associação sem fins lucrativos que integra a rede da CARE Internacional

A Roda d' Água

A roda d´água apresenta hoje as mesmas condições de uso dos monjolos, ou são monumentos ruína, ou atrativos em hotéis-fazenda.

Como primeiro caso, podem ser mencionadas as "Ruínas da Lagoinha" - antiga construção da fazenda do Engenho do Bom Retiro, construída no final do século XVII. Além do cultivo do café e do açúcar mascavo, também se fabricava aguardente. Alguns ainda dizem que esta fazenda era usada para o tráfico negreiro na época. O processo de tombamento foi concluído em 1986. Ainda podemos encontrar em seu interior o que restou de uma roda d'água, uma pedra de granito de 1,60 metros de diâmetro em formato circular e pelo lado de fora podemos observar a canalização que levava água da roda, que passava atrás da construção para mover a grande roda d'água que funcionava como mecanismo dentro da casa. Ela dista cerca de 25 km do centro da cidade de Ubatuba, no Bairro da Lagoinha na Enseada de Maranduba. Já mais modernamente, na comunidade Tupinambá, localizada em Olivença, distrito de Ilhéus, a implementação do PROSUL-BA, projeto que a CARE desenvolve na região, é um exemplo de resgate de auto-estima, dedicação e trabalho.

"Aprendendo com a história", uma ação fundamental implementada pela CARE[2] na região foi a Roda d' Água.

"Sem água era difícil plantar e criar animais. A Roda d' Água garante a irrigação do mamão das roças e o resultado final já é visível", afirma Nicinha. A tecnologia da roda é sustentável, não polui, não degrada e não cria dependência de combustíveis fósseis. Mas essa não foi a única vantagem da roda: com um investimento de R$ 2 mil, 13 famílias têm em suas casas acesso à água de forma limpa, eficiente e barata. "Antes, as pessoas demoravam, em média, 40 minutos para trazer uma lata com água para beber, cozinhar e cuidar da higiene. Para os idosos e doentes, a dificuldade ainda era maior. Hoje, essas pessoas mal conseguem acreditar que basta abrir uma torneira para ter acesso a água", explica Nicinha, como é conhecida Josenice Souza França, da comunidade indígena Tupinambá, em Acuípe do Meio.

O sucesso da foi tanto que será instalada uma nova Roda d´Água na comunidade Acuípe de Cima. A roda levará água para as casas de mais de 15 famílias.

Título: Roda D'água
Fonte: Roda de água vertical que acionava os monjolos de martelo da fábrica de farinha de milho que existia existente em São Luiz do Paraitinga SP, na estrada de Taubaté.

[2] CARE Brasil é uma associação sem fins lucrativos que integra a rede da CARE Internacional

Título: Durvalina Três Figuras.
Fonte: O vale do rio Jequitinhonha, no nordeste do estado de Minas, é uma das regiões mais pobres do Brasil. Ao viverem na isolação total, as mulheres desta região desenvolveram uma cerâmica original. As "bonecas famosas" desta região estão em forma de jarros para manter a água fresca. Quando se perde esta função, o objeto torna-se meramente decorativo.

Bilhas, Cântaros e Moringas

Principais utensílios de transporte e armazenamento d´água perderam sua identidade e foram transformados em objetos de decoração, inclusive com extinção de elementos básicos originais como bocais, tampas, alças, etc.
O Vale do Rio Jequitinhonha, no nordeste do Estado de Minas é uma das regiões do Brasil mais pobres economicamente. Pelo seu isolamento, lá desenvolveu-se um artesanato cerâmico que ocupa principalmente mulheres, reunidas em associações. Elas fazem peças utilitárias que se situam entre as mais criativas da arte popular brasileira. As famosas "bonecas" da região são na verdade bilhas de guardar água fresca, que perderam essa função e se tornaram objetos decorativos.
Da tradição iniciada por Vitalino derivaram alguns notáveis ceramistas, como Galdino, Zé Caboclo, Luis Antonio, Manoel Eudócio e Marliete. Sua obra é uma lição de delicadeza e feminilidade. Marliete faz cenas miniaturizadas que são o encanto de muitos colecionadores. Suas figuras inspiradas em moringas dão a sensação de que estão vivas. É um dos grandes artistas atuais da cerâmica no Brasil.
Finalmente ainda há a considerar a crenoterapia, ou seja, a terapia pelas águas, realizada em Balneários, que ainda é uma das soluções mais saudáveis para a prevenção e/ou tratamento de cálculos renais, ácido úrico, eczemas, cefaléias, artrites, reumatismos, problemas circulatórios e como excelente tônico para o rejuvenescimento da pele.

Título: Cântaro
Ilustração: Victor Papaleo

Título: Moringa
Ilustração: Victor Papaleo

Bilhas, Cântaros e Moringas

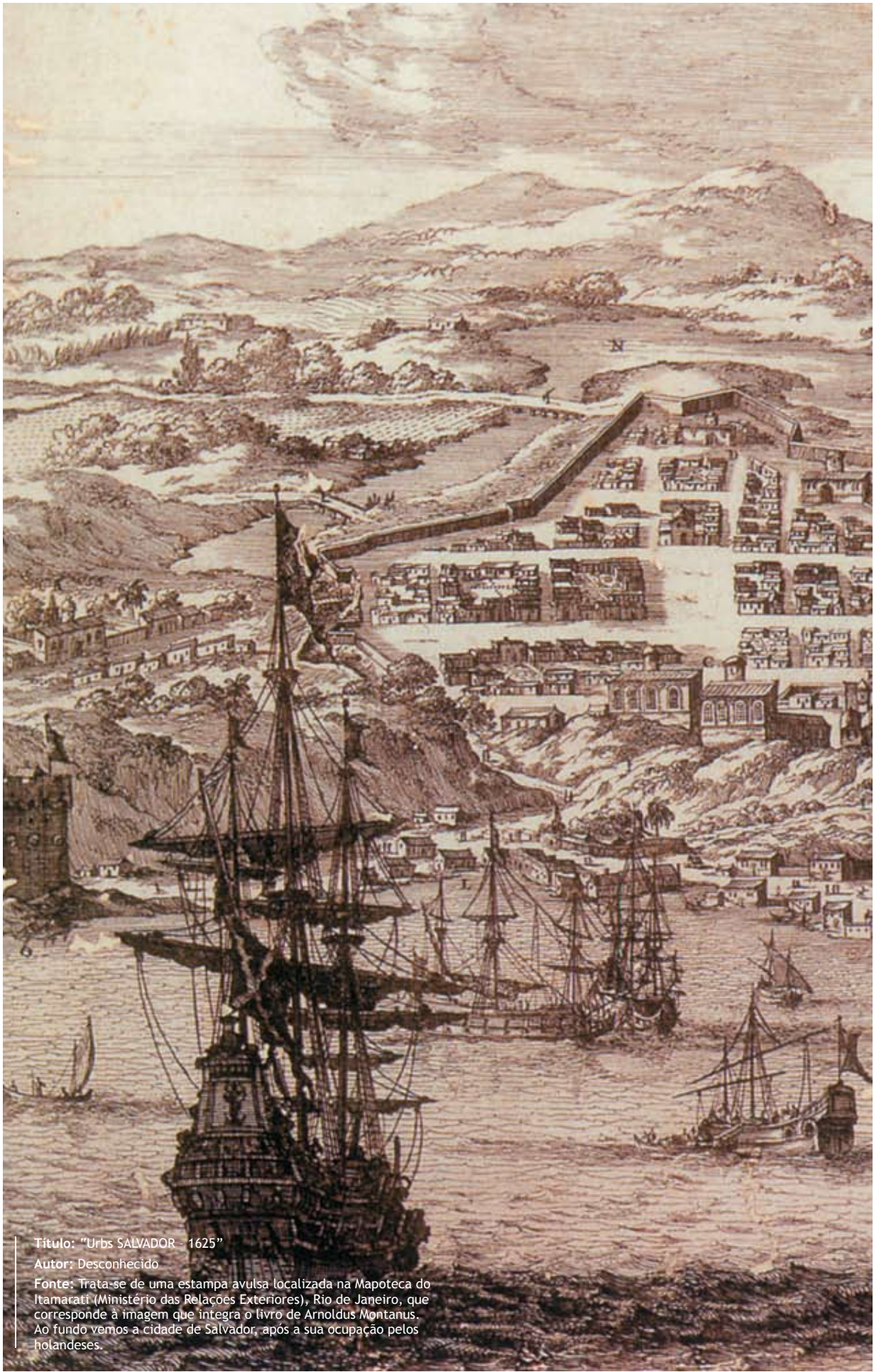
Principais utensílios de transporte e armazenamento d´água perderam sua identidade e foram transformados em objetos de decoração, inclusive com extinção de elementos básicos originais como bocais, tampas, alças, etc.

O Vale do Rio Jequitinhonha, no nordeste do Estado de Minas é uma das regiões do Brasil mais pobres economicamente. Pelo seu isolamento, lá desenvolveu-se um artesanato cerâmico que ocupa principalmente mulheres, reunidas em associações. Elas fazem peças utilitárias que se situam entre as mais criativas da arte popular brasileira. As famosas "bonecas" da região são na verdade bilhas de guardar água fresca, que perderam essa função e se tornaram objetos decorativos.

Da tradição iniciada por Vitalino derivaram alguns notáveis ceramistas, como Galdino, Zé Caboclo, Luis Antonio, Manoel Eudócio e Marliete. Sua obra é uma lição de delicadeza e feminilidade. Marliete faz cenas miniaturizadas que são o encanto de muitos colecionadores. Suas figuras inspiradas em moringas dão a sensação de que estão vivas. É um dos grandes artistas atuais da cerâmica no Brasil.

Finalmente ainda há a considerar a crenoterapia, ou seja, a terapia pelas águas, realizada em Balneários, que ainda é uma das soluções mais saudáveis para a prevenção e/ou tratamento de cálculos renais, ácido úrico, eczemas, cefaléias, artrites, reumatismos, problemas circulatórios e como excelente tônico para o rejuvenescimento da pele.

Título: "Mauritius".
Autor: JohannesVingboons
Fonte: Original manuscrito do Atlas de J. Vingboons, do Algemeen Rijksarchief, Haia. Mostra o rio São Francisco e, ao fundo, a vila de Penedo e o forte ali construído pelos holandeses.

Título: "Mauritius".
Autor: JohannesVingboons
Fonte: Original manuscrito do Atlas de J. Vingboons, do Algemeen Rijksarchief, Haia. Mostra o rio São Francisco e, ao fundo, a vila de Penedo e o forte ali construído pelos holandeses.

Título: "Urbs SALVADOR – 1625"
Autor: Desconhecido
Fonte: Trata-se de uma estampa avulsa localizada na Mapoteca do Itamarati (Ministério das Relações Exteriores), Rio de Janeiro, que corresponde à imagem que integra o livro de Arnoldus Montanus. Ao fundo vemos a cidade de Salvador, após a sua ocupação pelos holandeses.

Objeto/Objetivo

Por objeto de estudo adotam-se os locais em que o homem se fixou, em determinada época, criando infra-estruturas e sistemas de vida e de apropriação dos recursos hídricos, que sobrevivem até hoje, mesmo que alterados ao longo do tempo, representam marcas da cultura e testemunhos dos momentos históricos em que surgiram, vividas e desenvolvidas pelo homem.

A recuperação e a documentação destas infra-estruturas e sistemas de vida constituem um imperativo de ordem histórica, cultural e social e, como tal, indissociável do processo de desenvolvimento sócio-cultural das comunidades, podendo, inclusive, servir de subsídio para a concepção de futuros projetos de sistemas de saneamento básico, tanto no meio urbano, quanto no meio rural.

É evidente que com o avanço da urbanização desenfreada e as conseqüentes migrações, ocorreu uma gradativa perda das infra-estruturas e dos sistemas de vida (usos e costumes) nas primitivas formas de apropriação dos recursos hídricos para os mais diversos usos, (abastecimento público, dessedentação de animais, irrigação, geração de energia mecânica, etc.) onde algumas subsistiram como patrimônio histórico (chafariz, aquedutos, açudes, monjolos, castelos etc.) e outros ainda como único recurso alternativo de subsistência, tais como, cacimbas, jegues, cântaros, moringas etc.

Além deste patrimônio físico, que representa um retrato estático da realidade passada, há a considerar os fatos sociais e culturais dos usos da água neles imbricados, que estabelecem as formas de apropriação do recurso numa interação entre os meios naturais e culturais.

Entre os meios naturais que regem as formas de apropriação das águas estão as características geográficas e climáticas das regiões desses recursos enquanto que, no controle das práticas relacionadas ao uso das águas, as religiões representam o fator cultural mais importante, em nome das quais se estabeleceram as regras de controle da quantidade e ds qualidade das águas consumidas pelas populações.

Neste sentido, cabe destacar que o uso da água não difere muito entre as diversas sociedades. Os hábitos alimentares e sua instrumentação (dedos, palitos e

talheres ou similares) revelam as práticas no uso das águas e, a forma de se alimentar rebatidas sobre os hábitos de higiene pessoal, que por sua vez resultam nas formas de disposição dos dejetos.

Enquanto a população se concentra em pequenos núcleos, os sistemas de vida relacionados ao uso das águas e seus controles são relativamente simples, mesmo em regiões de escassez do recurso. Com o desenvolvimento estas aglomerações desenvolveram estilos de vida mais complexos e, a partir daí foram introduzidas estratégias de gerenciamento dos usos das águas, nas suas diversas formas de apropriação, para, eventualmente, garantir um uso sustentado dos recursos disponíveis. A necessidade de produção de alimentos em quantidades cada vez maiores dependia em muito da disponibilidade da água para irrigação, seja através das precipitações (Fator climático) seja através da rede hídrica superficial ou subterrânea (Fator hidrológico). Assim por exemplo os povos europeus que podiam produzir alimentos apenas na primavera e no verão agruparam-se em nucleações menos densas que as de outras partes do mundo. Como as precipitações também não eram muito elevadas, as práticas agrícolas dependiam muito dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos e para o abastecimento das populações as tecnologias de manutenção de águas limpas tornaram-se cada vez mais sofisticadas. Essa forma de controle qualitativo e quantitativo destes sistemas de uso das águas resultou em práticas de saúde pública e de prevenção da contaminação de alimentos como a forma mais eficaz de combater as pragas e epidemias que assolaram os povos europeus na Idade Média e no período Pré-moderno.

É importante registrar que antes do desenvolvimento dos modernos sistemas de tratamento de dejetos os hábitos regionais de higiene eram bastante rudimentares tanto nas formas de afastamento quanto nas de disposição final.

O controle era exercido pelas comunidades que desenvolveram uma consciência pública e formas de gestão democráticas fundamentadas na função social do recurso hídrico. O mais emblemático remanescente desta forma de organização social para a ambientalmente

Objeto/Objetivo

Por objeto de estudo adotam-se os locais em que o homem se fixou, em determinada época, criando infra-estruturas e sistemas de vida e de apropriação dos recursos hídricos, que sobrevivem até hoje, mesmo que alterados ao longo do tempo, representam marcas da cultura e testemunhos dos momentos históricos em que surgiram, vividas e desenvolvidas pelo homem.

A recuperação e a documentação destas infra-estruturas e sistemas de vida constituem um imperativo de ordem histórica, cultural e social e, como tal, indissociável do processo de desenvolvimento sócio-cultural das comunidades, podendo, inclusive, servir de subsídio para a concepção de futuros projetos de sistemas de saneamento básico, tanto no meio urbano, quanto no meio rural.

É evidente que com o avanço da urbanização desenfreada e as conseqüentes migrações, ocorreu uma gradativa perda das infra-estruturas e dos sistemas de vida (usos e costumes) nas primitivas formas de apropriação dos recursos hídricos para os mais diversos usos, (abastecimento público, dessedentação de animais, irrigação, geração de energia mecânica, etc.) onde algumas subsistiram como patrimônio histórico (chafariz, aquedutos, açudes, monjolos, castelos etc.) e outros ainda como único recurso alternativo de subsistência, tais como, cacimbas, jegues, cântaros, moringas etc.

Além deste patrimônio físico, que representa um retrato estático da realidade passada, há a considerar os fatos sociais e culturais dos usos da água neles imbricados, que estabelecem as formas de apropriação do recurso numa interação entre os meios naturais e culturais. Entre os meios naturais que regem as formas de apropriação das águas estão as características geográficas e climáticas das regiões desses recursos enquanto que, no controle das práticas relacionadas ao uso das águas, as religiões representam o fator cultural mais importante, em nome das quais se estabeleceram as regras de controle da quantidade e ds qualidade das águas consumidas pelas populações.

Neste sentido, cabe destacar que o uso da água não difere muito entre as diversas sociedades. Os hábitos alimentares e sua instrumentação (dedos, palitos e talheres ou similares) revelam as práticas no uso das águas e, a forma de se alimentar rebatidas sobre os hábitos de higiene pessoal, que por sua vez resultam nas formas de disposição dos dejetos.

Enquanto a população se concentra em pequenos núcleos, os sistemas de vida relacionados ao uso das águas e seus controles são relativamente simples, mesmo em regiões de escassez do recurso. Com o desenvolvimento estas aglomerações desenvolveram estilos de vida mais complexos e, a partir daí foram introduzidas estratégias de gerenciamento dos usos das águas, nas suas diversas formas de apropriação, para, eventualmente, garantir um uso sustentado dos recursos disponíveis. A necessidade de produção de alimentos em quantidades cada vez maiores dependia em muito da disponibilidade da água para irrigação, seja através das precipitações (Fator climático) seja através da rede hídrica superficial ou subterrânea (Fator hidrológico). Assim por exemplo os povos europeus que podiam produzir alimentos apenas na primavera e no verão agruparam-se em nucleações menos densas que as de outras partes do mundo. Como as precipitações também não eram muito elevadas, as práticas agrícolas dependiam muito dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos e para o abastecimento das populações as tecnologias de manutenção de águas limpas tornaram-se cada vez mais sofisticadas. Essa forma de controle qualitativo e quantitativo destes sistemas de uso das águas resultou em práticas de saúde pública e de prevenção da contaminação de alimentos como a forma mais eficaz de combater as pragas e epidemias que assolaram os povos europeus na Idade Média e no período Pré-moderno.

É importante registrar que antes do desenvolvimento dos modernos sistemas de tratamento de dejetos os hábitos regionais de higiene eram bastante rudimentares tanto nas formas de afastamento quanto nas de disposição final.

O controle era exercido pelas comunidades que desenvolveram uma consciência pública e formas de gestão democráticas fundamentadas na função social do recurso hídrico. O mais emblemático remanescente desta forma de organização social para a ambientalmente sustentada e socialmente justa exploração do recurso hídrico é, sem dúvida, o Tribunal das Águas Valenciano cuja eficiência e eficácia remontam ao século X, com origem na cultura da ocupação muçulmana do sudoeste da Europa.

No Brasil, além dos monumentos já mencionados anteriormente pouco se sabe, por falta de registro e documentação, sobre os aspectos sociais e culturais associados à exploração e uso dos recursos hídricos. Sabe-se sim que a escassez do recurso gerou formas de dominação político-social que, em alguns casos e em algumas regiões, sobrevivem até os dias atuais.

Há descrições, crônicas ou narrativas de disputas políticas entre elementos da elite local na implantação de sistemas de abastecimento d´água como na narração de um fato inédito (relatado mais adiante) ocorrido nesta comunidade em 11 de abril de

sustentada e socialmente justa exploração do recurso hídrico é, sem dúvida, o Tribunal das Águas Valenciano cuja eficiência e eficácia remontam ao século X, com origem na cultura da ocupação muçulmana do sudoeste da Europa.

No Brasil, além dos monumentos já mencionados anteriormente pouco se sabe, por falta de registro e documentação, sobre os aspectos sociais e culturais associados à exploração e uso dos recursos hídricos.

Sabe-se sim que a escassez do recurso gerou formas de dominação político-social que, em alguns casos e em algumas regiões, sobrevivem até os dias atuais.

Há descrições, crônicas ou narrativas de disputas políticas entre elementos da elite local na implantação de sistemas de abastecimento d´água como na narração de um fato inédito (relatado mais adiante) ocorrido nesta comunidade em 11 de abril de 1768, com base nas informações colhidas no "Almanach de Santa Luzia (para 1920)", de autoria dos mestres Evangelino Meireles e Gelmires Reis, e no livro "História de Santa Luzia", de Joseph de Melo Álvares, sob título de "O inusitado evento das cabaças ".

O abastecimento de água à população das emergentes cidades não era apenas um problema de São Paulo, mas de quase todas as cidades do Brasil, como acentuou Afonso de Taunay em livro sobre a São Paulo dos primeiros tempos publicado em 1920:

"Penosa e parca distribuição de água tiveram as aglomerações urbanas até os nossos dias, com o seu sistema de chafarizes e fontes públicas alimentadas por filetes quase sempre contaminados, ou pelo menos facilmente contamináveis, expostos como se achavam a todas as poluições. Distribuição domiciliar era coisa de que se não podia cogitar. Precisavam os moradores recorrer aos poços do fundo dos quintais, fornecedores do líquido, freqüentemente carregados das mais perigosas ameaças à vida humana e causa permanente de epidemias arrasadoras, que os bons físicos do tempo explicavam atribuindo-as à combinação de 'metais do ar com os da terra', 'princípios sulfurísticos, espíritos morbíficos' e quejandas hipóteses".

....

As águas da Cantareira, no entanto, só abasteceriam a cidade mais de duas décadas depois.

Enquanto isso, a população teria que recorrer aos chafarizes sempre problemáticos, à água do Tamanduateí ou a comprar o líquido das pipas ambulantes, o que quase sempre vinha a dar na mesma. A atividade dos aguadeiros numa cidade como São Paulo não deveria ser pouco rendosa. Muitos desses aguadeiros eram portugueses e um deles, numa carta remetida a Portugal, permitiu-se ironizar essa situação nestes termos: "A água é boa, o povo é burro, a água é deles e nós lha vendemos".

1768, com base nas informações colhidas no "Almanach de Santa Luzia (para 1920)", de autoria dos mestres Evangelino Meireles e Gelmires Reis, e no livro "História de Santa Luzia", de Joseph de Melo Álvares, sob título de "O inusitado evento das cabaças ".

O abastecimento de água à população das emergentes cidades não era apenas um problema de São Paulo, mas de quase todas as cidades do Brasil, como acentuou Afonso de Taunay em livro sobre a São Paulo dos primeiros tempos publicado em 1920:

"Penosa e parca distribuição de água tiveram as aglomerações urbanas até os nossos dias, com o seu sistema de chafarizes e fontes públicas alimentadas por filetes quase sempre contaminados, ou pelo menos facilmente contamináveis, expostos como se achavam a todas as poluições. Distribuição domiciliar era coisa de que se não podia cogitar. Precisavam os moradores recorrer aos poços do fundo dos quintais, fornecedores do líquido, freqüentemente carregados das mais perigosas ameaças à vida humana e causa permanente de epidemias arrasadoras, que os bons físicos do tempo explicavam atribuindo-as à combinação de 'metais do ar com os da terra', 'princípios sulfurísticos, espíritos morbíficos' e quejandas hipóteses".

....

As águas da Cantareira, no entanto, só abasteceriam a cidade mais de duas décadas depois.

Enquanto isso, a população teria que recorrer aos chafarizes sempre problemáticos, à água do Tamanduateí ou a comprar o líquido das pipas ambulantes, o que quase sempre vinha a dar na mesma. A atividade dos aguadeiros numa cidade como São Paulo não deveria ser pouco rendosa. Muitos desses aguadeiros eram portugueses e um deles, numa carta remetida a Portugal, permitiu-se ironizar essa situação nestes termos: "A água é boa, o povo é burro, a água é deles e nós lha vendemos".

Título: Cidade de São Paulo 1821
Autor: Arnaud Julien Pallière
Fonte: Coleção Beatriz e Mário Pimenta Camargo. A igreja e o antigo Colégio dos Jesuítas, transformado em residência do Governador, após a expulsão dos padres.

Título: "SANCT SALVADOR – 1627"

Autor: Hessel Gerritsz

Fonte: Estampa pertencente ao acervo do Vereeniging Nederlandsh Historisch Sheepvaart Museum, Amsterdam. Na parte superior da gravura, há um mapa esquemático do Recôncavo, indicando os

As Casas de Banho

A escassez de água impunha desconfortos também no plano da higiene pessoal. Quem podia utilizava-se das casas de banho da cidade. A “Sereia Paulista” ou “Banhos da Sereia”, do húngaro Fisher, no largo de São Bento, ficou famosa também pelos seus bifes e seus vinhos importados, já que as casas de banho eram também restaurantes e ponto de reunião.

Essas casas foram um hábito e uma necessidade enquanto perdurou o problema do abastecimento. Na medida em que as autoridades vão aos poucos levando para as residências o conforto da água encanada elas tenderão a desaparecer. No entanto, o Almanaque Paulista Ilustrado para 1896 registrava ainda outras três casas de banho.

Sobre este relato cabe pesquisar e esclarecer, por exemplo, quem antes das autoridades citadas cuidava da qualidade e da quantidade de água então consumida.

Um outro aspecto interessante do relato é a da prática de um costume (casas de banho) tipicamente europeu introduzido pela elite paulistana de então, totalmente diversa da cultura dos habitantes da nascente metrópole.

Em outro relato importante aparece um indício de forma de gestão da distribuição das águas de particulares à população do entorno:

“Em São Paulo, os sobrados de residência - em geral de dois pavimentos, e quase todos de taipa, ao contrário dos da Bahia, do Recife e do Rio de Janeiro, construídos, mais nobremente de tijolos ou de pedra com cal de marisco – parece que nunca tiveram o prestígio social das chácaras. Nas chácaras era onde os paulistas mais abonados preferiam morar, guardando melhor nessa vida semi-urbana o possível sabor da rural. Eram casas de um pavimento só, caiadas de branco, rodeadas de jaboticabeiras, limoeiros, laranjais. Seus moradores, ainda mais ariscos que os do centro da cidade, quase só saiam para a missa e para as festas da igreja.

Essas casas de sítio, com capela, baixa de capim, muita árvore de fruta, olho d´água ou cacimba donde se vendia água à gente mais pobre da vizinhança, existiam também nas imediações do Rio de Janeiro e do Recife.

.... No Recife, dos últimos anos da era colonial e dos primeiros da Independência, as casas-grandes de sítio floresceram menos como residências do ano inteiro do que como casas de verão, onde os moradores mais ricos, sem se afastarem dos seus sobrados da cidade, iam passar as festas e fazer suas estações d´água, tomando banho de rio e chupando caju para limpar o sangue”.

Mais adiante, referindo-se aos edifícios de Recife, os denominados sobrados patriarcais que tinham de até cinco e seis andares, surge uma pista com relação ao transporte da água dentro do sobrados:

“Kidder salienta entre as vantagens da cozinha situada no sexto andar de a fumaça e os cheiros da comida não incomodarem a família, nos andares de baixo.

A desvantagem era o transporte de água, o da carne, o das cousas da cozinha, ter de ser feito todo ele através de vários lanços de escada. Mas para que tanta fartura de negro e moleque, nos sobrados?”

Finalmente no Vol.III, em seu Capítulo X – Escravo, Animal e Máquina é retratada a revolução técnica, social e não apenas comercial ou econômica por que vinha passando o Brasil:

“Não tardariam a nos chegar, inteiros ou por esqueletos, barcos a vapor. E no meado do século (no caso o XIX), trilhos de vias férreas, locomotivas, vagões. Viriam os canos: água encanada das fontes para as casas. Canos de esgotos para o mar ou para os rios. Aparelhos sanitários. Canos de gás.

Era o desaparecimento do chafariz, da água carregada por escravo, do excremento conduzido por negro, das ruas iluminadas a azeite, quando não pelos particulares que se faziam preceder por escravos com lanternas e tochas. Toda uma revolução técnica que assumiria aspectos de renovação não só da economia como da organização social e da cultura brasileira. Da própria paisagem. Principalmente na área dos sobrados e mocambos”.

O que vem depois é mais ou menos conhecido e documentado. O que interessa para a presente pesquisa é o que aconteceu antes e a sua documentação se for possível. Não se quer repetir ao luto decretado pela morte do Museu do Trem:

Fechou as portas o Museu do Trem, no Engenho de Dentro.

Primeiro acabaram com as ferrovias.

Agora estão sepultando o que restou de sua história.

Título: Chafariz "Fontaine de la Barão de Ouro Branco"- 1761
Fonte: Ouro Preto, Minas Gerais

As Casas de Banho

A escassez de água impunha desconfortos também no plano da higiene pessoal. Quem podia utilizava-se das casas de banho da cidade. A "Sereia Paulista" ou "Banhos da Sereia", do húngaro Fisher, no largo de São Bento, ficou famosa também pelos seus bifes e seus vinhos importados, já que as casas de banho eram também restaurantes e ponto de reunião.

Essas casas foram um hábito e uma necessidade enquanto perdurou o problema do abastecimento. Na medida em que as autoridades vão aos poucos levando para as residências o conforto da água encanada elas tenderão a desaparecer. No entanto, o Almanaque Paulista Ilustrado para 1896 registrava ainda outras três casas de banho.

Sobre este relato cabe pesquisar e esclarecer, por exemplo, quem antes das autoridades citadas cuidava da qualidade e da quantidade de água então consumida.

Um outro aspecto interessante do relato é a da prática de um costume (casas de banho) tipicamente europeu introduzido pela elite paulistana de então, totalmente diversa da cultura dos habitantes da nascente metrópole.

Em outro relato importante aparece um indício de forma de gestão da distribuição das águas de particulares à população do entorno: "Em São Paulo, os sobrados de residência - em geral de dois pavimentos, e quase todos de taipa, ao contrário dos da Bahia, do Recife e do Rio de Janeiro, construídos, mais nobremente de tijolos ou de pedra com cal de marisco – parece que nunca tiveram o prestígio social das chácaras. Nas chácaras era onde os paulistas mais abonados preferiam morar, guardando melhor nessa vida semi-urbana o possível sabor da rural. Eram casas de um pavimento só, caiadas de branco, rodeadas de jaboticabeiras, limoeiros, laranjais. Seus moradores, ainda mais ariscos que os do centro da cidade, quase só saiam para a missa e para as festas da igreja. Essas casas de sítio, com capela, baixa de capim, muita árvore de fruta, olho d´água ou cacimba donde se vendia água à gente mais pobre da vizinhança, existiam também nas imediações do Rio de Janeiro e do Recife. .... No Recife, dos últimos anos da era colonial e dos primeiros da Independência, as casas-grandes de sítio floresceram menos como residências do ano inteiro do que como casas de verão, onde os moradores mais ricos, sem se afastarem dos seus sobrados da cidade, iam passar as festas e fazer suas estações d´água, tomando banho de rio e chupando caju para limpar o sangue".

Mais adiante, referindo-se aos edifícios de Recife, os denominados sobrados patriarcais que tinham de até cinco e seis andares, surge uma pista com relação ao transporte da água dentro do sobrados:

Título: Lavabo de la sacristia de l´ancien convent Santo Antônio – Iguaraçu – Pernambuco.
Autor: Pedro Oswaldo (fotografia)
Fonte: Baroque – A Alma do Brasil de Affonso Romando de Sant'Anna.

"Kidder salienta entre as vantagens da cozinha situada no sexto andar de a fumaça e os cheiros da comida não incomodarem a família, nos andares de baixo.

A desvantagem era o transporte de água, o da carne, o das cousas da cozinha, ter de ser feito todo ele através de vários lanços de escada. Mas para que tanta fartura de negro e moleque, nos sobrados?"

Finalmente no Vol.III, em seu Capítulo X – Escravo, Animal e Máquina é retratada a revolução técnica, social e não apenas comercial ou econômica por que vinha passando o Brasil:

"Não tardariam a nos chegar, inteiros ou por esqueletos, barcos a vapor. E no meado do século (no caso o XIX), trilhos de vias férreas, locomotivas, vagões. Viriam os canos: água encanada das fontes para as casas. Canos de esgotos para o mar ou para os rios. Aparelhos sanitários. Canos de gás. Era o desaparecimento do chafariz, da água carregada por escravo, do excremento conduzido por negro, das ruas iluminadas a azeite, quando não pelos particulares que se faziam preceder por escravos com lanternas e tochas. Toda uma revolução técnica que assumiria aspectos de renovação não só da economia como da organização social e da cultura brasileira. Da própria paisagem. Principalmente na área dos sobrados e mocambos".

O que vem depois é mais ou menos conhecido e documentado. O que interessa para a presente pesquisa é o que aconteceu antes e a sua documentação se for possível. Não se quer repetir ao luto decretado pela morte do Museu do Trem:

Fechou as portas o Museu do Trem, no Engenho de Dentro.

Primeiro acabaram com as ferrovias.

Agora estão sepultando o que restou de sua história.

Estruturação do Livro

Book Structure

Introdução

Introduction

O território brasileiro compreende uma diversidade de características geográficas que abrangem a Bacia Amazônica, com imensa disponibilidade de água, em oposição ao cerrado do Planalto Central e o Semi-árido do Nordeste com frágil rede hídrica onde impera a escassez do recurso, ao lado de regiões temperadas com alta definição temporal das quatro estações, semelhante ao ambiente do sul e do oeste europeu. Esta grande diversidade dificulta a discussão dos problemas sobre o meio ambiente aquático de maneira uniforme para o país como um todo, havendo nítidas diferenças entre os aspectos sociais e culturais dos problemas associados ao uso e abuso do recurso.

Por outro lado, os portugueses e outros emigrantes desenvolveram uma cultura associada à água dependente de sua disponibilidade, ou seja, quanto maior a disponibilidade de água , maior o desperdício, seja em quantidade, seja em qualidade. Em muito pouco tempo a população nativa brasileira ficou reduzida em comparação à dos emigrantes, sem que seus usos e costumes influenciassem a cultura dos emigrantes; portanto, as formas de apropriação dos recursos hídricos foram desenvolvidas de forma parecida à das sociedades européias. Entretanto, houve adaptações impostas pelos fatores ambientais das diferentes regiões de destino dos emigrantes, como a região Amazônica e o semi-árido do nordeste.

È importante notar que a cultura indígena exigia a preservação do meio ambiente para garantir águas limpas para sua subsistência e para seus ritos.

O conhecimento do acervo cultural relacionado com a água servirá entre outras coisas de base para o entendimento das questões por ela afetadas, o que inclui a forte influência de determinadas ideologias sobre o imaginário popular e sobre a possível utilização que foi feita deste mecanismo como instrumento de controle social.

Possibilita também avaliar a evolução da paisagem urbana e da disponibilidade e estado dos recursos em diversos momentos ou períodos. Constitui-se, ainda, em material de extrema importância no sentido de ilustrar e de inspirar os trabalhos de comunicação social a serem desenvolvidos, o que passa, por exemplo, pela reflexão acerca de hábitos e costumes.

O território brasileiro compreende uma diversidade de características geográficas que abrangem a Bacia Amazônica, com imensa disponibilidade de água, em oposição ao cerrado do Planalto Central e o Semi-árido do Nordeste com frágil rede hídrica onde impera a escassez do recurso, ao lado de regiões temperadas com alta definição temporal das quatro estações, semelhante ao ambiente do sul e do oeste europeu. Esta grande diversidade dificulta a discussão dos problemas sobre o meio ambiente aquático de maneira uniforme para o país como um todo, havendo nítidas diferenças entre os aspectos sociais e culturais dos problemas associados ao uso e abuso do recurso.

Por outro lado, os portugueses e outros emigrantes desenvolveram uma cultura associada à água dependente de sua disponibilidade, ou seja, quanto maior a disponibilidade de água , maior o desperdício, seja em quantidade, seja em qualidade. Em muito pouco tempo a população nativa brasileira ficou reduzida em comparação à dos emigrantes, sem que seus usos e costumes influenciassem a cultura dos emigrantes; portanto, as formas de apropriação dos recursos hídricos foram desenvolvidas de forma parecida à das sociedades européias. Entretanto, houve adaptações impostas pelos fatores ambientais das diferentes regiões de destino dos emigrantes, como a região Amazônica e o semi-árido do nordeste.

È importante notar que a cultura indígena exigia a preservação do meio ambiente para garantir águas limpas para sua subsistência e para seus ritos.

O conhecimento do acervo cultural relacionado com a água servirá entre outras coisas de base para o entendimento das questões por ela afetadas, o que inclui a forte influência de determinadas ideologias sobre o imaginário popular e sobre a possível utilização que foi feita deste mecanismo como instrumento de controle social.

Possibilita também avaliar a evolução da paisagem urbana e da disponibilidade e estado dos recursos em diversos momentos ou períodos. Constitui-se, ainda, em material de extrema importância no sentido de ilustrar e de inspirar os trabalhos de comunicação social a serem desenvolvidos, o que passa, por exemplo, pela reflexão acerca de hábitos e costumes.

Por fim, deve ser dito que a história da água, longe de representar simples matéria de catalogação museológica, ou mero objeto de curiosidade pitoresca, deve ser trabalhada para que se possa compreender as ações dos diferentes segmentos sociais acerca da questão e as suas conseqüências, com vistas ao trabalho de conscientização da população quanto à necessidade de aprender as lições do passado e construir as possibilidades futuras.

Considerando-se que:

Os aspectos sociais e culturais do emprego da água são informações importantes para os tomadores de decisão e para os gerentes de recursos hídricos;

Que esses aspectos de uso da água permitem a comparação do valor da mesma para as diferentes categorias sociais;

Que o valor da água pode ser mais bem explicitado pelos usos tradicionais, por meio dos quais as categorias sociais desenvolveram sua percepção e os aspectos culturais a eles associado;

Que os ambientes natural e cultural apresentam interferência mútua e formulam as práticas que definem o uso das águas;

Propõe-se uma estruturação para o livro "A História do Uso daÁgua no Brasil" a seguir delineada.

A seqüência lógica do Plano de Trabalho Geral da Pesquisa foi idealizada em três grandes Etapas, quais sejam:

- O Inventário;
- A Aplicação do Plano de Pesquisa;
- A Montagem de Banco de dados de Imagens e de Sons e de um Programa de valorização e revitalização das práticas sustentáveis dos usos da água.

A Etapa Inicial, a de inventário compreende a coleta de informações e os estudos necessários para a "Identificação Preliminar das Áreas de Interesse", sobre as quais serão desenvolvidas pesquisas mais aprofundadas incidentes em áreas específicas com base no Plano de Pesquisa, resultante desta etapa dos trabalhos.

Para a elaboração deste Plano de Pesquisa serão feitas consultas a diversas instituiçõese entidades, em áreas prioritariamente definidas, em função dos fatores ambientais e culturais, já descritos anteriormente, que condicionam o desenvolvimento de práticas específicas de uso dos recursos hídricos.

Inicialmente e antecipando futuros detalhamentos pode-se identificar as seguintes áreas prioritárias para o interesse das investigações programadas, tendo em vista as suas peculiaridades temporais, geográficas, climatológicas e sócio-histórico- culturais.

São elas:

- Periodicidade;
- Vilas/Cidades significativas;
- Uso da água:
- Hidroenergia;
- Abastecimento d´água.
- Formas de Apropriação do Recurso:
- Captação/Reservação;
- Distribuição;
- Armazenamento e Consumo;
- Gestão;

A periodicidade a ser adotada será:

- Época Pré- cabralina;
- Século XV / XVI;
- Século XVII;
- Século XVIII;
- Século XIX / XX.

Para cada um destes períodos de interesse serão selecionadas Vilas/Cidades com base no Livro Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial, de autoria do Arquiteto Nestor Goulart Reis Filho.

Para cada uma das áreas de interesse selecionadas serão abordadas as seguintes categorias:

a) Áreas tombadas – ambientes urbanos ou rurais já protegidos pelos órgãos federais, estaduais ou municipais;
b) Conjuntos antigos – são núcleos urbanos ou rurais, formados por edificações típicas, constituindo-se em núcleos de forte significado sócio-cultural na apropriação de recursos hídricos;
c) Estruturas isoladas – exemplares excepcionais de estruturas de aproveitamento do potencial hídrico, cuja ambiência está comprometida ou em vias de comprometimento;
d) Povoados antigos – nucleações populacionais em que, independentemente do valor histórico das edificações foram desenvolvidas práticas de uso das águas significativas do ponto de vista sócio-cultural;
e) Sedes de Engenhos – Conjuntos edificados em zonas rurais geralmente tendo a força motriz derivada dos recursos hídricos ;
f) Ruínas – Apesar do estado de degradação física das instalações e estruturas, podem constituir-se em preciosos documentos de apropriação de recursos hídricos.

Cidades, Vilas, Povoados e unidades isoladas selecionadas:

Séculos XV e XVI:

Olinda, São vicente, Igaraçu e Engenhos Nossa Senhora da Ajuda (PE) e São Vicente (SP).

Século XVII :

Recife, Belém, Salvador, Rio de Janeiro, Florianópolis(1673) e Laguna (SC 1676)

Missão de São Miguel Arcanjo (RS)

Engenhos do Rio de Janeiro

Século XVIII:

Goiás, Tiradentes, Ouro Preto, Diamantina, Vila Bela (Cuiabá), Paraty, Rio Grande

Bicame de Catas Altas (MG)

Século XIX e XX:

Blumenau (1850), São Leopoldo (1824), Bento Gonçalves ((1890), Nova Milano (1875), São Paulo e Campinas.

Por fim, deve ser dito que a história da água, longe de representar simples matéria de catalogação museológica, ou mero objeto de curiosidade pitoresca, deve ser trabalhada para que se possa compreender as ações dos diferentes segmentos sociais acerca da questão e as suas conseqüências, com vistas ao trabalho de conscientização da população quanto à necessidade de aprender as lições do passado e construir as possibilidades futuras.

Considerando-se que:

Os aspectos sociais e culturais do emprego da água são informações importantes para os tomadores de decisão e para os gerentes de recursos hídricos;

Que esses aspectos de uso da água permitem a comparação do valor da mesma para as diferentes categorias sociais;

Que o valor da água pode ser mais bem explicitado pelos usos tradicionais, por meio dos quais as categorias sociais desenvolveram sua percepção e os aspectos culturais a eles associado;

Que os ambientes natural e cultural apresentam interferência mútua e formulam as práticas que definem o uso das águas;

Propõe-se uma estruturação para o livro "A História do Uso daÁgua no Brasil" a seguir delineada.

A seqüência lógica do Plano de Trabalho Geral da Pesquisa foi idealizada em três grandes Etapas, quais sejam:

- *O Inventário;*
- *A Aplicação do Plano de Pesquisa;*
- *A Montagem de Banco de dados de Imagens e de Sons e de um Programa de valorização e revitalização das práticas sustentáveis dos usos da água.*

A Etapa Inicial, a de inventário compreende a coleta de informações e os estudos necessários para a "Identificação Preliminar das Áreas de Interesse", sobre as quais serão desenvolvidas pesquisas mais aprofundadas incidentes em áreas específicas com base no Plano de Pesquisa, resultante desta etapa dos trabalhos.

Para a elaboração deste Plano de Pesquisa serão feitas consultas a diversas instituiçõese entidades, em áreas prioritariamente definidas, em função dos fatores ambientais e culturais, já descritos anteriormente, que condicionam o desenvolvimento de práticas específicas de uso dos recursos hídricos.

Inicialmente e antecipando futuros detalhamentos pode-se identificar as seguintes áreas prioritárias para o interesse das investigações programadas, tendo em vista as suas peculiaridades temporais, geográficas, climatológicas e sócio-histórico- culturais. São elas:

Título: Viagem ao Brasil
Autor: Alexandre Rodrigues Ferreira
Fonte: Prospecto das Canoas em que navegaram os Empregados na Expedição Filosófica pelos Rios *Cuyaba*, São Lourenço, *Paraguay* e *Jaurú*.

- *Periodicidade;*
- *Vilas/Cidades significativas;*
- *Uso da água:*
- *Hidroenergia;*
- *Abastecimento d´água.*
- *Formas de Apropriação do Recurso:*
- *Captação/Reservação;*
- *Distribuição;*
- *Armazenamento e Consumo;*
- *Gestão;*

A periodicidade a ser adotada será:

- *Época Pré- cabralina;*
- *Século XV / XVI;*
- *Século XVII;*
- *Século XVIII;*
- *Século XIX / XX.*

Para cada um destes períodos de interesse serão selecionadas Vilas/Cidades com base no Livro Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial, de autoria do Arquiteto Nestor Goulart Reis Filho.

Para cada uma das áreas de interesse selecionadas serão abordadas as seguintes categorias:

a) Áreas tombadas – ambientes urbanos ou rurais já protegidos pelos órgãos federais, estaduais ou municipais;

b) Conjuntos antigos – são núcleos urbanos ou rurais, formados por edificações típicas, constituindo-se em núcleos de forte significado sócio-cultural na apropriação de recursos hídricos;

c) Estruturas isoladas – exemplares excepcionais de estruturas de aproveitamento do potencial hídrico, cuja ambiência está comprometida ou em vias de comprometimento;

d) Povoados antigos – nucleações populacionais em que, independentemente do valor histórico das edificações foram desenvolvidas práticas de uso das águas significativas do ponto de vista sócio-cultural;

e) Sedes de Engenhos – Conjuntos edificados em zonas rurais geralmente tendo a força motriz derivada dos recursos hídricos ;

f) Ruínas – Apesar do estado de degradação física das instalações e estruturas, podem constituir-se em preciosos documentos de apropriação de recursos hídricos.

Cidades, Vilas, Povoados e unidades isoladas selecionadas:

Séculos XV e XVI:

Olinda, São vicente, Igaraçu e Engenhos Nossa Senhora da Ajuda (PE) e São Vicente (SP).

Século XVII :

Recife, Belém, Salvador, Rio de Janeiro, Florianópolis(1673) e Laguna (SC 1676)

Missão de São Miguel Arcanjo (RS)

Engenhos do Rio de Janeiro

Século XVIII:

Goiás, Tiradentes, Ouro Preto, Diamantina, Vila Bela (Cuiabá), Paraty, Rio Grande

Bicame de Catas Altas (MG)

Século XIX e XX:

Blumenau (1850), São Leopoldo (1824), Bento Gonçalves ((1890), Nova Milano (1875), São Paulo e Campinas.

Quanto aos usos da água serão considerados:

a) Hidroenergia

A hidroenergia possui vários atrativos, dentre eles, os sistemas de conversão que apresentam alto rendimento. Segundo Palz o rendimento na conversão de água represada em eletricidade pode chegar a valores próximos de 90 %. É facilmente armazenável na forma de energia potencial através de lagos, que podem ser artificiais. Sua maior limitação como fonte energética está na disponibilidade, só algumas regiões dispõem de quedas d'água aproveitáveis.

Depois da força muscular e dos ventos, em embarcações, a primeira fonte de energia explorada pelo homem para obter energia mecânica foi seguramente a força das quedas d'água. Segundo Usher , os primeiros usos da energia hidráulica vieram com a "nora", a roda d'água horizontal com acionamento direto e a roda d'água com engrenagens. O conhecimento da nora movida à água e do moinho com engrenagens já estava bastante sedimentado no final do primeiro século antes de Cristo. Quanto à roda d'água vertical, por falta de registros confiáveis, o autor achava apenas provável que já estivesse em uso, nesse período.

A importância das rodas d'água na revolução industrial e em todo o desenvolvimento tecnológico é destacada por diversos autores. A abundância de rios perenes na Europa, permitindo largo uso da roda d'água, foi fator essencial para o desenvolvimento da indústria, principalmente a siderúrgica, um dos suportes da revolução industrial.

Um outro dispositivo primitivo e bem distinto, com poucas referências em relação à sua origem é o monjolo. Utilizado para socar milho, arroz, café e amendoim, o monjolo tem seu uso no país desde a época colonial podendo ser encontrado em algumas regiões com disponibilidade de quedas d'água, com boa incidência em São Paulo e Espírito Santo.De dimensões reduzidas, feito a partir de troncos de árvores, o monjolo funciona como um balancim em movimento oscilante, repetido graças à variação de equilíbrio dada alternadamente pelo enchimento da cavidade existente em uma de suas extremidades por um filete de água e posterior esvaziamento, que ocorre em conseqüência da inclinação da haste, resultante do enchimento.

b) Abastecimento d´água

A questão do abastecimento e do uso da água tem sido fartamente tratada sob um prisma ambientalista, tecnológico e sanitário. O que se pretende com este trabalho é dar à questão um enfoque social, com vistas a responder a questões como:

- Interferência na qualidade de vida dos diferentes segmento sociais;
- Apropriação da água em cada segmento social;
- Os acessos das diversas camadas sociais ao uso e controle do recurso;
- O papel do Estado na questão.

A proposta é compreender como as questões relativas à água são vistas e vividas pelos diferentes segmentos sociais e entre eles, suas manifestações culturais, dentro de um contexto de desigualdade no controle e no acesso aos bens públicos entre os quais a água e suas formas de apropriação.

Esta proposta se efetivará através da recuperação de documentação dessas infra-estruturas e sistemas de vida relacionadas à prática dos usos da água, as quais por constituirem um imperativo de ordem histórica, cultural e social indissociável do processo de desenvolvimento sócio-cultural das comunidades, poderão, inclusive, servir de subsídios para concepção de futuros projetos de sistemas de saneamento básico, tanto no

Título: "LA BAYE DE TOUS LÊS SAINTS, Ancienne Capitale du Brésil Dessinée sur les lieux par Albert Dufourcq en 1782"

Autor: Albert Dufourcq

Fonte: Litografia do Instituto Histórico da Bahia, Salvador. Na cidade aparecem os fundos da Igreja dos Jesuítas e à direita , a antiga Sé, já então Catedral, com sua fachada ornamentada, mas sem a torre à direita, demolida em função dos deslizamento dos terrenos à sua frente, o que aparece com nitidez na imagem.

Título: Viagem ao Brasil
Autor: Alexandre Rodrigues Ferreira
Fonte: Cachoeira da Pederneira -19 de março de 1789 - Freire

meio urbano, quanto no meio rural.

No que concerne às formas de apropriação dos recursos hídricos para os usos d´água explicitados acima deverão ser pesquisadas:

- Captação e Reservação;
- Distribuição;
- Armazenamento e Consumo;
- Gestão.

a) Captação e Reservação

Entre os diversos sistemas de captação de água encontram-se poços, fontes, barragens, tanques, cacimbas, varadouros, etc.

b) Distribuição

Abrange as estruturas de adução das águas captadas e reservadas até o locais de coleta e consumo das populações e/ou utilizações energéticas.

Entre as diversas estruturas construídas ao longo dos séculos destacam-se os aquedutos, bicames e chafarizes apresentados a seguir.

Destacam-se também na distribuição as atividades dos aguadeiros e dos “canoeiros-pipa” estes particularmente observados na distribuição de água em Olinda e Recife.

Quanto aos usos da água serão considerados:

a) Hidroenergia

A hidroenergia possui vários atrativos, dentre eles, os sistemas de conversão que apresentam alto rendimento. Segundo Palz o rendimento na conversão de água represada em eletricidade pode chegar a valores próximos de 90 %. É facilmente armazenável na forma de energia potencial através de lagos, que podem ser artificiais. Sua maior limitação como fonte energética está na disponibilidade, só algumas regiões dispõem de quedas d’água aproveitáveis.

Depois da força muscular e dos ventos, em embarcações, a primeira fonte de energia explorada pelo homem para obter energia mecânica foi seguramente a força das quedas d’água. Segundo Usher , os primeiros usos da energia hidráulica vieram com a “nora”, a roda d’água horizontal com acionamento direto e a roda d’água com engrenagens. O conhecimento da nora movida à água e do moinho com engrenagens já estava bastante sedimentado no final do primeiro século antes de Cristo. Quanto à roda d’água vertical, por falta de registros confiáveis, o autor achava apenas provável que já estivesse em uso, nesse período.

A importância das rodas d’água na revolução industrial e em todo o desenvolvimento tecnológico é destacada por diversos autores. A abundância de rios perenes na Europa, permitindo largo uso da roda d’água, foi fator essencial para o desenvolvimento da indústria, principalmente a siderúrgica, um dos suportes da revolução industrial.

Um outro dispositivo primitivo e bem distinto, com poucas referências em relação à sua origem é o monjolo. Utilizado para socar milho, arroz, café e amendoim, o monjolo tem seu uso no país desde a época colonial podendo ser encontrado em algumas regiões com disponibilidade de quedas d’água, com boa incidência em São Paulo e Espírito Santo.De dimensões reduzidas, feito a partir de troncos de árvores, o monjolo funciona como um balancim em movimento oscilante, repetido graças à variação de equilíbrio dada alternadamente pelo enchimento da cavidade existente em uma de suas extremidades por um filete de água e posterior esvaziamento, que ocorre em conseqüência da inclinação da haste, resultante do enchimento.

b) Abastecimento d´água

A questão do abastecimento e do uso da água tem sido fartamente tratada sob um prisma ambientalista, tecnológico e sanitário.

O que se pretende com este trabalho é dar à questão um enfoque social, com vistas a responder a questões como:

- *Interferência na qualidade de vida dos diferentes segmento sociais;*
- *Apropriação da água em cada segmento social;*
- *Os acessos das diversas camadas sociais ao uso e controle do recurso;*
- *O papel do Estado na questão.*

A proposta é compreender como as questões relativas à água são vistas e vividas pelos diferentes segmentos sociais e entre eles, suas manifestações culturais, dentro de um contexto de desigualdade no controle e no acesso aos bens públicos entre os quais a água e suas formas de apropriação.

Esta proposta se efetivará através da recuperação de documentação dessas infra-estruturas e sistemas de vida relacionadas à prática dos usos da água, as quais por constituirem um imperativo de ordem histórica, cultural e social indissociável do processo de desenvolvimento sócio-cultural das comunidades, poderão, inclusive, servir de subsídios para concepção de futuros projetos de sistemas de saneamento básico, tanto no meio urbano, quanto no meio rural.

No que concerne às formas de apropriação dos recursos hídricos para os usos d´água explicitados acima deverão ser pesquisadas:

- *Captação e Reservação;*
- *Distribuição;*
- *Armazenamento e Consumo;*
- *Gestão.*

a) Captação e Reservação

Entre os diversos sistemas de captação de água encontram-se poços, fontes, barragens, tanques, cacimbas, varadouros, etc.

b) Distribuição

Abrange as estruturas de adução das águas captadas e reservadas até o locais de coleta e consumo das populações e/ou utilizações energéticas.

Entre as diversas estruturas construídas ao longo dos séculos destacam-se os aquedutos, bicames e chafarizes apresentados a seguir.

Destacam-se também na distribuição as atividades dos aguadeiros e dos “canoeiros-pipa” estes particularmente observados na distribuição de água em Olinda e Recife.

c) Armazenamento e Consumo

Abrange os sistemas, estruturas e utensílios de armazenamento e consumo de água diretamente pelos usuários. Concretizam-se sob formas de moringas, cabaças, bilhas, cântaros, gamelas e mesmo as canoas que serviam a banhos no caso de Olinda e, também, as casas de banho surgidas no início do século XX em São Paulo.

d) Gestão

Abrange a análise do sistema político-institucional e sua estrutura de poder, dos segmentos sociais diferenciados, atores sociais e seus interesses, situação geral do setor público, ações governamentais, relações Estado-Sociedade e nível de organização e participação da sociedade, enfatizando-se a questão da lógica político-institucional na gestão dos recursos hídricos

A legislação ambiental da Coroa Portuguesa, entre os séculos XVI e XVIII, preocupou-se com a preservação das águas e das florestas. A aplicação das Ordenações Manuelinas foi estendida ao Brasil até 1532, quando ocorreu a divisão do território em capitanias. Isso demandou a adaptação de vários de seus dispositivos, através das "cartas de doação" e dos "forais". Na realidade, ao aplicar-se ao Brasil as Ordenações Manuelinas, dota-se, desde o início, o Brasil de uma embrionária legislação ambiental. Até a vinda da família real para o Brasil em 1808, essa legislação será progressivamente enriquecida por uma infinidade de regimentos, ordenações, alvarás, decretos, leis e outros instrumentos legais. A dinâmica evolutiva e a capacidade inovadora dessa legislação ambiental foi enorme.

A legislação ambiental da Coroa portuguesa tomou um rosto local, brasileiro a partir de 1548. Foi quando o Governo Geral do Brasil começou a editar e aplicar uma série de regimentos, ordenações, alvarás e outros instrumentos legais visando à preservação e conservação dos recursos naturais do Brasil. Sob o domínio espanhol, passaram a vigorar no Brasil as Ordenações Filipinas, consolidadas de 11 de janeiro de 1603. Essa compilação manteve toda legislação anterior e agregou novos dispositivos. Nessa nova consolidação legal da monarquia, aparecem importantes medidas visando a manutenção da qualidade das águas e de seu potencial produtivo como a proibição de pesca com rede em determinadas épocas e uma série de referências expressas à poluição das águas, com a proibição de lançamento de material que pudesse prejudicar os peixes e sujar as mesmas. Isso quando as águas eram abundantes e a demanda inexpressiva. Essa legislação tratava da natureza como um todo e vinculava águas e florestas.

No contexto mais amplo o Tribunal de Águas de Vega de Valência, na Espanha, é sem dúvida alguma, a mais antiga instituição de justiça da Europa. Sua reunião semanal, no lado direito da Catedral gótica dos Apóstolos da Catedral de valência, e uma referência obrigatória para todo aquele que deseja retornar aos tempos da ocupação dos mouros da Espanha.

Apesar do que se possa pensar, o Tribunal de Águas de Vega de Valência não é um mero organismo folclórico e inoperante. A tradição legou, desde tempos remotos, um modelo de justiça que, ainda carente de protocolo e fórmulas jurídicas, sobrevive com plenos poderes para o o hemem do campo valenciano. E, além disso, o conhecido pelo simples nome de Tribunal das Águas é exemplo para novas instituições a nível internacional.

A origem do legado é, até certo ponto lógico, remonta à civilização romana. Possivelmente existiu uma instituição para resolver conflitos de uso da água em Valência. A história recolhe fatos ocorridos nos tempos de Aníbal e a segunda Guerra Púnica. Não obstante, foram os árabes que consolidaram as formas que ainda hoje mantem a ação do Tribunal.

As primeiras referências aparecem no Califato de Córdoba, durante os governos de Abderraman II e Al-Hakem II, ainda com certeza histórica se firma quando Jaime I el Conquistador dominou a cidade em 1238 e confirmou durante o Fuero XXV todos os privilégios que tinham os irrigantes quando Valência era " agarena ": " segons de antiquo es e fo establit e acostumat em temps de serrahins" (de acordo com o passado é e foi estabelecido e acostumado em tempos dos sarracenos)

Esta segunda etapa consiste na aplicação de um Plano de Pesquisa relativo às categorias delineadas anteriormente, compreendendo :

- Detalhamento das áreas de interesse classificadas nas categorias acima. Esta classificação permitirá que se formule um procedimento analítico mais aprimorado para cada categoria, atendendo às suas características peculiares.
- Com base nos procedimentos analíticos formulados para cada uma das categorias de áreas de interesse serão definidos os procedimentos e/ou metodologias de pesquisa mais adequadas para a coleta e sistematização dos dados e informações a serem coletados. Tais procedimentos podem variar desde registros fotográficos ou levantamentos topográficos até registro de relatos de habitantes das localidades pesquisadas, incluindo eventualmente o registro de ritos, procissões, danças, cantigas, etc.
- Os levantamentos de campo e a subseqüente sistematização das informações coletadas encerram esta etapa da pesquisa configurando como produto final este Sumário.

Título: Viagem ao Brasil
Autor: Alexandre Rodrigues Ferreira
Fonte: Prospecto do desmonte de terra da Lavra de Ouro do Sargento José Paes Falcão das Neves no Arrayal de S. Jose de Cocaes da Villa do Cuyaba.

Título: Praia dos Mineiros 1821-1825
Autor: Johann Moritz Rugendas
Fonte: Através das litografias de Johann M. Rugendas tem-se um registro da atuação policial na cidade do Rio de Janeiro no Século XIX. Visões do Rio na coleção Geyer - Curadora Geral – Maria de Lourdes Parreiras Horta. Petrópolis: Museu Imperial; Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2000.

c) Armazenamento e Consumo

Abrange os sistemas, estruturas e utensílios de armazenamento e consumo de água diretamente pelos usuários. Concretizam-se sob formas de moringas, cabaças, bilhas, cântaros, gamelas e mesmo as canoas que serviam a banhos no caso de Olinda e, também, as casas de banho surgidas no início do século XX em São Paulo.

d) Gestão

Abrange a análise do sistema político-institucional e sua estrutura de poder, dos segmentos sociais diferenciados, atores sociais e seus interesses, situação geral do setor público, ações governamentais, relações Estado-Sociedade e nível de organização e participação da sociedade, enfatizando-se a questão da lógica político-institucional na gestão dos recursos hídricos

A legislação ambiental da Coroa Portuguesa, entre os séculos XVI e XVIII, preocupou-se com a preservação das águas e das florestas. A aplicação das Ordenações Manuelinas foi estendida ao Brasil até 1532, quando ocorreu a divisão do território em capitanias. Isso demandou a adaptação de vários de seus dispositivos, através das "cartas de doação" e dos "forais". Na realidade, ao aplicar-se ao Brasil as Ordenações Manuelinas, dota-se, desde o início, o Brasil de uma embrionária legislação ambiental. Até a vinda da família real para o Brasil em 1808, essa legislação será progressivamente enriquecida por uma infinidade de regimentos, ordenações, alvarás, decretos, leis e outros instrumentos legais.

A dinâmica evolutiva e a capacidade inovadora dessa legislação ambiental foi enorme.

A legislação ambiental da Coroa portuguesa tomou um rosto local, brasileiro a partir de 1548. Foi quando o Governo Geral do Brasil começou a editar e aplicar uma série de regimentos, ordenações, alvarás e outros instrumentos legais visando à preservação e conservação dos recursos naturais do Brasil. Sob o domínio espanhol, passaram a vigorar no Brasil as Ordenações Filipinas, consolidadas de 11 de janeiro de 1603. Essa compilação manteve toda legislação anterior e agregou novos dispositivos. Nessa nova consolidação legal da monarquia, aparecem importantes medidas visando a manutenção da qualidade das águas e de seu potencial produtivo como a proibição de pesca com rede em determinadas épocas e uma série de referências expressas à poluição das águas, com a proibição de lançamento de material que pudesse prejudicar os peixes e sujar as mesmas. Isso quando as águas eram abundantes e a demanda inexpressiva. Essa legislação tratava da natureza como um todo e vinculava águas e florestas.

No contexto mais amplo o Tribunal de Águas de Vega de Valência, na Espanha, é sem dúvida alguma, a mais antiga instituição de justiça da Europa. Sua reunião semanal, no lado direito da Catedral gótica dos Apóstolos da Catedral de valência, e uma referência obrigatória para todo aquele que deseja retornar aos tempos da ocupação dos mouros da Espanha.

Apesar do que se possa pensar, o Tribunal de Águas de Vega de Valência não é um mero organismo folclórico e inoperante. A tradição legou, desde tempos remotos, um modelo de justiça que, ainda carente de protocolo e fórmulas jurídicas, sobrevive com plenos poderes para o o hemem do campo valenciano. E, além disso, o conhecido pelo simples nome de Tribunal das Águas é exemplo para novas instituições a nível internacional.

A origem do legado é, até certo ponto lógico, remonta à civilização romana. Possivelmente existiu uma instituição para resolver conflitos de uso da água em Valência. A história recolhe fatos ocorridos nos tempos de Aníbal e a segunda Guerra Púnica. Não obstante, foram os árabes que consolidaram as formas que ainda hoje mantem a ação do Tribunal.

As primeiras referências aparecem no Califato de Córdoba, durante os governos de Abderraman II e Al-Hakem II, ainda com certeza histórica se firma quando Jaime I el Conquistador dominou a cidade em 1238 e confirmou durante o Fuero XXV todos os privilégios que tinham os irrigantes quando Valência era " agarena ": " segons de antiquo es e fo establit e acostumat em temps de serrahins" (de acordo com o passado é e foi estabelecido e acostumado em tempos dos sarracenos)

Esta segunda etapa consiste na aplicação de um Plano de Pesquisa relativo às categorias delineadas anteriormente, compreendendo :

- *Detalhamento das áreas de interesse classificadas nas categorias acima. Esta classificação permitirá que se formule um procedimento analítico mais aprimorado para cada categoria, atendendo às suas características peculiares.*
- *Com base nos procedimentos analíticos formulados para cada uma das categorias de áreas de interesse serão definidos os procedimentos e/ou metodologias de pesquisa mais adequadas para a coleta e sistematização dos dados e informações a serem coletados. Tais procedimentos podem variar desde registros fotográficos ou levantamentos topográficos até registro de relatos de habitantes das localidades pesquisadas, incluindo eventualmente o registro de ritos, procissões, danças, cantigas, etc.*
- *Os levantamentos de campo e a subseqüente sistematização das informações coletadas encerram esta etapa da pesquisa configurando como produto final este Sumário.*

Capítulo 1

Período Pré-Cabralino

Pre-Cabral Period

As tribos eram formadas por indivíduos cujas aldeias ocupavam uma área contígua, falavam a mesma língua, tinham os mesmos costumes e possuíam um sentimento de unidade.

As tribos eram formadas por indivíduos cujas aldeias ocupavam uma área contígua, falavam a mesma língua, tinham os mesmos costumes e possuíam um sentimento de unidade.

Sociedades Indígenas Brasileiras no Século XVI

Brazilian Indigenous Society in the 16 th Century

Cerca de 3,5 milhões de índios habitavam o Brasil na época do Descobrimento. Dividiam-se em quatro grupos lingüístico-culturais: Tupi, Jê, Aruaque e Caraíba. Naquela ocasião, os Tupis acabavam de ocupar o litoral, expulsando para o interior as demais tribos, portanto, manter relações de amizade e aliança com o grupo dominante passou a ser fundamental para os conquistadores europeus.

As tribos eram formadas por indivíduos cujas aldeias ocupavam uma área contígua, falavam a mesma língua, tinham os mesmos costumes e possuíam um sentimento de unidade. Não existia uma autoridade central na tribo. Cada uma das aldeias constituía uma unidade política independente, com um chefe que não se distinguia dos demais homens: caçava, pescava e trabalhava na roça como qualquer um. Só em caso de guerra o comando era entregue ao morubixaba. Havia ainda um chefe para as cerimônias religiosas, que tinha grande influência sobre o grupo; ele era também o curandeiro da tribo, cuidando dos doentes com ervas medicinais e magia. Não havia nem escravos e nem uma camada dominante, pois as técnicas rudimentares forçavam todos a trabalhar igualmente. A esse tipo de organização social dá-se o nome de comunidade primitiva.

Cerca de 3,5 milhões de índios habitavam o Brasil na época do Descobrimento. Dividiam-se em quatro grupos lingüístico-culturais: Tupi, Jê, Aruaque e Caraíba. Naquela ocasião, os Tupis acabavam de ocupar o litoral, expulsando para o interior as demais tribos, portanto, manter relações de amizade e aliança com o grupo dominante passou a ser fundamental para os conquistadores europeus.

As tribos eram formadas por indivíduos cujas aldeias ocupavam uma área contígua, falavam a mesma língua, tinham os mesmos costumes e possuíam um sentimento de unidade. Não existia uma autoridade central na tribo. Cada uma das aldeias constituía uma unidade política independente, com um chefe que não se distinguia dos demais homens: caçava, pescava e trabalhava na roça como qualquer um. Só em caso de guerra o comando era entregue ao morubixaba. Havia ainda um chefe para as cerimônias religiosas, que tinha grande influência sobre o grupo; ele era também o curandeiro da tribo, cuidando dos doentes com ervas medicinais e magia. Não havia nem escravos e nem uma camada dominante, pois as técnicas rudimentares forçavam todos a trabalhar igualmente. A esse tipo de organização social dá-se o nome de comunidade primitiva.

Autor: Desconhecido

Fonte: Já se tentara também dar começo à catequese naqueles sítios, no primórdio do século XVIII, com a criação da Freguesia de São Manuel dos Rios Pomba e Peixe. Em 1765 por ordem do Governador da Capitania, D. Luís Diogo Lobo da Silva, confirmou-se a nomeação do Padre Manuel de Jesus Maria para o cargo de Diretor dos Índios da Aldeia dos Rios Pomba e Peixe.

Os diferentes grupos tribais do Brasil se caracterizavam pela utilização de uma técnica rudimentar na obtenção dos meios de subsistência. Isto se refletia na exploração dos recursos naturais, bastante limitada, e na maior ocupação do tempo nas tarefas que garantissem a sobrevivência. Embora a caça, a pesca e a coleta fossem atividades comuns a todas as tribos, assumiam maior importância para as nômades que desconheciam a agricultura. A atividade agrícola era realizada quase que somente em terrenos florestais, dada a sua fertilidade.

No contato com os indígenas, os jesuítas os classificaram em dois grandes grupos: os Tupis, povos de "língua geral", e os Tapuias, povos de "língua travada". Estes últimos foram depois identificados como Jês. Para melhor lidar com as tribos, os jesuítas aprenderam a língua tupi. Modificaram-na, criaram uma gramática e a transformaram na língua comum a várias tribos. Assim, a identidade cultural dos nativos foi descaracterizada, tornando-os alvos mais fáceis para os interesses dos missionários.

Mesmo entre os índios do mesmo grupo lingüístico-cultural havia constantes embates, motivados tanto por questões tribais - disputa da área de caça e ofensas familiares - como pelas alianças com os invasores estrangeiros. Percebendo essa situação, os próprios portugueses estimulavam ou até provocavam as rivalidades, como forma de facilitar sua dominação.

As relações amistosas entre estrangeiros e Tupis provocaram, por vezes, reações hostis por parte dos demais grupos indígenas que passaram a encará-los como inimigos. Os Jês, um desses grupos, incluíam tribos como a dos Aimorés, localizadas em Caravelas e Ilhéus, a dos Goitacases - no Rio Paraíba -, e a dos Carijós, em Curitiba. E ainda eram Jês algumas tribos que já haviam recuado para o interior, como a dos Cariris do sertão, entre o Rio São Francisco e o Ceará. A disputa era, então, entre grupos Tupis e Jês, conseqüentemente, entre Jês e os estrangeiros. Aruaques e Caraíbas ficaram fora das desavenças uma vez que habitavam a região amazônica, bem distante dos interesses iniciais dos portugueses.

Os diferentes grupos tribais do Brasil se caracterizavam pela utilização de uma técnica rudimentar na obtenção dos meios de subsistência. Isto se refletia na exploração dos recursos naturais, bastante limitada, e na maior ocupação do tempo nas tarefas que garantissem a sobrevivência. Embora a caça, a pesca e a coleta fossem atividades comuns a todas as tribos, assumiam maior importância para as nômades que desconheciam a agricultura. A atividade agrícola era realizada quase que somente em terrenos florestais, dada a sua fertilidade.

No contato com os indígenas, os jesuítas os classificaram em dois grandes grupos: os Tupis, povos de "língua geral", e os Tapuias, povos de "língua travada". Estes últimos foram depois identificados como Jês. Para melhor lidar com as tribos, os jesuítas aprenderam a língua tupi. Modificaram-na, criaram uma gramática e a transformaram na língua comum a várias tribos. Assim, a identidade cultural dos nativos foi descaracterizada, tornando-os alvos mais fáceis para os interesses dos missionários.

Mesmo entre os índios do mesmo grupo lingüístico-cultural havia constantes embates, motivados tanto por questões tribais - disputa da área de caça e ofensas familiares - como pelas alianças com os invasores estrangeiros. Percebendo essa situação, os próprios portugueses estimulavam ou até provocavam as rivalidades, como forma de facilitar sua dominação.

As relações amistosas entre estrangeiros e Tupis provocaram, por vezes, reações hostis por parte dos demais grupos indígenas que passaram a encará-los como inimigos. Os Jês, um desses grupos, incluíam tribos como a dos Aimorés, localizadas em Caravelas e Ilhéus, a dos Goitacases - no Rio Paraíba -, e a dos Carijós, em Curitiba. E ainda eram Jês algumas tribos que já haviam recuado para o interior, como a dos Cariris do sertão, entre o Rio São Francisco e o Ceará. A disputa era, então, entre grupos Tupis e Jês, conseqüentemente, entre Jês e os estrangeiros. Aruaques e Caraíbas ficaram fora das desavenças uma vez que habitavam a região amazônica, bem distante dos interesses iniciais dos portugueses.

Título: O desembarque dos *Portuguezes* no *Brazil* ao ser descoberto por Pedro Álvares Cabral em 1500.
Fonte: Bibliotheca Nacional de Lisboa

O Índio no Imaginário Português

Portuguese Image of the Brazilian Indian

Já na carta de Caminha ao rei de Portugal ficava clara a superioridade com que os portugueses lidavam com a população do Brasil. Eles, os "homens do mar", entraram em contato com os "homens da terra", segundo um sistema de regras e leis definidas pelo cristianismo. A ideologia religiosa é, para Caminha, o aspecto mais importante nessa relação. Não reconhecendo nos nativos uma cultura própria, os portugueses pretendiam torná-los súditos do rei de Portugal e cristãos. Eram incapazes de entender os índios e o seu contexto sócio - cultural, reduzindo-os à condição de selvagens, de acordo com os padrões europeus.

Desde os contatos iniciais com os indígenas, os portugueses, de um modo geral, desenvolveram uma visão ambígua sobre eles. O próprio Caminha, em sua carta ao rei Dom Manuel, descreveu-os como "rijos, saudáveis e inocentes". Ao mesmo tempo, comparou-os com animais, chamando-os de "gente bestial e de pouco saber". Américo Vespúcio, em sua célebre carta Mundus Novus, via-os como "índios mansos, vivendo de forma paradisíaca, de acordo com a lei natural". Os padres jesuítas, como José de Anchieta e Manuel da Nóbrega, ao mesmo tempo que zelavam pelos índios, pretendendo torná-los súditos da sua fé, diziam que "são cães em se comerem e se matarem, e são porcos nos vícios e na maneira de se tratarem". Faziam, também, distinção entre as tribos, sendo que algumas, segundo eles, tinham costumes mais próximos dos brancos, pois não praticavam a antropofagia, não eram cruéis na guerra e vestiam suas mulheres, tendo, portanto, mais condições de se converterem e se tornarem fiéis súditos de Cristo e da Coroa Portuguesa.

Já na carta de Caminha ao rei de Portugal ficava clara a superioridade com que os portugueses lidavam com a população do Brasil. Eles, os "homens do mar", entraram em contato com os "homens da terra", segundo um sistema de regras e leis definidas pelo cristianismo. A ideologia religiosa é, para Caminha, o aspecto mais importante nessa relação. Não reconhecendo nos nativos uma cultura própria, os portugueses pretendiam torná-los súditos do rei de Portugal e cristãos. Eram incapazes de entender os índios e o seu contexto sócio - cultural, reduzindo-os à condição de selvagens, de acordo com os padrões europeus.

Desde os contatos iniciais com os indígenas, os portugueses, de um modo geral, desenvolveram uma visão ambígua sobre eles. O próprio Caminha, em sua carta ao rei Dom Manuel, descreveu-os como "rijos, saudáveis e inocentes". Ao mesmo tempo, comparou-os com animais, chamando-os de "gente bestial e de pouco saber". Américo Vespúcio, em sua célebre carta Mundus Novus, via-os como "índios mansos, vivendo de forma paradisíaca, de acordo com a lei natural". Os padres jesuítas, como José de Anchieta e Manuel da Nóbrega, ao mesmo tempo que zelavam pelos índios, pretendendo torná-los súditos da sua fé, diziam que "são cães em se comerem e se matarem, e são porcos nos vícios e na maneira de se tratarem". Faziam, também, distinção entre as tribos, sendo que algumas, segundo eles, tinham costumes mais próximos dos brancos, pois não praticavam a antropofagia, não eram cruéis na guerra e vestiam suas mulheres, tendo, portanto, mais condições de se converterem e se tornarem fiéis súditos de Cristo e da Coroa Portuguesa.

Título: La Pagelet (sculpt.) e Duché de Vancy (del.)
Fonte: Vue de I´lle de Ste. Catherine. Gravura 25 x 39,5 cm. Ilustração do Alas du voyage de La Pérouse. Coleção Lygia e Newton Carneiro Junior, São Paulo, Brasil.

A Água na Cultura Indígena

Na perspectiva da inculturação do cristianismo, o padre Anchieta fundava escolas mas considerava-se, com humildade, na escola dos índios em termos de conhecimento da natureza. Para os jesuítas, não havia necessidade dos portugueses inventarem nomes para todos os animais, plantas, lagos e rios do Brasil. Eles já estavam nomeados pelos índios.

Para os povoadores europeus, absorver esses nomes locais não era um caminho natural. Era uma via cheia de perigos e armadilhas. Eles iam encontrar vários obstáculos de compreensão e tradução das águas brasílicas e podiam afogar-se entre igarapés, igapós, paranás, ipueras e tantas designações hídricas do tupi.

Para os jesuítas nenhuma palavra indígena deveria perder-se em seu caminho rumo ao português. Eles fizeram do português uma imensa arca de Noé, onde a grande maioria dos nomes indígenas dos rios, lagos, riachos e arroios, córregos e regatos foram salvos no dilúvio da aculturação. E mais, as águas das palavras tupi batizaram, deram um banho na língua portuguesa.

Para construir essa arca, a língua geral, os jesuítas estabeleceram, cortaram e pregaram regras como árvores, sugeriram e esculpiram caminhos de transformações fonéticas como tábuas e encaixaram todas essas mudanças gramaticais como hábeis carpinteiros, seguindo normas seguras e replicáveis para que, com poucas alterações, o termo indígena fosse incorporado ao português.

Esse ecumenismo lingüístico, praticado e incentivado pelos jesuítas, vai ter sua grande expressão na formação do nheengatu, a "língua geral", consolidada como a verdadeira língua do Brasil durante séculos e ainda falada na Amazônia.

O início do povoamento territorial do Brasil foi realizado, predominantemente, por homens desacompanhados de mulheres, buscando esposas no Brasil. Eles entraram em contato com um povo indígena numeroso e socialmente aberto ao estabelecimento de alianças matrimoniais com os forasteiros. Esse fenômeno de miscigenação, tipicamente lusitano, é único se comparado às políticas e práticas de colonização e povoamento de outras potências européias como os franceses, espanhóis, ingleses, holandeses etc.

A Água na Cultura Indígena

Na perspectiva da inculturação do cristianismo, o padre Anchieta fundava escolas mas considerava-se, com humildade, na escola dos índios em termos de conhecimento da natureza. Para os jesuítas, não havia necessidade dos portugueses inventarem nomes para todos os animais, plantas, lagos e rios do Brasil. Eles já estavam nomeados pelos índios.

Para os povoadores europeus, absorver esses nomes locais não era um caminho natural. Era uma via cheia de perigos e armadilhas. Eles iam encontrar vários obstáculos de compreensão e tradução das águas brasílicas e podiam afogar-se entre igarapés, igapós, paranás, ipueras e tantas designações hídricas do tupi.

Para os jesuítas nenhuma palavra indígena deveria perder-se em seu caminho rumo ao português. Eles fizeram do português uma imensa arca de Noé, onde a grande maioria dos nomes indígenas dos rios, lagos, riachos e arroios, córregos e regatos foram salvos no dilúvio da aculturação. E mais, as águas das palavras tupi batizaram, deram um banho na língua portuguesa.

Para construir essa arca, a língua geral, os jesuítas estabeleceram, cortaram e pregaram regras como árvores, sugeriram e esculpiram caminhos de transformações fonéticas como tábuas e encaixaram todas essas mudanças gramaticais como hábeis carpinteiros, seguindo normas seguras e replicáveis para que, com poucas alterações, o termo indígena fosse incorporado ao português.

Esse ecumenismo lingüístico, praticado e incentivado pelos jesuítas, vai ter sua grande expressão na formação do nheengatu, a "língua geral", consolidada como a verdadeira língua do Brasil durante séculos e ainda falada na Amazônia.

O início do povoamento territorial do Brasil foi realizado, predominantemente, por homens desacompanhados de mulheres, buscando esposas no Brasil. Eles entraram em contato com um povo indígena numeroso e socialmente aberto ao estabelecimento de alianças matrimoniais com os forasteiros. Esse fenômeno de miscigenação, tipicamente lusitano, é único se comparado às políticas e práticas de colonização e povoamento de outras potências européias como os franceses, espanhóis, ingleses, holandeses etc.

Título: Viagem ao Brasil
Autor: Alexandre Rodrigues Ferreira
Fonte: Gentio Caripuna, que habita nas serras da margem ocidental do Rio Yatapú.

Título: Tropeiros
Fonte: Tropeiros pobres de Minas, 1823. MEA 277 Coleção Museu Castro Maya, Rio de Janeiro.

Os jesuítas e a Igreja em geral, incentivaram esses matrimônios.A população do Brasil foi progressivamente formada, em grande parte, por mamelucos, frutos das águas uterinas, filhos de portugueses com índias tupi e de outros grupos. No final do século XVI, essa miscigenação genética, lingüística e intercultural já era dominante na população brasileira. Ela vai fascinar os norte europeus recém-chegados ao Brasil. Vai ser tema de muitos artistas, como os belos mestiços e mamelucos retratados pelo pintor flamengo Albert Eckhout, em 1644.

A expressão língua geral, tanto em São Paulo, como no Maranhão e Pará, passou a designar as línguas de origem indígena, transformadas e faladas nas respectivas províncias, por toda a população originada do cruzamento de europeus e índios tupi (tupis em São Paulo e tupinambás no Maranhão e Pará), à qual foi-se agregando um contingente de origem africana. Em tupi, o substantivo água é diminuto, apesar de sua abundância na terra brasilis. Água resume-se a uma letra: i (ig).

A expressão água verdadeira, água de fato, é ieté. Água doce é icem. Água boa é icatu. Água benta ou água santa é icaraí, palavra muito pronunciada por ibarés jesuítas. Hoje designa bairros e localidades, sobretudo no Estado do Rio de Janeiro. E icanga ou iacanga designa a nascente, a cabeceira ou o início de um rio. O termo entra na composição de muitos topônimos brasileiros. O limo dos rios é chamado carinhosamente de cabelo d'água: igaba. Igara designa a canoa e dela derivam muitos nomes, de muitas cidades e logradouros, como Igaraçú, bela e antiga vila pernambucana, sinônimo de canoa grande. Ou ainda, Igarapava: ancoradouro de canoas, bem como Igaratá, canoa forte ou resistente (palavra aplicada aos navios), igarari, rio das canoas, e outras tantas. Iguá é outro tesouro da língua indígena. Evoca a bacia fluvial, a enseada (i, água, guá, enseada, bacia, rio amplo), como em Iguatinga, baía branca e iguaba, bebedouro da baía. Nomeia municípios e cidades como Iguape (textualmente, na enseada) e Iguaçu (rio grande).

Itu, salto, cachoeira ou cascata, é o nome do município onde encontra-se o salto do Tietê. Falar de Salto de Itu é mesmo tautológico. Itutinga é o salto branco, a branca cachoeira, enquanto ituzaingó, localidade do Rio Grande do Sul, designa o salto a pique, vertical, como a cachoeira do Caracol, em Gramado. Itupeva, cachoeira baixa ou de pouca altura, é também nome de município. Ituporanga evoca o salto rumoroso e estrondejante.

Os jesuítas e a Igreja em geral, incentivaram esses matrimônios.A população do Brasil foi progressivamente formada, em grande parte, por mamelucos, frutos das águas uterinas, filhos de portugueses com índias tupi e de outros grupos. No final do século XVI, essa miscigenação genética, lingüística e intercultural já era dominante na população brasileira. Ela vai fascinar os norte europeus recém-chegados ao Brasil. Vai ser tema de muitos artistas, como os belos mestiços e mamelucos retratados pelo pintor flamengo Albert Eckhout, em 1644.

A expressão língua geral, tanto em São Paulo, como no Maranhão e Pará, passou a designar as línguas de origem indígena, transformadas e faladas nas respectivas províncias, por toda a população originada do cruzamento de europeus e índios tupi (tupis em São Paulo e tupinambás no Maranhão e Pará), à qual foi-se agregando um contingente de origem africana. Em tupi, o substantivo água é diminuto, apesar de sua abundância na terra brasilis. Água resume-se a uma letra: i (ig).

A expressão água verdadeira, água de fato, é ieté. Água doce é icem. Água boa é icatu. Água benta ou água santa é icaraí, palavra muito pronunciada por ibarés jesuítas. Hoje designa bairros e localidades, sobretudo no Estado do Rio de Janeiro. E icanga ou iacanga designa a nascente, a cabeceira ou o início de um rio. O termo entra na composição de muitos topônimos brasileiros. O limo dos rios é chamado carinhosamente de cabelo d'água: igaba. Igara designa a canoa e dela derivam muitos nomes, de muitas cidades e logradouros, como Igaraçú, bela e antiga vila pernambucana, sinônimo de canoa grande. Ou ainda, Igarapava: ancoradouro de canoas, bem como Igaratá, canoa forte ou resistente (palavra aplicada aos navios), igarari, rio das canoas, e outras tantas. Iguá é outro tesouro da língua indígena. Evoca a bacia fluvial, a enseada (i, água, guá, enseada, bacia, rio amplo), como em Iguatinga, baía branca e iguaba, bebedouro da baía. Nomeia municípios e cidades como Iguape (textualmente, na enseada) e Iguaçu (rio grande).

Itu, salto, cachoeira ou cascata, é o nome do município onde encontra-se o salto do Tietê. Falar de Salto de Itu é mesmo tautológico. Itutinga é o salto branco, a branca cachoeira, enquanto ituzaingó, localidade do Rio Grande do Sul, designa o salto a pique, vertical, como a cachoeira do Caracol, em Gramado. Itupeva, cachoeira baixa ou de pouca altura, é também nome de município. Ituporanga evoca o salto rumoroso e estrondejante. Itumirim e Ituassú são opostos. Itupiranga é a cachoeira vermelha; Itupu, o salto estrondoso e Ituverava, a cachoeira brilhante.

Itumirim e Ituassú são opostos. Itupiranga é a cachoeira vermelha; Itupu, o salto estrondoso e Ituverava, a cachoeira brilhante.

Alguns Povos Indígenas e Sua Relação Com a Água

O que se entende por religião está associado, para os povos indígenas, aos mitos e crenças, isto é, às narrativas de acontecimentos que explicam o mundo em que vivem, à posição de seu povo diante dos demais, suas tradições e costumes. Os mitos, ao descrever e explicar o passado, procuram, como grande parte das práticas religiosas, refletir sobre o presente. Os mitos têm uma relação muito estreita com os ritos e com a estrutura social de cada povo. Nos mitos, são descritas as ações dos heróis míticos, seres transformadores, responsáveis pela criação dos acidentes geográficos, dos animais e plantas.

A água de rios, riachos, igarapés, igapós e lagos têm uma importância vital para os povos indígenas e na mitologia de várias sociedades a água está diretamente relacionada às suas origens, em muitos casos considerada um ser vivo que deve ser respeitado. Esses povos desenvolveram mitos que relatam o surgimento de suas tribos, dos ancestrais e das relações entre os seres da água e os humanos. Esses seres podem causar harmonia ou desarmonia.

Rituais de pesca são realizados para obter sua permissão para se entrar no rio e capturar os peixes. Para os Metutire (grupo Caiapó-MT/PA) a água é considerada um elemento que estimula o crescimento físico e o amadurecimento psicosocial, e as mulheres costumam mandar as crianças banharem-se na chuva para que crescessem rapidamente. Os Mebengocrê (povo do buraco d´água, também Caiapó) retratam a íntima relação entre sua gente e a água através de muitos mitos. Os Aúwe Xavante (MT) distinguem dois tipos de água: a dos rios, identificada como água viva, e a dos lagos e lagoas, considerada água parada ou morta, sendo que cada uma delas tem seus donos.

Os donos ou espíritos da água viva (Otedewa) são generosos, alertam os adolescentes contra os perigos dos rios, controlam peixes e jacarés e curam determinadas doenças. Já os espíritos, donos das águas mortas (Uutedewa) vivem no fundo dos lagos, são hostis e perigosos e por isso os índios precisam pedir-lhes permissão, fazendo rituais que precedem a pesca.

Título: Viagem ao Brasil
Autor: Alexandre Rodrigues Ferreira
Fonte: Gentio Mauhás, habitante nas margens do Rio Cumiary, o qual deságua na margem oriental do Rio Jupurá.

Alguns Povos Indígenas e Sua Relação Com a Água

O que se entende por religião está associado, para os povos indígenas, aos mitos e crenças, isto é, às narrativas de acontecimentos que explicam o mundo em que vivem, à posição de seu povo diante dos demais, suas tradições e costumes. Os mitos, ao descrever e explicar o passado, procuram, como grande parte das práticas religiosas, refletir sobre o presente. Os mitos têm uma relação muito estreita com os ritos e com a estrutura social de cada povo. Nos mitos, são descritas as ações dos heróis míticos, seres transformadores, responsáveis pela criação dos acidentes geográficos, dos animais e plantas.

A água de rios, riachos, igarapés, igapós e lagos têm uma importância vital para os povos indígenas e na mitologia de várias sociedades a água está diretamente relacionada às suas origens, em muitos casos considerada um ser vivo que deve ser respeitado. Esses povos desenvolveram mitos que relatam o surgimento de suas tribos, dos ancestrais e das relações entre os seres da água e os humanos. Esses seres podem causar harmonia ou desarmonia.

Rituais de pesca são realizados para obter sua permissão para se entrar no rio e capturar os peixes. Para os Metutire (grupo Caiapó-MT/PA) a água é considerada um elemento que estimula o crescimento físico e o amadurecimento psicosocial, e as mulheres costumam mandar as crianças banharem-se na chuva para que crescessem rapidamente. Os Mebengocrê (povo do buraco d´água, também Caiapó) retratam a íntima relação entre sua gente e a água através de muitos mitos. Os Aúwe Xavante (MT) distinguem dois tipos de água: a dos rios, identificada como água viva, e a dos lagos e lagoas, considerada água parada ou morta, sendo que cada uma delas tem seus donos.

Os donos ou espíritos da água viva (Otedewa) são generosos, alertam os adolescentes contra os perigos dos rios, controlam peixes e jacarés e curam determinadas doenças. Já os espíritos, donos das águas mortas (Uutedewa) vivem no fundo dos lagos, são hostis e perigosos e por isso os índios precisam pedir-lhes permissão, fazendo rituais que precedem a pesca.

Título: Manufacture des Gobelins. Les Pêcheurs (Os Pescadores), Paris. **Fonte:** Tapeçaria 293x300 cm, série Nouvelles Indes. Coleção Beatriz e Mario Pimenta Camargo, São Paulo, Brasil.

A Água na Carta de Pero Vaz de Caminha

Quando os portugueses chegaram, Pero Vaz de Caminha escreveu conhecida carta ao Rei de Portugal, na qual por diversas vezes mencionava a água:

" Senhor, posto que o Capitão-mor desta Vossa frota, e assim os outros capitães escrevam a Vossa Alteza a notícia do achamento desta Vossa terra nova, que se agora nesta navegação achou, não deixarei de também dar disso minha conta a Vossa Alteza, assim como eu melhor puder, ainda que -- para o bem contar e falar -- o saiba pior que todos fazer!

(...)

Mas não se afastaram muito. E mal tinham pousado seus arcos quando saíram os que nós levávamos, e o mancebo degredado com eles. E saídos não pararam mais; nem esperavam um pelo outro, mas antes corriam a quem mais correria. E passaram um rio que aí corre, de água doce, de muita água que lhes dava pela braga. E muitos outros com eles. E foram assim correndo para além do rio entre umas moitas de palmeiras onde estavam outros. E ali pararam. E naquilo tinha ido o degredado com um homem que, logo ao sair do batel, o agasalhou e levou até lá. Mas logo o tornaram a nós. E com ele vieram os outros que nós leváramos, os quais vinham já nus e sem carapuças.

E então se começaram de chegar muitos; e entravam pela beira do mar para os batéis, até que mais não podiam. E traziam cabaças d'água, e tomavam alguns barris que nós levávamos e enchiam-nos de água e traziam-nos aos batéis.

Ali por então não houve mais fala ou entendimento com eles, por a barbana deles ser tamanha que se não entendia nem ouvia ninguém. Acenamos-lhes que se fossem. E assim o fizeram e passaram-se para além do rio. E saíram três ou quatro homens nossos dos batéis, e encheram não sei quantos barris d'água que nós levávamos. E tornamo-nos às naus.

(...)

À tarde saiu o Capitão-mor em seu batel com todos nós outros capitães das naus em seus batéis a folgar pela baía, perto da praia. Mas ninguém saiu em terra, por o Capitão o não querer, apesar de ninguém estar nela. Apenas saiu -- ele com todos nós -- em um ilhéu grande

Título: *The Surrender of Breda*
Autor: Diego Velasquez
Fonte: Before 1635 (180 Kb); Oil on canvas, 307 x 367 cm (10' 7/8" x 12' 1/2"); Museo del Prado, Madrid.

A Água na Carta de Pero Vaz de Caminha

Quando os portugueses chegaram, Pero Vaz de Caminha escreveu conhecida carta ao Rei de Portugal, na qual por diversas vezes mencionava a água:

" Senhor, posto que o Capitão-mor desta Vossa frota, e assim os outros capitães escrevam a Vossa Alteza a notícia do achamento desta Vossa terra nova, que se agora nesta navegação achou, não deixarei de também dar disso minha conta a Vossa Alteza, assim como eu melhor puder, ainda que -- para o bem contar e falar -- o saiba pior que todos fazer!

(...)

Mas não se afastaram muito. E mal tinham pousado seus arcos quando saíram os que nós levávamos, e o mancebo degredado com eles. E saídos não pararam mais; nem esperavam um pelo outro, mas antes corriam a quem mais correria. E passaram um rio que aí corre, de água doce, de muita água que lhes dava pela braga. E muitos outros com eles. E foram assim correndo para além do rio entre umas moitas de palmeiras onde estavam outros. E ali pararam. E naquilo tinha ido o degredado com um homem que, logo ao sair do batel, o agasalhou e levou até lá. Mas logo o tornaram a nós. E com ele vieram os outros que nós leváramos, os quais vinham já nus e sem carapuças.

E então se começaram de chegar muitos; e entravam pela beira do mar para os batéis, até que mais não podiam. E traziam cabaças d'água, e tomavam alguns barris que nós levávamos e enchiam-nos de água e traziam-nos aos batéis.

Ali por então não houve mais fala ou entendimento com eles, por a barbana deles ser tamanha que se não entendia nem ouvia ninguém. Acenamos-lhes que se fossem. E assim o fizeram e passaram-se para além do rio. E saíram três ou quatro homens nossos dos batéis, e encheram não sei quantos barris d'água que nós levávamos. E tornamo-nos às naus.

(...)

À tarde saiu o Capitão-mor em seu batel com todos nós outros capitães das naus em seus batéis a folgar pela baía, perto da praia. Mas ninguém saiu em terra, por o Capitão o não querer, apesar de ninguém estar nela. Apenas saiu -- ele com todos nós -- em um ilhéu grande *que está na baía, o qual, aquando baixamar,*

que está na baía, o qual, aquando baixamar, fica mui vazio. Com tudo está de todas as partes cercado de água, de sorte que ninguém lá pode ir, a não ser de barco ou a nado. Ali folgou ele, e todos nós, bem uma hora e meia. E pescaram lá, andando alguns marinheiros com um chinchorro; e mataram peixe miúdo, não muito. E depois volvemo-nos às naus, já bem noite.

(...)

Como viram o esquife de Bartolomeu Dias, chegaram-se logo todos à água, metendo-se nela até onde mais podiam. Acenaram-lhes que pousassem os arcos e muitos deles os iam logo pôr em terra; e outros não os punham.

Estava tinto de tintura vermelha pelos peitos e costas e pelos quadris, coxas e pernas até baixo, mas os vazios com a barriga e estômago eram de sua própria cor. E a tintura era tão vermelha que a água lha não comia nem desfazia. Antes, quando saía da água, era mais vermelho. Saiu um homem do esquife de Bartolomeu Dias e andava no meio deles, sem implicarem nada com ele, e muito menos ainda pensavam em fazer-lhe mal.

Apenas lhe davam cabaças d'água; e acenavam aos do esquife que saíssem em terra.

(...)

Acabado isto, disse o Capitão que fôssemos nos batéis em terra. E ver-se-ia bem, quejando era o rio. Mas também para folgarmos.

Fomos todos nos batéis em terra, armados; e a bandeira conosco. Eles andavam ali na praia, à boca do rio, para onde nós íamos; e, antes que chegássemos, pelo ensino que dantes tinham, puseram todos os arcos, e acenaram que saíssemos. Mas, tanto que os batéis puseram as proas em terra, passaram-se logo todos além do rio, o qual não é mais ancho que um jogo de mancal.

E tanto que desembarcamos, alguns dos nossos passaram logo o rio, e meteram-se entre eles.

(...)

Em seguida o Capitão foi subindo ao longo do rio, que corre rente à praia."

(...)

Até agora não pudemos saber se há ouro ou prata nela, ou outra coisa de metal, ou ferro; nem lha vimos. Contudo a terra em si é de muito bons ares frescos e temperados como os de Entre-Douro-e-Minho, porque neste tempo d'agora assim os achávamos como os de lá. Águas são muitas; infinitas. Em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo; por causa das águas que tem!

Título: Cascatinha da Tijuca
Autor: Johann Moritz Rugendas
Fonte: Visões do Rio na coleção Geyer - Curadora Geral - Maria de Lourdes Parreiras Horta. Petrópolis: Museu Imperial; Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2000.

fica mui vazio. Com tudo está de todas as partes cercado de água, de sorte que ninguém lá pode ir, a não ser de barco ou a nado. Ali folgou ele, e todos nós, bem uma hora e meia. E pescaram lá, andando alguns marinheiros com um chinchorro; e mataram peixe miúdo, não muito. E depois volvemo-nos às naus, já bem noite.

(...)

Como viram o esquife de Bartolomeu Dias, chegaram-se logo todos à água, metendo-se nela até onde mais podiam. Acenaram-lhes que pousassem os arcos e muitos deles os iam logo pôr em terra; e outros não os punham.

Estava tinto de tintura vermelha pelos peitos e costas e pelos quadris, coxas e pernas até baixo, mas os vazios com a barriga e estômago eram de sua própria cor. E a tintura era tão vermelha que a água lha não comia nem desfazia. Antes, quando saía da água, era mais vermelho. Saiu um homem do esquife de Bartolomeu Dias e andava no meio deles, sem implicarem nada com ele, e muito menos ainda pensavam em fazer-lhe mal.

Apenas lhe davam cabaças d'água; e acenavam aos do esquife que saíssem em terra.

(...)

Acabado isto, disse o Capitão que fôssemos nos batéis em terra. E ver-se-ia bem, quejando era o rio. Mas também para folgarmos. Fomos todos nos batéis em terra, armados; e a bandeira conosco. Eles andavam ali na praia, à boca do rio, para onde nós íamos; e, antes que chegássemos, pelo ensino que dantes tinham, puseram todos os arcos, e acenaram que saíssemos. Mas, tanto que os batéis puseram as proas em terra, passaram-se logo todos além do rio, o qual não é mais ancho que um jogo de mancal.

E tanto que desembarcamos, alguns dos nossos passaram logo o rio, e meteram-se entre eles.

(...)

Em seguida o Capitão foi subindo ao longo do rio, que corre rente à praia."

(...)

Até agora não pudemos saber se há ouro ou prata nela, ou outra coisa de metal, ou ferro; nem lha vimos. Contudo a terra em si é de muito bons ares frescos e temperados como os de Entre-Douro-e-Minho, porque neste tempo d'agora assim os achávamos como os de lá. Águas são muitas; infinitas. Em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo; por causa das águas que tem!

Capítulo 2

Séculos XV e XVI

15th and 16th Century

As tribos eram formadas por indivíduos cujas aldeias ocupavam uma área contígua, falavam a mesma língua, tinham os mesmos costumes e possuíam um sentimento de unidade.

As tribos eram formadas por indivíduos cujas aldeias ocupavam uma área contígua, falavam a mesma língua, tinham os mesmos costumes e possuíam um sentimento de unidade.

Há cinco séculos, em março de 1500, partiu de Lisboa, principal cidade do Reino português, uma expedição de treze navios. A armada de Pedro Álvares Cabral dirigia-se às Índias Ocidentais, porém chegou ao Brasil.

A expedição dava prosseguimento às navegações portuguesas, cuja intenção era disseminar a pregação da religião cristã por meio de missionários franciscanos.

A missão da frota de Cabral reafirmava os dois sentidos orientadores da aventura das navegações portuguesas: o mercantil e o religioso.

Em 1532, o rei de Portugal anuncia o povoamento do Brasil por meio da criação das capitanias hereditárias. Esse sistema já havia sido utilizado com êxito nas possessões portuguesas das ilhas do Atlântico (Madeira, Cabo Verde, São Tomé e Açores). O Brasil foi dividido em 14 capitanias hereditárias, 15 lotes e 12 donatários.

Colonização

Entre os donatários não figuravam nomes da alta nobreza ou do grande comércio de Portugal. Somente a pequena nobreza, cuja fortuna se devia ao Oriente, que aqui aportou, arriscando seus recursos. Traziam nas mãos dois documentos reais: a carta de doação e os forais. No primeiro, o rei declarava a doação e tudo que implicava. O segundo era uma espécie de código tributário que estabelecia os impostos.

Nesses dois documentos, o rei praticamente abria mão de sua soberania e conferia aos donatários poderes amplíssimos. Aos donatários cabia a responsabilidade de povoar e desenvolver a terra à própria custa.

O regime de capitanias hereditárias transferia a tarefa de colonizar o Brasil.

Entretanto, devido ao tamanho da obrigação e à falta de recursos, a maioria fracassou. No final, das catorze capitanias, apenas Pernambuco teve êxito, além do sucesso temporário de São Vicente. Quanto às demais capitanias, malograram e alguns dos donatários não só perderam seus bens como também a própria vida.

Título: Lisboa no século XVI.
Fonte: Gravura em cobre da edição latina da obra de Hans Staden sobre o Brasil (Francfort, 1592).

Há cinco séculos, em março de 1500, partiu de Lisboa, principal cidade do Reino português, uma expedição de treze navios. A armada de Pedro Álvares Cabral dirigia-se às Índias Ocidentais, porém chegou ao Brasil.

A expedição dava prosseguimento às navegações portuguesas, cuja intenção era disseminar a pregação da religião cristã por meio de missionários franciscanos.

A missão da frota de Cabral reafirmava os dois sentidos orientadores da aventura das navegações portuguesas: o mercantil e o religioso.

Em 1532, o rei de Portugal anuncia o povoamento do Brasil por meio da criação das capitanias hereditárias. Esse sistema já havia sido utilizado com êxito nas possessões portuguesas das ilhas do Atlântico (Madeira, Cabo Verde, São Tomé e Açores). O Brasil foi dividido em 14 capitanias hereditárias, 15 lotes e 12 donatários.

Colonização

Entre os donatários não figuravam nomes da alta nobreza ou do grande comércio de Portugal. Somente a pequena nobreza, cuja fortuna se devia ao Oriente, que aqui aportou, arriscando seus recursos. Traziam nas mãos dois documentos reais: a carta de doação e os forais. No primeiro, o rei declarava a doação e tudo que implicava. O segundo era uma espécie de código tributário que estabelecia os impostos.

Nesses dois documentos, o rei praticamente abria mão de sua soberania e conferia aos donatários poderes amplíssimos. Aos donatários cabia a responsabilidade de povoar e desenvolver a terra à própria custa.

O regime de capitanias hereditárias transferia a tarefa de colonizar o Brasil.

Entretanto, devido ao tamanho da obrigação e à falta de recursos, a maioria fracassou. No final, das catorze capitanias, apenas Pernambuco teve êxito, além do sucesso temporário de São Vicente. Quanto às demais capitanias, malograram e alguns dos donatários não só perderam seus bens como também a própria vida.

Título: Mapa Antigo do Brasil
Fonte: Hartt: Expedições pelo Brasil Imperial

As Primeiras Cidades

São Vicente, Olinda, Igaraçu, Salvador, Rio de Janeiro, Filipéia de Nossa Senhora das Neves, e as demais cidades surgidas nos primeiros tempos de colonização, eram núcleos pequenos. Além das casas dos poucos moradores, apenas se destacavam a igreja, a sede da câmara municipal e a cadeia. Em todos estava presente o pelourinho: coluna de madeira ou pedra, colocada em praça ou lugar público, simbolizando a autoridade e a justiça régias. Em alguns núcleos encontravam-se o forte, o colégio dos jesuítas e a santa casa da misericórdia.
Essas construções representavam monumentos da conquista empreendida pelos colonizadores, expressando a ordem do Império e da Fé que ia sendo imposta.
As cidades e vilas coloniais nem sempre possuíam muralhas de defesa. As que existiam eram de madeira ou de palha, bastante vulneráveis e prontas para remoção quando havia expansão ou mudança do núcleo. Em nada se pareciam com as muralhas das antigas e medievais cidades da Europa, cujas pesadas portas, abertas durante o dia, davam passagem aos forasteiros e às mercadorias que chegavam de regiões próximas ou longínquas.
Mesmo nesses núcleos sem muralhas, duas "portas" marcavam a existência cotidiana dos habitantes.
Por uma delas, sempre aberta para o exterior, em especial para o Reino português, chegavam coisas e pessoas necessárias à difusão da Fé e à construção do Império. Eram religiosos, funcionários régios e escravos negros africanos. Por esta mesma porta saíam riquezas geradas pela colonização, súditos e fiéis que se dirigiam ao Reino. A outra porta abria-se para o sertão. Por ela passavam tudo e todos cuja missão era preencher aquele imenso vazio. Ao mesmo tempo, entravam, sobretudo, atração e medo.

Cidades, Vilas e Povoados

Prosperidade no povoamento com expansão das culturas tropicais:
a) Capitania de São Vicente
 No Litoral: S. Vicente (1530-32) e Santos (1543);
 No Planalto: Santo André da Borda do Campo (1553); São Paulo de Piratininga (1554)
b) Capitania de Pernambuco
 Vila de Igaraçú (1535), Olinda (1537) e Recife, Sirinhaem (1614), Porto Calvo (1615) e Alagoas (1624)

Título: Sem título
Autor: Jacques Burkhardt
Fonte: Hartt: Expedições pelo Brasil Imperial - 1865

As Primeiras Cidades

São Vicente, Olinda, Igaraçu, Salvador, Rio de Janeiro, Filipéia de Nossa Senhora das Neves, e as demais cidades surgidas nos primeiros tempos de colonização, eram núcleos pequenos. Além das casas dos poucos moradores, apenas se destacavam a igreja, a sede da câmara municipal e a cadeia. Em todos estava presente o pelourinho: coluna de madeira ou pedra, colocada em praça ou lugar público, simbolizando a autoridade e a justiça régias. Em alguns núcleos encontravam-se o forte, o colégio dos jesuítas e a santa casa da misericórdia.
Essas construções representavam monumentos da conquista empreendida pelos colonizadores, expressando a ordem do Império e da Fé que ia sendo imposta.
As cidades e vilas coloniais nem sempre possuíam muralhas de defesa. As que existiam eram de madeira ou de palha, bastante vulneráveis e prontas para remoção quando havia expansão ou mudança do núcleo. Em nada se pareciam com as muralhas das antigas e medievais cidades da Europa, cujas pesadas portas, abertas durante o dia, davam passagem aos forasteiros e às mercadorias que chegavam de regiões próximas ou longínquas.
Mesmo nesses núcleos sem muralhas, duas "portas" marcavam a existência cotidiana dos habitantes.
Por uma delas, sempre aberta para o exterior, em especial para o Reino português, chegavam coisas e pessoas necessárias à difusão da Fé e à construção do Império. Eram religiosos, funcionários régios e escravos negros africanos. Por esta mesma porta saíam riquezas geradas pela colonização, súditos e fiéis que se dirigiam ao Reino. A outra porta abria-se para o sertão. Por ela passavam tudo e todos cuja missão era preencher aquele imenso vazio. Ao mesmo tempo, entravam, sobretudo, atração e medo.

Cidades, Vilas e Povoados

Prosperidade no povoamento com expansão das culturas tropicais:
a) Capitania de São Vicente
No Litoral: S. Vicente (1530-32) e Santos (1543);
No Planalto: Santo André da Borda do Campo (1553); São Paulo de Piratininga (1554)
b) Capitania de Pernambuco
Vila de Igaraçú (1535), Olinda (1537) e Recife, Sirinhaem (1614), Porto Calvo (1615) e Alagoas (1624)

Título: Primeiro Mapa do Brasil

Autor: Giovanni Battista Ramusio

Fonte: Publicado em Veneza no ano de 1556, talvez este seja o primeiro mapa que mostra o Brasil individualmente, embora de forma ainda imprecisa. Este raro documento faz parte do "Atlas Delle Navigazione e Viaggi", de Giovanni Battista Ramusio.

Cronologia

Chronology

22.04.1500 A chegada dos portugueses

Expedição chefiada por Pedro Álvares Cabral, com dez naus, três caravelas e 1.500 homens a bordo, chegou no litoral da Bahia, avistou um monte e o chamou de Monte Pascoal. No dia seguinte, a expedição aportou na Baia Cabrália, lugar em que foi celebrada a primeira missa no território descoberto, que foi chamado de "Terra de Vera Cruz". O território era habitado por 8 milhões de indígenas. Um relato sobre a terra encontrada é enviado ao Rei de Portugal, a Carta de Pero Vaz de Caminha. No local, conhecido hoje como Porto Seguro, permanece o Marco do Descobrimento, levado pelos navegantes portugueses em 1503.

1500-1530 A posse do território

Portugal fez uma espécie de ocupação móvel do território, onde os portugueses percorreram a costa brasileira para defender a posse da terra e, eventualmente, fundaram modestas feitorias, entrepostos de troca do pau brasil – madeira para tinturaria bastante citada nos mercados europeus. Os indígenas forneceram a mão-de-obra para derrubar, descascar, atorar, transportar os troncos, que eram armazenados nas três feitorias fundadas, aguardando as naus que os levaria à Holanda.

1532 Capitanias Hereditárias

Portugal e Espanha dividiram entre si os territórios conquistados pelo Tratado de Tordesilhas (1494), mas os franceses não aceitaram a validade jurídica do mesmo e ocuparam vários pontos do litoral brasileiro. Em resposta, a Coroa Portuguesa fez sua primeira tentativa para colonizar o Brasil; utilizando sua longa experiência na África e em Portugal, na Reconquista, implantou as Capitanias Hereditárias, dividindo o território em quinze faixas horizontais de terra, com cerca de 350 km de largura, que se iniciavam no litoral e terminavam no interior, na linha imaginária do Tratado.

22.04.1500 A chegada dos portugueses

Expedição chefiada por Pedro Álvares Cabral, com dez naus, três caravelas e 1.500 homens a bordo, chegou no litoral da Bahia, avistou um monte e o chamou de Monte Pascoal. No dia seguinte, a expedição aportou na Baia Cabrália, lugar em que foi celebrada a primeira missa no território descoberto, que foi chamado de "Terra de Vera Cruz". O território era habitado por 8 milhões de indígenas. Um relato sobre a terra encontrada é enviado ao Rei de Portugal, a Carta de Pero Vaz de Caminha. No local, conhecido hoje como Porto Seguro, permanece o Marco do Descobrimento, levado pelos navegantes portugueses em 1503.

1500-1530 A posse do território

Portugal fez uma espécie de ocupação móvel do território, onde os portugueses percorreram a costa brasileira para defender a posse da terra e, eventualmente, fundaram modestas feitorias, entrepostos de troca do pau brasil – madeira para tinturaria bastante citada nos mercados europeus. Os indígenas forneceram a mão-de-obra para derrubar, descascar, atorar, transportar os troncos, que eram armazenados nas três feitorias fundadas, aguardando as naus que os levaria à Holanda.

1532 Capitanias Hereditárias

Portugal e Espanha dividiram entre si os territórios conquistados pelo Tratado de Tordesilhas (1494), mas os franceses não aceitaram a validade jurídica do mesmo e ocuparam vários pontos do litoral brasileiro. Em resposta, a Coroa Portuguesa fez sua primeira tentativa para colonizar o Brasil; utilizando sua longa experiência na África e em Portugal, na Reconquista, implantou as Capitanias Hereditárias, dividindo o território em quinze faixas horizontais de terra, com cerca de 350 km de largura, que se iniciavam no litoral e terminavam no interior, na linha imaginária do Tratado.

1549 Primeiro Governo Geral

Fracassado o projeto das Capitanias Hereditárias, a Coroa Portuguesa faz a segunda tentativa para controlar o território, cria o Io Governo Geral, nomeando Tomé de Souza para primeiro governador geral.

1549-1553 Conflitos com indígenas

Os conflitos entre portugueses e indígenas foram uma constante desde o início da colonização. Tomé de Souza se aliou aos tupís e declarou guerra às outras etnias, escravizando os vencidos. Os jesuítas que desembarcaram com Tomé de Souza foram os únicos protetores dos índios; impediram a escravidão, mas a aplicação de uma moral rígida e militar, desrespeitou as tradições e a cultura indígena.

1553-1558 A Produção do Açúcar

Duarte da Costa, segundo governador geral, consolida o projeto de colonização, introduzindo a produção do açúcar.

1558-1572 A Expulsão dos Franceses

Mem de Sá, terceiro governador-geral, inicia a expulsão dos franceses, que tinham ocupado o Maranhão e o Rio de Janeiro.

1572 Centralização do Governo

As dificuldades para administrar o território, devido à distância entre o nordeste e o sul da Colônia, descentralizou os centros de controle, que passaram a se estabelecer realizados em duas cidades: Salvador e Rio de Janeiro.

1549 Primeiro Governo Geral

Fracassado o projeto das Capitanias Hereditárias, a Coroa Portuguesa faz a segunda tentativa para controlar o território, cria o Io Governo Geral, nomeando Tomé de Souza para primeiro governador geral.

1549-1553 Conflitos com indígenas

Os conflitos entre portugueses e indígenas foram uma constante desde o início da colonização. Tomé de Souza se aliou aos tupís e declarou guerra às outras etnias, escravizando os vencidos. Os jesuítas que desembarcaram com Tomé de Souza foram os únicos protetores dos índios; impediram a escravidão, mas a aplicação de uma moral rígida e militar, desrespeitou as tradições e a cultura indígena.

1553-1558 A Produção do Açúcar

Duarte da Costa, segundo governador geral, consolida o projeto de colonização, introduzindo a produção do açúcar.

1558-1572 A Expulsão dos Franceses

Mem de Sá, terceiro governador-geral, inicia a expulsão dos franceses, que tinham ocupado o Maranhão e o Rio de Janeiro.

1572 Centralização do Governo

As dificuldades para administrar o território, devido à distância entre o nordeste e o sul da Colônia, descentralizou os centros de controle, que passaram a se estabelecer realizados em duas cidades: Salvador e Rio de Janeiro.

Título: Sunqua – Panorama da Baía do Rio de Janeiro (da ilha de Villegaignon à praia da Lapa e Morro de Santa Teresa) 1830.

Fonte: Visões do Rio na coleção Geyer - Curadora Geral – Maria de Lourdes Parreiras Horta. Petrópolis: Museu Imperial; Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2000.

Título: Villa de Cachoeira – Cachoeira e São Felix

Autor: Desconhecido

Fonte: Desenho aquarelado, que acompanha o manuscrito do livro de Joaquim de Amorim Castro. Em uma das margens do Rio Paraguaçu, vemos a vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, e na outra, a povoação que viria a ser a vila de São Felix.

Título: Itamaracá – 1637-1645

Autor: Johannes Vingboons

Fonte: Original manuscrito que integra o atlas de Johannes Vingboons do Algemeen Rijkarchief, Haia. É uma cópia de um desenho de Frans Post. Mostra a colina da ilha de Itamaracá, com a vila de Conceição cercada por muros. Abaixo, na extremidade direita, o Forte do Orange.

Historiografia dos Recursos Hídricos de Olinda

History of the Water Resources of Olinda

Evolução Histórica

A abundância de mananciais registrada por Duarte Coelho no Foral de Olinda- um dos requisitos fundamentais e estratégicos para sua escolha como sede da capitania- não impediu que já nas primeiras décadas de instalação e povoamento da vila sua população padecesse de dificuldades para dispor da água necessária ao seu consumo rotineiro. O rio Beberibe, no trecho onde se concentrava o núcleo habitacional da Olinda de então, estando muito próximo da foz, tinha suas águas bastante salinizadas. Entre as várias traduções para seu nome, de origem tupi, está a do “rio que vai e vem”, numa alusão aos movimentos das marés. Boa parte dos poços também foi salinizada com o incremento do consumo.

O crescimento populacional não só aumentava a demanda por água como também a poluição uma vez que no rio e nas fontes se lavavam roupas, os utensílios e os animais. Por esta, época, parte da água que abastecia Olinda era captada do rio no Engenho de Nossa Senhora da Ajuda, de propriedade de Jerônimo de Albuquerque, vários quilômetros acima do Varadouro.

Há, no entanto, outras vertentes explicativas para a não utilização de soluções para melhor aproveitamento dos mananciais.

A capitania de Pernambuco por ser hereditária e não da Coroa, deixa assim de contar com investimentos públicos, devendo o donatário, os empreendedores privados e a sua população arcar com os serviços públicos, incluindo a própria defesa contra invasores.

Acresce ainda que dentro do modelo colonial português a ênfase era na produção de riquezas e no seu transporte para a comercialização no Reino, atribuindo-se às povoações e vias tão somente o papel de postos de apoio comercial e administrativo à atividade agrícola. Desse modo, inexistia comércio local, fator que motivou o crescimento e enriquecimento de muitas das cidades européias da época.Contribuía para essa falta de mercado o fato de que 2/3 da população era de escravos, portanto, mão-de-obra não assalariada.

Evolução Histórica

A abundância de mananciais registrada por Duarte Coelho no Foral de Olinda- um dos requisitos fundamentais e estratégicos para sua escolha como sede da capitania- não impediu que já nas primeiras décadas de instalação e povoamento da vila sua população padecesse de dificuldades para dispor da água necessária ao seu consumo rotineiro. O rio Beberibe, no trecho onde se concentrava o núcleo habitacional da Olinda de então, estando muito próximo da foz, tinha suas águas bastante salinizadas. Entre as várias traduções para seu nome, de origem tupi, está a do “rio que vai e vem”, numa alusão aos movimentos das marés. Boa parte dos poços também foi salinizada com o incremento do consumo.

O crescimento populacional não só aumentava a demanda por água como também a poluição uma vez que no rio e nas fontes se lavavam roupas, os utensílios e os animais. Por esta, época, parte da água que abastecia Olinda era captada do rio no Engenho de Nossa Senhora da Ajuda, de propriedade de Jerônimo de Albuquerque, vários quilômetros acima do Varadouro.

Há, no entanto, outras vertentes explicativas para a não utilização de soluções para melhor aproveitamento dos mananciais.

A capitania de Pernambuco por ser hereditária e não da Coroa, deixa assim de contar com investimentos públicos, devendo o donatário, os empreendedores privados e a sua população arcar com os serviços públicos, incluindo a própria defesa contra invasores.

Acresce ainda que dentro do modelo colonial português a ênfase era na produção de riquezas e no seu transporte para a comercialização no Reino, atribuindo-se às povoações e vias tão somente o papel de postos de apoio comercial e administrativo à atividade agrícola. Desse modo, inexistia comércio local, fator que motivou o crescimento e enriquecimento de muitas das cidades européias da época.Contribuía para essa falta de mercado o fato de que 2/3 da população era de escravos, portanto, mão-de-obra não assalariada.

Título: Sem título
Autor: Jacques Burkhardt
Fonte: Hartt: Expedições pelo Brasil Imperial - 1865

Desse modo, embora Duarte Coelho tivesse se mostrado disposto a fazer de Pernambuco a "Nova Luisitânia" e de Olinda a "Lisboa Pequena" , as ações governamentais no tocante aos serviços públicos - e entre eles o abastecimento de água – não passavam de decretos procurando assegurar o acesso público a alguns mananciais, evitar o desmatamento nas nascentes e promover a limpeza periódica das fontes, devendo ser pontuada a precária fiscalização destas normas.

Por outro lado, a Câmara, a quem cabia a administração e controle das questões urbanas, dispondo para tanto de uma comissão formada, além de vereadores, por juiz e procurador, era composta pelos chamados "homens bons", ou seja, proprietários de terras e de escravos e que residiam no interior a maior parte do tempo, envolvidos nas lides das plantações e dos engenhos. Os homens livres que viviam na cidade, como os comerciantes e artesãos, não tinham representação naquele plenário.

É preciso ainda considerar o parco conhecimento tecnológico da época no que diz respeito a soluções para os problemas das cidades, o que fazia da maioria das urbes européias casos de calamidade pública principalmente no que toca ao saneamento. Além disso, Portugal não transportou para as colônias as propostas renascentistas de urbanização, como fizeram os espanhóis, de modo que Olinda era formada pelos edifícios públicos e religiosos no alto das colinas e por um aglomerado de casas pelas encostas e pela planície junto ao mar.

Ao final do século XVI e primeiras décadas do século XVII, a economia colonial, açucareira vivia o seu apogeu. Olinda tinha uma população de 700 "vizinhos" e bom comércio contando na sua população com senhores de engenhos, técnicos açucareiros, plantadores de cana e de algodão, produtores e comerciantes de pescado, transportadores de mantimentos e artesãos como carpinteiros, ferreiros, fundidores e oleiros. É dessa época a notícia das casas com chaves de ouro e aldabras de prata.

A questão da água, no entanto, continuava sendo um problema sério para a maior parte da população; principalmente àquela parcela que, ao contrário das mais abastadas, dos padres e das corporações militares, não possuía mananciais, tanques ou cisternas próprios, nem possuía escravos para mandar buscar água meia légua acima do Varadouro no rio Beberibe ou dinheiro para comprar dos aguadeiros que vendiam o líquido de porta em porta. Esta parcela se abastecia nas cacimbas e bicas públicas, importantes locais de convivência social onde

Desse modo, embora Duarte Coelho tivesse se mostrado disposto a fazer de Pernambuco a "Nova Luisitânia" e de Olinda a "Lisboa Pequena" , as ações governamentais no tocante aos serviços públicos - e entre eles o abastecimento de água – não passavam de decretos procurando assegurar o acesso público a alguns mananciais, evitar o desmatamento nas nascentes e promover a limpeza periódica das fontes, devendo ser pontuada a precária fiscalização destas normas.

Por outro lado, a Câmara, a quem cabia a administração e controle das questões urbanas, dispondo para tanto de uma comissão formada, além de vereadores, por juiz e procurador, era composta pelos chamados "homens bons", ou seja, proprietários de terras e de escravos e que residiam no interior a maior parte do tempo, envolvidos nas lides das plantações e dos engenhos. Os homens livres que viviam na cidade, como os comerciantes e artesãos, não tinham representação naquele plenário.

É preciso ainda considerar o parco conhecimento tecnológico da época no que diz respeito a soluções para os problemas das cidades, o que fazia da maioria das urbes européias casos de calamidade pública principalmente no que toca ao saneamento. Além disso, Portugal não transportou para as colônias as propostas renascentistas de urbanização, como fizeram os espanhóis, de modo que Olinda era formada pelos edifícios públicos e religiosos no alto das colinas e por um aglomerado de casas pelas encostas e pela planície junto ao mar.

Ao final do século XVI e primeiras décadas do século XVII, a economia colonial, açucareira vivia o seu apogeu. Olinda tinha uma população de 700 "vizinhos" e bom comércio contando na sua população com senhores de engenhos, técnicos açucareiros, plantadores de cana e de algodão, produtores e comerciantes de pescado, transportadores de mantimentos e artesãos como carpinteiros, ferreiros, fundidores e oleiros. É dessa época a notícia das casas com chaves de ouro e aldabras de prata.

A questão da água, no entanto, continuava sendo um problema sério para a maior parte da população; principalmente àquela parcela que, ao contrário das mais abastadas, dos padres e das corporações militares, não possuía mananciais, tanques ou cisternas próprios, nem possuía escravos para mandar buscar água meia légua acima do Varadouro no rio Beberibe ou dinheiro para comprar dos aguadeiros que vendiam o líquido de porta em porta. Esta parcela se abastecia nas cacimbas e bicas públicas, importantes locais de convivência social onde eram trocadas informações, ocorriam encontros amorosos e aconteciam, na disputa por lugares na fila, brigas

eram trocadas informações, ocorriam encontros amorosos e aconteciam, na disputa por lugares na fila, brigas que não raro produziam ferimentos e até mortes. Bicas, biquinhas e fontainhas, com caprichados recursos arquitetônicos, são citadas em documentos, como o Livro de Tombo do Mosteiro de São Bento, desde o século XVI.
Uma das bicas é a de São Pedro, cuja água se dizia provir de uma vertente que se achava sob o altar-mor da Igreja de São Pedro, situada na época próxima ao mercado da Ribeira. Foi inicialmente chamada de fontainha, depois de biqua, biquinha e depois pelo nome atual.
A Bica do Rosário seria resultado de um dos muitos afloramentos existentes no Val de Fontes, vale situado entre as colinas da Sé, da Misericórdia e do Montes, que contribuíam para formar o rio Tapado. A crença popular era de que estaria ligada ao altar-mor da Igreja do Rosário por uma galeria subterrânea.
A Bica dos 4 cantos, inicialmente chamada Fonte da Tabatinga se acha, como as demais, alinhada ao Varadouro. As três bicas situam-se a intervalos de 400 metros, correndo todas em direção ao sul, sem correlação com a superfície topográfica, o que levou alguns estudiosos a acreditar que tenham resultado de um projeto sendo parte de um sistema de abastecimento.
Neste período de crescimento da vila em termos populacionais, com intensa circulação de capital e conseqüente aumento do prestígio político, algumas soluções foram tentadas no sentido de captar água fluvial em trechos isentos de salinidade, trazendo-a diretamente à Vila. As fontes e cacimbas não davam conta da demanda e o transporte de água desviava de outras atividades um grande contingente de mão-de-obra. A primeira tentativa constitui-se na abertura de uma levada para captar água do Beberibe (1602/ 1603), obra que se mostrou prejudicada pelas enchentes durante o inverno e pela sujeira dos animais, no verão.
Mais tarde, tentou-se captação no rio Paratibe, chegando essa água a Olinda através de um aqueduto. Esta tentativa foi igualmente frustrada devido ao escoamento da água através de sumidouros e, como no caso anterior, à intensa poluição em determinados trechos.
Uma terceira tentativa, novamente a partir do Beberibe, mas desta feita através de canalização instalada desde o local de captação, estava sendo providenciada quando ocorreu a invasão holandesa.

que não raro produziam ferimentos e até mortes. Bicas, biquinhas e fontainhas, com caprichados recursos arquitetônicos, são citadas em documentos, como o Livro de Tombo do Mosteiro de São Bento, desde o século XVI.
Uma das bicas é a de São Pedro, cuja água se dizia provir de uma vertente que se achava sob o altar-mor da Igreja de São Pedro, situada na época próxima ao mercado da Ribeira. Foi inicialmente chamada de fontainha, depois de biqua, biquinha e depois pelo nome atual.
A Bica do Rosário seria resultado de um dos muitos afloramentos existentes no Val de Fontes, vale situado entre as colinas da Sé, da Misericórdia e do Montes, que contribuíam para formar o rio Tapado. A crença popular era de que estaria ligada ao altar-mor da Igreja do Rosário por uma galeria subterrânea.
A Bica dos 4 cantos, inicialmente chamada Fonte da Tabatinga se acha, como as demais, alinhada ao Varadouro. As três bicas situam-se a intervalos de 400 metros, correndo todas em direção ao sul, sem correlação com a superfície topográfica, o que levou alguns estudiosos a acreditar que tenham resultado de um projeto sendo parte de um sistema de abastecimento.
Neste período de crescimento da vila em termos populacionais, com intensa circulação de capital e conseqüente aumento do prestígio político, algumas soluções foram tentadas no sentido de captar água fluvial em trechos isentos de salinidade, trazendo-a diretamente à Vila. As fontes e cacimbas não davam conta da demanda e o transporte de água desviava de outras atividades um grande contingente de mão-de-obra. A primeira tentativa constitui-se na abertura de uma levada para captar água do Beberibe (1602/ 1603), obra que se mostrou prejudicada pelas enchentes durante o inverno e pela sujeira dos animais, no verão.
Mais tarde, tentou-se captação no rio Paratibe, chegando essa água a Olinda através de um aqueduto. Esta tentativa foi igualmente frustrada devido ao escoamento da água através de sumidouros e, como no caso anterior, à intensa poluição em determinados trechos.
Uma terceira tentativa, novamente a partir do Beberibe, mas desta feita através de canalização instalada desde o local de captação, estava sendo providenciada quando ocorreu a invasão holandesa.

Título: O mascate e seus escravos - 1822
Autor: Henry Chamberlain
Fonte: Visões do Rio na coleção Geyer - Curadora Geral - Maria de Lourdes Parreiras Horta. Petrópolis: Museu Imperial; Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2000.

Título: O chafariz do Catumbi - 1848
Autor: C. J. Martin
Fonte: Visões do Rio na coleção Geyer - Curadora Geral - Maria de Lourdes Parreiras Horta. Petrópolis: Museu Imperial; Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2000.

Com o incêndio e a posterior determinação do Governo Holandês para que não se reconstruísse Olinda, a situação dos serviços públicos deve ter se tornado ainda mais caótica. Mesmo no Recife, apesar do conjunto de melhoramentos urbanos feitos por Nassau para torná-la uma grande cidade, com drenagens, abertura e retificações de canais, construção de palácios e pontes, as questões do abastecimento d´água permaneceram intocadas. O Beberibe continuou sendo o grande abastecedor das duas comunidades e a sua água era buscada pelos escravos "à distância de meia hora".

As famosas cacimbas de Ambrósio Machado, em número de cinco, eram tão preciosas que para protege-las como elemento estratégico em situação de guerra, os holandeses chegaram a construir uma fortificação: o Forte das Cinco Pontas:

Outras designações históricas:

Forte Frederik Hendrik;

Fortaleza de São Tiago das Cinco Pontas;

Forte Frederico Henrique;

Forte Frederick;

Heinrich Trots Den Duivel (Desafio Ao Diabo);

Vijfhuck (Cinco Pontas);

Fortaleza de Frederico Henrich.

Localidade: Bairro de Santo Antônio, à época nos limites sul da cidade Maurícia.

Com o incêndio e a posterior determinação do Governo Holandês para que não se reconstruísse Olinda, a situação dos serviços públicos deve ter se tornado ainda mais caótica. Mesmo no Recife, apesar do conjunto de melhoramentos urbanos feitos por Nassau para torná-la uma grande cidade, com drenagens, abertura e retificações de canais, construção de palácios e pontes, as questões do abastecimento d´água permaneceram intocadas. O Beberibe continuou sendo o grande abastecedor das duas comunidades e a sua água era buscada pelos escravos "à distância de meia hora".

As famosas cacimbas de Ambrósio Machado, em número de cinco, eram tão preciosas que para protege-las como elemento estratégico em situação de guerra, os holandeses chegaram a construir uma fortificação: o Forte das Cinco Pontas:

Outras designações históricas:

Forte Frederik Hendrik;

Fortaleza de São Tiago das Cinco Pontas;

Forte Frederico Henrique;

Forte Frederick;

Heinrich Trots Den Duivel (Desafio Ao Diabo);

Vijfhuck (Cinco Pontas);

Fortaleza de Frederico Henrich.

Localidade: Bairro de Santo Antônio, à época nos limites sul da cidade Maurícia.

Título: Caravela portuguesa do século XV.

Autor: Desconhecido

Fonte: História da colonização Portuguesa do Brasil - Os precursores de Cabral. Reconstituição feita segundo documentos coevos.

Histórico

Antes da invasão holandesa a Pernambuco, a Ilha de Antônio Vaz era muito pouco ocupada. Além de um convento Franciscano, havia ali apenas alguns armazéns e casas esparsas de moradores. Com a invasão holandesa, o convento foi ocupado, transformando-se no grande quartel, que abrigava parte das tropas. Abrangendo o antigo convento, foi construído o forte Ernesto, no norte da Ilha.

Com a implantação do centro administrativo holandês nas proximidades do porto principal, nos 'Arrecifes' ou no 'Povo", foi na Ilha de Antônio Vaz e no Recife, que se concentrou grande parte da população. De início foi o Recife que mais se desenvolveu; na Ilha de Antônio Vaz, até pelo menos 1635, mantinham-se principalmente atividades rurais. Nos primeiros anos do domínio holandês, enquanto atuavam as forças da Resistência, era perigoso para os holandeses, viver na ilha. Os moradores de Antônio Vaz contavam com o apoio do Forte Ernesto, o que não se mostrava suficiente para defendê-los dos ataques surpresa das tropas de emboscada. Construíram então, em torno da Ilha, paliçadas e redutos para defendê-los contra as sortidas da 'guerra brasílica' imposta pelos da terra.

Por outro lado, do ponto de vista estratégico, a Ilha representava um dos principais pontos a serem defendidos pelos holandeses.Em primeiro lugar, proporcionava condições para se estabelecer uma defesa com base no cruzamento de fogo entre suas obras de defesa, de modo a melhor poder impedir o avanço inimigo.Em segundo lugar, mas não menos importante, garantia o abastecimento de água potável ao grosso das tropas. Toda a região que envolvia o porto o Recife correspondia a um grande areal, recortado por gamboas, pontilhado de áreas alagadas.A proximidade com o mar, as terras baixas alagadiças, a influência que recebia das marés, sua própria constituição geológica, tornava a região pobre em água potável.As cacimbas, em geral, tinham água salobra e os habitantes daquele 'Povo', quase sempre recorriam à Olinda, onde iam buscar água para beber.

Título: "Caerte Vant Eylant Tamaraca" Itamaracá – 1660
Autor: Johannes Vingboons
Fonte: Original manuscrito que integra o atlas de Johannes Vingboons do Instituto Histórico Arqueológico e Geográfico Pernambucano, Recife. Dá destaque a três aspectos principais: à vila de Itamaracá, ao Forte Orange e a um engenho, nos fundos da ilha.

Histórico

Antes da invasão holandesa a Pernambuco, a Ilha de Antônio Vaz era muito pouco ocupada. Além de um convento Franciscano, havia ali apenas alguns armazéns e casas esparsas de moradores. Com a invasão holandesa, o convento foi ocupado, transformando-se no grande quartel, que abrigava parte das tropas. Abrangendo o antigo convento, foi construído o forte Ernesto, no norte da Ilha.

Com a implantação do centro administrativo holandês nas proximidades do porto principal, nos 'Arrecifes' ou no 'Povo", foi na Ilha de Antônio Vaz e no Recife, que se concentrou grande parte da população. De início foi o Recife que mais se desenvolveu; na Ilha de Antônio Vaz, até pelo menos 1635, mantinham-se principalmente atividades rurais. Nos primeiros anos do domínio holandês, enquanto atuavam as forças da Resistência, era perigoso para os holandeses, viver na ilha. Os moradores de Antônio Vaz contavam com o apoio do Forte Ernesto, o que não se mostrava suficiente para defendê-los dos ataques surpresa das tropas de emboscada. Construíram então, em torno da Ilha, paliçadas e redutos para defendê-los contra as sortidas da 'guerra brasílica' imposta pelos da terra.

Por outro lado, do ponto de vista estratégico, a Ilha representava um dos principais pontos a serem defendidos pelos holandeses.Em primeiro lugar, proporcionava condições para se estabelecer uma defesa com base no cruzamento de fogo entre suas obras de defesa, de modo a melhor poder impedir o avanço inimigo.Em segundo lugar, mas não menos importante, garantia o abastecimento de água potável ao grosso das tropas.Toda a região que envolvia o porto o Recife correspondia a um grande areal, recortado por gamboas, pontilhado de áreas alagadas.A proximidade com o mar, as terras baixas alagadiças, a influência que recebia das marés, sua própria constituição geológica, tornava a região pobre em água potável.As cacimbas, em geral, tinham água salobra e os habitantes daquele 'Povo', quase sempre recorriam à Olinda, onde iam buscar água para beber.

Em agosto desse mesmo ano de 1630, os luso-brasileiros atacaram o forte ainda em construção, tentando arrasá-lo, sem, no entanto, conseguirem êxito, apesar de uma árdua luta de 2 horas.

Os holandeses, temerosos de novo ataque, decidiram construir um Reduto auxiliar da defesa, uns 400 metros mais ao sul do Forte,denominando-o de Reduto Amélia ou Emília.

Em sua primeira feição, as muralhas do Forte Frederico Henrique pouco ultrapassavam os 12 a 13 pés de altura. Construído em terra, logo os invernos deterioravam suas estruturas.

Muralhas desgastadas, fossos secos e aterrados, paliçadas em grande parte caídas pela deterioração das madeiras, foi este o quadro que apresentava o Forte Frederick Henrich, quando da chegada de Nassau a Pernambuco. Logo pode Nassau constatar a pouca defesa que em tais condições aquele forte poderia oferecer; e se tratava de um importante posto, pois era o único capaz de garantir água no caso de um cerco à cidade. Mandou alargar e aprofundar os fossos; construir uma contra-escarpa na face externa do fosso; alargar e elevar as muralhas; e do lado do mar, construir uma sapata. Posteriormente ampliaram as defesas externas, com a construção de novos fossos em direção ao sul.

Quando da Restauração Pernambucana, o Forte das Cinco Pontas foi a última fortaleza a ser conquistada pelas tropas luso-brasileiras. Foi ainda no Forte das Cinco Pontas, onde se encontrava aquartelado o general Sigismund Von Schkoppe, que foram elaborados os termos da rendição das tropas holandesas. E a 28 de janeiro de 1654, na Campina do Taborda, o general Francisco Barreto de Menezes, recebeu oficialmente os termos de capitulação, quando ficaram definidos os moldes da evacuação dos holandeses de Pernambuco.

Em 1847, o forte continuava em atividade e sua guarnição compunha-se de um capitão e 15 praças, e contava com 14 peças de bronze e 10 de ferro.

Sua primitiva feição, em forma de pentágono, com cinco bastiões, que o tornou conhecido como Forte das Cinco Pontas, foi mais tarde substituída. Após a Restauração o forte foi reconstruído em pedra e cal pelo engenheiro Francisco Correia Pinto, então em forma de quadrado, com 4 baluartes.

Posteriormente o forte foi transformado em quartel e prisão.

Após as sucessivas reformas a que foi submetido, em 1637, 1684, 1822, 1904 e em 1979, - esta última correspondendo à restauração realizada através do convênio entre a SEPLAN e a SPHAN (atual IPHAN) -, a fortificação adquiriu suas feições atuais, que conserva o traçado regular e quatro bastiões poligonais.

Título: Praia dos Mineiros 1821-1825
Autor: Johann Moritz Rugendas
Fonte: Através das litografias de Johann M. Rugendas tem-se um registro da atuação policial na cidade do Rio de Janeiro no Século XIX. Visões do Rio na coleção Geyer - Curadora Geral – Maria de Lourdes Parreiras Horta. Petrópolis: Museu Imperial; Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2000.

Em agosto desse mesmo ano de 1630, os luso-brasileiros atacaram o forte ainda em construção, tentando arrasá-lo, sem, no entanto, conseguirem êxito, apesar de uma árdua luta de 2 horas.
Os holandeses, temerosos de novo ataque, decidiram construir um Reduto auxiliar da defesa, uns 400 metros mais ao sul do Forte,denominando-o de Reduto Amélia ou Emília.
Em sua primeira feição, as muralhas do Forte Frederico Henrique pouco ultrapassavam os 12 a 13 pés de altura. Construído em terra, logo os invernos deterioravam suas estruturas.
Muralhas desgastadas, fossos secos e aterrados, paliçadas em grande parte caídas pela deterioração das madeiras, foi este o quadro que apresentava o Forte Frederick Henrich, quando da chegada de Nassau a Pernambuco. Logo pode Nassau constatar a pouca defesa que em tais condições aquele forte poderia oferecer; e se tratava de um importante posto, pois era o único capaz de garantir água no caso de um cerco à cidade. Mandou alargar e aprofundar os fossos; construir uma contra-escarpa na face externa do fosso; alargar e elevar as muralhas; e do lado do mar, construir uma sapata. Posteriormente ampliaram as defesas externas, com a construção de novos fossos em direção ao sul.
Quando da Restauração Pernambucana, o Forte das Cinco Pontas foi a última fortaleza a ser conquistada pelas tropas luso-brasileiras. Foi ainda no Forte das Cinco Pontas, onde se encontrava aquartelado o general Sigismund Von Schkoppe, que foram elaborados os termos da rendição das tropas holandesas.
E a 28 de janeiro de 1654, na Campina do Taborda, o general Francisco Barreto de Menezes, recebeu oficialmente os termos de capitulação, quando ficaram definidos os moldes da evacuação dos holandeses de Pernambuco.
Em 1847, o forte continuava em atividade e sua guarnição compunha-se de um capitão e 15 praças, e contava com 14 peças de bronze e 10 de ferro.
Sua primitiva feição, em forma de pentágono, com cinco bastiões, que o tornou conhecido como Forte das Cinco Pontas, foi mais tarde substituída. Após a Restauração o forte foi reconstruído em pedra e cal pelo engenheiro Francisco Correia Pinto, então em forma de quadrado, com 4 baluartes.
Posteriormente o forte foi transformado em quartel e prisão.
Após as sucessivas reformas a que foi submetido, em 1637, 1684, 1822, 1904 e em 1979, - esta última correspondendo à restauração realizada através do convênio entre a SEPLAN e a SPHAN (atual IPHAN) -, a fortificação adquiriu suas feições atuais, que conserva o traçado regular e quatro bastiões poligonais.

Após a expulsão dos holandeses, com Olinda outra vez na situação de sede política e administrativa da capitania é construído um dique no Varadouro de modo a permitir a captação de água naquele local sem o inconveniente da salinização produzida pela subida da maré. Além da sua finalidade principal servia como importante via de ligação entre as duas margens do rio. Embora tivesse essa obra sérias limitações técnicas uma vez que, por não ser totalmente revestida era prejudicada na época das enchentes além de sofrer também a poluição trazida pelos animais, entretanto, não foi essa a principal motivação para sua demolição.

Acontece que para os poderosos de Recife, ligados ao comércio, qualquer melhoramento em Olinda era visto como reforço à restauração do poder conservador daqueles senhores de engenho que nem lhes permitiam assento na Câmara. Uma epidemia de febre amarela ocorrida em 1685 foi um forte pretexto para que eles recorressem ao rei dizendo ser a água represada a causa daquela calamidade e conseguindo do soberano a autorização para rompimento daquele paredão.

Em 1710, ano em que a disputa assume a forma de conflito armado com a eclosão da guerra dos mascates, um novo tapamento é feito no mesmo local. Em 1713, o governo geral da colônia, partidário do Recife e em confronto com o governo da capitania, que defendia Olinda, ordena o seu rompimento. Em 1714 o dique é mais uma vez reconstruído e desta feita irá perdurar até metade do século XIX.

Tratava-se de uma obra bem mais elaborada, com uma ponte ampla de cantaria, ladrilhada de pedra negra, dispondo de 24 torneiras. É chamada de “primores de arte” pelo historiador Rocha Pitta, numa época em que o valor estético do equipamento parecia ser tão importante quanto o valor de uso. Havia sobre sua ponte uma casa de arcos servindo para descanso de quem transitava além de inserir-se no roteiro dos que à noite, saiam para comer, beber e dançar. Mais tarde já no século XIX, com a moda dos banhos públicos, passou a servir de apoio aos banhistas que acorriam àquela área onde se podia ter, ao mesmo tempo, acesso á água doce do rio e à água salgada que na maré cheia ali chegava.

Após a expulsão dos holandeses, com Olinda outra vez na situação de sede política e administrativa da capitania é construído um dique no Varadouro de modo a permitir a captação de água naquele local sem o inconveniente da salinização produzida pela subida da maré. Além da sua finalidade principal servia como importante via de ligação entre as duas margens do rio. Embora tivesse essa obra sérias limitações técnicas uma vez que, por não ser totalmente revestida era prejudicada na época das enchentes além de sofrer também a poluição trazida pelos animais, entretanto, não foi essa a principal motivação para sua demolição.

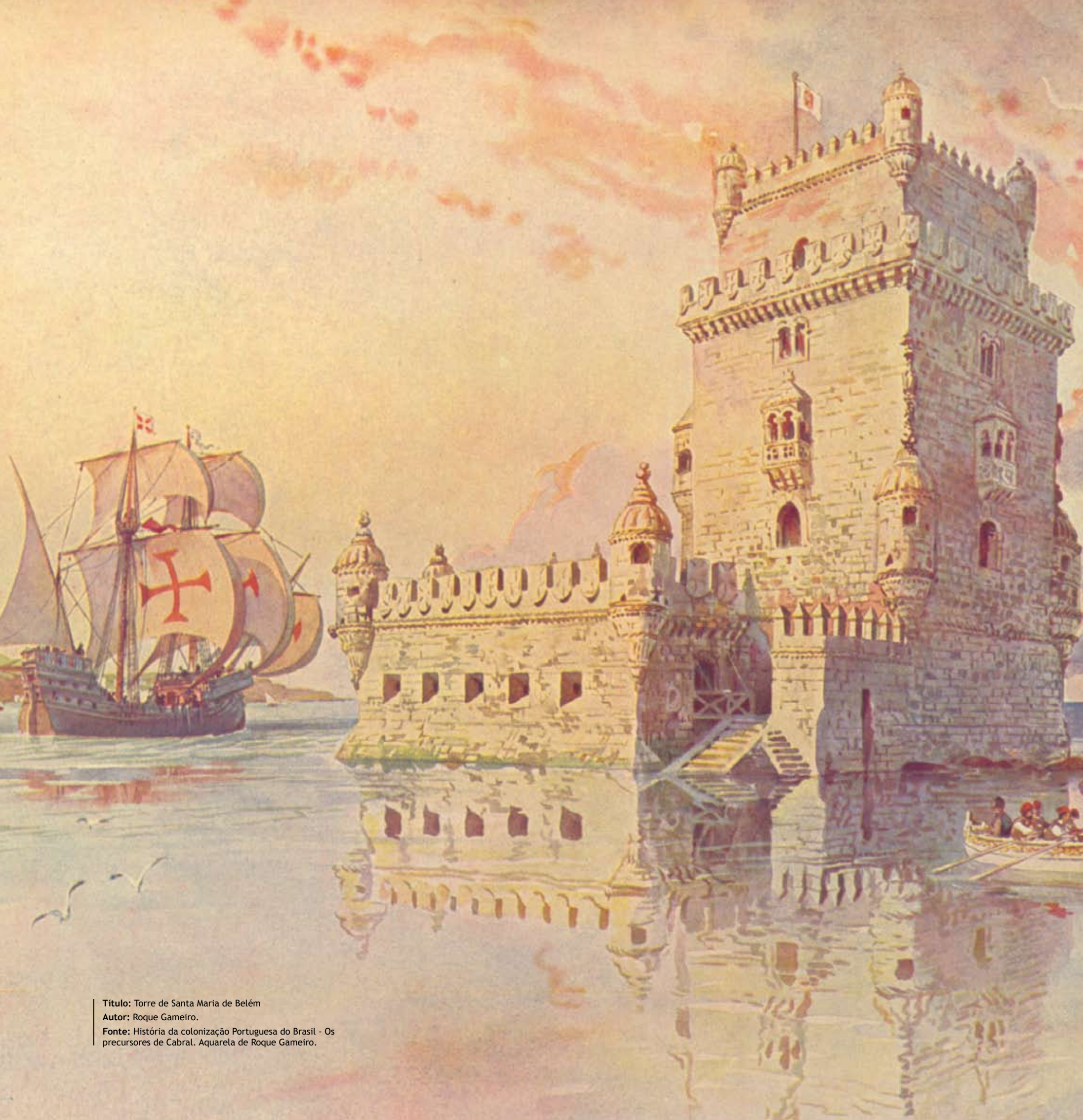
Acontece que para os poderosos de Recife, ligados ao comércio, qualquer melhoramento em Olinda era visto como reforço à restauração do poder conservador daqueles senhores de engenho que nem lhes permitiam assento na Câmara. Uma epidemia de febre amarela ocorrida em 1685 foi um forte pretexto para que eles recorressem ao rei dizendo ser a água represada a causa daquela calamidade e conseguindo do soberano a autorização para rompimento daquele paredão.

Em 1710, ano em que a disputa assume a forma de conflito armado com a eclosão da guerra dos mascates, um novo tapamento é feito no mesmo local. Em 1713, o governo geral da colônia, partidário do Recife e em confronto com o governo da capitania, que defendia Olinda, ordena o seu rompimento. Em 1714 o dique é mais uma vez reconstruído e desta feita irá perdurar até metade do século XIX.

Tratava-se de uma obra bem mais elaborada, com uma ponte ampla de cantaria, ladrilhada de pedra negra, dispondo de 24 torneiras. É chamada de “primores de arte” pelo historiador Rocha Pitta, numa época em que o valor estético do equipamento parecia ser tão importante quanto o valor de uso. Havia sobre sua ponte uma casa de arcos servindo para descanso de quem transitava além de inserir-se no roteiro dos que à noite, saiam para comer, beber e dançar. Mais tarde já no século XIX, com a moda dos banhos públicos, passou a servir de apoio aos banhistas que acorriam àquela área onde se podia ter, ao mesmo tempo, acesso á água doce do rio e à água salgada que na maré cheia ali chegava.

Título: Nau portuguesa do fim do século XV

Autor: Desconhecido

Fonte: História da colonização Portuguesa do Brasil - Os precursores de Cabral. Reconstituição sobre documentos antigos.

Título: Torre de Santa Maria de Belém
Autor: Roque Gameiro.
Fonte: História da colonização Portuguesa do Brasil - Os precursores de Cabral. Aquarela de Roque Gameiro.

Pórticos foram construídos em suas extremidades com nichos para Santo Antônio, que guarnecia o acesso ao Recife e, para Nossa Senhora do Rosário, no acesso a Olinda. Freqüentemente ligada à história dos escravos no Brasil, esta santa com sua imagem colocada no dique do Varadouro era celebrada uma grande festa a todos os anos pelos canoeiros em sua maioria negros e que formavam a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Canoeiros.

No que diz respeito ao saneamento o drama continua. Na própria Lisboa, capital do Reino, os equipamentos sanitários impressionavam apenas pelo primor artístico sendo o abastecimento d'água irregular e precário alem de bem mais caro do que nas outras capitais da Europa, baseado em poços e cacimbas particulares e em fontes e chafarizes públicos. Os banhos para a população de baixa renda, quando não se estava atravessando períodos de seca, eram tomados nas ruas, nos pátios, nos chafarizes e até nas gamelas de alimentação dos animais. As águas servidas eram lançadas das janelas das casas na rua e os dejetos despejados em terrenos baldios ou no rio Tejo.

Por esta época, em Olinda, com suas casas estreitas e compridas, freqüentemente se lançavam os esgotos no fundo dos quintais sendo os urubus uma presença comum nestes lugares. As fossas eram raras e assim mesmo condenadas pelo poder publico por não possuir o devido revestimento ameaçando, desta forma, os mananciais.

Os escravos cruzavam as ruas carregando os "tigres", barris repletos de dejetos das casas para serem lançados nas praias, nos rios ou em qualquer lugar mais retirado. Estes mesmos trabalhadores podiam, na viagem seguinte ser acionados para trazer água das canoas, tanques ou chafarizes para o interior das residências.

Sendo o rio, até metade do século XIX, a principal via de locomoção, bem mais cômoda do que as estradas poeirentas e esburacadas, tinha imenso movimento de canoas transportando pessoas, materiais e água. As canoas de água tinham capacidade para até cem barris e delas a água podia ser comercializada diretamente com os consumidores ou seguir para os tanques intermediários que as vendiam à população, no centro da cidade.

Os canoeiros representavam uma categoria numerosa e diferenciada de escravos, reunidos em uma irmandade própria - Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Canoeiros, já referenciada em outro trecho – com uma estrutura hierárquica de patentes semelhantes às Forças Armadas e um ritual de continências quando suas embarcações se cruzavam no rio.

Título: Mapa do mundo de 1600, ilustra bem a situação econômica do povo.
Autor: Pedro Oswaldo (fotografia)
Fonte: Baroque - A Alma do Brasil de Affonso Romando de Sant'Anna.

Pórticos foram construídos em suas extremidades com nichos para Santo Antônio, que guarnecia o acesso ao Recife e, para Nossa Senhora do Rosário, no acesso a Olinda. Freqüentemente ligada à história dos escravos no Brasil, esta santa com sua imagem colocada no dique do Varadouro era celebrada uma grande festa a todos os anos pelos canoeiros em sua maioria negros e que formavam a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Canoeiros.

No que diz respeito ao saneamento o drama continua.

Na própria Lisboa, capital do Reino, os equipamentos sanitários impressionavam apenas pelo primor artístico sendo o abastecimento d'água irregular e precário alem de bem mais caro do que nas outras capitais da Europa, baseado em poços e cacimbas particulares e em fontes e chafarizes públicos. Os banhos para a população de baixa renda, quando não se estava atravessando períodos de seca, eram tomados nas ruas, nos pátios, nos chafarizes e até nas gamelas de alimentação dos animais. As águas servidas eram lançadas das janelas das casas na rua e os dejetos despejados em terrenos baldios ou no rio Tejo.

Por esta época, em Olinda, com suas casas estreitas e compridas, freqüentemente se lançavam os esgotos no fundo dos quintais sendo os urubus uma presença comum nestes lugares. As fossas eram raras e assim mesmo condenadas pelo poder publico por não possuir o devido revestimento ameaçando, desta forma, os mananciais.

Os escravos cruzavam as ruas carregando os "tigres", barris repletos de dejetos das casas para serem lançados nas praias, nos rios ou em qualquer lugar mais retirado. Estes mesmos trabalhadores podiam, na viagem seguinte ser acionados para trazer água das canoas, tanques ou chafarizes para o interior das residências.

Sendo o rio, até metade do século XIX, a principal via de locomoção, bem mais cômoda do que as estradas poeirentas e esburacadas, tinha imenso movimento de canoas transportando pessoas, materiais e água. As canoas de água tinham capacidade para até cem barris e delas a água podia ser comercializada diretamente com os consumidores ou seguir para os tanques intermediários que as vendiam à população, no centro da cidade.

Os canoeiros representavam uma categoria numerosa e diferenciada de escravos, reunidos em uma irmandade própria - Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Canoeiros, já referenciada em outro trecho – com uma estrutura hierárquica de patentes semelhantes às Forças Armadas e um ritual de continências quando suas embarcações se cruzavam no rio.

Este transporte de água era moroso e sua higiene bastante comprometida. Por um vintém, se podia tomar banhos dentro destas canoas, sempre encharcadas e sujas. Somente em 1837 a Câmara de Olinda, viria a expedir normas exigindo que os barris fossem cobertos e limpos periodicamente. Além disso para trafegar entre Olinda e Recife, chegando ao Varadouro, os canoeiros tinham que esperar a maré subir. As reclamações dos consumidores quanto à mistura de água doce e salgada eram constantes. Outro problema sério e que contribuía para agravar o mal estar entre Recife e Olinda dizia respeito ao preço final da água para os consumidores, onde era embutido o valor cobrado pelo transporte e a taxa paga pelos canoeiros à Câmara de Olinda. Se a água era obtida nos tanques os proprietários dos mesmos, evidentemente, acresciam a tudo isso o seu adicional de lucro.

Este transporte de água era moroso e sua higiene bastante comprometida. Por um vintém, se podia tomar banhos dentro destas canoas, sempre encharcadas e sujas. Somente em 1837 a Câmara de Olinda, viria a expedir normas exigindo que os barris fossem cobertos e limpos periodicamente. Além disso para trafegar entre Olinda e Recife, chegando ao Varadouro, os canoeiros tinham que esperar a maré subir. As reclamações dos consumidores quanto à mistura de água doce e salgada eram constantes. Outro problema sério e que contribuía para agravar o mal estar entre Recife e Olinda dizia respeito ao preço final da água para os consumidores, onde era embutido o valor cobrado pelo transporte e a taxa paga pelos canoeiros à Câmara de Olinda. Se a água era obtida nos tanques os proprietários dos mesmos, evidentemente, acresciam a tudo isso o seu adicional de lucro.

Título: "Fribvrgvm" - Recife 1647
Autor: Frans Post
Fonte: Gravura que ilustra o livro de Barlaeus (1647) estampa nº. 38. Exemplar pertencente à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Em 1642, o Príncipe Mauricio de Nassau mudou-se para o Palácio de Friburgo, que mandara construir na extremidade norte da Ilha de Antônio Vaz. A obra foi registrada por Frans Post.

As Classes Sociais e a Água

É forçoso reconhecer que a sociedade olindense apresenta uma estrutura complexa já desde as primeiras décadas de sua existência, ainda como vila, e que o controle sobre o abastecimento de água e o acesso a sua utilização tem relação direta com a soma de poder que estes diversos segmentos sociais são detentores.

O direito de ter assento na Câmara e, portanto, de participar das grandes discussões e decisões sobre as questões relacionadas com a urbanização é, por mais de três séculos, privilégio exclusivo dos detentores de terras e de escravos.

À grande maioria da população, composta por escravos e homens livres e pobres, cabe obedecer às normas e regulamentos e a pagar as taxas cobradas pelos poderosos, ainda que considerando-as injustas face à qualidade e à quantidade de água adquirida.

As grandes tensões conflitos associadas à questão do abastecimento d´água, como a construção e interdição dos diques do varadouro representavam lutas no seio das elites. No caso, entre a burguesia comercial de Recife e os senhores de engenho de Olinda.

Outro aspecto correlato diz respeito á divisão social do trabalho de abastecimento de água ficando bastante visível que é predominantemente do escravo a tarefa de fazer a água chegar aos ambientes onde será consumida. É também ele que irá sofrer literalmente na pele os rigores da lei, como se vê no caso da detenção dos que são flagrados contrariando a legislação sobre o uso da água. Para eles estava prevista, além da detenção, uma cota de açoites (penalidade corporal) enquanto do patrão, que freqüentemente era o mandante do comportamento considerado delituoso, era exigido tão somente o pagamento de multa para retirar da cadeia o criado (penalidade pecuniária).

As Classes Sociais e a Água

É forçoso reconhecer que a sociedade olindense apresenta uma estrutura complexa já desde as primeiras décadas de sua existência, ainda como vila, e que o controle sobre o abastecimento de água e o acesso a sua utilização tem relação direta com a soma de poder que estes diversos segmentos sociais são detentores.

O direito de ter assento na Câmara e, portanto, de participar das grandes discussões e decisões sobre as questões relacionadas com a urbanização é, por mais de três séculos, privilégio exclusivo dos detentores de terras e de escravos.

À grande maioria da população, composta por escravos e homens livres e pobres, cabe obedecer às normas e regulamentos e a pagar as taxas cobradas pelos poderosos, ainda que considerando-as injustas face à qualidade e à quantidade de água adquirida.

As grandes tensões conflitos associadas à questão do abastecimento d´água, como a construção e interdição dos diques do varadouro representavam lutas no seio das elites. No caso, entre a burguesia comercial de Recife e os senhores de engenho de Olinda.

Outro aspecto correlato diz respeito á divisão social do trabalho de abastecimento de água ficando bastante visível que é predominantemente do escravo a tarefa de fazer a água chegar aos ambientes onde será consumida. É também ele que irá sofrer literalmente na pele os rigores da lei, como se vê no caso da detenção dos que são flagrados contrariando a legislação sobre o uso da água. Para eles estava prevista, além da detenção, uma cota de açoites (penalidade corporal) enquanto do patrão, que freqüentemente era o mandante do comportamento considerado delituoso, era exigido tão somente o pagamento de multa para retirar da cadeia o criado (penalidade pecuniária).

Título: Negra D'AGOA - 1840
Autor: Frederico Guilherme Briggs
Fonte: Visões do Rio na coleção Geyer - Curadora Geral – Maria de Lourdes Parreiras Horta. Petrópolis: Museu Imperial; Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2000.

Lembrando que na maioria das vezes esta mesma mão-de-obra era encarregada de conduzir os tonéis de dejetos das residências para os locais de despejo e a categorização deste trabalho como doméstico, não é fácil compreender a sua histórica desvalorização e a falta de profissionalismo que por tanto tempo predominou na sua realização. A própria Irmandade dos canoeiros está mais para uma agremiação religiosa do que para uma corporação de ofício, possibilidade nula considerando serem seus integrantes cativos.

Quando se passa a analisar o acesso ao consumo, essa relação de classe social fica ainda mais evidente. Os detentores de alguma forma de poder – alto funcionalismo público, corporações militares, ordens religiosas, grandes comerciantes e proprietários, possuíam mananciais para abastecimento próprio ou quando isso não ocorria, a mão-de-obra servil era utilizada para transporta-la independentemente da distância.

Camadas situadas mais abaixo porém com poder aquisitivo compravam o líquido à porta de casa, comercializada pelos aguadeiros e os mais pobres teriam que ir busca-las nas bicas e poços abertos ao público, enfrentando as filas, o pesos dos recipientes transportados por longos trajetos e, muitas vezes, as disputas pelo acesso à água.

Lembrando que na maioria das vezes esta mesma mão-de-obra era encarregada de conduzir os tonéis de dejetos das residências para os locais de despejo e a categorização deste trabalho como doméstico, não é fácil compreender a sua histórica desvalorização e a falta de profissionalismo que por tanto tempo predominou na sua realização. A própria Irmandade dos canoeiros está mais para uma agremiação religiosa do que para uma corporação de ofício, possibilidade nula considerando serem seus integrantes cativos.

Quando se passa a analisar o acesso ao consumo, essa relação de classe social fica ainda mais evidente. Os detentores de alguma forma de poder – alto funcionalismo público, corporações militares, ordens religiosas, grandes comerciantes e proprietários, possuíam mananciais para abastecimento próprio ou quando isso não ocorria, a mão-de-obra servil era utilizada para transporta-la independentemente da distância.

Camadas situadas mais abaixo porém com poder aquisitivo compravam o líquido à porta de casa, comercializada pelos aguadeiros e os mais pobres teriam que ir busca-las nas bicas e poços abertos ao público, enfrentando as filas, o pesos dos recipientes transportados por longos trajetos e, muitas vezes, as disputas pelo acesso à água.

Título: Mercat Central
Autor: Desconhecido
Fonte: Fachada do Mercado Central em Valencia, Espanha.

Título: O descobrimento (1498-1521)
Autor: Desconhecido
Fonte: História da colonização Portuguesa do Brasil - Os precursores de Cabral.

O Estado e a Questão da Água

Como sede de uma capitania que era hereditária e não do Reino, Olinda tem no seu comando nas primeiras décadas os donatários, ou seja, a iniciativa privada. Este donatário tem delegação real para tomar as medidas necessárias ao desenvolvimento do projeto de colonização. Deste modo, as determinações de Duarte Coelho, em relação aos mananciais expressas no Foral já devem ser consideradas na conta de intervenção governamental na regulação deste bem.

O que ocorre é que dentro do modelo de gestão governamental da época, o aspecto normativo e fiscalizador é o que se apresenta como o mais evidente. Se parece haver uma ação deliberada do donatário no sentido de fazer de Olinda não apenas um núcleo de apoio à atividade de exportação do produto gerado pela agroindústria, mas uma "Nova Lisboa", é necessário não perder de vista que este projeto se choca com os interesses da política do Reino com relação às colônias.

Isto fica evidente na falta de mecanismos capazes de transformar parte dos ganhos com açúcar em recursos para investimentos no desenvolvimento urbano da Vila. Mesmo no período do apogeu do ciclo do açúcar, com os proprietários de engenhos e canaviais exibindo o seu enriquecimento através do luxo das moradias e nos trajes suntuosos, os problemas de natureza pública, incluindo a água, seguiam intocados.

O Patrimônio Hídrico e Sua Utilização

O comentário de um cronista sobre a aparente contradição de Olinda e recife estarem cercadas de água e viverem uma crônica insuficiência de abastecimento chama a atenção para o fato de que a existência de mananciais por si só não assegura que a água estará acessível em quantidade e qualidade compatível com a demanda. No caso de Olinda e Recife, além das restrições geográficas há sérias limitações naturais à crescente demanda por água de um dos núcleos de povoamento mais populoso desde os primeiros anos da colonização. Além disso há a degradação ambiental que implica, entre outras coisas, no desmatamento das nascentes e na deposição de poluentes de todo o tipo e as soluções tecnológicas que foram ou deixaram de ser empregadas na captação destas águas.

Neste particular, é preciso reconhecer que o próprio estágio de desenvolvimento da tecnologia no que diz respeito ao abastecimento de água, só alcançou grandes saltos a partir do século passado. Isto porque o projeto urbano dos holandeses, com o emprego de técnicas avançadas que fizeram Recife evoluir de um modesto povoado para uma verdadeira cidade, não trouxe soluções para os crônicos problemas de abastecimento de água.

Título: Caravelas Portuguesas Anônimas
Autor: Desconhecido
Fonte: História da colonização Portuguesa do Brasil - Os precursores de Cabral.

O Estado e a Questão da Água

Como sede de uma capitania que era hereditária e não do Reino, Olinda tem no seu comando nas primeiras décadas os donatários, ou seja, a iniciativa privada.

Este donatário tem delegação real para tomar as medidas necessárias ao desenvolvimento do projeto de colonização. Deste modo, as determinações de Duarte Coelho, em relação aos mananciais expressas no Foral já devem ser consideradas na conta de intervenção governamental na regulação deste bem.

O que ocorre é que dentro do modelo de gestão governamental da época, o aspecto normativo e fiscalizador é o que se apresenta como o mais evidente. Se parece haver uma ação deliberada do donatário no sentido de fazer de Olinda não apenas um núcleo de apoio à atividade de exportação do produto gerado pela agroindústria, mas uma "Nova Lisboa", é necessário não perder de vista que este projeto se choca com os interesses da política do Reino com relação às colônias.

Isto fica evidente na falta de mecanismos capazes de transformar parte dos ganhos com açúcar em recursos para investimentos no desenvolvimento urbano da Vila. Mesmo no período do apogeu do ciclo do açúcar, com os proprietários de engenhos e canaviais exibindo o seu enriquecimento através do luxo das moradias e nos trajes suntuosos, os problemas de natureza pública, incluindo a água, seguiam intocados.

O Patrimônio Hídrico e Sua Utilização

O comentário de um cronista sobre a aparente contradição de Olinda e recife estarem cercadas de água e viverem uma crônica insuficiência de abastecimento chama a atenção para o fato de que a existência de mananciais por si só não assegura que a água estará acessível em quantidade e qualidade compatível com a demanda. No caso de Olinda e Recife, além das restrições geográficas há sérias limitações naturais à crescente demanda por água de um dos núcleos de povoamento mais populoso desde os primeiros anos da colonização. Além disso há a degradação ambiental que implica, entre outras coisas, no desmatamento das nascentes e na deposição de poluentes de todo o tipo e as soluções tecnológicas que foram ou deixaram de ser empregadas na captação destas águas.

Neste particular, é preciso reconhecer que o próprio estágio de desenvolvimento da tecnologia no que diz respeito ao abastecimento de água, só alcançou grandes saltos a partir do século passado.

Isto porque o projeto urbano dos holandeses, com o emprego de técnicas avançadas que fizeram Recife evoluir de um modesto povoado para uma verdadeira cidade, não trouxe soluções para os crônicos problemas de abastecimento de água.

Título: Praia dos Mineiros 1821-1825
Autor: Johann Moritz Rugendas
Fonte: Através das litografias de Johann M. Rugendas tem-se um registro da atuação policial na cidade do Rio de Janeiro no Século XIX. Visões do Rio na coleção Geyer - Curadora Geral – Maria de Lourdes Parreiras Horta. Petrópolis: Museu Imperial; Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2000.

Título: Rio próximo de Piraí
Autor: Jacques Burkhardt
Fonte: Hartt: Expedições pelo Brasil Imperial – 1865

Água e Cultura

É bastante evidente na análise dessa historiografia da água, sua presença no imaginário popular e não poderia ser diferente tendo em vista a participação tão marcante e decisiva que tem na vida das pessoas e das comunidades.

No reforço deste imaginário contribuíram matrizes ideológicas hegemônicas em determinados momentos como aquela sustentada pelas religiões.

A crença no poder miraculoso de certas fontes, como a que veio a ser chamada a Fonte dos Milagres, é bastante ilustrativa. As circunstâncias casuais de seu achado em uma época de grande seca e de produzir água doce estando tão próximo ao mar certamente ajudaram a afirmar esta idéia. Do mesmo modo a origem das águas das bicas era atribuída a nascentes localizadas sob altares de certas igrejas.

A irmandade dos canoeiros tendo como padroeira Nossa Senhora do rosário, entronizada em um nicho sobre o dique do Varadouro e para quem se organizava festividade anual demonstra o poder aglutinador da água. O espaço coberto situado sobre o dique, servindo às noitadas de música e boemia e de posto de apoio aos banhistas funcionou, sem dúvida, como espaço de vivência, social assim como as bicas, verdadeiros pontos de reuniões informais, namoros e brigas.

Água e Cultura

É bastante evidente na análise dessa historiografia da água, sua presença no imaginário popular e não poderia ser diferente tendo em vista a participação tão marcante e decisiva que tem na vida das pessoas e das comunidades.

No reforço deste imaginário contribuíram matrizes ideológicas hegemônicas em determinados momentos como aquela sustentada pelas religiões.

A crença no poder miraculoso de certas fontes, como a que veio a ser chamada a Fonte dos Milagres, é bastante ilustrativa. As circunstâncias casuais de seu achado em uma época de grande seca e de produzir água doce estando tão próximo ao mar certamente ajudaram a afirmar esta idéia. Do mesmo modo a origem das águas das bicas era atribuída a nascentes localizadas sob altares de certas igrejas.

A irmandade dos canoeiros tendo como padroeira Nossa Senhora do rosário, entronizada em um nicho sobre o dique do Varadouro e para quem se organizava festividade anual demonstra o poder aglutinador da água. O espaço coberto situado sobre o dique, servindo às noitadas de música e boemia e de posto de apoio aos banhistas funcionou, sem dúvida, como espaço de vivência, social assim como as bicas, verdadeiros pontos de reuniões informais, namoros e brigas.

Título: Fonte tipo Stella no Largo do Pedregulho

Fonte: Fontes D'arte do Rio de Janeiro: Chafarizes e estatuas francesas. Elisabeth Robert-Dehault et al. Lês Editions. De L'Amateur. ASPM – FBM. 2000.

Título: Detalhe do chafariz da Praça Comandante Xavier de Brito, na Tijuca.

Fonte: Fontes D'arte do Rio de Janeiro: Chafarizes e estatuas francesas. Elisabeth Robert-Dehault et al. Lês Editions. De L'Amateur. ASPM – FBM. 2000.

Falar do dique do Varadouro e das bicas obriga a comentar o patrimônio artístico representado pelo refinamento arquitetônico daqueles equipamentos. Boa parte deste patrimônio desapareceu mas o seu registro ficou assegurado em desenhos, pinturas e fotografias compondo um acervo extremamente rico e que inclui paisagens nas quais o Beberibe e outros mananciais se fazem presentes com freqüência.

Nas demais formas de expressão artística a água revela igualmente uma presença muito forte como pode ser visto na produção literária e musical indo desde as obras de consagrados poetas, escritores e compositores até as quadrinhas anônimas criticando representantes das autoridades responsáveis pela provisão e fiscalização dos serviços urbanos.

Um patrimônio igualmente importante ainda que desprovido de substrato material é constituído pelos costumes e hábitos e a história da água é farta deles. Alguns extremamente poluidores, como o lançamento das águas servidas nos quintais e mesmo nas ruas; outros, entendidos por certas camadas sociais como poluidores morais e dos bons costumes, como os banhos noturnos dos estudantes da Faculdade de Direito na Bica de São Pedro.

A representação acerca da água, pela importância que tem na determinação dos comportamentos sociais, não pode deixar de ser considerada. A esse respeito é importante destacar a idéia prevalecente da água como um bem inesgotável, apesar da longa história de crise vivida por Olinda.

Uma outra idéia firmada em música popular é "a água lava tudo". E associada a esta, a noção de que ela também leva tudo, o que alimenta o hábito de lançar nos curso d´água todo o tipo de detritos.

Aqui interfere também a visão do espaço e de qualquer patrimônio público como terra de ninguém ou objeto sem dono. Daí a retirada da sujeira da casa – espaço privado- e a sua deposição na rua , no rio, na praia, bem como a falta de qualquer sentido de responsabilidade na conservação de um equipamento de abastecimento d´água.

De meados do século XVI a meados do século XVII foram fundadas no Brasil seis cidades pela Coroa portuguesa. Estas cidades eram de maior dimensão que as outras vilas e cidades fundadas por iniciativa dos donatários, eram planejadas e construídas por arquitetos e engenheiros militares e a maior parte delas adotava traçados regulares.

Falar do dique do Varadouro e das bicas obriga a comentar o patrimônio artístico representado pelo refinamento arquitetônico daqueles equipamentos. Boa parte deste patrimônio desapareceu mas o seu registro ficou assegurado em desenhos, pinturas e fotografias compondo um acervo extremamente rico e que inclui paisagens nas quais o Beberibe e outros mananciais se fazem presentes com freqüência.

Nas demais formas de expressão artística a água revela igualmente uma presença muito forte como pode ser visto na produção literária e musical indo desde as obras de consagrados poetas, escritores e compositores até as quadrinhas anônimas criticando representantes das autoridades responsáveis pela provisão e fiscalização dos serviços urbanos.

Um patrimônio igualmente importante ainda que desprovido de substrato material é constituído pelos costumes e hábitos e a história da água é farta deles. Alguns extremamente poluidores, como o lançamento das águas servidas nos quintais e mesmo nas ruas; outros, entendidos por certas camadas sociais como poluidores morais e dos bons costumes, como os banhos noturnos dos estudantes da Faculdade de Direito na Bica de São Pedro.

A representação acerca da água, pela importância que tem na determinação dos comportamentos sociais, não pode deixar de ser considerada. A esse respeito é importante destacar a idéia prevalecente da água como um bem inesgotável, apesar da longa história de crise vivida por Olinda.

Uma outra idéia firmada em música popular é "a água lava tudo". E associada a esta, a noção de que ela também leva tudo, o que alimenta o hábito de lançar nos curso d´água todo o tipo de detritos.

Aqui interfere também a visão do espaço e de qualquer patrimônio público como terra de ninguém ou objeto sem dono. Daí a retirada da sujeira da casa – espaço privado- e a sua deposição na rua , no rio, na praia, bem como a falta de qualquer sentido de responsabilidade na conservação de um equipamento de abastecimento d´água.

De meados do século XVI a meados do século XVII foram fundadas no Brasil seis cidades pela Coroa portuguesa. Estas cidades eram de maior dimensão que as outras vilas e cidades fundadas por iniciativa dos donatários, eram planejadas e construídas por arquitetos e engenheiros militares e a maior parte delas adotava traçados regulares.

Já em meados do século XVI, nas instruções que D. João III dá a Tomé de Souza para a fundação de Salvador da Baía, encontramos expressas as preocupações da Coroa com a regularidade do traçado da nova cidade que se devia estruturar de modo organizado e planejado.
Ao longo do século XVII verifica-se cada vez mais a adoção de traçados regulares, geometrizados, no planejamento de novas cidades, de que são exemplo Belém do Pará e São Luis do Maranhão, ou nos planos de extensão de cidades já existentes. A escolha de sítios planos em vez dos sítios acidentados preferidos ainda no século anterior foi um fator importante para a adoção de padrões regulares. Outra das razões terá a ver com o papel cada vez maior dos engenheiros militares no traçado e na urbanização das cidades, que se verifica a partir de seiscentos.
A atividade de engenheiros militares simultaneamente a serviço de Espanha e de Portugal, e as influências mútuas que se verificaram no ensino da engenharia militar entre 1580 a 1640 poderão também não ser estranhas à crescente racionalização do urbanismo português.

Já em meados do século XVI, nas instruções que D. João III dá a Tomé de Souza para a fundação de Salvador da Baía, encontramos expressas as preocupações da Coroa com a regularidade do traçado da nova cidade que se devia estruturar de modo organizado e planejado.
Ao longo do século XVII verifica-se cada vez mais a adoção de traçados regulares, geometrizados, no planejamento de novas cidades, de que são exemplo Belém do Pará e São Luis do Maranhão, ou nos planos de extensão de cidades já existentes. A escolha de sítios planos em vez dos sítios acidentados preferidos ainda no século anterior foi um fator importante para a adoção de padrões regulares. Outra das razões terá a ver com o papel cada vez maior dos engenheiros militares no traçado e na urbanização das cidades, que se verifica a partir de seiscentos.
A atividade de engenheiros militares simultaneamente a serviço de Espanha e de Portugal, e as influências mútuas que se verificaram no ensino da engenharia militar entre 1580 a 1640 poderão também não ser estranhas à crescente racionalização do urbanismo português.

Título: Arquitetura de São Luís - MA
Autor: Christian Knepper (fotografia)

São Vicente

São Vicente

As tribos eram formadas por indivíduos cujas aldeias ocupavam uma área contígua, falavam a mesma língua, tinham os mesmos costumes e possuíam um sentimento de unidade.

As tribos eram formadas por indivíduos cujas aldeias ocupavam uma área contígua, falavam a mesma língua, tinham os mesmos costumes e possuíam um sentimento de unidade.

O nome São Vicente aparece assinalado em mapas desde 1502, designando nas primeiras décadas após o descobrimento, ora a Ilha, ora o rio, ora a povoação da Ilha. É difícil afirmar a data exata da fixação dos primeiros portugueses nestas plagas. Fato conhecido, no entanto, é que em 1532, Martim Afonso de Souza faz erigir à condição de Vila, o Povoado então existente.
Fundada oficialmente em 22 de janeiro de 1532, por Martim Afonso de Souza, a Vila de São Vicente, a 1ª do Brasil, já existia desde 1502, data em que passou pela Vila o navegador Américo Vespúcio, em direção a Cananéia , levando o Bacharel Cosme Fernandes.
Mais tarde, o Bacharel retornou à Vila de São Vicente e realizou obras importantes, tornando-se um líder do local.
Em 1516, chegou à Vila o Capitão Pero Capico, transformando São Vicente na sede da Administração da Costa Brasileira, até 1526, quando foi substituído por Antonio Ribeiro.
Antonio Ribeiro promoveu grandes transformações em São Vicente, o que propiciou um grande desenvolvimento no local.
Martim Afonso, ao chegar à Vila de São Vicente, expulsou de volta para Cananéia o Bacharel Cosme Fernandes, fundando oficialmente a Vila e criando a primeira Câmara das Américas. Também na Vila se instalou o primeiro Judiciário.
São Vicente , com seus engenhos de açúcar, foi precursora da agricultura e da indústria, e abrigou o primeiro empório marítimo da costa, conhecido na Europa antes mesmo da chegada de Martim Afonso.
De São Vicente saíram expedições para o interior do Brasil, inclusive a que fundou São Paulo.
Pouco propícia à agricultura, em decorrência da baixa fertilidade de seu solo, São Vicente consolida-se desde seus primórdios, como pólo portuário e comercial, servindo de ponto de abastecimento para os exploradores do Prata e de fornecimento de escravos indígenas.

O nome São Vicente aparece assinalado em mapas desde 1502, designando nas primeiras décadas após o descobrimento, ora a Ilha, ora o rio, ora a povoação da Ilha. É difícil afirmar a data exata da fixação dos primeiros portugueses nestas plagas. Fato conhecido, no entanto, é que em 1532, Martim Afonso de Souza faz erigir à condição de Vila, o Povoado então existente.
Fundada oficialmente em 22 de janeiro de 1532, por Martim Afonso de Souza, a Vila de São Vicente, a 1ª do Brasil, já existia desde 1502, data em que passou pela Vila o navegador Américo Vespúcio, em direção a Cananéia , levando o Bacharel Cosme Fernandes.
Mais tarde, o Bacharel retornou à Vila de São Vicente e realizou obras importantes, tornando-se um líder do local.
Em 1516, chegou à Vila o Capitão Pero Capico, transformando São Vicente na sede da Administração da Costa Brasileira, até 1526, quando foi substituído por Antonio Ribeiro.
Antonio Ribeiro promoveu grandes transformações em São Vicente, o que propiciou um grande desenvolvimento no local.
Martim Afonso, ao chegar à Vila de São Vicente, expulsou de volta para Cananéia o Bacharel Cosme Fernandes, fundando oficialmente a Vila e criando a primeira Câmara das Américas. Também na Vila se instalou o primeiro Judiciário.
São Vicente , com seus engenhos de açúcar, foi precursora da agricultura e da indústria, e abrigou o primeiro empório marítimo da costa, conhecido na Europa antes mesmo da chegada de Martim Afonso.
De São Vicente saíram expedições para o interior do Brasil, inclusive a que fundou São Paulo.
Pouco propícia à agricultura, em decorrência da baixa fertilidade de seu solo, São Vicente consolida-se desde seus primórdios, como pólo portuário e comercial, servindo de ponto de abastecimento para os exploradores do Prata e de fornecimento de escravos indígenas.

Título: "Mauritius".

Autor: JohannesVingboons

Fonte: Original manuscrito do Atlas de J. Vingboons, do Algemeen Rijksarchief, Haia. Mostra o rio São Francisco e, ao fundo, a vila de Penedo e o forte ali construído pelos holandeses.

Título: Fachada do Teatro Municipal de São Paulo.
Autor: Desconhecido

Há grande controvérsia sobre a localização do porto vicentino. Alguns supõem que se situava, já naqueles tempos, na atual entrada do Porto de Santos e não próxima à Vila de São Vicente. De qualquer forma a outra extremidade da Ilha se mostrou mais próspera que o sítio original de ocupação, a tal ponto que Brás Cubas em 1553, ao empreender a construção da Santa Casa de Misericórdia, consolida e marca a fundação de Santos.

Com o arrefecimento do mito do Eldorado, as expedições em direção ao Prata se tornam mais raras, e o precoce desenvolvimento de Santos e São Vicente fenece ao longo dos ciclos econômicos da cana-de-acúcar e da mineração.

A decadência da atividade mineradora reativa, em São Paulo e no litoral, a atividade agrícola, sobretudo a cana. A descoberta da alta produtividade das terras do meio oeste paulista (inicialmente usados para o plantio da cana-de-açúcar) , estimula novamente as atividades portuárias de Santos, propiciando o desenvolvimento da Ilha e região.

Quando a Vila de São Vicente desapareceu pela fúria das águas movidas por uma gigantesca ressaca ou por um maremoto, o lugar escolhido pelos antigos para a construção da nova Matriz foi a Pça. João Pessoa. A nova Matriz, de taipa e pilão, foi inaugurada em 1545.

Pela força das águas, a barra de São Vicente e seu porto de mar também foram desaparecendo, conforme muito bem relatou o ilustre Professor e Prefeito Jonas Rodrigues, em sua brilhante palestra do dia 16 de janeiro de 1996.

Há grande controvérsia sobre a localização do porto vicentino. Alguns supõem que se situava, já naqueles tempos, na atual entrada do Porto de Santos e não próxima à Vila de São Vicente. De qualquer forma a outra extremidade da Ilha se mostrou mais próspera que o sítio original de ocupação, a tal ponto que Brás Cubas em 1553, ao empreender a construção da Santa Casa de Misericórdia, consolida e marca a fundação de Santos.

Com o arrefecimento do mito do Eldorado, as expedições em direção ao Prata se tornam mais raras, e o precoce desenvolvimento de Santos e São Vicente fenece ao longo dos ciclos econômicos da cana-de-acúcar e da mineração.

A decadência da atividade mineradora reativa, em São Paulo e no litoral, a atividade agrícola, sobretudo a cana. A descoberta da alta produtividade das terras do meio oeste paulista (inicialmente usados para o plantio da cana-de-açúcar) , estimula novamente as atividades portuárias de Santos, propiciando o desenvolvimento da Ilha e região.

Quando a Vila de São Vicente desapareceu pela fúria das águas movidas por uma gigantesca ressaca ou por um maremoto, o lugar escolhido pelos antigos para a construção da nova Matriz foi a Pça. João Pessoa. A nova Matriz, de taipa e pilão, foi inaugurada em 1545.

Pela força das águas, a barra de São Vicente e seu porto de mar também foram desaparecendo, conforme muito bem relatou o ilustre Professor e Prefeito Jonas Rodrigues, em sua brilhante palestra do dia 16 de janeiro de 1996.

Por isso é que, em 1585, escrevia Anchieta:
"São Vicente fora antigamente, porto de mar, mas depois, com a corrente das águas e de terras do monte, se tem fechado o canal, nem podem chegar as embarcações por causa dos baixios e arrecifes." (Porto Seguro - I Vol. pág. 155) Fernão Cardim - Tratado da Terra do Brasil pág. 315/316), diz que São Vicente "Foi rica, agora é pobre por se fechar o porto do mar e a barra antiga."
ANTONIO RODRIGUES, MESTRE COSME (Bacharel) e JOÃO RAMALHO, foram os primeiros moradores portugueses em São Vicente, aqui desembarcados em 1493, da esquadra de Francisco de Almeida.
Afirma o escritor vicentino Frei Gaspar da Madre de Deus em "Memórias para a História da Capitania de São Vicente" pág. 232. (Frei Gaspar nasceu em Samaritá no dia 03/05/1715, morreu em Santos em 28/01/1800)., que João Ramalho viera com Antonio Rodrigues. Ramalho era casado com Bartira, filha de Tibiriçá, e Antonio Rodrigues, com uma das filhas do cacique Piquerobi. Consta que Piquerobi residia na Vila de São Vicente.
Mestre Cosme (Bacharel) era dono das terras do Japuí e do Porto das Naus, onde construiu um estaleiro, conforme se infere da Escritura lavrada em São Vicente pelo escrivão Antonio do Vale em 1542. Essas terras foram, posteriormente, doadas por Pero Correia à Confraria do Colégio dos Meninos de Jesus, dirigido pelos Jesuítas.
Esses portugueses foram trazidos na armada secreta enviada por D.João II, logo depois do descobrimento de Cristóvão Colombo.
É por isso que o Porto de São Vicente consta do mapa de Américo Vespúcio feito em 1501 e, com esse nome, era conhecido na Europa, em 1502, conforme abundante documentação.
Os primeiros moradores exerciam o comércio com os aventureiros que para cá vinham, fornecendo-lhes farinha de mandioca, milho, carne, frutas, água, artefatos de couro , recebendo em troca, roupas, armas e ferramentas.
Nessa época já se comercializavam escravos índios pelo Porto de São Vicente, que chegou a ser conhecido também, como Porto dos Escravos. Temos conhecimento, através da Varnhagem, que a nau denominada "Bretos", que saiu de

Por isso é que, em 1585, escrevia Anchieta:
"São Vicente fora antigamente, porto de mar, mas depois, com a corrente das águas e de terras do monte, se tem fechado o canal, nem podem chegar as embarcações por causa dos baixios e arrecifes." (Porto Seguro - I Vol. pág. 155) Fernão Cardim - Tratado da Terra do Brasil pág. 315/316), diz que São Vicente "Foi rica, agora é pobre por se fechar o porto do mar e a barra antiga."
ANTONIO RODRIGUES, MESTRE COSME (Bacharel) e JOÃO RAMALHO, foram os primeiros moradores portugueses em São Vicente, aqui desembarcados em 1493, da esquadra de Francisco de Almeida.
Afirma o escritor vicentino Frei Gaspar da Madre de Deus em "Memórias para a História da Capitania de São Vicente" pág. 232. (Frei Gaspar nasceu em Samaritá no dia 03/05/1715, morreu em Santos em 28/01/1800)., que João Ramalho viera com Antonio Rodrigues. Ramalho era casado com Bartira, filha de Tibiriçá, e Antonio Rodrigues, com uma das filhas do cacique Piquerobi. Consta que Piquerobi residia na Vila de São Vicente.
Mestre Cosme (Bacharel) era dono das terras do Japuí e do Porto das Naus, onde construiu um estaleiro, conforme se infere da Escritura lavrada em São Vicente pelo escrivão Antonio do Vale em 1542. Essas terras foram, posteriormente, doadas por Pero Correia à Confraria do Colégio dos Meninos de Jesus, dirigido pelos Jesuítas.
Esses portugueses foram trazidos na armada secreta enviada por D.João II, logo depois do descobrimento de Cristóvão Colombo.
É por isso que o Porto de São Vicente consta do mapa de Américo Vespúcio feito em 1501 e, com esse nome, era conhecido na Europa, em 1502, conforme abundante documentação.
Os primeiros moradores exerciam o comércio com os aventureiros que para cá vinham, fornecendo-lhes farinha de mandioca, milho, carne, frutas, água, artefatos de couro , recebendo em troca, roupas, armas e ferramentas.

Título: "St. Vincente" - São Vicente 1624.
Autor: Desconhecido
Fonte: Ilustração do livro Reys-boeck. O livro apresenta uma estampa em que estão, lado a lado, Rio de Janeiro e São Vicente. São dois desenhos e uma só estampa. Por razões práticas, aqui só está o lado de São Vicente. A gravura mostra as ilhas de São Vicente e de Santo Amaro e os três canais da Baixada Santista: Barreiro, Casqueiro e Bertioga.

Lisboa em 22 de fevereiro de 1511, levou de São Vicente "para mais de 30 índios cativos", tendo retornado com essa carga a Lisboa, em outubro do mesmo ano.

Mestre Cosme, Bacharel, possuía um estaleiro no Porto das Naus. Em 1527, ele construiu um bergantim que vendeu a Diogo Garcia, contratando com ele o envio de 800 escravos índios para a Espanha.

Os índios prisioneiros de guerra eram reduzidos à escravidão. Por isso, João Ramalho e Antonio Rodrigues estimulavam os respectivos sogros a promover a guerra com as tribos vizinhas.

Essa prática tornou-se o maior flagelo do Brasil. A Capitania de São Vicente forneceu escravos índios, em grande quantidade para os Senhores de Engenho do Nordeste. Havia traficantes de escravos, no inicio do século XVII, que mantinham em estoque 1.500 a 2.000 índios, dentre esses, o próprio Amador Bueno da Ribeira, ilustre morador da Vila de São Vicente.

A luta dos Jesuitas contra a escravização dos índios valeu-lhes a expulsão do Brasil, no tempo de Pombal, com requintes de perversidade.

Nessa época já se comercializavam escravos índios pelo Porto de São Vicente, que chegou a ser conhecido também, como Porto dos Escravos. Temos conhecimento, através da Varnhagem, que a nau denominada "Bretos", que saiu de Lisboa em 22 de fevereiro de 1511, levou de São Vicente "para mais de 30 índios cativos", tendo retornado com essa carga a Lisboa, em outubro do mesmo ano.

Mestre Cosme, Bacharel, possuía um estaleiro no Porto das Naus. Em 1527, ele construiu um bergantim que vendeu a Diogo Garcia, contratando com ele o envio de 800 escravos índios para a Espanha.

Os índios prisioneiros de guerra eram reduzidos à escravidão. Por isso, João Ramalho e Antonio Rodrigues estimulavam os respectivos sogros a promover a guerra com as tribos vizinhas.

Essa prática tornou-se o maior flagelo do Brasil. A Capitania de São Vicente forneceu escravos índios, em grande quantidade para os Senhores de Engenho do Nordeste. Havia traficantes de escravos, no inicio do século XVII, que mantinham em estoque 1.500 a 2.000 índios, dentre esses, o próprio Amador Bueno da Ribeira, ilustre morador da Vila de São Vicente.

A luta dos Jesuitas contra a escravização dos índios valeu-lhes a expulsão do Brasil, no tempo de Pombal, com requintes de perversidade.

Título: "St. Vincente" - São Vicente 1615
Autor: Joris van Spilbergen
Fonte: Ilustração do livro de Joris van Spilbergen denominado "Minoir Oost e West Indical". Foi utilizado o exemplar do acervo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo.

Os Engenhos de Açúcar no Brasil – São Vicente Precursora da Indústria

The Brazilian Sugarmills – São Vicente: Predecessor of this Industry

A luta insistente dos portugueses pelo domínio dos mares, tinha um objetivo puramente comercial:a busca de riquezas e o domínio do comércio das especiarias que se produziam nas Índias e no Extremo Oriente - pimenta, cravo, canela, açúcar etc., artigos de alto luxo e muito caros na Europa. Vinham pelo Mediterrâneo, tendo os árabes e os turcos, como intermediários. Com a queda de Constantinopla, essa rota tornou-se difícil e vinha sendo explorada somente pelos italianos de Veneza. Os esforços dos portugueses foram coroados de êxito, a partir do descobrimento do novo caminho para as Índias, por Vasco da Gama em 1497.

Nesse tempo, os Portugueses já plantavam cana de açúcar na Ilha da Madeira e em S.Tomé. Contrataram um técnico veneziano. A partir daí, sua produção de açúcar aumentou, e com a importação da Índia pela circunavegação da África, os portugueses conseguiram fazer com que o preço das especiarias, em Lisboa, fosse reduzido pela metade do que era praticado pelos italianos. Com isso, monopolizaram o comércio de açúcar no mundo.

O cultivo da cana em São Vicente foi iniciado entre 1515/1520. No diário de Fernão de Magalhães, consta que já se plantava cana no ano de 1520. Nesse período, foram trazidos ao Brasil através de São Vicente, o gado e os cavalos.

Narra Vasconcelos que dos engenhos saíram canas para as outras capitanias, assim como também saíram desta São Vicente, as éguas, vacas e ovelhas que se propagaram em todas as demais.

A luta insistente dos portugueses pelo domínio dos mares, tinha um objetivo puramente comercial:a busca de riquezas e o domínio do comércio das especiarias que se produziam nas Índias e no Extremo Oriente - pimenta, cravo, canela, açúcar etc., artigos de alto luxo e muito caros na Europa. Vinham pelo Mediterrâneo, tendo os árabes e os turcos, como intermediários. Com a queda de Constantinopla, essa rota tornou-se difícil e vinha sendo explorada somente pelos italianos de Veneza. Os esforços dos portugueses foram coroados de êxito, a partir do descobrimento do novo caminho para as Índias, por Vasco da Gama em 1497.

Nesse tempo, os Portugueses já plantavam cana de açúcar na Ilha da Madeira e em S.Tomé. Contrataram um técnico veneziano. A partir daí, sua produção de açúcar aumentou, e com a importação da Índia pela circunavegação da África, os portugueses conseguiram fazer com que o preço das especiarias, em Lisboa, fosse reduzido pela metade do que era praticado pelos italianos. Com isso, monopolizaram o comércio de açúcar no mundo.

O cultivo da cana em São Vicente foi iniciado entre 1515/1520. No diário de Fernão de Magalhães, consta que já se plantava cana no ano de 1520. Nesse período, foram trazidos ao Brasil através de São Vicente, o gado e os cavalos.

Narra Vasconcelos que dos engenhos saíram canas para as outras capitanias, assim como também saíram desta São Vicente, as éguas, vacas e ovelhas que se propagaram em todas as demais.

Título: Fonte pública na rua Frei Caneca - 1827

Autor: Emeric Essex Vidal

Fonte: Visões do Rio na coleção Geyer - Curadora Geral - Maria de Lourdes Parreiras Horta. Petrópolis: Museu Imperial; Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2000.

Título: Igarassú. 1612
Autor: Frans Post.
Fonte: Bresil Baroque. Maurice Pianzola. Banco do Brasil S.A. 1983

A Agricultura de São Vicente

São Vicente Agriculture

As pesquisas indicam que os índios brasileiros são sadios porque adotam uma dieta alimentar balanceada, das mais perfeitas do mundo.
A mandioca, o milho, o arroz, o algodão e vários espécies de batatas, eram conhecidas dos índios. Industrializavam a farinha de mandioca, produziam, também, variado artesanato. Na industrialização da mandioca, os brancos adotaram as técnicas indígenas, melhorando, apenas, o enxugamento da polpa, substituindo em parte o tipiti, pela prensa de lagar.
O algodão nativo passou a ser cultivado. Com isso, teve início, em São Vicente, a indústria caseira do pano. Nesse pormenor, as técnicas dos brancos prevaleceram sobre as nativas, embora os índios e os mestiços fossem os tecelões mais hábeis da capitania. Em 1578 a Câmara de São Paulo determinou aos tecelões que não fizessem pano de algodão de menos de três palmos e meio de largura, a não ser com licença municipal.
Confeccionavam-se em São Vicente redes, franjas, chapéus, bem como, trabalhava-se o couro, confeccionando-se sapatos, sandálias e botas. Narra o Pe. Anchieta, que os índios faziam do couro de anta uma espécie de colete à prova de flechadas.
O trigo foi, largamente, plantado em São Vicente, segundo dão conta numerosos documentos da época.
A industrialização do trigo, era, todavia, dificultosa.
Nessa época, segundo documentos, foi introduzido o monjolo, no Brasil, que deu ensejo à produção do fubá e da canjica.
O arroz foi plantado em grande escala e seu beneficiamento era feito em pilões, usados, ainda, no interior.

As pesquisas indicam que os índios brasileiros são sadios porque adotam uma dieta alimentar balanceada, das mais perfeitas do mundo.
A mandioca, o milho, o arroz, o algodão e vários espécies de batatas, eram conhecidas dos índios. Industrializavam a farinha de mandioca, produziam, também, variado artesanato. Na industrialização da mandioca, os brancos adotaram as técnicas indígenas, melhorando, apenas, o enxugamento da polpa, substituindo em parte o tipiti, pela prensa de lagar.
O algodão nativo passou a ser cultivado. Com isso, teve início, em São Vicente, a indústria caseira do pano. Nesse pormenor, as técnicas dos brancos prevaleceram sobre as nativas, embora os índios e os mestiços fossem os tecelões mais hábeis da capitania. Em 1578 a Câmara de São Paulo determinou aos tecelões que não fizessem pano de algodão de menos de três palmos e meio de largura, a não ser com licença municipal.
Confeccionavam-se em São Vicente redes, franjas, chapéus, bem como, trabalhava-se o couro, confeccionando-se sapatos, sandálias e botas. Narra o Pe. Anchieta, que os índios faziam do couro de anta uma espécie de colete à prova de flechadas.
O trigo foi, largamente, plantado em São Vicente, segundo dão conta numerosos documentos da época.
A industrialização do trigo, era, todavia, dificultosa.
Nessa época, segundo documentos, foi introduzido o monjolo, no Brasil, que deu ensejo à produção do fubá e da canjica.
O arroz foi plantado em grande escala e seu beneficiamento era feito em pilões, usados, ainda, no interior.

Título: "Fluvius Grandis" - Natal - 1639

Autor: Frans Post.

Fonte: Gravura que ilustra o livro de Barlaeus, estampa nº. 30. Exemplar na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Mostra a foz do Rio Potenji e a fortaleza dos Reis Magos.

São Vicente – Precursora da Pecuária

São Vicente – Predecessor of Cattle Farming

Título: Viagem ao Brasil
Autor: Alexandre Rodrigues Ferreira
Fonte: Prospecto do desmonte de terra da Lavra de Ouro do Sargento José Paes Falcão das Neves no Arrayal de S. Jose de Cocaes da Villa do Cuyaba.

A criação de gado, cavalos ovelhas, cabritos e outros animais europeus teve início em 1520. Segundo registrou Aurélio Porto, foi de São Vicente que a criação do gado estendeu-se para o Sul até o Paraguai (1555), Uruguai e Rio da Prata. Daqui o gado foi levado para a Bahia e para outras capitanias do Nordeste.

Na direção do Oeste chegaram os currais de gado a Goiás e Mato Grosso. No futuro território das Minas Gerais, antes da Mineração, eram conhecidas as manadas de gado dos criadores de São Vicente (pág. 94). Era a chamada civilização do couro. Lugares onde eram apenas as pousadas dos tropeiros, tornaram-se cidades como Campinas, SP, Campo Grande MS, Campos RJ e Vacaria RS, dentre outras, todas, porém, com origem na expansão territorial do gado.

Capistrano de Abreu, Eugênio de Castro e outros historiadores realçam a função histórica do gado na penetração do interior e na fixação de suas populações, como na formação da unidade nacional, pela aproximação dos brasileiros do Norte e do Sul.

A criação do gado ensejou emprego aos índios e mamelucos que se tornaram excelentes boiadeiros, dada sua natural tendência à vida livre. Favoreceu, também, as migrações internas pela criação, transporte e comércio do gado.

Diz Fernando de Azevedo que em fins de 1600, no século XVII havia mais de cem paulistas com fazendas de gado no Alto São Francisco.

A criação de gado, cavalos ovelhas, cabritos e outros animais europeus teve início em 1520. Segundo registrou Aurélio Porto, foi de São Vicente que a criação do gado estendeu-se para o Sul até o Paraguai (1555), Uruguai e Rio da Prata. Daqui o gado foi levado para a Bahia e para outras capitanias do Nordeste.

Na direção do Oeste chegaram os currais de gado a Goiás e Mato Grosso. No futuro território das Minas Gerais, antes da Mineração, eram conhecidas as manadas de gado dos criadores de São Vicente (pág. 94). Era a chamada civilização do couro. Lugares onde eram apenas as pousadas dos tropeiros, tornaram-se cidades como Campinas, SP, Campo Grande MS, Campos RJ e Vacaria RS, dentre outras, todas, porém, com origem na expansão territorial do gado.

Capistrano de Abreu, Eugênio de Castro e outros historiadores realçam a função histórica do gado na penetração do interior e na fixação de suas populações, como na formação da unidade nacional, pela aproximação dos brasileiros do Norte e do Sul.

A criação do gado ensejou emprego aos índios e mamelucos que se tornaram excelentes boiadeiros, dada sua natural tendência à vida livre. Favoreceu, também, as migrações internas pela criação, transporte e comércio do gado.

Diz Fernando de Azevedo que em fins de 1600, no século XVII havia mais de cem paulistas com fazendas de gado no Alto São Francisco.

Título: "Fluvius Grandis" – Natal - 1639

Autor: Frans Post.

Fonte: Gravura que ilustra o livro de Barlaeus, estampa nº. 30. Exemplar na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Mostra a foz do Rio Potenji e a fortaleza dos Reis Magos.

O Primeiro Grande Comércio no Brasil

The First Great Commerce in Brazil

Frei Gaspar da Madre de Deus admite que em 1532, já existiam engenhos de açúcar em São Vicente. Dentre eles, menciona o da Madre de Deus, de Pero Góis, o de São João, dos irmãos Adorno sendo o terceiro, o Engenho do Sr. Governador, que em seguida passou a chamar-se Engenho dos Armadores e por fim, São Jorge dos Erasmos, por ter sido vendido ao alemão Erasmo Scheter. Havia, ainda, engenhos em Santos e um, na Ilha de Santo Amaro. Tinham engenho de açúcar em São Vicente, em 1534 Estevão Pedrozo, Jerônimo Leitão, Salvador do Vale e os Guerra.
João Antonio Andreoni, padre Jesuíta, em "Cultura e Opulência do Brasil descreve as duas categorias de engenho:
"Quem chamou as oficinas em que se fabrica o açúcar, engenhos, acertou, verdadeiramente, no nome. Porque, quem quer que as vê é obrigado a confessar que são uns dos principais partos e invenções do engenho humano, pelo seu modo admirável de se produzir o açúcar".
"Dos engenhos, uns são reais, outros, engenhocas.
Os reais ganharam esse apelido porque são bem aparelhados, dispondo de grande número de escravos, com canaviais próprios e outros subsidiários e principalmente por terem a realeza de moerem com água, a diferença dos outros que moem com cavalos ou bois e são menos aparelhados e com poucos escravos.
Os engenhos reais produzem excelente açúcar; as engenhocas produzem açúcar de qualidade inferior, cachaça e melado".
Antes de haver engenho em qualquer outro lugar do Brasil, SãoVicente conheceu várias categorias de engenhos. Daqui se espalhou a industrialização da cana, pelo Brasil.

Frei Gaspar da Madre de Deus admite que em 1532, já existiam engenhos de açúcar em São Vicente. Dentre eles, menciona o da Madre de Deus, de Pero Góis, o de São João, dos irmãos Adorno sendo o terceiro, o Engenho do Sr. Governador, que em seguida passou a chamar-se Engenho dos Armadores e por fim, São Jorge dos Erasmos, por ter sido vendido ao alemão Erasmo Scheter. Havia, ainda, engenhos em Santos e um, na Ilha de Santo Amaro. Tinham engenho de açúcar em São Vicente, em 1534 Estevão Pedrozo, Jerônimo Leitão, Salvador do Vale e os Guerra.
João Antonio Andreoni, padre Jesuíta, em "Cultura e Opulência do Brasil descreve as duas categorias de engenho:
"Quem chamou as oficinas em que se fabrica o açúcar, engenhos, acertou, verdadeiramente, no nome. Porque, quem quer que as vê é obrigado a confessar que são uns dos principais partos e invenções do engenho humano, pelo seu modo admirável de se produzir o açúcar".
"Dos engenhos, uns são reais, outros, engenhocas.
Os reais ganharam esse apelido porque são bem aparelhados, dispondo de grande número de escravos, com canaviais próprios e outros subsidiários e principalmente por terem a realeza de moerem com água, a diferença dos outros que moem com cavalos ou bois e são menos aparelhados e com poucos escravos.
Os engenhos reais produzem excelente açúcar; as engenhocas produzem açúcar de qualidade inferior, cachaça e melado".
Antes de haver engenho em qualquer outro lugar do Brasil, SãoVicente conheceu várias categorias de engenhos. Daqui se espalhou a industrialização da cana, pelo Brasil.

Título: “Parayba” – Cidade da Paraíba (João Pessoa) - 1647

Autor: Frans Post.

Fonte: Gravura que ilustra o livro de Barlaeus, estampa nº. 27. Exemplar na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. O desenho mostra a cidade assentada sobre uma colina, à margem do rio, aparecendo na parte superior os seus edifícios principais.

A Primeira Sociedade Mercantil

The First Mercantile Society

Título: Sem título
Autor: Jacques Burkhardt
Fonte: Hartt: Expedições pelo Brasil Imperial - 1865

Martim Afonso de Souza fundou, em São Vicente, em 1534, uma sociedade mercantil denominada " ARMADORES DO TRATO."
Essa empresa era formada pelos senhores de engenho de São Vicente.
Monopolizou a comercialização de todos os produtos importados. Impôs aos pequenos produtores, o preço do açúcar e monopolizou a exportação dos produtos da terra, especialmente do açúcar. O açúcar era a moeda corrente em São Vicente. Os salários eram determinados pelos Senhores de Engenho, agora, detentores dos poderes mais expressivos sobre a sociedade local. Obtiveram os Senhores de Engenho, inclusive, títulos de nobreza que a cana real lhes outorgava.
As medidas não agradaram ao povo, que, paulatinamente, abandonou o litoral e subiu a serra fazendo com que Piratininga crescesse com o esvaziamento do Litoral.
A partir daí, a hegemonia do açúcar passou para o Nordeste, especialmente, Bahia e Pernambuco.

Martim Afonso de Souza fundou, em São Vicente, em 1534, uma sociedade mercantil denominada " ARMADORES DO TRATO."
Essa empresa era formada pelos senhores de engenho de São Vicente.
Monopolizou a comercialização de todos os produtos importados. Impôs aos pequenos produtores, o preço do açúcar e monopolizou a exportação dos produtos da terra, especialmente do açúcar. O açúcar era a moeda corrente em São Vicente. Os salários eram determinados pelos Senhores de Engenho, agora, detentores dos poderes mais expressivos sobre a sociedade local. Obtiveram os Senhores de Engenho, inclusive, títulos de nobreza que a cana real lhes outorgava.
As medidas não agradaram ao povo, que, paulatinamente, abandonou o litoral e subiu a serra fazendo com que Piratininga crescesse com o esvaziamento do Litoral.
A partir daí, a hegemonia do açúcar passou para o Nordeste, especialmente, Bahia e Pernambuco.

Título: Viagem ao Brasil

Autor: Alexandre Rodrigues Ferreira

Fonte: Prospecto da Lavagem de Ouro na Fábrica de minerar. Sargento José Paes Falcão das Neves no Arrayal de S. Jose da Villa do Cuyaba.

Os Primeirs Engenhos de Cana-de-Açúcar no Brasil

The First Sugarcane Mills in Brazil

Não se sabe a data exata da implantação dos primeiros engenho de cana-de-açúcar no Brasil. O cultivo dela já era dominada há mais de século pelos portugueses, provavelmente desde 1420, quando o Infante D. Henrique, esse faz-tudo do reino de Portugal, mandara trazer mudas da Sicília para plantá-las na ilha da Madeira e nas Canárias. Stuart Shwartz, por sua vez, assegura-nos que a experiência mais concreta com a lavoura da cana foi feita na ilha de São Tomé, revelada aos portugueses em 1471, uma das quatro ilhas do golfo da Guiné. Ali encontraram-se por assim dizer todos os elementos da política de colonização atuando em conjunto (inclusive servindo como um campo de concentração agro-experimental para filhos de judeus) que formariam a base do complexo açucareiro que depois expandiu-se para a costa nordestina do Brasil e zona caribenha.

O primeiro alvará tratando de promover sua introdução no Brasil data de 1516, quando o rei D. Manuel determinou que se encontrasse gente "prática capaz de dar princípio a um engenho de açúcar no Brasil". Desde que chegou foi uma planta imperialista, derrubando e queimando as matas, espantando ou preando os índios e importando em seguida os cativos africanos. A história do Brasil dos primeiros séculos esteve estreitamente ligada à história do açúcar.

No Nordeste coube a Jerônimo de Albuquerque fundar o primeiro deles em Pernambuco em 1535, chamado de engenho da Nossa Senhora da Ajuda, nas proximidades de Olinda. E, a partir de 1538, eles deram a se espalhar pelas margens da Baia de Todos os Santos. Têm a seu favor o massapé, terra negra acolhedora dos pés-de-cana, que se estende desde o Recôncavo nas proximidades de Salvador, até o Ceará, formando uma vasta área apropriada para o desenvolvimento da "civilização do açúcar" e base material para o surgimento posterior do baronato do massapé, que será o primeiro núcleo sólido da estrutura colonial assegurado pelo tripé - monocultura, latifúndio e escravidão.

No sul, menciona-se o famosos engenho de Martin Afonso de Sousa instalado em São Vicente em 1532 e chamado "Senhor Governador", todo ele provido de gente qualificada trazida da Europa para tal fim.

Não se sabe a data exata da implantação dos primeiros engenho de cana-de-açúcar no Brasil. O cultivo dela já era dominada há mais de século pelos portugueses, provavelmente desde 1420, quando o Infante D. Henrique, esse faz-tudo do reino de Portugal, mandara trazer mudas da Sicília para plantá-las na ilha da Madeira e nas Canárias. Stuart Shwartz, por sua vez, assegura-nos que a experiência mais concreta com a lavoura da cana foi feita na ilha de São Tomé, revelada aos portugueses em 1471, uma das quatro ilhas do golfo da Guiné. Ali encontraram-se por assim dizer todos os elementos da política de colonização atuando em conjunto (inclusive servindo como um campo de concentração agro-experimental para filhos de judeus) que formariam a base do complexo açucareiro que depois expandiu-se para a costa nordestina do Brasil e zona caribenha.

O primeiro alvará tratando de promover sua introdução no Brasil data de 1516, quando o rei D. Manuel determinou que se encontrasse gente "prática capaz de dar princípio a um engenho de açúcar no Brasil". Desde que chegou foi uma planta imperialista, derrubando e queimando as matas, espantando ou preando os índios e importando em seguida os cativos africanos. A história do Brasil dos primeiros séculos esteve estreitamente ligada à história do açúcar.

No Nordeste coube a Jerônimo de Albuquerque fundar o primeiro deles em Pernambuco em 1535, chamado de engenho da Nossa Senhora da Ajuda, nas proximidades de Olinda. E, a partir de 1538, eles deram a se espalhar pelas margens da Baia de Todos os Santos. Têm a seu favor o massapé, terra negra acolhedora dos pés-de-cana, que se estende desde o Recôncavo nas proximidades de Salvador, até o Ceará, formando uma vasta área apropriada para o desenvolvimento da "civilização do açúcar" e base material para o surgimento posterior do baronato do massapé, que será o primeiro núcleo sólido da estrutura colonial assegurado pelo tripé - monocultura, latifúndio e escravidão.

No sul, menciona-se o famosos engenho de Martin Afonso de Sousa instalado em São Vicente em 1532 e chamado "Senhor Governador", todo ele provido de gente qualificada trazida da Europa para tal fim.

A nobreza nativa: a exuberância e o sucesso da produção açucareira fez com que a Coroa portuguesa desse privilégios e foros especiais aos donos de engenho, tornando-os, -particularmente “a gente da Várzea do Capiberibe” de Pernambuco-, um tipo de nobreza nativa reconhecendo-os como o esteio do que viria a ser mais tarde a classe dominante brasileira por mais de três séculos e meio. Eram os barões do massapé, os soberanos do açúcar.

O engenho, uma das células da globalização de então, singular estrutura composta pela casa grande & senzala, a capela, e as terras cultivadas - o canavial e o mandiocal - formaria um tipo de feudo tropical, dominado autocraticamente pelo seu dono e lavrado pelo africano e seu companheiro de cativeiro, o boi. O proprietário, um grão-senhor, falava com seus escravos aos gritos da varanda do casarão ou do alto da cela do cavalo, hábito que depois exerceria para dirigir-se ao povo em geral. Local autônomo, como observou Fernando de Azevedo, distante do poder do governador-geral na sede da colônia, e mais ainda del-rei, na longínqua metrópole. Tornou-se, para a classe dominante brasileira, uma espécie de escola do mandonismo, onde exercitou o poder utilizando alternadamente a chibata e a sedução. Gilberto Freyre atribui a eles, ao que denominou de sociedade patriarcal, a façanha de manter o imenso país integrado, pois o domínio senhorial baseado no Nordeste brasileiro espalhou-se como um modelo a ser seguido pelas demais regiões, fossem elas dedicadas às minas, ao café ou ao gado.

Nunca foi fácil a vida no Brasil de antanho, de plantar e dar, de orar e colher. Como lembrou o mesmo Freyre “ País da Cocagne (da fartura) coisa nenhuma: terra de alimentação incerta e difícil é que foi o Brasil dos três séculos coloniais. A sombra da monocultura esterilizando tudo. Os grandes senhores rurais sempre endividados. As saúvas, as enchentes, as secas dificultando o grosso da população o suprimento de viveres”.

A nobreza nativa: a exuberância e o sucesso da produção açucareira fez com que a Coroa portuguesa desse privilégios e foros especiais aos donos de engenho, tornando-os, -particularmente “a gente da Várzea do Capiberibe” de Pernambuco-, um tipo de nobreza nativa reconhecendo-os como o esteio do que viria a ser mais tarde a classe dominante brasileira por mais de três séculos e meio. Eram os barões do massapé, os soberanos do açúcar.

O engenho, uma das células da globalização de então, singular estrutura composta pela casa grande & senzala, a capela, e as terras cultivadas - o canavial e o mandiocal - formaria um tipo de feudo tropical, dominado autocraticamente pelo seu dono e lavrado pelo africano e seu companheiro de cativeiro, o boi. O proprietário, um grão-senhor, falava com seus escravos aos gritos da varanda do casarão ou do alto da cela do cavalo, hábito que depois exerceria para dirigir-se ao povo em geral. Local autônomo, como observou Fernando de Azevedo, distante do poder do governador-geral na sede da colônia, e mais ainda del-rei, na longínqua metrópole. Tornou-se, para a classe dominante brasileira, uma espécie de escola do mandonismo, onde exercitou o poder utilizando alternadamente a chibata e a sedução. Gilberto Freyre atribui a eles, ao que denominou de sociedade patriarcal, a façanha de manter o imenso país integrado, pois o domínio senhorial baseado no Nordeste brasileiro espalhou-se como um modelo a ser seguido pelas demais regiões, fossem elas dedicadas às minas, ao café ou ao gado.

Nunca foi fácil a vida no Brasil de antanho, de plantar e dar, de orar e colher. Como lembrou o mesmo Freyre “ País da Cocagne (da fartura) coisa nenhuma: terra de alimentação incerta e difícil é que foi o Brasil dos três séculos coloniais. A sombra da monocultura esterilizando tudo. Os grandes senhores rurais sempre endividados. As saúvas, as enchentes, as secas dificultando o grosso da população o suprimento de viveres”.

Século XVII

17th Century

As tribos eram formadas por indivíduos cujas aldeias ocupavam uma área contígua, falavam a mesma língua, tinham os mesmos costumes e possuíam um sentimento de unidade.

As tribos eram formadas por indivíduos cujas aldeias ocupavam uma área contígua, falavam a mesma língua, tinham os mesmos costumes e possuíam um sentimento de unidade.

A Descoberta do Ouro

The Discovery of Gold

A descoberta de metais preciosos nos últimos anos do Século XVII possibilitaria ao Reino português superar a crise econômico-financeira vivida desde a separação da Espanha, recuperando sua independência. D. João IV, o "Restaurador" (1640 - 1656), havia recebido um Reino enfraquecido politicamente e empobrecido financeira e economicamente.

Para consolidar a independência e minimizar as dificuldades políticas, o novo rei, firmou alianças, concluiu tréguas e assinou tratados com outros soberanos europeus. Outras questões afligiam o novo governo do Reino português, como a precariedade da esquadra, que se fazia necessária à manutenção do império colonial. Sem seus navios a situação de Portugal complicava-se, pois era um império marítimo.

Para agravar a situação, em 1640, as partes mais importantes do antigo domínio colonial português estavam ocupadas pelos holandeses. Restavam alguns pontos na África, que forneciam escravos, e a parte meridional do Brasil, já que a área mais lucrativa era a região açucareira, que permanecia controlada pela Holanda.

No final do Século XVII a crise prosseguia. Os holandeses monopolizavam a venda do açúcar na Europa, preferindo o produzido por suas colônias, em prejuízo daquele produzido pela Colônia portuguesa na América, com grande perda para o tesouro real.

A partir de 1626 surgiram os primeiros assentamentos jesuíticos em território do atual Rio Grande do Sul. Em 1644 eram 22 as reduções congregando um total de 44 mil pessoas. Estavam distribuídas no chamado Sete Povos.

A descoberta de metais preciosos nos últimos anos do Século XVII possibilitaria ao Reino português superar a crise econômico-financeira vivida desde a separação da Espanha, recuperando sua independência. D. João IV, o "Restaurador" (1640 - 1656), havia recebido um Reino enfraquecido politicamente e empobrecido financeira e economicamente.

Para consolidar a independência e minimizar as dificuldades políticas, o novo rei, firmou alianças, concluiu tréguas e assinou tratados com outros soberanos europeus. Outras questões afligiam o novo governo do Reino português, como a precariedade da esquadra, que se fazia necessária à manutenção do império colonial. Sem seus navios a situação de Portugal complicava-se, pois era um império marítimo.

Para agravar a situação, em 1640, as partes mais importantes do antigo domínio colonial português estavam ocupadas pelos holandeses. Restavam alguns pontos na África, que forneciam escravos, e a parte meridional do Brasil, já que a área mais lucrativa era a região açucareira, que permanecia controlada pela Holanda.

No final do Século XVII a crise prosseguia. Os holandeses monopolizavam a venda do açúcar na Europa, preferindo o produzido por suas colônias, em prejuízo daquele produzido pela Colônia portuguesa na América, com grande perda para o tesouro real.

A partir de 1626 surgiram os primeiros assentamentos jesuíticos em território do atual Rio Grande do Sul. Em 1644 eram 22 as reduções congregando um total de 44 mil pessoas. Estavam distribuídas no chamado Sete Povos.

Título: Detalhe do retábulo da capela-mor da igreja de São Francisco de Assis da Penitencia.
Fonte: Ouro Preto, MG.

1580-1640 União Ibérica

A anexação da Coroa portuguesa à espanhola, também conhecida como União Ibérica, trouxe grandes prejuízos para o Brasil; a Holanda, antiga aliada dos portugueses, se transformou em inimiga, atacando e ocupando grandes faixas do litoral brasileiro, onde construíram fortes e fundaram cidades como a Cidade Maurícia (Recife).

1612-1616 Controle do litoral norte

A expulsão dos franceses da costa norte permitiu que a região iniciasse um desenvolvimento econômico autônomo; o controle de seu litoral foi garantido com (re)fundação da cidade de São Luiz do Maranhão (1612) e a fundação de Belém do Pará (1616).

1620 Tentativa de ocupação holandesa

Os holandeses fundam a Companhia das Índias Ocidentais, com objetivos militares e comerciais, que promoveu ataques e ocupações nas colônias portuguesas e, principalmente, no Brasil.

1580-1640 União Ibérica

A anexação da Coroa portuguesa à espanhola, também conhecida como União Ibérica, trouxe grandes prejuízos para o Brasil; a Holanda, antiga aliada dos portugueses, se transformou em inimiga, atacando e ocupando grandes faixas do litoral brasileiro, onde construíram fortes e fundaram cidades como a Cidade Maurícia (Recife).

1612-1616 Controle do litoral norte

A expulsão dos franceses da costa norte permitiu que a região iniciasse um desenvolvimento econômico autônomo; o controle de seu litoral foi garantido com (re)fundação da cidade de São Luiz do Maranhão (1612) e a fundação de Belém do Pará (1616).

1620 Tentativa de ocupação holandesa

Os holandeses fundam a Companhia das Índias Ocidentais, com objetivos militares e comerciais, que promoveu ataques e ocupações nas colônias portuguesas e, principalmente, no Brasil.

Título: Imagem de santo do Aleijadinho
Fonte: Aleijadinho e seu Tempo - Fé, Engenho e Arte (Centro Cultural do Banco do Brasil)

Título: Aguadeira
Ilustração: Victor Papaleo

1645-1654 A Batalha dos Guararapes

Os portugueses iniciam uma guerra contra os holandeses, que termina na expulsão destes últimos. Retomaram Recife nas Batalhas dos Guararapes e reduziram a presença dos holandeses a alguns fortes no litoral do nordeste.

1690 A corrida pelo ouro

Início da corrida e da ocupação da região das Minas Gerais em busca do ouro.
Cidades, Vilas e povoados
Amazônia:
Belém (1615)

Nordeste:
Salvador - Primeira cidade, capitania adquirida pela Coroa (1549) – capital do Brasil

Sudeste:
São Sebastião do Rio de Janeiro – criada como reação aos franceses - capital da colônia na segunda metade do século XVIII
Sul:
Missões da região de Sete Povos: São Francisco de Borja (1682); São Nicolau, São Luis Gonzaga e São Miguel Arcanjo no Vale do Piratini, em 1687; São Lourenço Mártir (1690); São João Batista (1697) e Santo Ângelo Custódio (1707).
No Brasil, as ordens religiosas tiveram um papel relevante na criação de aldeamentos de índios, onde a organização do espaço urbano, e do espaço da casa, era muitas vezes utilizado como um instrumento de aculturação. A primeira acção das ordens religiosas era por vezes a sacralização dos aldeamentos índios, a que se seguia a sua reestruturação espacial.
A acção urbanizadora dos Jesuítas é aqui entendida de forma literal, tendo efectivamente planeado e construído estas aldeias, traçadas nos séculos XVI a XVIII, segundo princípios racionais e geométricos. Elemento fulcral de todas elas era a grande praça central, em torno da qual se dispunham a igreja, a residência dos padres, a escola e as oficinas, num dos lados, e as casas dos índios nos restantes três lados.

1645-1654 A Batalha dos Guararapes

Os portugueses iniciam uma guerra contra os holandeses, que termina na expulsão destes últimos. Retomaram Recife nas Batalhas dos Guararapes e reduziram a presença dos holandeses a alguns fortes no litoral do nordeste.

1690 A corrida pelo ouro

Início da corrida e da ocupação da região das Minas Gerais em busca do ouro.
Cidades, Vilas e povoados
Amazônia:
Belém (1615)

Nordeste:
Salvador - Primeira cidade, capitania adquirida pela Coroa (1549) – capital do Brasil

Sudeste:
São Sebastião do Rio de Janeiro – criada como reação aos franceses - capital da colônia na segunda metade do século XVIII
Sul:
Missões da região de Sete Povos: São Francisco de Borja (1682); São Nicolau, São Luis Gonzaga e São Miguel Arcanjo no Vale do Piratini, em 1687; São Lourenço Mártir (1690); São João Batista (1697) e Santo Ângelo Custódio (1707).
No Brasil, as ordens religiosas tiveram um papel relevante na criação de aldeamentos de índios, onde a organização do espaço urbano, e do espaço da casa, era muitas vezes utilizado como um instrumento de aculturação. A primeira acção das ordens religiosas era por vezes a sacralização dos aldeamentos índios, a que se seguia a sua reestruturação espacial.
A acção urbanizadora dos Jesuítas é aqui entendida de forma literal, tendo efectivamente planeado e construído estas aldeias, traçadas nos séculos XVI a XVIII, segundo princípios racionais e geométricos. Elemento fulcral de todas elas era a grande praça central, em torno da qual se dispunham a igreja, a residência dos padres, a escola e as oficinas, num dos lados, e as casas dos índios nos restantes três lados.

Título: Rio São Francisco
Fonte: Desconhecida

Título: Platz in Rio de Janeiro (Largo, Chafariz e Igreja de Sta. Rita), 1844   (Praça do Rio de Janeiro)

Fonte: Aquarela sobre papel, 25,7x36,4cm. Staatliche Museen Zu Berlin, Alemanha

Recife

Recife

Os holandeses desembarcam e tomam Olinda e o Recife em 1630. Em 1631, após longos debates, resolvem abandonar e incendiar a Vila de Olinda, diante das dificuldades em fortifica-la.

Com toda a população alojada no Recife, isto é, soldados e outras gentes da administração, além de alguns moradores que permaneceram, as dimensões dessa aldeia são insuficientes, diante da exigüidade da península, em terras secas, para a construção de outras casas, conforme se pode verificar através de mapeamentos de 1631 e 1637, por demais reproduzidos e conhecidos.

Os holandeses ao realizarem levantamentos topográficos, materializados nesses e em outros mapas, da ilha de Antônio Vaz e da aldeia Recife, constataram a insegurança, em termos de defesa, da praça e com os engenheiros que acompanhavam a frota invasora, iniciaram aquele plano de fortificação. Em primeiro lugar é projetada e executada uma grande fortificação, em forma pentagonal, a de “Cinco Pontas” tendo por finalidade a defesa da parte Sul da ilha, inclusive as cacimbas de água potável, de Ambrósio Machado, interligada essa, logo após a uma outra fortificação situada junto ao Rio dos Afogados. Articulando tiro com Cinco Pontas, são distribuídos quatro redutos, que servem para interligar o sistema defensivo com a fortificação de Waendenburg, fazendo toda a defesa para o Oeste. De Waendenburg o sistema é fechado com o Forte do Brum e o de Madame Bruyne, defendendo então os lados Oeste e Leste, voltados para o mar, assentes essas fortificações no istmo da península.

Na ilha de Antônio Vaz, onde haviam algumas casas e um convento de capuchos, vem se envolver esta pequena construção franciscana com uma fortificação, chamada Forte Ernesto. Desta partem trincheiras em outra linha de defesa que definem e protegem um grande espaço denominado Groot Kwartier (Grande alojamento) na verdade uma praça d’armas.

Todas essas fortificações tiveram execução relativamente rápida uma vez que eram de terra e faxina. Somente aquelas alvo do ataque das águas estavam protegidas, com alvenaria de pedras, nas bases das muralhas.

Os holandeses desembarcam e tomam Olinda e o Recife em 1630. Em 1631, após longos debates, resolvem abandonar e incendiar a Vila de Olinda, diante das dificuldades em fortifica-la.

Com toda a população alojada no Recife, isto é, soldados e outras gentes da administração, além de alguns moradores que permaneceram, as dimensões dessa aldeia são insuficientes, diante da exigüidade da península, em terras secas, para a construção de outras casas, conforme se pode verificar através de mapeamentos de 1631 e 1637, por demais reproduzidos e conhecidos.

Os holandeses ao realizarem levantamentos topográficos, materializados nesses e em outros mapas, da ilha de Antônio Vaz e da aldeia Recife, constataram a insegurança, em termos de defesa, da praça e com os engenheiros que acompanhavam a frota invasora, iniciaram aquele plano de fortificação. Em primeiro lugar é projetada e executada uma grande fortificação, em forma pentagonal, a de “Cinco Pontas” tendo por finalidade a defesa da parte Sul da ilha, inclusive as cacimbas de água potável, de Ambrósio Machado, interligada essa, logo após a uma outra fortificação situada junto ao Rio dos Afogados. Articulando tiro com Cinco Pontas, são distribuídos quatro redutos, que servem para interligar o sistema defensivo com a fortificação de Waendenburg, fazendo toda a defesa para o Oeste. De Waendenburg o sistema é fechado com o Forte do Brum e o de Madame Bruyne, defendendo então os lados Oeste e Leste, voltados para o mar, assentes essas fortificações no istmo da península.

Na ilha de Antônio Vaz, onde haviam algumas casas e um convento de capuchos, vem se envolver esta pequena construção franciscana com uma fortificação, chamada Forte Ernesto. Desta partem trincheiras em outra linha de defesa que definem e protegem um grande espaço denominado Groot Kwartier (Grande alojamento) na verdade uma praça d’armas.

Todas essas fortificações tiveram execução relativamente rápida uma vez que eram de terra e faxina. Somente aquelas alvo do ataque das águas estavam protegidas, com alvenaria de pedras, nas bases das muralhas.

Título: Poste de luz em Ouro Preto
Ilustração: Victor Papaleo

Título: Ponte Santa Izabel sobre o rio Capibaribe 1876
Autor: Marc Ferraz
Fonte: Marcus Vinicius de Freitas. Hartt: Expedições pelo Brasil Imperial 1865-1878.

Com a chegada de um Governador, João Maurício de Nassau, para a conquista, em 1637, após melhor se consolidar a ocupação, depois da queda do Arraial Velho do Bom Jesus, nova fase vai conhecer o Recife. É esse período que tanto marcou o domínio holandês e que permite surgir, vez em quando, a afirmação de que os holandeses seriam melhores colonizadores que os lusitanos. Confunde-se colonização com período de governo, onde o Conde de Nassau, reeditou nos trópicos a legenda do mecenato florentino, italiano, da Renascença. É esse Governador, que por sua atuação, presa de uma brilhante formação humanista, vai permitir a criação do mito civilizador.

Nassau, ao se deparar com o estado em que chegou a conquista, diante daqueles sete anos de lutas pela permanência, procura traçar um plano político e por em prática uma organização administrativa que incluía varias ações interligadas.

Nos prendendo àquela voltada para a reorganização urbana, verificamos que é nela onde se pode encontrar grande contribuição para a História do Urbanismo nas Américas.

Com a chegada de um Governador, João Maurício de Nassau, para a conquista, em 1637, após melhor se consolidar a ocupação, depois da queda do Arraial Velho do Bom Jesus, nova fase vai conhecer o Recife. É esse período que tanto marcou o domínio holandês e que permite surgir, vez em quando, a afirmação de que os holandeses seriam melhores colonizadores que os lusitanos. Confunde-se colonização com período de governo, onde o Conde de Nassau, reeditou nos trópicos a legenda do mecenato florentino, italiano, da Renascença. É esse Governador, que por sua atuação, presa de uma brilhante formação humanista, vai permitir a criação do mito civilizador.

Nassau, ao se deparar com o estado em que chegou a conquista, diante daqueles sete anos de lutas pela permanência, procura traçar um plano político e por em prática uma organização administrativa que incluía varias ações interligadas.

Nos prendendo àquela voltada para a reorganização urbana, verificamos que é nela onde se pode encontrar grande contribuição para a História do Urbanismo nas Américas.

O governador holandês pretende melhor utilizar a velha ilha de Antônio Vaz, diante do que, à luz de cidades européias, era o caos da aldeia Recife. Por mais que procurasse melhorar as condições de tal aglomerado urbano, ele era viciado de nascimento: o caracter espontâneo da velha área portuária, levou àquele traçado axial, vinculado a um princípio extremamente simples e comum, sem grandes recursos Eixo-igreja-passagem para a ilha; ruas ortogonais ao eixo diretor e este se encurvando por força da forma da península. Não se podia muito fazer em termos de ampliação, ou redesenho urbano, diante das condições anteriores que o impediam, quando associadas ao mar e ao rio. Os judeus conseguiram, aterrando o rio, construir uma rua, que prolongou aquele eixo determinando a porta da terra, mas ousar além disso era bastante oneroso. Para a aldeia somente restou pequenas ampliações e o projeto, que não se fez de todo, da cerca fortificada, que tinha início nos baluartes da porta de terra e fora programada desde a atuação do engenheiro Andreas Drewisch.

E para a ilha, local aprazível e amplo, que Nassau volta as suas atenções. Mas, era necessário um plano mais completo. Não podia continuar, esse governante da conquista, deixando que a improvisação tomasse às rédeas do desenvolvimento, isto soaria falso ao governador Nassau, que nos parece conhecia bem das novas idéias, em termos de mudanças urbanas, empregadas desde o século anterior na Europa, precisamente na Itália e que nunca se materializara de todo por força de diversas circunstâncias. Por outro lado, desde 1573, para as conquistas espanholas, eram conhecidas as diretrizes contidas nas Ordenações Filipinas, consideradas como a primeira lei urbanística, para a fundação de cidades novas, uma série de decisões de natureza pratica e de excelentes resultados. Além do mais, a própria Holanda, em Amsterdã, se encontrava mergulhada em reformas urbanas importantíssimas, qual aquela que teve inicio em 1590, ampliando os canais antigos, acrescentando outros e fortificando todo o recinto da cidade com inúmeros baluartes. Em 1612, o plano de ampliação de Amsterdã se consolidara de maneira admirável. Nassau confiou a um profissional, cujo nome se tem sempre vinculado a Pieter Post , engenheiro, irmão de Frans Post , pintor da comitiva do Governador, a reformulação urbana do Recife.

O governador holandês pretende melhor utilizar a velha ilha de Antônio Vaz, diante do que, à luz de cidades européias, era o caos da aldeia Recife. Por mais que procurasse melhorar as condições de tal aglomerado urbano, ele era viciado de nascimento: o caracter espontâneo da velha área portuária, levou àquele traçado axial, vinculado a um princípio extremamente simples e comum, sem grandes recursos Eixo-igreja-passagem para a ilha; ruas ortogonais ao eixo diretor e este se encurvando por força da forma da península. Não se podia muito fazer em termos de ampliação, ou redesenho urbano, diante das condições anteriores que o impediam, quando associadas ao mar e ao rio. Os judeus conseguiram, aterrando o rio, construir uma rua, que prolongou aquele eixo determinando a porta da terra, mas ousar além disso era bastante oneroso. Para a aldeia somente restou pequenas ampliações e o projeto, que não se fez de todo, da cerca fortificada, que tinha início nos baluartes da porta de terra e fora programada desde a atuação do engenheiro Andreas Drewisch.

E para a ilha, local aprazível e amplo, que Nassau volta as suas atenções. Mas, era necessário um plano mais completo. Não podia continuar, esse governante da conquista, deixando que a improvisação tomasse às rédeas do desenvolvimento, isto soaria falso ao governador Nassau, que nos parece conhecia bem das novas idéias, em termos de mudanças urbanas, empregadas desde o século anterior na Europa, precisamente na Itália e que nunca se materializara de todo por força de diversas circunstâncias. Por outro lado, desde 1573, para as conquistas espanholas, eram conhecidas as diretrizes contidas nas Ordenações Filipinas, consideradas como a primeira lei urbanística, para a fundação de cidades novas, uma série de decisões de natureza pratica e de excelentes resultados. Além do mais, a própria Holanda, em Amsterdã, se encontrava mergulhada em reformas urbanas importantíssimas, qual aquela que teve inicio em 1590, ampliando os canais antigos, acrescentando outros e fortificando todo o recinto da cidade com inúmeros baluartes. Em 1612, o plano de ampliação de Amsterdã se consolidara de maneira admirável.

Nassau confiou a um profissional, cujo nome se tem sempre vinculado a Pieter Post , engenheiro, irmão de Frans Post , pintor da comitiva do Governador, a reformulação urbana do Recife.

Título: Vista de Recife, incluindo a antiga fortaleza de Picão, tirada do alto do Farol da Barrra. 1875

Autor: Marc Ferraz

Fonte: Marcus Vinicius de Freitas. Hartt: Expedições pelo Brasil Imperial 1865-1878.

É precisamente este o ato importante para compreender o interesse do plano realizado.

Pieter Post, ou outro qualquer profissional, pouca importância de momento tem este detalhe, vem ao Recife e de posse dos levantamentos cartográficos, onde se encontravam assinalados todos os elementos existentes àquela altura, ruas, casario, fortificações, rio, braço de rio, mar elabora um plano urbano integral para o Recife. Não foi apenas um projeto de ampliação do existente, mas, na verdade um “plano diretor” que se voltava para a organização de toda uma área habitada.

Preocupado com as ligações entre as diversas partes da cidade, o profissional, aproveita do desenho urbano do Recife, na aldeia, a linha eixo, existente, virtualmente, na parte mais alta da terra seca, que vem desde o istmo, de Olinda, seguindo aquele caminho natural entre a Vila e a Aldeia, e termina naquele ponto de partida da balsa, que atravessa para a ilha de Antônio Vaz, e a prolonga, a interligando, passando pela ilha, com a banda da Boa Vista, criando então, assim, duas ruas por sobre o rio, as duas pontes. É magistral o gesto e antecessor daquele, que no século XX, Lúcio Costa ,utiliza para definir os dois grandes eixos de Brasília, forma inconfundível de ligação entre partes.

É precisamente este o ato importante para compreender o interesse do plano realizado.

Pieter Post, ou outro qualquer profissional, pouca importância de momento tem este detalhe, vem ao Recife e de posse dos levantamentos cartográficos, onde se encontravam assinalados todos os elementos existentes àquela altura, ruas, casario, fortificações, rio, braço de rio, mar elabora um plano urbano integral para o Recife. Não foi apenas um projeto de ampliação do existente, mas, na verdade um “plano diretor” que se voltava para a organização de toda uma área habitada.

Preocupado com as ligações entre as diversas partes da cidade, o profissional, aproveita do desenho urbano do Recife, na aldeia, a linha eixo, existente, virtualmente, na parte mais alta da terra seca, que vem desde o istmo, de Olinda, seguindo aquele caminho natural entre a Vila e a Aldeia, e termina naquele ponto de partida da balsa, que atravessa para a ilha de Antônio Vaz, e a prolonga, a interligando, passando pela ilha, com a banda da Boa Vista, criando então, assim, duas ruas por sobre o rio, as duas pontes. É magistral o gesto e antecessor daquele, que no século XX, Lúcio Costa ,utiliza para definir os dois grandes eixos de Brasília, forma inconfundível de ligação entre partes.

Título: Igreja em Catas Altas, MG
Autor: Marcelo Terraza (fotografia)

Com relação a aldeia, o gesto é resultante da primeira ocupação da península, natural e eficiente. No que se refere ao lado da ilha, ele a divide em duas partes, ao se fixar no centro daquele antigo Groot Kwartier e nele definir, em forma de um quadrado, figura geométrica perfeita, a praça d' armas, núcleo básico da organização da parte mais antiga daquele espaço ocupado anteriormente. A praça então definida, que chegou aos nossos dias, (Praça do Diário de Pernambuco), guarda relação direta com aquelas das Ordenações Filipinas, embora se vincule a um novo uso. Das determinações das Leys de las Índias a forma, mas esta mesmo tendo por origem gesto mais distante, aquele que delineou as praças centrais das cidades ideais do Renascimento, teoricamente estas bem definidas mas pouco postas em prática no Velho Mundo.

Na Ilha de Santo Antônio, essa praça então projetada, para o mercado da Ilha, tem um grande significado, como eixo da parte mais antiga, que passa no centro do antigo Grande Alojamento(Groot kwartier).

O projeto da Ilha, em termos de extensão, não para nas diretrizes desse trecho, assim definidas. A parte nova, que vem depois se chamar de Nova Maurícia, vai se estender desde o antigo quarteirão até a fortaleza das Cinco Pontas.

Nesse plano de expansão revela-se o autor bastante conhecedor das novidades, em matéria de urbanismo, que se realizavam na Europa, mais precisamente nas terras baixas e alagadas.

O autor do plano, tinha sob seus olhos uma área onde um braço de rio então cortava-a longitudinalmente. Por outro lado, na parte Oeste muitos mangues e a necessidade de defesa representada pelos quatro redutos existentes. De posse do levantamento cartográficos e justapondo sobre este os requisitos exigidos de defesa e a necessidade de parcelamento do solo, drenado devidamente, chega ao resultado, obtido, em plano preestabelecido, e que se materializa, magistralmente, através de desenho naquele mapa de 1639.

Com relação a aldeia, o gesto é resultante da primeira ocupação da península, natural e eficiente. No que se refere ao lado da ilha, ele a divide em duas partes, ao se fixar no centro daquele antigo Groot Kwartier e nele definir, em forma de um quadrado, figura geométrica perfeita, a praça d' armas, núcleo básico da organização da parte mais antiga daquele espaço ocupado anteriormente. A praça então definida, que chegou aos nossos dias, (Praça do Diário de Pernambuco), guarda relação direta com aquelas das Ordenações Filipinas, embora se vincule a um novo uso. Das determinações das Leys de las Índias a forma, mas esta mesmo tendo por origem gesto mais distante, aquele que delineou as praças centrais das cidades ideais do Renascimento, teoricamente estas bem definidas mas pouco postas em prática no Velho Mundo.

Na Ilha de Santo Antônio, essa praça então projetada, para o mercado da Ilha, tem um grande significado, como eixo da parte mais antiga, que passa no centro do antigo Grande Alojamento(Groot kwartier).

O projeto da Ilha, em termos de extensão, não para nas diretrizes desse trecho, assim definidas. A parte nova, que vem depois se chamar de Nova Maurícia, vai se estender desde o antigo quarteirão até a fortaleza das Cinco Pontas.

Nesse plano de expansão revela-se o autor bastante conhecedor das novidades, em matéria de urbanismo, que se realizavam na Europa, mais precisamente nas terras baixas e alagadas.

O autor do plano, tinha sob seus olhos uma área onde um braço de rio então cortava-a longitudinalmente. Por outro lado, na parte Oeste muitos mangues e a necessidade de defesa representada pelos quatro redutos existentes. De posse do levantamento cartográficos e justapondo sobre este os requisitos exigidos de defesa e a necessidade de parcelamento do solo, drenado devidamente, chega ao resultado, obtido, em plano preestabelecido, e que se materializa, magistralmente, através de desenho naquele mapa de 1639.

Título: Porto Suape - Recife, PE - Brasil.
Autor: Ricardo Tavares (fotografia)

Título: Cultural Center BANDEPE - Recife historical building of the Cultural Center Bandepe in Recife-PE
Autor: Sebastiao Figueira (fotografia)

A ilha de Antônio Vaz, no trecho considerado entre o Forte Ernesto, incluindo o Grande Alojamento e a fortificação de Cinco Pontas, é definida, em termos de parcelamento urbano, à maneira da nova Amsterdã, aquela dos planos de 1590 e 1612 : Um longo canal divide a ilha em duas partes e dos dois lados quadras são dispostas onde, de espaço a espaço, pontes ligam as duas bandas. Toda a parte central da nova organização do solo é protegida, ainda tendo por modelo aqueles traçados de cidades fortificadas, por um longo trecho com fosso e muralha. O conjunto novo se liga à antiga fortificação que envolvia o convento, o Forte Ernesto, e as duas áreas, a antiga e a nova se separam por meio de grande fosso.

O plano tem uma concepção geométrica admirável e fruto da necessidade de equilíbrio e proporção entre os elementos envolvidos, revelando conhecimento pelo autor de uma forma de traçado, onde a presença da geometria, definida pelos triângulos reguladores, se encontra bem marcada.

Trata-se de um plano completo e que consolida toda uma teoria do Renascimento voltada à uma concepção de natureza urbana, da qual pouca oportunidade teve a Europa de ver materializada, quanto, em termos, conseguiu o Recife, inclusive porque ela não é obra isolada, e sim presa a uma idéia de ocupação territorial que expressa mais que um simples desenho urbano.

A Cidade Maurícia foi a consolidação de uma política de distribuição de terras urbanas que se identificou com aquele modelo definido pelos países baixos, de raízes sociais, onde a todos os indivíduos se devia dar o direito do uso do solo, em padrões bem definidos pelo governo. O projeto urbano da Nova Maurícia, como dissemos é a materialização de todo um pensamento que se encontra em torno da figura de João Maurício de Nassau e sua forma de governo, caracterizando um momento de grande importância para a História do Urbanismo nas Américas.

O ato de organizar o território, previamente estuda-lo, e para ele realizar um plano de ocupação, reflete sem dúvidas um novo método de projetar, estabelecido desde o Quatrocento italiano e que tem por coroamento, no Recife, a definição de sua organização urbana.

Na Europa, na prática, este método não se efetivou, de forma tão integral, até os meados do século XVII, nas cidades de então, quanto se consolidou no Recife. Na verdade os príncipes do Renascimento e seus arquitetos, apenas intervieram na organização de cidades medievais já formadas e as modificam parcialmente, completando programas inacabados do Trezentos, e, se introduzem programas novos, estes mais ou menos ambiciosos são desproporcionados e terminam por ficarem incompletos.

Título: "CAERTE VANDE HAVEN VAN" - Recife - 1644
Autor: Johannes Vingboons
Fonte: Original manuscrito do Algemeen Rijkarchief, Haia. A imagem mostra os projetos para aperfeiçoamento do Recife, elaborados ao tempo de Maurício de Nassau.

A ilha de Antônio Vaz, no trecho considerado entre o Forte Ernesto, incluindo o Grande Alojamento e a fortificação de Cinco Pontas, é definida, em termos de parcelamento urbano, à maneira da nova Amsterdã, aquela dos planos de 1590 e 1612 : Um longo canal divide a ilha em duas partes e dos dois lados quadras são dispostas onde, de espaço a espaço, pontes ligam as duas bandas. Toda a parte central da nova organização do solo é protegida, ainda tendo por modelo aqueles traçados de cidades fortificadas, por um longo trecho com fosso e muralha. O conjunto novo se liga à antiga fortificação que envolvia o convento, o Forte Ernesto, e as duas áreas, a antiga e a nova se separam por meio de grande fosso.

O plano tem uma concepção geométrica admirável e fruto da necessidade de equilíbrio e proporção entre os elementos envolvidos, revelando conhecimento pelo autor de uma forma de traçado, onde a presença da geometria, definida pelos triângulos reguladores, se encontra bem marcada.

Trata-se de um plano completo e que consolida toda uma teoria do Renascimento voltada à uma concepção de natureza urbana, da qual pouca oportunidade teve a Europa de ver materializada, quanto, em termos, conseguiu o Recife, inclusive porque ela não é obra isolada, e sim presa a uma idéia de ocupação territorial que expressa mais que um simples desenho urbano.

A Cidade Maurícia foi a consolidação de uma política de distribuição de terras urbanas que se identificou com aquele modelo definido pelos países baixos, de raízes sociais, onde a todos os indivíduos se devia dar o direito do uso do solo, em padrões bem definidos pelo governo. O projeto urbano da Nova Maurícia, como dissemos é a materialização de todo um pensamento que se encontra em torno da figura de João Maurício de Nassau e sua forma de governo, caracterizando um momento de grande importância para a História do Urbanismo nas Américas.

O ato de organizar o território, previamente estuda-lo, e para ele realizar um plano de ocupação, reflete sem dúvidas um novo método de projetar, estabelecido desde o Quatrocento italiano e que tem por coroamento, no Recife, a definição de sua organização urbana.

Na Europa, na prática, este método não se efetivou, de forma tão integral, até os meados do século XVII, nas cidades de então, quanto se consolidou no Recife. Na verdade os príncipes do Renascimento e seus arquitetos, apenas intervieram na organização de cidades medievais já formadas e as modificam parcialmente, completando programas inacabados do Trezentos, e, se introduzem programas novos, estes mais ou menos ambiciosos são desproporcionados e terminam por ficarem incompletos.

Em escala de valores compatível, o Plano do Recife, tomando por modelo aquelas diretrizes modernas já assinaladas, revela, por sua natureza, um senso de realidade que permitiu, por parte de Nassau, a sua consecução em tempo curto, consolidando nos trópicos uma idéia que tanto mudou a face do planejamento urbano.

O caracter de modernidade do plano para o Recife, de 1639, passados tantos anos daquelas primeiras iniciativas italianas no que se refere ao planejamento de cidades novas nas conquistas de além mar, nos leva a considerar o projeto daquele profissional contratado por Nassau digno de ser homenageado não enquanto fruto da presença holandesa, mas resultante de um momento de Governo do "brasileiro Nassau".

Comparando o ato de fundação de Olinda e de outras cidades do mundo português de além mar, onde as determinantes do desenho urbano eram decorrentes da definição presa do lugar e de natureza própria ao mundo que o lusitano criou nos trópicos, podemos avaliar as diferenças de atitudes entre as duas culturas que chegaram a conviver no Nordeste.

Em texto, referido, onde analisamos o legado urbano holandês na Ilha de Antônio Vaz, materialização do plano de 1639, publicado pela FUNDAJ, demonstramos a permanência desse desenho urbano holandês nos atuais bairros de Santo Antônio e São José. Por outro lado, diante de certa semelhança geográfica- física entre os dois lugares, Holanda (Amsterdã) /Recife, onde os problemas urbanos também eram decorrentes da presença de terras baixas, o que obrigava a drenagens levaram o responsável por aquela intervenção a criar canais para a circulação da gente e das mercadorias. Repetia-se nos trópicos solução nórdica de grande interesse e adequada ao modo de vida dos então usuários do lugar. Culturalmente eles eram diferentes dos luso-brasileiros e construíam para eles e, assim, a seu modo. O pensar e agir diferente nos coloca diante da primeira das conclusões do nosso tema. Tanto a forma de ver o urbanismo era diversas entre as duas culturas que os luso-brasileiros demoliram tudo quanto foi construído pelos holandeses depois de 1654.

Em escala de valores compatível, o Plano do Recife, tomando por modelo aquelas diretrizes modernas já assinaladas, revela, por sua natureza, um senso de realidade que permitiu, por parte de Nassau, a sua consecução em tempo curto, consolidando nos trópicos uma idéia que tanto mudou a face do planejamento urbano.

O caracter de modernidade do plano para o Recife, de 1639, passados tantos anos daquelas primeiras iniciativas italianas no que se refere ao planejamento de cidades novas nas conquistas de além mar, nos leva a considerar o projeto daquele profissional contratado por Nassau digno de ser homenageado não enquanto fruto da presença holandesa, mas resultante de um momento de Governo do "brasileiro Nassau".

Comparando o ato de fundação de Olinda e de outras cidades do mundo português de além mar, onde as determinantes do desenho urbano eram decorrentes da definição presa do lugar e de natureza própria ao mundo que o lusitano criou nos trópicos, podemos avaliar as diferenças de atitudes entre as duas culturas que chegaram a conviver no Nordeste.

Em texto, referido, onde analisamos o legado urbano holandês na Ilha de Antônio Vaz, materialização do plano de 1639, publicado pela FUNDAJ, demonstramos a permanência desse desenho urbano holandês nos atuais bairros de Santo Antônio e São José. Por outro lado, diante de certa semelhança geográfica- física entre os dois lugares, Holanda (Amsterdã) /Recife, onde os problemas urbanos também eram decorrentes da presença de terras baixas, o que obrigava a drenagens levaram o responsável por aquela intervenção a criar canais para a circulação da gente e das mercadorias. Repetia-se nos trópicos solução nórdica de grande interesse e adequada ao modo de vida dos então usuários do lugar. Culturalmente eles eram diferentes dos luso-brasileiros e construíam para eles e, assim, a seu modo. O pensar e agir diferente nos coloca diante da primeira das conclusões do nosso tema. Tanto a forma de ver o urbanismo era diversas entre as duas culturas que os luso-brasileiros demoliram tudo quanto foi construído pelos holandeses depois de 1654.

Título: Deste marco partem as distancias para todas as terras de Pernambuco.
Fonte: Afonso Lima (fotografia)

Título: Museu Brennand, Recife, Pernambuco, Brasil.
Autor: Marcelo Terraza (fotografia)

O uso da cidade, considerando a gente anterior e a que chega depois de 1630, era diversa. É interessante que na Velha Maurícia a Praça maior das Ordenações Filipinas permaneceu no desenho mas, considerando o uso, ela será um mercado, nela sendo inexistente a presença de catedral ou de palácios. O sentido comunitário, talvez mais fiel à visão dos calvinistas e luteranos, deve ter levado à mudança de uso de tal lugar urbano. Dizer que há uma identidade de traçado com essa parte das cidades espanholas, a Praça Maior, é mero efeito de desenho, a forma de uso, o viver o lugar, o torna bem diferente. No antigo "povo" pouco pode ser feito. Aproveitou-se o eixo e a partir dele se expandiu a área urbana na direção do rio e do mar. A contribuição holandesa, muito fiel ao autor é a de integrar, via esse eixo, o antigo, o novo, e a futura expansão, esta representada pelo possível ocupação do " continente" a Boa Vista atual.

O uso da cidade, considerando a gente anterior e a que chega depois de 1630, era diversa. É interessante que na Velha Maurícia a Praça maior das Ordenações Filipinas permaneceu no desenho mas, considerando o uso, ela será um mercado, nela sendo inexistente a presença de catedral ou de palácios. O sentido comunitário, talvez mais fiel à visão dos calvinistas e luteranos, deve ter levado à mudança de uso de tal lugar urbano. Dizer que há uma identidade de traçado com essa parte das cidades espanholas, a Praça Maior, é mero efeito de desenho, a forma de uso, o viver o lugar, o torna bem diferente. No antigo "povo" pouco pode ser feito. Aproveitou-se o eixo e a partir dele se expandiu a área urbana na direção do rio e do mar. A contribuição holandesa, muito fiel ao autor é a de integrar, via esse eixo, o antigo, o novo, e a futura expansão, esta representada pelo possível ocupação do " continente" a Boa Vista atual.

Da Presença Holandesa no "Povo" e o Recife Atual

The Presence of Dutch Culture and Recife Nowadays

Nos mapas de 1630, 1637, 1648, 1733 que ilustram a presente pesquisa continuamos estudos anteriores, citados e publicado naquela revista Oceanos. Esses mapas estão superpostos a um outro, comum a todos, do século XX, 1918, tomado por base referencial e com o casario numerado segundo a maneira antiga par/impar. Depois, a tudo isso sobrepõe-se uma atualização, onde está demarcada a intervenção de depois de 1912, decorrente das Obras do Porto, aplicada com o uso de transparências.

A finalidade de tais soluções gráficas é identificar aonde estão os vestígios daquela presença holandesa, em intervenções ampliadoras do " Povo" no Recife atual. Desta forma, será possível determinar em quais edifícios ainda poderão ser encontrados, como aconteceu com relação a referida Sinagoga Kahal Zur Israel, restos daquela presença nórdica.

O primeiro mapa, titulado de O RECIFE em 1630, (figura 3) é resultado de montagem de informações colhidas em uma planta da Ilha de Antônio Vaz, do Recife e do continente no porto de Pernambuco, no Brasil, tal como atualmente se apresenta guarnecido pela Companhia das Índias Ocidentais com fortificações, redutos e outras obras; a qual foi executada pelo Engenheiro Andreas Drewisch Bongesaltensis em julho do ano de 1631, e de um desenho do "Porto, e Barra, de Pernãbuco" onde o Lugar do Recife está representado com suas ruas e quadras por João Teixeira Albernaz I (O Velho). No mapa resultante podem ser identificadas as seguintes ruas, (segundo texto anterior do mesmo autor da presente comunicação):

Nos mapas de 1630, 1637, 1648, 1733 que ilustram a presente pesquisa continuamos estudos anteriores, citados e publicado naquela revista Oceanos. Esses mapas estão superpostos a um outro, comum a todos, do século XX, 1918, tomado por base referencial e com o casario numerado segundo a maneira antiga par/impar. Depois, a tudo isso sobrepõe-se uma atualização, onde está demarcada a intervenção de depois de 1912, decorrente das Obras do Porto, aplicada com o uso de transparências.

A finalidade de tais soluções gráficas é identificar aonde estão os vestígios daquela presença holandesa, em intervenções ampliadoras do " Povo" no Recife atual. Desta forma, será possível determinar em quais edifícios ainda poderão ser encontrados, como aconteceu com relação a referida Sinagoga Kahal Zur Israel, restos daquela presença nórdica.

O primeiro mapa, titulado de O RECIFE em 1630, (figura 3) é resultado de montagem de informações colhidas em uma planta da Ilha de Antônio Vaz, do Recife e do continente no porto de Pernambuco, no Brasil, tal como atualmente se apresenta guarnecido pela Companhia das Índias Ocidentais com fortificações, redutos e outras obras; a qual foi executada pelo Engenheiro Andreas Drewisch Bongesaltensis em julho do ano de 1631, e de um desenho do "Porto, e Barra, de Pernãbuco" onde o Lugar do Recife está representado com suas ruas e quadras por João Teixeira Albernaz I (O Velho). No mapa resultante podem ser identificadas as seguintes ruas, (segundo texto anterior do mesmo autor da presente comunicação):

Título: Arquitetura da cidade de Recife, Pernambuco.
Autor: Desconhecido

Título: Casas na Rua Aurora em Recife, Pernambuco
Fonte: Brazil: North, South, East, West. Editora Talento.

A Rua da Balsa ou Rua da Ponte (Pontstraat), foi assim designada quando do domínio Holandês. Da sua parte inicial, isto é, junto à ponte, construída no governo de Nassau, até cruzar com a Rua da Madre de Deus, no século XVII, recebia o nome de Rua de Nossa Senhora da Conceição, por conta do Arco de mesmo nome, construído no local da Porta da Ponte. Desse cruzamento com a Rua da Madre de Deus até os fundos da Igreja do Corpo Santo era chamada de Rua da Cadeia, vez que nela estava a Cadeia Velha do Recife. Depois, perdeu-se o nome de Rua de Nossa Senhora da Conceição e passou toda a rua a se chamar da Cadeia. Esta cadeia estava localizada “ no parâmetro sul da rua e próxima ao cruzamento acima aludido, dando assim os fundos para a Rua do Encantamento” , segundo Vanildo Bezerra Cavalcanti em seu livro Recife do Corpo Santo publicado em 1977. Seria talvez no local da Casa do Conselheiro Walbeeck
Em 1870 a municipalidade aprovou a substituição de tal nome pelo do Marquês de Olinda, Dr. Pedro de Araujo Lima. Da Rua Marquês de Olinda temos bela estampa litografada, de 1878, de autoria, enquanto desenho litográfico, de Luís Krauss e fotografia de autor ignorado.
A Rua Real (Heerstraat), depois chamada do Encantamento, e finalmente nomeada do Bispo Sardinha, corria por detrás da Rua da Ponte e da Cadeia para o lado do mar. A Rua do Mar (Seestraat) , situada ao longo da praia, veio receber, provavelmente quando formada nos dois lados o nome de Rua do Vigário. No século XIX, 1870, lhe acrescentam ao nome Vigário o de Tenório, em homenagem ao padre Pedro de Sousa Tenório, um dos heróis de 1817.
Essas ruas, existentes antes de 1630 e reconhecidas juntamente com outras da parte Norte da península no mapa de Albernaz 1, estão representadas na vista panorâmica T’Recife de Pernambuco (figura 8) . O confronto da gravura com o mapa, nos permitiu a identificação de vários edifícios que chegaram até o século XX, com ou sem intervenções no seus aspectos exteriores.

A Rua da Balsa ou Rua da Ponte (Pontstraat), foi assim designada quando do domínio Holandês. Da sua parte inicial, isto é, junto à ponte, construída no governo de Nassau, até cruzar com a Rua da Madre de Deus, no século XVII, recebia o nome de Rua de Nossa Senhora da Conceição, por conta do Arco de mesmo nome, construído no local da Porta da Ponte. Desse cruzamento com a Rua da Madre de Deus até os fundos da Igreja do Corpo Santo era chamada de Rua da Cadeia, vez que nela estava a Cadeia Velha do Recife. Depois, perdeu-se o nome de Rua de Nossa Senhora da Conceição e passou toda a rua a se chamar da Cadeia. Esta cadeia estava localizada “ no parâmetro sul da rua e próxima ao cruzamento acima aludido, dando assim os fundos para a Rua do Encantamento” , segundo Vanildo Bezerra Cavalcanti em seu livro Recife do Corpo Santo publicado em 1977. Seria talvez no local da Casa do Conselheiro Walbeeck Em 1870 a municipalidade aprovou a substituição de tal nome pelo do Marquês de Olinda, Dr. Pedro de Araujo Lima. Da Rua Marquês de Olinda temos bela estampa litografada, de 1878, de autoria, enquanto desenho litográfico, de Luís Krauss e fotografia de autor ignorado.
A Rua Real (Heerstraat), depois chamada do Encantamento, e finalmente nomeada do Bispo Sardinha, corria por detrás da Rua da Ponte e da Cadeia para o lado do mar. A Rua do Mar (Seestraat) , situada ao longo da praia, veio receber, provavelmente quando formada nos dois lados o nome de Rua do Vigário. No século XIX, 1870, lhe acrescentam ao nome Vigário o de Tenório, em homenagem ao padre Pedro de Sousa Tenório, um dos heróis de 1817. Essas ruas, existentes antes de 1630 e reconhecidas juntamente com outras da parte Norte da península no mapa de Albernaz 1, estão representadas na vista panorâmica T’Recife de Pernambuco (figura 8) . O confronto da gravura com o mapa, nos permitiu a identificação de vários edifícios que chegaram até o século XX, com ou sem intervenções no seus aspectos exteriores.

Quando das Obras do Porto e a grande intervenção sofrida pelo bairro do Recife a Rua do Bispo Sardinha foi absorvida pelas quadras que então foram projetadas para constituir o lado Sul da Avenida Marquês de Olinda. A Rua do Vigário Tenório permaneceu, no seu lado Sul com antigas edificações, algumas delas alvos de pequenas intervenções. Nelas poderão ser encontrados, em trabalho de arqueologia, vestígios materiais da presença humana que recuam ao século XVI. Nessa Rua do Vigário foram encontrados, na década de setenta do século XX, em uma escavação para as fundações de uma edificação moderna, cinco pedaços de cantaria, trabalhados, à maneira holandesa, dois deles trazendo, em cartela, respectivamente, a data de 1637 e uma inscrição que diz Niet Sonder Got. Três carrancas são os motivos das demais.

A povoação era cercada com uma paliçada, construída em madeira, dita a primeira do Recife, segundo documentos holandeses. Do estado da povoação em 1630 ficaram registros em gravuras.

Um novo mapa, de 1637, indicado como O Recife em 1637, (figura 4) tomou como base o utilizado, sem autoria determinada, para ilustrar o livro que escreveu Gaspar Barleus sobre o Governo do Conde de Nassau. O livro foi publicado pela primeira vez em 1647, em Amsterdã. A data de 1637 encontra-se assinalada no mapa. Nesse mapa não encontra-se mais representada a cerca, uma paliçada de madeira e sim a delineação de uma outra muralha, incompleta, que deveria cercar toda a povoação. Dessa muralha conhece-se representação em duas pinturas, uma de autoria de F. Post e outra a ele atribuída (figuras 9 e 10). Percebe-se bem, comparando com o mapa anterior, o que foi “de novo” construído pelos holandeses. Vários edifícios, destruídos pelo incêndio ateado por Matias Albuquerque em 1630, foram reconstruídos. Além do mais, alguns foram ampliados, segundo fontes holandesas, em mais um andar. Em desenho de F. Post, por exemplo o que foi passado a gravura com o título de Mauritiópolis, (figura 11) podemos verificar esse crescimento vertical e as novas edificações com fisionomias perfeitamente nórdicas, diferentes daquelas de teor luso-brasileiras vistas na gravura T´Recife de Pernambuco, (figura 8) com data provável de 1630.

A muralha ora desenhada foi encontrada naquela prospecção arqueológica realizada dentro dos edifícios onde funcionou a Sinagoga Kahal Zur Israel.

Quando das Obras do Porto e a grande intervenção sofrida pelo bairro do Recife a Rua do Bispo Sardinha foi absorvida pelas quadras que então foram projetadas para constituir o lado Sul da Avenida Marquês de Olinda. A Rua do Vigário Tenório permaneceu, no seu lado Sul com antigas edificações, algumas delas alvos de pequenas intervenções. Nelas poderão ser encontrados, em trabalho de arqueologia, vestígios materiais da presença humana que recuam ao século XVI. Nessa Rua do Vigário foram encontrados, na década de setenta do século XX, em uma escavação para as fundações de uma edificação moderna, cinco pedaços de cantaria, trabalhados, à maneira holandesa, dois deles trazendo, em cartela, respectivamente, a data de 1637 e uma inscrição que diz Niet Sonder Got. Três carrancas são os motivos das demais.
A povoação era cercada com uma paliçada, construída em madeira, dita a primeira do Recife, segundo documentos holandeses. Do estado da povoação em 1630 ficaram registros em gravuras.
Um novo mapa, de 1637, indicado como O Recife em 1637, (figura 4) tomou como base o utilizado, sem autoria determinada, para ilustrar o livro que escreveu Gaspar Barleus sobre o Governo do Conde de Nassau. O livro foi publicado pela primeira vez em 1647, em Amsterdã. A data de 1637 encontra-se assinalada no mapa. Nesse mapa não encontra-se mais representada a cerca, uma paliçada de madeira e sim a delineação de uma outra muralha, incompleta, que deveria cercar toda a povoação. Dessa muralha conhece-se representação em duas pinturas, uma de autoria de F. Post e outra a ele atribuída (figuras 9 e 10). Percebe-se bem, comparando com o mapa anterior, o que foi “de novo” construído pelos holandeses. Vários edifícios, destruídos pelo incêndio ateado por Matias Albuquerque em 1630, foram reconstruídos. Além do mais, alguns foram ampliados, segundo fontes holandesas, em mais um andar. Em desenho de F. Post, por exemplo o que foi passado a gravura com o título de Mauritiópolis, (figura 11) podemos verificar esse crescimento vertical e as novas edificações com fisionomias perfeitamente nórdicas, diferentes daquelas de teor luso-brasileiras vistas na gravura T´Recife de Pernambuco, (figura 8) com data provável de 1630. A muralha ora desenhada foi encontrada naquela prospecção arqueológica realizada dentro dos edifícios onde funcionou a Sinagoga Kahal Zur Israel.

Título: Arquitetura da cidade e detalhe da Câmara Legislativa de Recife, Pernambuco.
Fonte: Brazil: North, South, East, West. Editora Talento.

Título: Vista da cidade atual de Recife, Pernambuco.
Autor: Helmut Kemper

O mapa de 1648 do Recife (figura 5) , onde temos a total expansão do povoado, até tal ano, foi desenhado tendo por modelo o do cartógrafo S. Golijath, datado do mesmo ano. Nele encontra-se representada a muralha de pedra em torno da povoação. Não sabemos, com a certeza que nos permite documentação conhecida, se esta muralha foi de fato construída em todo o lado Leste e no Sul. Era freqüente um projeto ser materializado em desenho e, de forma diferente daquela que vimos no projeto de 1639, não ocorrer distinção entre o realizado e o projetado. O projetado, talvez por ufanismo, dava-se como existente e tudo era levado para a ilustração como real. Sabemos hoje, graças àquela prospecção arqueológica referida na Sinagoga, ter de fato existido uma muralha, inacabada no lado Norte e Oeste da povoação, além de dois baluartes que ladeavam a Porta da Terra. Além das pinturas que a representam existe hoje a confirmação nos vestígios encontrados. Quanto a tudo quanto foi desenhado por Golijath, infelizmente, ainda não sabemos ter de fato. No entretanto, o casario , muito ampliado em relação ao existente no anos de 1630, deve ter sido construído. A última representação do Recife que conhecemos no século XVII a devemos ao pintor Frans Post, que deixou o Recife durante o governo de Nassau (1637-1644). As suas pinturas e desenhos devem se situar, enquanto datas prováveis, entre os dois anos citados. Não podemos considerar pinturas realizadas na Holanda. Foram feitas a partir de cadernos de anotações e fantasiadas sensivelmente. As indicações das casas construídas e representadas nesse mapa, numeradas e localizadas segundo mapa do século XX, nos permite constatar o quanto de elementos construtivos, paredes e fundações, holandeses, existia no casario luso-brasileiro visto em diversas estampas do século XIX desenhadas e impressas por F. Carls, E. Bauch e outros. As novas aparências dessas construções resultaram de reconstruções ou maquiagens feitas depois de 1654. A superposição desses mapas nos permite avaliar o quanto, em termos de edificações existia de origem holandesa no atual bairro do Recife.

O mapa de 1648 do Recife (figura 5) , onde temos a total expansão do povoado, até tal ano, foi desenhado tendo por modelo o do cartógrafo S. Golijath, datado do mesmo ano. Nele encontra-se representada a muralha de pedra em torno da povoação. Não sabemos, com a certeza que nos permite documentação conhecida, se esta muralha foi de fato construída em todo o lado Leste e no Sul. Era freqüente um projeto ser materializado em desenho e, de forma diferente daquela que vimos no projeto de 1639, não ocorrer distinção entre o realizado e o projetado. O projetado, talvez por ufanismo, dava-se como existente e tudo era levado para a ilustração como real. Sabemos hoje, graças àquela prospecção arqueológica referida na Sinagoga, ter de fato existido uma muralha, inacabada no lado Norte e Oeste da povoação, além de dois baluartes que ladeavam a Porta da Terra. Além das pinturas que a representam existe hoje a confirmação nos vestígios encontrados. Quanto a tudo quanto foi desenhado por Golijath, infelizmente, ainda não sabemos ter de fato. No entretanto, o casario , muito ampliado em relação ao existente no anos de 1630, deve ter sido construído. A última representação do Recife que conhecemos no século XVII a devemos ao pintor Frans Post, que deixou o Recife durante o governo de Nassau (1637-1644). As suas pinturas e desenhos devem se situar, enquanto datas prováveis, entre os dois anos citados. Não podemos considerar pinturas realizadas na Holanda. Foram feitas a partir de cadernos de anotações e fantasiadas sensivelmente. As indicações das casas construídas e representadas nesse mapa, numeradas e localizadas segundo mapa do século XX, nos permite constatar o quanto de elementos construtivos, paredes e fundações, holandeses, existia no casario luso-brasileiro visto em diversas estampas do século XIX desenhadas e impressas por F. Carls, E. Bauch e outros. As novas aparências dessas construções resultaram de reconstruções ou maquiagens feitas depois de 1654. A superposição desses mapas nos permite avaliar o quanto, em termos de edificações existia de origem holandesa no atual bairro do Recife.

Título: São Francisco
Ilustração: Victor Papaleo

Título: Arquitetura da cidade de Recife, Pernambuco.
Autor: Desconhecido

Um Inventário, de 1654, elaborado pelo escrivão Misquita nos informa dessa grande quantidade de construções e ainda daquelas de origem portuguesa e holandesa. As estampas T´Recife de Pernambuco e Mauritiopolis deixam ver, com muita clareza, esses dois tipos de edificações. O fato delas existirem em um período de ocupação holandesa nos diz da colaboração de oficiais luso-brasileiros em obras construídas por holandeses.
O uso de telhados em duas águas, para a frente do lote e para trás é bem mais freqüente entre os lusitanos que nos povos do Norte da Europa. Com a derrota e a retirada do Recife dos batavos, em 1654, as modificações nos edifícios para os adequar ao gosto ibérico foram relativamente fácil. Não se alteravam as estruturas de suporte e sim tão somente aqueles elementos arquitetônicos que não eram usuais na península Ibérica. O legado holandês, em tantas construções, conforme relatório e imagens conhecidas, estava na organização dos espaços interiores e na feição dos telhados e vãos de portas e janelas. Tudo isto era facilmente modificável.

Um Inventário, de 1654, elaborado pelo escrivão Misquita nos informa dessa grande quantidade de construções e ainda daquelas de origem portuguesa e holandesa. As estampas T´Recife de Pernambuco e Mauritiopolis deixam ver, com muita clareza, esses dois tipos de edificações. O fato delas existirem em um período de ocupação holandesa nos diz da colaboração de oficiais luso-brasileiros em obras construídas por holandeses. O uso de telhados em duas águas, para a frente do lote e para trás é bem mais freqüente entre os lusitanos que nos povos do Norte da Europa. Com a derrota e a retirada do Recife dos batavos, em 1654, as modificações nos edifícios para os adequar ao gosto ibérico foram relativamente fácil. Não se alteravam as estruturas de suporte e sim tão somente aqueles elementos arquitetônicos que não eram usuais na península Ibérica. O legado holandês, em tantas construções, conforme relatório e imagens conhecidas, estava na organização dos espaços interiores e na feição dos telhados e vãos de portas e janelas. Tudo isto era facilmente modificável.

Título: Igreja em Ouro Preto, MG.
Autor: Desconhecido

Quanto `aquele muro antes referido ele, em pleno domínio holandês, tinha desaparecido sob as paredes de fundos do casario construído. Uma segunda muralha, talvez necessária estrategicamente, parece nunca foi materializada e sim apenas projetada. Do muro que temos representado no mapa de 1637 ficaram, até cerca de 1850, os dois baluartes que eram colaterais á porta, conforme se pode ver em pintura atribuída a F. Post, (figura 10) . Sobre a porta foi construída uma capela, dedicada ao Senhor Bom Jesus. O Arco do Bom Jesus, conforme era conhecida a saída da Vila do Recife para " Fora de Portas", foi demolido em 1850. Os baluartes desapareceram pouco depois, sendo o primeiro a ser desmontado o do lado Oeste.

Em 1733, os engenheiros militares Diogo da Silveira Veloso e João Macedo Corte Real elaboram um mapa do Recife contendo uma proposta de fortificação para a Vila e na oportunidade indicam a sua expansão para o Sul na direção de uma fortificação construída pelo Contratador de Obras Antônio Fernandes de Matos. Seria uma terceira cerca para a vila e, em mapa elaborado com tais informações (figura 6) pudemos verificar os envoltórios sucessivos da povoação original. Por outro lado ainda nos é possível distinguir aquelas edificações que estavam erguidas quando do domínio holandês das construídas depois. A informação é torna-se interessante na medida em que podemos assegurar o perímetro da povoação em sucessivos momentos, inclusive o número de construções existentes com maior segurança. Além do mais, existindo interesse em realizar alguma prospeções arqueológica ou identificar o tempo dos lugares as prioridades poderão ser definidas de melhor forma. Pelo desenho resultante podemos localizar o núcleo inicial da povoação e sua primeira organização urbana.

Com edificações de tempos diferentes, algumas modificadas em suas formas exteriores, o Recife chega até os princípios do século XX. Uma rica documentação da cidade, do século XIX, em desenhos, gravuras, litografias, fotografias e cartões postais, nos permite avaliar a qualidade das construções, inclusive a antigüidade de algumas. Infelizmente muitas dessas construções foram demolidas em pouco mais de dois anos. Restou de todo esse acervo muito pouco.

Quanto `aquele muro antes referido ele, em pleno domínio holandês, tinha desaparecido sob as paredes de fundos do casario construído. Uma segunda muralha, talvez necessária estrategicamente, parece nunca foi materializada e sim apenas projetada. Do muro que temos representado no mapa de 1637 ficaram, até cerca de 1850, os dois baluartes que eram colaterais á porta, conforme se pode ver em pintura atribuída a F. Post, (figura 10) . Sobre a porta foi construída uma capela, dedicada ao Senhor Bom Jesus. O Arco do Bom Jesus, conforme era conhecida a saída da Vila do Recife para " Fora de Portas", foi demolido em 1850. Os baluartes desapareceram pouco depois, sendo o primeiro a ser desmontado o do lado Oeste.

Em 1733, os engenheiros militares Diogo da Silveira Veloso e João Macedo Corte Real elaboram um mapa do Recife contendo uma proposta de fortificação para a Vila e na oportunidade indicam a sua expansão para o Sul na direção de uma fortificação construída pelo Contratador de Obras Antônio Fernandes de Matos. Seria uma terceira cerca para a vila e, em mapa elaborado com tais informações (figura 6) pudemos verificar os envoltórios sucessivos da povoação original. Por outro lado ainda nos é possível distinguir aquelas edificações que estavam erguidas quando do domínio holandês das construídas depois. A informação é torna-se interessante na medida em que podemos assegurar o perímetro da povoação em sucessivos momentos, inclusive o número de construções existentes com maior segurança. Além do mais, existindo interesse em realizar alguma prospeções arqueológica ou identificar o tempo dos lugares as prioridades poderão ser definidas de melhor forma. Pelo desenho resultante podemos localizar o núcleo inicial da povoação e sua primeira organização urbana.

Com edificações de tempos diferentes, algumas modificadas em suas formas exteriores, o Recife chega até os princípios do século XX. Uma rica documentação da cidade, do século XIX, em desenhos, gravuras, litografias, fotografias e cartões postais, nos permite avaliar a qualidade das construções, inclusive a antigüidade de algumas. Infelizmente muitas dessas construções foram demolidas em pouco mais de dois anos. Restou de todo esse acervo muito pouco.

Título: Vista da cidade de Recife, Pernambuco.
Autor: Desconhecido

Em mapa, onde superpõe-se todas as informações anteriores, (figura 7) , em transparências, foram lançadas as quadras novas do " Novo Recife". Tratam-se de quadras de uma reorganização urbana decorrente das Obras do Porto. Na altura da segunda década do século XX uma intervenção de grande porte demoliu quase dois terços da cidade do Recife. Sucumbiu todo o Recife colonial mais antigo, inclusive aquelas construções onde haveria vestígios da presença holandesa, ficando muito pouco como testemunho da História antiga da cidade. Este mapa nos permite identificar o que de pé ainda resta de algumas construções do "tempo dos holandeses", apesar de mascaradas com novas imagens. Elas estão na Rua do Vigário Tenório e na do Bom Jesus. Nesta última as escavações da Sinagoga Kahal Zur Israel comprovam nossa assertiva.

Em mapa, onde superpõe-se todas as informações anteriores, (figura 7) , em transparências, foram lançadas as quadras novas do " Novo Recife". Tratam-se de quadras de uma reorganização urbana decorrente das Obras do Porto. Na altura da segunda década do século XX uma intervenção de grande porte demoliu quase dois terços da cidade do Recife. Sucumbiu todo o Recife colonial mais antigo, inclusive aquelas construções onde haveria vestígios da presença holandesa, ficando muito pouco como testemunho da História antiga da cidade. Este mapa nos permite identificar o que de pé ainda resta de algumas construções do "tempo dos holandeses", apesar de mascaradas com novas imagens. Elas estão na Rua do Vigário Tenório e na do Bom Jesus. Nesta última as escavações da Sinagoga Kahal Zur Israel comprovam nossa assertiva.

Título: Vista da cidade de Recife, Pernambuco.
Autor: Desconhecido

Título: Janela decorativa, Recife, PE
Autor: Desconhecido

Título: "Olinda" - Olinda - 1647

Autor: Frans Post.

Fonte: Gravura que ilustra o livro de Barlaeus, estampa nº. 10. Exemplar na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. A estampa mostra Olinda vista do mar, tendo à direita o Colégio dos Jesuítas (A), ao centro a matriz (B) e à esquerda o Convento dos Carmelitas (D).

Cronologia da Cidade do Rio de Janeiro

Chronology of the city of Rio de Janeiro

As tribos eram formadas por indivíduos cujas aldeias ocupavam uma área contígua, falavam a mesma língua, tinham os mesmos costumes e possuíam um sentimento de unidade.

As tribos eram formadas por indivíduos cujas aldeias ocupavam uma área contígua, falavam a mesma língua, tinham os mesmos costumes e possuíam um sentimento de unidade.

Ano	História do Rio de Janeiro	História do Brasil	História do Mundo
1602	- Martim de Sá inicia seu primeiro mandato como Governador da província.	- É criado o Quilombo de Palmares, na Serra da Barriga, em Alagoas (BUENO, 2003, p. 122).	
1603	- Na altura da ponta do Calabouço é construído um forte que se tornará no Arsenal de Guerra, na Casa do Trem e, depois, no Museu Histórico Nacional (GAUTHEROT, 1965, p. 13).		
1605	- É construído o Forte Urbano de Santa Cruz, onde hoje, no local, ergue-se a Igreja de Santa Cruz dos Militares, na rua Primeiro de Março (LESSA, 2001, p. 51).		
1607	- Os frades franciscanos ocupam o morro de Santo Antônio (LESSA, 2001, p. 52).		
1608	- Afonso de Albuquerque é o Governador da província. - Tem início a construção do Convento de Santo Antônio (COARACY, 1988, p. 114).		- O holandês Hans Lippershey inventa o telescópio. - O francês Samuel de Champlain funda Québec.
1609	- É erguida a ermida da Candelária (GAUTHEROT, 1965, p. 49).		- As órbitas elípticas dos planetas são descritas pela primeira vez por Johannes Kepler.
1610			- O italiano Galileu Galilei descobre o relevo lunar, as fases de Vênus e os quatro satélites de Júpiter.
1611	- Inicia-se a construção do Convento do Carmo.		
1614	- Constantino Menelau é o Governador da província.		
1615	- Termina a construção do convento de Santo Antônio (COARACY, 1988, p. 115).		
1616			- A inquisição impõe o primeiro processo a Galileu Galilei por defender a teoria do heliocentrismo. - O papa Paulo V proíbe a obra de Copérnico.
1617	- Rui Vaz Pinto é o Governador da província.		
1618	- No lugar do acampamento inicial de Estácio de Sá, na Urca, é construído o forte de São Teodósio, depois fortaleza de São João.		- Os jesuítas possuem 572 colégios espalhados pelo mundo. - O ducado de Weimar regulamenta a obrigatoriedade escolar para todas as crianças de 6 a 12 anos. - Na Europa tem início a Guerra dos Trinta Anos entre protestantes e católicos.
1619	- É instalado o convento do Carmo que dá início ao aterrado da Praça XV. - É instalada a Ordem Terceira da Penitência (COARACY, 1988, p. 115).		
1620	- Francisco Fajardo é o Governador da província.		
1622		- É fundado o colégio jesuíta do Maranhão.	
1623	- Martim de Sá inicia seu segundo mandato como Governador da província.		
1624		- Primeira invasão holandesa no Brasil, em Salvador. São expulsos um ano depois.	
1625	- É construída a Capela de São Gonçalo, em Jacarepaguá, que existe até hoje.		
1628			- É editada *Didactica magna, universale omnes ominia docendi artificium exhibens* (a magna Didática, que apresenta a completa arte de ensinar tudo a todos) de João Amós Comênio.
1630		- Segunda invasão holandesa no Brasil, em Recife.	- A imprensa chega à Argentina.

1631		- É fundado o colégio jesuíta de Santo Inácio, em São Paulo.	
1633	- Rodrigo de Miranda Henriques é o Governador da província.		- Galileu Galilei é obrigado a negar a teoria do heliocentrismo diante da Corte de Inquisição.
1634	- É criada a freguesia da Candelária. - É erigida a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, no morro da Conceição.		
1634	- Salvador Correia de Sá e Benevides inicia seu primeiro mandato como Governador da província. - Os Vereadores decidem construir a Casa da Câmara e Cadeia na parte baixa da cidade.		
1635	- É construída a Igreja da Nossa Senhora da Penha (RENAULT, 1969, p. 212).		
1639	- É construído o Forte da Ilha das Cobras (LESSA, 2001, p. 51).		
1640			- Portugal recupera sua independência da Espanha.
1641	- Para drenar as águas da Lagoa de Santo Antônio, atual largo da Carioca, é construída uma vala, que ficou conhecida como rua da Vala, atual rua Uruguaiana (CADERMAN; CADERMAN, 2004, p. 79). - É construído o Mosteiro de São Bento.		- Os holandeses invadem Luanda, capital de Angola, e passam a controlar o tráfico de escravos para o Brasil. (FAGUNDES, 2005, p. 43).
1642	- Duarte Correia Vasqueanes assume interinamente o cargo de Governador da província.		
1643	- Luís Barbalho Bezerra é o Governador da província.		- Inicia o reinado de Luiz XIV, o “Rei Sol”.
1644	- Francisco de Souto Maior é o Governador da província. - É criada a freguesia de Irajá.		- Fim da dinastia Ming com o suicídio do imperador.
1645	- Francisco de Souto Maior é destituído do cargo de Governador da província do Rio de Janeiro para comandar uma expedição para expulsar os holandeses de Angola. A expedição partiu em 8 de maio. (FAGUNDES, 2005, p. 43). - Duarte Correia Vasqueanes inicia seu primeiro mandato como Governador da província.	- Uma Carta-Patente declara que todo príncipe herdeiro ao trono de Portugal receberá o título de “príncipe do Brasil”. - Saem da Bahia três navios, com uma tripulação composta por 200 homens, treinados pelo pernambucano Henrique Dias, para reforçar o ataque a Luanda. (FAGUNDES, 2005, p. 43).	- Ao desembarcar em Luanda a tropa saída da Bahia, comandada por Domingos Lopes Siqueira, foi dizimada pelos jagas, tribo canibal aliada aos holandeses. (FAGUNDES, 2005, p. 43).
1646	- O mestre-pedreiro André Tavares é contratado para construir um cano, para levar ao mar, na altura do Terreiro do Carmo, atual Praça XV, as águas da Lagoa de Santo Antonio, atual Largo da Carioca. O traçado deu origem a rua do Cano, atual rua Sete de Setembro (COARACY, 1988, p. 113-114).		- Os jansenistas, conhecidos como os “*solitários de Port Royal*”, organizam as “*pequenas escolas*” que terão importante papel na formação de líderes para a Igreja e para o Estado. - Morre envenenado pelos jagas, em Luanda, Francisco de Souto Maior, o comandante da tropa responsável por expulsar os holandeses de Luanda. (FAGUNDES, 2005, p. 43).
1648	- Salvador Correia de Sá e Benevides inicia seu segundo mandato como Governador da província. - Salvador Correia de Sá comanda uma nova expedição para expulsar os holandeses de Luanda. (FAGUNDES, 2005, p. 44). - Mais uma vez Duarte Correia Vasqueanes assume interinamente o cargo de Governador da província.	- Os brasileiros e portugueses tentam expulsar os holandeses na Batalha dos Guararapes, em Recife.	- A expedição comandada por Salvador Correa de Sá sai vencedora da batalha contra os holandeses e este assume o governo de Angola. (FAGUNDES, 2005, p. 47).
1649	- Salvador de Brito Pereira é o Governador da província.	- Segunda Batalha de Guararapes.	

1651	- Antônio Galvão assume interinamente o cargo de Governador da província.		
1652	- D. Luís de Almeida Portugal é o Governador da província. - É inaugurado o convento e o mosteiro de São Bento (LESSA, 2001, p. 52).	- É fundado o colégio jesuíta de São Miguel, em Santos, o de Santo Alexandre, no Pará, e o de Nossa Senhora da Luz, em São Luiz do Maranhão.	
1654		- É fundado o colégio jesuíta de São Tiago, no Espírito Santo. - Os holandeses são definitivamente expulsos do Brasil.	
1657	- Tomé Correia de Alvarenga é o Governador da província.		
1659	- Salvador Correia de Sá e Benevides inicia seu terceiro mandato como Governador da província.		
1660	- Tomé Correia de Alvarenga é o Governador da província. - Tem início a Revolta da Cachaça, chefiada pelos irmãos Agostinho e Jerônimo Barbalho, contra os Sá (ALENCASTRO, 2000, p. 316). - Agostinho Barbalho Bezerra é o Governador da província.		
1661	- João Correia de Sá é o Governador da província, dando continuidade, 101 anos depois da chegada de Mem de Sá, a hegemonia da família Sá. - É criada a freguesia de Jacarepaguá.		
1662	- D. Pedro de Melo é o Governador da província.		
1666	- D. Pedro de Mascarenhas é o Governador da província.		- É elaborada a teoria da gravitação universal pelo físico e matemático Isaac Newton. - É concluída a obra do mausoléu Taj Mahal, em homenagem a terceira esposa do imperador Shah Jahan.
1670	- João da Silva e Souza é o Governador da província.		
1672			- O italiano Giovanni Domenico Cassini observa os anéis de Saturno e suas divisões circulares e descobre novos satélites neste planeta.
1673	- É criada a freguesia de Campo Grande.		
1675	- Matias da Cunha é o Governador da província.		
1676	- É criada a freguesia de Guaratiba (LESSA, 2001, p. 59). - É criado o Bispado do Rio de Janeiro (IDEM, p. 69).		- O astrônomo dinamarquês Olaus Roemer descobre a velocidade da luz ao observar as irregularidades periódicas do primeiro satélite de Júpiter.
1678		- E fundado o colégio jesuíta de Nossa Senhora do Ó, em Recife.	
1679	- D. Manoel Lobo é o Governador da província. - João Tavares Roldon assume interinamente o cargo de Governador da província.		
1680		- D. Manuel Lobo funda a colônia de Sacramento.	
1681	- Pedro Gomes é o Governador da província.		
1682	- Duarte Teixeira Chaves é o Governador da província.		- O astrônomo inglês Edmund Halley prevê o regresso do cometa que leva o seu nome para o ano de 1759. - O francês René-Robert Cavelier reivindica para a França toda a bacia do rio Mississipi, dando a região o nome de Louisiana.
1683		- É fundado o colégio jesuíta da Paraíba.	
1684		- Insurreição de Beckman contra o governo do Maranhão, liderada pelo senhor de engenho Manuel Beckman.	

1685		- Portugal proíbe a manufatura no Brasil. - A cidade de São Luiz é atacada pelo governador Gomes Freire de Andrade e Manuel Beckman é preso e enforcado.	
1686	- João Furtado de Mendonça é o Governador da província.		
1688			- A Revolução Gloriosa destrona os Stuarts e encerra o absolutismo na Inglaterra.
1689	- D. Francisco Naper de Lencastre assume interinamente o cargo de Governador da província. - É organizada a milícia do Rio de Janeiro (LESSA, 2001, p. 69). - Começa a funcionar a Aula de Fortificações (IDEM, p. 76).	- É resolvida a "*Questão dos Moços Pardos*", surgida com a proibição, por parte dos jesuítas, da matrícula e da freqüência dos mestiços. Como as escolas eram públicas, para não perderem os subsídios que recebiam, são obrigados a readmití-los.	
1690	- Luís César de Meneses é o Governador da província.		
1693	- Antônio Paes de Sande é o Governador da província.		
1694	- André Cuzaco é o Governador da província.	- O Quilombo de Palmares é destruído (BUENO, 2003, p. 122).	
1695	- Sebastião de Castro Caldas é o Governador da província. - A esquadra do comandante francês De Gennes é bombardeada por baterias da costa (CRULS, 1952, p. 133).	- Em 20 de novembro morre Zumbi dos Palmares (BUENO, 2003, p. 123).	
1697	- Martim Correia Vasques assume interinamente o cargo de Governador da província. - Francisco de Castro Morais assume interinamente o cargo de Governador da província. - É criada a Casa da Moeda (LESSA, 2001, p. 69).		
1699	- Artur de Sá Meneses é mais um Sá como Governador da província.	- É fundada na Bahia a Escola de Artes e Edificações Militares.	- Nasce em Portugal, Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro Marquês de Pombal.

Título: Description of view in South América, from original drawings made in Brazil. London: Thomas McLean 1852

Autor: William Gore Ouseley

Fonte: Visões do Rio na coleção Geyer - Curadora Geral – Maria de Lourdes Parreiras Horta. Petrópolis: Museu Imperial; Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2000.

Título: A passagem da frota de Lord Clive pelo Rio de Janeiro, em setembro de 1764.

Autor: Dominique Serres

Fonte: Visões do Rio na coleção Geyer - Curadora Geral – Maria de Lourdes Parreiras Horta. Petrópolis: Museu Imperial; Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2000.

Ano	História do Rio de Janeiro	História do Brasil	História do Mundo
1602	- Martim de Sá inicia seu primeiro mandato como Governador da província.	- É criado o Quilombo de Palmares, na Serra da Barriga, em Alagoas (BUENO, 2003, p. 122).	
1603	- Na altura da ponta do Calabouço é construído um forte que se tornará no Arsenal de Guerra, na Casa do Trem e, depois, no Museu Histórico Nacional (GAUTHEROT, 1965, p. 13).		
1605	- É construído o Forte Urbano de Santa Cruz, onde hoje, no local, ergue-se a Igreja de Santa Cruz dos Militares, na rua Primeiro de Março (LESSA, 2001, p. 51).		
1607	- Os frades franciscanos ocupam o morro de Santo Antônio (LESSA, 2001, p. 52).		
1608	- Afonso de Albuquerque é o Governador da província. - Tem início a construção do Convento de Santo Antônio (COARACY, 1988, p. 114).		- O holandês Hans Lippershey inventa o telescópio. - O francês Samuel de Champlain funda Québec.
1609	- É erguida a ermida da Candelária (GAUTHEROT, 1965, p. 49).		- As órbitas elípticas dos planetas são descritas pela primeira vez por Johannes Kepler.
1610			- O italiano Galileu Galilei descobre o relevo lunar, as fases de Vênus e os quatro satélites de Júpiter.
1611	- Inicia-se a construção do Convento do Carmo.		
1614	- Constantino Menelau é o Governador da província.		
1615	- Termina a construção do convento de Santo Antônio (COARACY, 1988, p. 115).		
1616			- A inquisição impõe o primeiro processo a Galileu Galilei por defender a teoria do heliocentrismo. - O papa Paulo V proíbe a obra de Copérnico.
1617	- Rui Vaz Pinto é o Governador da província.		
1618	- No lugar do acampamento inicial de Estácio de Sá, na Urca, é construído o forte de São Teodósio, depois fortaleza de São João.		- Os jesuítas possuem 572 colégios espalhados pelo mundo. - O ducado de Weimar regulamenta a obrigatoriedade escolar para todas as crianças de 6 a 12 anos. - Na Europa tem início a Guerra dos Trinta Anos entre protestantes e católicos.
1619	- É instalado o convento do Carmo que dá início ao aterrado da Praça XV. - É instalada a Ordem Terceira da Penitência (COARACY, 1988, p. 115).		
1620	- Francisco Fajardo é o Governador da província.		
1622		- É fundado o colégio jesuíta do Maranhão.	
1623	- Martim de Sá inicia seu segundo mandato como Governador da província.		
1624		- Primeira invasão holandesa no Brasil, em Salvador. São expulsos um ano depois.	
1625	- É construída a Capela de São Gonçalo, em Jacarepaguá, que existe até hoje.		
1628			- É editada *Didactica magna, universale omnes ominia docendi artificium exhibens* (a magna Didática, que apresenta a completa arte de ensinar tudo a todos) de João Amós Comênio.
1630		- Segunda invasão holandesa no Brasil, em Recife.	- A imprensa chega à Argentina.

1631		- É fundado o colégio jesuíta de Santo Inácio, em São Paulo.	
1633	- Rodrigo de Miranda Henriques é o Governador da província.		- Galileu Galilei é obrigado a negar a teoria do heliocentrismo diante da Corte de Inquisição.
1634	- É criada a freguesia da Candelária. - É erigida a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, no morro da Conceição.		
1634	- Salvador Correia de Sá e Benevides inicia seu primeiro mandato como Governador da província. - Os Vereadores decidem construir a Casa da Câmara e Cadeia na parte baixa da cidade.		
1635	- É construída a Igreja da Nossa Senhora da Penha (RENAULT, 1969, p. 212).		
1639	- É construído o Forte da Ilha das Cobras (LESSA, 2001, p. 51).		
1640			- Portugal recupera sua independência da Espanha.
1641	- Para drenar as águas da Lagoa de Santo Antônio, atual largo da Carioca, é construída uma vala, que ficou conhecida como rua da Vala, atual rua Uruguaiana (CADERMAN; CADERMAN, 2004, p. 79). - É construído o Mosteiro de São Bento.		- Os holandeses invadem Luanda, capital de Angola, e passam a controlar o tráfico de escravos para o Brasil. (FAGUNDES, 2005, p. 43).
1642	- Duarte Correia Vasqueanes assume interinamente o cargo de Governador da província.		
1643	- Luís Barbalho Bezerra é o Governador da província.		- Inicia o reinado de Luiz XIV, o "Rei Sol".
1644	- Francisco de Souto Maior é o Governador da província. - É criada a freguesia de Irajá.		- Fim da dinastia Ming com o suicídio do imperador.
1645	- Francisco de Souto Maior é destituído do cargo de Governador da província do Rio de Janeiro para comandar uma expedição para expulsar os holandeses de Angola. A expedição partiu em 8 de maio. (FAGUNDES, 2005, p. 43). - Duarte Correia Vasqueanes inicia seu primeiro mandato como Governador da província.	- Uma Carta-Patente declara que todo príncipe herdeiro ao trono de Portugal receberá o título de "príncipe do Brasil". - Saem da Bahia três navios, com uma tripulação composta por 200 homens, treinados pelo pernambucano Henrique Dias, para reforçar o ataque a Luanda. (FAGUNDES, 2005, p. 43).	- Ao desembarcar em Luanda a tropa saída da Bahia, comandada por Domingos Lopes Siqueira, foi dizimada pelos jagas, tribo canibal aliada aos holandeses. (FAGUNDES, 2005, p. 43).
1646	- O mestre-pedreiro André Tavares é contratado para construir um cano, para levar ao mar, na altura do Terreiro do Carmo, atual Praça XV, as águas da Lagoa de Santo Antonio, atual Largo da Carioca. O traçado deu origem a rua do Cano, atual rua Sete de Setembro (COARACY, 1988, p. 113-114).		- Os jansenistas, conhecidos como os "*solitários de Port Royal*", organizam as "*pequenas escolas*" que terão importante papel na formação de líderes para a Igreja e para o Estado. - Morre envenenado pelos jagas, em Luanda, Francisco de Souto Maior, o comandante da tropa responsável por expulsar os holandeses de Luanda. (FAGUNDES, 2005, p. 43).
1648	- Salvador Correia de Sá e Benevides inicia seu segundo mandato como Governador da província. - Salvador Correia de Sá comanda uma nova expedição para expulsar os holandeses de Luanda. (FAGUNDES, 2005, p. 44). - Mais uma vez Duarte Correia Vasqueanes assume interinamente o cargo de Governador da província.	- Os brasileiros e portugueses tentam expulsar os holandeses na Batalha dos Guararapes, em Recife.	- A expedição comandada por Salvador Correa de Sá sai vencedora da batalha contra os holandeses e este assume o governo de Angola. (FAGUNDES, 2005, p. 47).
1649	- Salvador de Brito Pereira é o Governador da província.	- Segunda Batalha de Guararapes.	

1651	- Antônio Galvão assume interinamente o cargo de Governador da província.		
1652	- D. Luís de Almeida Portugal é o Governador da província. - É inaugurado o convento e o mosteiro de São Bento (LESSA, 2001, p. 52).	- É fundado o colégio jesuíta de São Miguel, em Santos, o de Santo Alexandre, no Pará, e o de Nossa Senhora da Luz, em São Luiz do Maranhão.	
1654		- É fundado o colégio jesuíta de São Tiago, no Espírito Santo. - Os holandeses são definitivamente expulsos do Brasil.	
1657	- Tomé Correia de Alvarenga é o Governador da província.		
1659	- Salvador Correia de Sá e Benevides inicia seu terceiro mandato como Governador da província.		
1660	- Tomé Correia de Alvarenga é o Governador da província. - Tem início a Revolta da Cachaça, chefiada pelos irmãos Agostinho e Jerônimo Barbalho, contra os Sá (ALENCASTRO, 2000, p. 316). - Agostinho Barbalho Bezerra é o Governador da província.		
1661	- João Correia de Sá é o Governador da província, dando continuidade, 101 anos depois da chegada de Mem de Sá, a hegemonia da família Sá. - É criada a freguesia de Jacarepaguá.		
1662	- D. Pedro de Melo é o Governador da província.		
1666	- D. Pedro de Mascarenhas é o Governador da província.		- É elaborada a teoria da gravitação universal pelo físico e matemático Isaac Newton. - É concluída a obra do mausoléu Taj Mahal, em homenagem a terceira esposa do imperador Shah Jahan.
1670	- João da Silva e Souza é o Governador da província.		
1672			- O italiano Giovanni Domenico Cassini observa os anéis de Saturno e suas divisões circulares e descobre novos satélites neste planeta.
1673	- É criada a freguesia de Campo Grande.		
1675	- Matias da Cunha é o Governador da província.		
1676	- É criada a freguesia de Guaratiba (LESSA, 2001, p. 59). - É criado o Bispado do Rio de Janeiro (IDEM, p. 69).		- O astrônomo dinamarquês Olaus Roemer descobre a velocidade da luz ao observar as irregularidades periódicas do primeiro satélite de Júpiter.
1678		- E fundado o colégio jesuíta de Nossa Senhora do Ó, em Recife.	
1679	- D. Manoel Lobo é o Governador da província. - João Tavares Roldon assume interinamente o cargo de Governador da província.		
1680		- D. Manuel Lobo funda a colônia de Sacramento.	
1681	- Pedro Gomes é o Governador da província.		
1682	- Duarte Teixeira Chaves é o Governador da província.		- O astrônomo inglês Edmund Halley prevê o regresso do cometa que leva o seu nome para o ano de 1759. - O francês René-Robert Cavelier reivindica para a França toda a bacia do rio Mississipi, dando a região o nome de Louisiana.
1683		- É fundado o colégio jesuíta da Paraíba.	
1684		- Insurreição de Beckman contra o governo do Maranhão, liderada pelo senhor de engenho Manuel Beckman.	

1685		- Portugal proíbe a manufatura no Brasil. - A cidade de São Luiz é atacada pelo governador Gomes Freire de Andrade e Manuel Beckman é preso e enforcado.	
1686	- João Furtado de Mendonça é o Governador da província.		
1688			- A Revolução Gloriosa destrona os Stuarts e encerra o absolutismo na Inglaterra.
1689	- D. Francisco Naper de Lencastre assume interinamente o cargo de Governador da província. - É organizada a milícia do Rio de Janeiro (LESSA, 2001, p. 69). - Começa a funcionar a Aula de Fortificações (IDEM, p. 76).	- É resolvida a "*Questão dos Moços Pardos*", surgida com a proibição, por parte dos jesuítas, da matrícula e da freqüência dos mestiços. Como as escolas eram públicas, para não perderem os subsídios que recebiam, são obrigados a readmití-los.	
1690	- Luís César de Meneses é o Governador da província.		
1693	- Antônio Paes de Sande é o Governador da província.		
1694	- André Cuzaco é o Governador da província.	- O Quilombo de Palmares é destruído (BUENO, 2003, p. 122).	
1695	- Sebastião de Castro Caldas é o Governador da província. - A esquadra do comandante francês De Gennes é bombardeada por baterias da costa (CRULS, 1952, p. 133).	- Em 20 de novembro morre Zumbi dos Palmares (BUENO, 2003, p. 123).	
1697	- Martim Correia Vasques assume interinamente o cargo de Governador da província. - Francisco de Castro Morais assume interinamente o cargo de Governador da província. - É criada a Casa da Moeda (LESSA, 2001, p. 69).		
1699	- Artur de Sá Meneses é mais um Sá como Governador da província.	- É fundada na Bahia a Escola de Artes e Edificações Militares.	- Nasce em Portugal, Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro Marquês de Pombal.

Título: "Rio de Ianeira" – São Sebastião do Rio de Janeiro 1602

Autor: Desconhecido

Fonte: Original manuscrito da Bibliothèque Nationale, Paris. A cidade do Rio de Janeiro é mostrada sobre o Morro do Castelo e suas edificações aparecem divididas em duas partes, sobre dois morros.

Título: Fragata em uma tormenta diante do Pão de Açúcar, entrando no porto do RJ – 1816.

Autor: Emeric Essex Vidal.

Fonte: Visões do Rio na coleção Geyer - Curadora Geral – Maria de Lourdes Parreiras Horta. Petrópolis: Museu Imperial; Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2000.

Os Engenhos da Capitania do Rio de Janeiro – Séculos XVI e XVII

The Mills of the Rio de Janeiro Government

A produção acadêmica sobre o Brasil colonial tem crescido bastante ultimamente. No que diz respeito ao Rio de Janeiro, esse esforço de pesquisa resultou na realização de trabalhos de grande qualidade, que têm ampliado bastante nosso conhecimento sobre a cidade e da capitania. Há que se reconhecer, entretanto, que esse esforço intelectual tem privilegiado, sobretudo, o século XVIII. O século XVII ainda permanece escondido por brumas, que precisam ser urgentemente eliminadas – ou, pelo menos, parcialmente dissipadas – se quisermos obter uma visão mais completa do processo de formação histórica e territorial do Rio de Janeiro.

Fragoso tem sido uma exceção a essa regra, pois vem contribuindo bastante para o entendimento do processo de constituição da sociedade e da economia do Rio de Janeiro seiscentista (cf. Fragoso, 2000, 2001). Todavia, não obstante a riqueza das proposições oferecidas por esse autor - e também por Sampaio, conforme já assinalado - muitas indagações ainda permanecem sem resposta, ou precisam ser melhor esclarecidas, para que compreendamos melhor como se estruturou esse antigo mundo dos engenhos, a saber: É possível ir além dos totais relatados por Frei Vicente do Salvador e por Antonil e demonstrar como ocorreu, efetivamente, o crescimento dos engenhos do Rio de Janeiro no século XVII, visualizando ritmos e tendências? Que tamanho tinham essas moendas? Quem eram seus proprietários e que relações sociais exerciam na capitania? Qual a importância de lavradores e partidistas na produção canavieira? Que força de trabalho era utilizada no processo de produção? Quais os quantitativos da produção açucareira fluminense? Quem eram seus financiadores? Será verdadeira a afirmação, lançada por alguns autores, de que os engenhos do Rio de Janeiro especializavam-se mais na produção de aguardente, utilizada no comércio negreiro com Angola, do que na produção de açúcar? Houve, realmente, uma grande crise econômica na segunda metade do século XVII, como querem alguns autores, ou teria sido essa crise muito menos grave, como querem outros?

A produção acadêmica sobre o Brasil colonial tem crescido bastante ultimamente. No que diz respeito ao Rio de Janeiro, esse esforço de pesquisa resultou na realização de trabalhos de grande qualidade, que têm ampliado bastante nosso conhecimento sobre a cidade e da capitania. Há que se reconhecer, entretanto, que esse esforço intelectual tem privilegiado, sobretudo, o século XVIII. O século XVII ainda permanece escondido por brumas, que precisam ser urgentemente eliminadas – ou, pelo menos, parcialmente dissipadas – se quisermos obter uma visão mais completa do processo de formação histórica e territorial do Rio de Janeiro.

Fragoso tem sido uma exceção a essa regra, pois vem contribuindo bastante para o entendimento do processo de constituição da sociedade e da economia do Rio de Janeiro seiscentista (cf. Fragoso, 2000, 2001). Todavia, não obstante a riqueza das proposições oferecidas por esse autor - e também por Sampaio, conforme já assinalado - muitas indagações ainda permanecem sem resposta, ou precisam ser melhor esclarecidas, para que compreendamos melhor como se estruturou esse antigo mundo dos engenhos, a saber: É possível ir além dos totais relatados por Frei Vicente do Salvador e por Antonil e demonstrar como ocorreu, efetivamente, o crescimento dos engenhos do Rio de Janeiro no século XVII, visualizando ritmos e tendências? Que tamanho tinham essas moendas? Quem eram seus proprietários e que relações sociais exerciam na capitania? Qual a importância de lavradores e partidistas na produção canavieira? Que força de trabalho era utilizada no processo de produção? Quais os quantitativos da produção açucareira fluminense? Quem eram seus financiadores? Será verdadeira a afirmação, lançada por alguns autores, de que os engenhos do Rio de Janeiro especializavam-se mais na produção de aguardente, utilizada no comércio negreiro com Angola, do que na produção de açúcar? Houve, realmente, uma grande crise econômica na segunda metade do século XVII, como querem alguns autores, ou teria sido essa crise muito menos grave, como querem outros?

Outros obstáculos dizem respeito à dimensão espacial desses mesmos processos: Onde estavam localizados os engenhos do Rio de Janeiro? Formavam eles áreas de produção claramente identificadas? Qual a participação dessas áreas produtoras na economia regional? Como se deu a construção da paisagem agrária fluminense nos primeiros tempos da colonização? Que impactos ambientais causaram as moendas e as relações sociais que lhes sustentavam? Como se constituiu e como se materializou, na paisagem, a relação campo-cidade? Até que ponto a materialidade da cidade e seu quotidiano foram influenciados pelas exigências e pelo ritmo da economia canavieira?

As indagações de natureza espacial são, portanto, inúmeras. Todavia, ao contrário daquelas que dizem respeito ao processo social strito sensu, nesse caso trilhamos território realmente virgem, ainda por desbravar. Dado que processos sociais e formas espaciais são dois lados de uma mesma moeda, pois as sociedades não transformam a natureza como se agissem no vácuo, e ao fazê-lo criam formas, materiais ou não, que influenciam o desenvolvimento desses mesmos processos, o descaso para com a dimensão espacial só dificulta a obtenção de um conhecimento mais completo das realidades que pretendemos estudar.

Devido à carência das fontes documentais, muitas das questões levantadas acima jamais serão respondidas a contento. Mesmo assim, é imperioso que se desvende um pouco mais o que foi esse Rio de Janeiro açucareiro dos primeiros dois séculos da colonização, muito esquecido e pouquíssimo estudado, pois só assim será possível avaliar o que representou a cultura canavieira fluminense no contexto da colônia como um todo e qual o papel que ela exerceu na estruturação da economia da capitania e na vida quotidiana de seus habitantes.

É preciso, em suma, imergir mais a fundo nesse passado longínquo, para extrair dele informações preciosas para a história e para a geografia da cidade.

Outros obstáculos dizem respeito à dimensão espacial desses mesmos processos: Onde estavam localizados os engenhos do Rio de Janeiro? Formavam eles áreas de produção claramente identificadas? Qual a participação dessas áreas produtoras na economia regional? Como se deu a construção da paisagem agrária fluminense nos primeiros tempos da colonização? Que impactos ambientais causaram as moendas e as relações sociais que lhes sustentavam? Como se constituiu e como se materializou, na paisagem, a relação campo-cidade? Até que ponto a materialidade da cidade e seu quotidiano foram influenciados pelas exigências e pelo ritmo da economia canavieira?

As indagações de natureza espacial são, portanto, inúmeras. Todavia, ao contrário daquelas que dizem respeito ao processo social strito sensu, nesse caso trilhamos território realmente virgem, ainda por desbravar. Dado que processos sociais e formas espaciais são dois lados de uma mesma moeda, pois as sociedades não transformam a natureza como se agissem no vácuo, e ao fazê-lo criam formas, materiais ou não, que influenciam o desenvolvimento desses mesmos processos, o descaso para com a dimensão espacial só dificulta a obtenção de um conhecimento mais completo das realidades que pretendemos estudar.

Devido à carência das fontes documentais, muitas das questões levantadas acima jamais serão respondidas a contento. Mesmo assim, é imperioso que se desvende um pouco mais o que foi esse Rio de Janeiro açucareiro dos primeiros dois séculos da colonização, muito esquecido e pouquíssimo estudado, pois só assim será possível avaliar o que representou a cultura canavieira fluminense no contexto da colônia como um todo e qual o papel que ela exerceu na estruturação da economia da capitania e na vida quotidiana de seus habitantes.

É preciso, em suma, imergir mais a fundo nesse passado longínquo, para extrair dele informações preciosas para a história e para a geografia da cidade.

Para dar conta dessa tarefa, verdadeiramente difícil, contamos não apenas com as fontes documentais já trabalhadas por outros autores - que precisam, entretanto, ser confrontadas com outras para que produzam efeitos multiplicadores -, mas também com a imensa base de dados que fomos capazes de construir sobre o Rio de Janeiro dos séculos XVI e XVII, fruto de levantamentos exaustivos realizados durante doze anos em arquivos do Brasil, de Portugal e do Vaticano. Essa pesquisa de fontes primárias possibilitou que encontrássemos, aqui e ali, peças esparsas desse Rio açucareiro, fragmentos que, em grande parte, fomos capazes de encaixar uns com os outros, ainda que não tenhamos logrado completar o quebra-cabeça com perfeição.

Essa base de dados possibilitou que enfrentássemos as questões enunciadas acima com variável grau de sucesso, dependendo a qualidade da resposta que oferecemos da maior ou menor sorte que tivemos na descoberta das informações que procurávamos e da maior ou menor habilidade que demonstramos em concatená-las de forma adequada. Tais questões vêm sendo discutidas em trabalho de síntese sobre a geografia histórica do Rio de Janeiro dos séculos XVI e XVII, ora em vias de conclusão.

Fonte :

Mauricio de Almeida Abreu
Professor Titular e Coordenador do Núcleo de Pesquisas de Geografia Histórica
Departamento de Geografia Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Pesquisador do CNPq.

Para dar conta dessa tarefa, verdadeiramente difícil, contamos não apenas com as fontes documentais já trabalhadas por outros autores - que precisam, entretanto, ser confrontadas com outras para que produzam efeitos multiplicadores -, mas também com a imensa base de dados que fomos capazes de construir sobre o Rio de Janeiro dos séculos XVI e XVII, fruto de levantamentos exaustivos realizados durante doze anos em arquivos do Brasil, de Portugal e do Vaticano. Essa pesquisa de fontes primárias possibilitou que encontrássemos, aqui e ali, peças esparsas desse Rio açucareiro, fragmentos que, em grande parte, fomos capazes de encaixar uns com os outros, ainda que não tenhamos logrado completar o quebra-cabeça com perfeição.

Essa base de dados possibilitou que enfrentássemos as questões enunciadas acima com variável grau de sucesso, dependendo a qualidade da resposta que oferecemos da maior ou menor sorte que tivemos na descoberta das informações que procurávamos e da maior ou menor habilidade que demonstramos em concatená-las de forma adequada. Tais questões vêm sendo discutidas em trabalho de síntese sobre a geografia histórica do Rio de Janeiro dos séculos XVI e XVII, ora em vias de conclusão.

Fonte : Mauricio de Almeida Abreu

Professor Titular e Coordenador do Núcleo de Pesquisas de Geografia Histórica

Departamento de Geografia Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Pesquisador do CNPq.

Título: Aguadeira
Ilustração: Victor Papaleo

No Brasil, a História do Abastecimento Começa no Rio de Janeiro

A história do abastecimento de água do Estado do Rio de Janeiro remonta desde o início de sua ocupação e das lutas entre portugueses e franceses alojados na Ilha de Villegagnion, que se utilizavam a melhor fonte de suprimento de água, que era o Rio Carioca.

Em 1565, na cidade implantada por Estácio de Sá, entre a Urca e o Pão de Açúcar, havia apenas o que, na época, era chamada de "lagoa de água ruim".

Um poço então foi aberto e, com o tempo, não mais conseguia abastecer aos que ali chegavam de Portugal e precisavam morar. Os índios Tamoios então cederam as águas do Rio Carioca.

Em 1607, os padres franciscanos ao virem para o Brasil, conseguiram do Conselho da Câmara que lhes fossem doados terrenos do Morro de Santo Antonio até a beira da Lagoa de Santo Antonio, aí se estabelecendo. Como o local era ermo, o Conselho da Câmara aforou-o a Antonio Felipe Fernandes pelo prazo de 35 anos, para estabelecimento de um curtume, cujos couros seriam lavados nas abundantes águas do local. O mau cheiro do curtume espalhou-se pelas redondezas, incomodando aos padres, cujas reclamações insistentes obrigaram a Câmara a melhorar o esgotamento regular da Lagoa, alargando a vala que a sangrava, em 1641. Esta pode ser considerada uma das primeiras obras de saneamento da cidade.

Em 1617, já moravam na cidade 4.000 pessoas e Vaz Pinto criou uma taxa para quem bebesse vinho, que custearia as obras de ampliação dos sistemas de águas.

Em 1723 foi construído o Aqueduto do Carioca, que captava água no Alto de Santa Tereza, passando pelo atual caminhamento da rua Almirante Alexandrino e chegando ao local hoje conhecido como Arcos da Lapa, onde havia um chafariz em que os escravos recolhiam a água e levavam para a casa de seus senhores.

Desta época encontram-se relatos de que o Sr. Antonio Rabelo Pereira, capitão da Fortaleza de São Francisco do Rio de Janeiro, alegando prejuízos causados pela "passagem da água do Carioca por sua chácara", pedia que fosse a ele concedida uma porção daquelas águas e a seus três vizinhos.

No Brasil, a História do Abastecimento Começa no Rio de Janeiro

A história do abastecimento de água do Estado do Rio de Janeiro remonta desde o início de sua ocupação e das lutas entre portugueses e franceses alojados na Ilha de Villegagnion, que se utilizavam a melhor fonte de suprimento de água, que era o Rio Carioca.

Em 1565, na cidade implantada por Estácio de Sá, entre a Urca e o Pão de Açúcar, havia apenas o que, na época, era chamada de "lagoa de água ruim". Um poço então foi aberto e, com o tempo, não mais conseguia abastecer aos que ali chegavam de Portugal e precisavam morar. Os índios Tamoios então cederam as águas do Rio Carioca.

Em 1607, os padres franciscanos ao virem para o Brasil, conseguiram do Conselho da Câmara que lhes fossem doados terrenos do Morro de Santo Antonio até a beira da Lagoa de Santo Antonio, aí se estabelecendo. Como o local era ermo, o Conselho da Câmara aforou-o a Antonio Felipe Fernandes pelo prazo de 35 anos, para estabelecimento de um curtume, cujos couros seriam lavados nas abundantes águas do local. O mau cheiro do curtume espalhou-se pelas redondezas, incomodando aos padres, cujas reclamações insistentes obrigaram a Câmara a melhorar o esgotamento regular da Lagoa, alargando a vala que a sangrava, em 1641. Esta pode ser considerada uma das primeiras obras de saneamento da cidade.

Em 1617, já moravam na cidade 4.000 pessoas e Vaz Pinto criou uma taxa para quem bebesse vinho, que custearia as obras de ampliação dos sistemas de águas.

Em 1723 foi construído o Aqueduto do Carioca, que captava água no Alto de Santa Tereza, passando pelo atual caminhamento da rua Almirante Alexandrino e chegando ao local hoje conhecido como Arcos da Lapa, onde havia um chafariz em que os escravos recolhiam a água e levavam para a casa de seus senhores.

Desta época encontram-se relatos de que o Sr. Antonio Rabelo Pereira, capitão da Fortaleza de São Francisco do Rio de Janeiro, alegando prejuízos causados pela "passagem da água do Carioca por sua chácara", pedia que fosse a ele concedida uma porção daquelas águas e a seus três vizinhos.

Título: Vista da Igreja da Glória 1824

Autor: Nicolas Antoine Taunay

Fonte: Visões do Rio na coleção Geyer - Curadora Geral - Maria de Lourdes Parreiras Horta. Petrópolis: Museu Imperial; Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2000.

A situação desse chafariz era muito crítica em função do seu traçado defeituoso e de muitas imperfeições em sua construção, o que ocasionava constante falta d'água na cidade. Por outro lado, as águas que escorriam pelas torneiras do chafariz, deixadas abertas, empoçavam e exigiam que lhes fosse dado escoamento, uma vez que eles despejavam as suas sobras na Lagoa de Santo Antonio, "alagando a cidade, arruinando as casas e provocando moléstias malignas". As constantes brigas nas filas da água, obrigaram a colocação de uma sentinela para o chafariz. Das providências adotadas, nasceram a rua da Vala, hoje rua Uruguaiana, rua da Guarda Velha, hoje 13 de maio e a rua do Aljube, hoje rua do Acre, no fim da qual, mais ou menos onde fica a atual Praça Mauá, o chafariz desaguava na Baía da Guanabara.

O local era distante e perigoso e aqueles senhores que não dispunham de escravos em número suficiente para essa empreitada, tinham que dar um jeito, surgindo daí o comércio das águas, exercido por escravos e índios aguadeiros, os quais, por conta dos seus senhores, percorriam os caminhos, levando à cabeça as vasilhas cheias de água para vender e anunciando a sua mercadoria com pregão característico, na língua tupi: "Hi! Hi!" que perdurou até que foram substituídos por escravos africanos, havendo quem dissesse ser este o "primeiro serviço de abastecimento domiciliar de água que existiu no Rio de Janeiro".

No início do Aqueduto, em Santa Tereza, Gomes Freire construiu o reservatório do Carioca, próximo ao que chamou de "Mãe D'Água", bica pública utilizada nos dias de hoje por excursionistas.

Os cariocas, que tiveram como primeira fonte de suprimento, construída por civilizados, o poço do "Cara de Cão", também se serviam desse recurso para saciar a sede. Alguns poços tornaram-se famosos, como o do Porteiro, na base do antigo Morro do Castelo em frente à rua da Ajuda, o poço da Misericórdia, na outra vertente daquele morro, e o Pocinho da Glória, no início da rua do Catete.

A situação desse chafariz era muito crítica em função do seu traçado defeituoso e de muitas imperfeições em sua construção, o que ocasionava constante falta d'água na cidade. Por outro lado, as águas que escorriam pelas torneiras do chafariz, deixadas abertas, empoçavam e exigiam que lhes fosse dado escoamento, uma vez que eles despejavam as suas sobras na Lagoa de Santo Antonio, "alagando a cidade, arruinando as casas e provocando moléstias malignas". As constantes brigas nas filas da água, obrigaram a colocação de uma sentinela para o chafariz. Das providências adotadas, nasceram a rua da Vala, hoje rua Uruguaiana, rua da Guarda Velha, hoje 13 de maio e a rua do Aljube, hoje rua do Acre, no fim da qual, mais ou menos onde fica a atual Praça Mauá, o chafariz desaguava na Baía da Guanabara.

O local era distante e perigoso e aqueles senhores que não dispunham de escravos em número suficiente para essa empreitada, tinham que dar um jeito, surgindo daí o comércio das águas, exercido por escravos e índios aguadeiros, os quais, por conta dos seus senhores, percorriam os caminhos, levando à cabeça as vasilhas cheias de água para vender e anunciando a sua mercadoria com pregão característico, na língua tupi: "Hi! Hi!" que perdurou até que foram substituídos por escravos africanos, havendo quem dissesse ser este o "primeiro serviço de abastecimento domiciliar de água que existiu no Rio de Janeiro".

No início do Aqueduto, em Santa Tereza, Gomes Freire construiu o reservatório do Carioca, próximo ao que chamou de "Mãe D'Água", bica pública utilizada nos dias de hoje por excursionistas.

Os cariocas, que tiveram como primeira fonte de suprimento, construída por civilizados, o poço do "Cara de Cão", também se serviam desse recurso para saciar a sede. Alguns poços tornaram-se famosos, como o do Porteiro, na base do antigo Morro do Castelo em frente à rua da Ajuda, o poço da Misericórdia, na outra vertente daquele morro, e o Pocinho da Glória, no início da rua do Catete.

Título: Chafariz
Ilustração: Victor Papaleo

Título: Grande Aqueduto do Rio de Janeiro.
Autor: William Alexander
Fonte: Visões do Rio na coleção Geyer - Curadora Geral - Maria de Lourdes Parreiras Horta. Petrópolis: Museu Imperial; Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2000.

As cisternas, para recolher as águas das chuvas, foram outro recurso e uma das mais antigas, datando do século XVII, encontra-se no Convento de Santo Antonio.
Exploradas as nascentes do Corcovado, foram sendo conhecidos mananciais vizinhos na cidade, na direção do Rio Comprido, Andaraí e Tijuca, Gávea e Botafogo.
A população clamava por mais água e no final do século XVIII, a deficiência do serviço teve até implicações políticas, sabendo-se que o alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, se propôs a abastecer a cidade com águas dos mananciais da Tijuca.
Em 1833, uma companhia com capitais brasileiros e ingleses se candidatou a fazer chegar água encanada às residências, mas não foi bem sucedida.
Não foram somente os senhores de escravos que fizeram, no Rio, o comércio da água. No ano de 1840, Sebastião da Costa Aguiar aperfeiçoou o primitivo comércio, criando uma frota de carroças com duas rodas puxadas por um burrico. As carroças levavam aos consumidores "a boa água do vintém", proveniente da chácara daquele nome, situada no final da rua Aguiar, no Largo da Segunda Feira.
À medida que o Rio crescia, foram sendo aproveitados os mananciais explorados. A distribuição domiciliar ainda era privilégio de poucas residências particulares, além das repartições públicas e templos religiosos.
Os principais mananciais explorados no século XIX e princípio do século XX formaram os sistemas de Santa Tereza (Carioca, Lagoinha e Paineiras); o da Tijuca (Maracanã, São João, Trapicheiro, Andaraí, Gávea Pequena, Cascatinha); o da Gávea (Chácara da Bica, Piaçava, Cabeça, Macacos); o de Jacarepaguá (Rio Grande, Covanca, Três Rios, Camorim); o de Campo Grande (Mendanha, Cabuçu, Quininha, Batalha) e o de Guaratiba (Taxas e Andorinhas).
Com o tempo foram construídos os reservatórios da Caixa Velha da Tijuca (1850); o da Quinta da Boa Vista (1867); o da Ladeira do Ascurra (1868), no Morro do Inglês e o do Morro do Pinto (1874).
No ano de 1876, o Governo Imperial, com o engenheiro Antonio Gabrielli iniciou a construção da rede de abastecimento de água em domicílio e, assim, foi possível a "abolição do antigo barril carregado à cabeça e das incômodas e imundas bicas das esquinas". Já se cogitava a medição da água fornecida.

As cisternas, para recolher as águas das chuvas, foram outro recurso e uma das mais antigas, datando do século XVII, encontra-se no Convento de Santo Antonio.
Exploradas as nascentes do Corcovado, foram sendo conhecidos mananciais vizinhos na cidade, na direção do Rio Comprido, Andaraí e Tijuca, Gávea e Botafogo.
A população clamava por mais água e no final do século XVIII, a deficiência do serviço teve até implicações políticas, sabendo-se que o alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, se propôs a abastecer a cidade com águas dos mananciais da Tijuca.
Em 1833, uma companhia com capitais brasileiros e ingleses se candidatou a fazer chegar água encanada às residências, mas não foi bem sucedida.
Não foram somente os senhores de escravos que fizeram, no Rio, o comércio da água. No ano de 1840, Sebastião da Costa Aguiar aperfeiçoou o primitivo comércio, criando uma frota de carroças com duas rodas puxadas por um burrico. As carroças levavam aos consumidores "a boa água do vintém", proveniente da chácara daquele nome, situada no final da rua Aguiar, no Largo da Segunda Feira.
À medida que o Rio crescia, foram sendo aproveitados os mananciais explorados. A distribuição domiciliar ainda era privilégio de poucas residências particulares, além das repartições públicas e templos religiosos.
Os principais mananciais explorados no século XIX e princípio do século XX formaram os sistemas de Santa Tereza (Carioca, Lagoinha e Paineiras); o da Tijuca (Maracanã, São João, Trapicheiro, Andaraí, Gávea Pequena, Cascatinha); o da Gávea (Chácara da Bica, Piaçava, Cabeça, Macacos); o de Jacarepaguá (Rio Grande, Covanca, Três Rios, Camorim); o de Campo Grande (Mendanha, Cabuçu, Quininha, Batalha) e o de Guaratiba (Taxas e Andorinhas).
Com o tempo foram construídos os reservatórios da Caixa Velha da Tijuca (1850); o da Quinta da Boa Vista (1867); o da Ladeira do Ascurra (1868), no Morro do Inglês e o do Morro do Pinto (1874).
No ano de 1876, o Governo Imperial, com o engenheiro Antonio Gabrielli iniciou a construção da rede de abastecimento de água em domicílio e, assim, foi possível a "abolição do antigo barril carregado à cabeça e das incômodas e imundas bicas das esquinas". Já se cogitava a medição da água fornecida.

Inicialmente, algumas dezenas de mananciais locais foram aproveitados, mas no atual quadro do abastecimento, significam menos que 1% do consumo de água do Rio de Janeiro e da Baixada Fluminense. Alguns desses mananciais atendem a uns poucos moradores que se localizam próximos ao ponto de captação.

Pelo Regulamento 39, de 15 de janeiro de 1840, a concessão da água que era feita por requerimento ao Ministério do Império, não podia exceder a duas penas e o suprimento poderia ser suspenso no caso de estiagem. Por este regulamento, a concessão que antes era gratuita, passa a ser cobrada em forma de taxa, no valor de 100$0 por pena como "donativo gratuito".

A regulamentação da cobrança adveio do Decreto 8775, de 25 de novembro de 1882, com a instalação da pena d'água, instrumento regulado pelas dimensões de um orifício praticado no diafragma do registro de graduação conforme as pressões normais de trabalho dos respectivos encanamentos, para um fornecimento de 1200 litros de água em 24 horas, que já estava previsto em um relatório de 1862, da "Inspectoria Geral de Obras Públicas da Corte".

Em 1898, foi iniciada a instalação de hidrômetros autorizada pela Lei 489, de 15 de dezembro de 1897 e o Decreto 2794, de 13 de janeiro de 1898, "dá a regulamentação para a arrecadação de taxas de consumo de água na Capital Federal". Relativamente à arrecadação faz-se a cobrança das taxas de pena nos meses de agosto de cada ano, e as de hidrômetro, por semestre, em agosto do mesmo ano e fevereiro do ano seguinte.

A cidade do Rio de Janeiro continua em franca expansão e o aumento populacional demonstra a necessidade de água para sua sobrevivência. O clamor popular leva Sua Majestade Imperial a determinar que se buscasse água em uma fonte abundante que, por si só, fosse capaz de satisfazer a todas as necessidades, empreendendo-se, para esse fim, uma grande obra, que ateste a gerações futuras a solicitude do presente Reinado.

Inicialmente, algumas dezenas de mananciais locais foram aproveitados, mas no atual quadro do abastecimento, significam menos que 1% do consumo de água do Rio de Janeiro e da Baixada Fluminense. Alguns desses mananciais atendem a uns poucos moradores que se localizam próximos ao ponto de captação.

Pelo Regulamento 39, de 15 de janeiro de 1840, a concessão da água que era feita por requerimento ao Ministério do Império, não podia exceder a duas penas e o suprimento poderia ser suspenso no caso de estiagem. Por este regulamento, a concessão que antes era gratuita, passa a ser cobrada em forma de taxa, no valor de 100$0 por pena como "donativo gratuito".

A regulamentação da cobrança adveio do Decreto 8775, de 25 de novembro de 1882, com a instalação da pena d'água, instrumento regulado pelas dimensões de um orifício praticado no diafragma do registro de graduação conforme as pressões normais de trabalho dos respectivos encanamentos, para um fornecimento de 1200 litros de água em 24 horas, que já estava previsto em um relatório de 1862, da "Inspectoria Geral de Obras Públicas da Corte".

Em 1898, foi iniciada a instalação de hidrômetros autorizada pela Lei 489, de 15 de dezembro de 1897 e o Decreto 2794, de 13 de janeiro de 1898, "dá a regulamentação para a arrecadação de taxas de consumo de água na Capital Federal". Relativamente à arrecadação faz-se a cobrança das taxas de pena nos meses de agosto de cada ano, e as de hidrômetro, por semestre, em agosto do mesmo ano e fevereiro do ano seguinte.

A cidade do Rio de Janeiro continua em franca expansão e o aumento populacional demonstra a necessidade de água para sua sobrevivência. O clamor popular leva Sua Majestade Imperial a determinar que se buscasse água em uma fonte abundante que, por si só, fosse capaz de satisfazer a todas as necessidades, empreendendo-se, para esse fim, uma grande obra, que ateste a gerações futuras a solicitude do presente Reinado.

Título: Cascatinha da Tijuca
Autor: Johann Moritz Rugendas
Fonte: Visões do Rio na coleção Geyer - Curadora Geral - Maria de Lourdes Parreiras Horta. Petrópolis: Museu Imperial; Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2000.

Daí surge o sistema determinado de "Sistema Acari ou de Linhas Pretas", que foi utilizar-se das águas da serras de Duque de Caxias e Nova Iguaçu, que são as captações de São Pedro (1877), Rio D'Ouro (1880), Tinguá (1893), Xerém (1907) e Mantiqueira (1908), cortando toda a Baixada Fluminense e trazendo esta água para a Metrópole. As captações de regimes torrenciais e até o ano de 1940, representavam 80% do volume de água disponível.

Do outro lado da Baía da Guanabara, no ano de 1892, teve início a captação de águas para Niterói, oriundas da Serra de Friburgo, vindo diretamente para o Reservatório de Correção, em Niterói. Outro manancial de serra também utilizado para Niterói, nessa mesma época, foi o da Barragem de Paraíso, em Teresópolis.

No início do século XX, devido às grandes estiagens, a administração de serviço público de sistema de abastecimento de água do Rio de Janeiro resolveu abandonar os estudos de reforço de suprimento de pequeno porte, voltando-se para soluções de grande porte e apresentou dois projetos: um o sistema Ribeirão das Lajes e a captação de águas dos rios Santana e Paraíba do Sul. O primeiro foi executado, mas o segundo, teve que ser alterado uma vez que se chocava com o da concessionária do serviço de energia elétrica, que produzia energia através da transposição da Serra do Mar, das águas do rio Paraíba do Sul, captando em Santa Cecília.

O rio Guandu foi o caminho utilizado pela LIGHT para o escoamento das águas do rio Paraíba do Sul quando foi edificado o complexo Paraíba-Vigário para geração de energia do Rio de Janeiro.

Isto foi possível com a transposição das águas do rio Paraíba do Sul para a bacia do rio Ribeirão das Lajes, feita com uma instalação complexa, constituída das usinas elevatórias de Santa Cecília e Vigário, bem como, dos reservatórios de Santa Cecília, Santana e Vigário.

Daí surge o sistema determinado de "Sistema Acari ou de Linhas Pretas", que foi utilizar-se das águas da serras de Duque de Caxias e Nova Iguaçu, que são as captações de São Pedro (1877), Rio D'Ouro (1880), Tinguá (1893), Xerém (1907) e Mantiqueira (1908), cortando toda a Baixada Fluminense e trazendo esta água para a Metrópole. As captações de regimes torrenciais e até o ano de 1940, representavam 80% do volume de água disponível.

Do outro lado da Baía da Guanabara, no ano de 1892, teve início a captação de águas para Niterói, oriundas da Serra de Friburgo, vindo diretamente para o Reservatório de Correção, em Niterói. Outro manancial de serra também utilizado para Niterói, nessa mesma época, foi o da Barragem de Paraíso, em Teresópolis.

No início do século XX, devido às grandes estiagens, a administração de serviço público de sistema de abastecimento de água do Rio de Janeiro resolveu abandonar os estudos de reforço de suprimento de pequeno porte, voltando-se para soluções de grande porte e apresentou dois projetos: um o sistema Ribeirão das Lajes e a captação de águas dos rios Santana e Paraíba do Sul. O primeiro foi executado, mas o segundo, teve que ser alterado uma vez que se chocava com o da concessionária do serviço de energia elétrica, que produzia energia através da transposição da Serra do Mar, das águas do rio Paraíba do Sul, captando em Santa Cecília.

O rio Guandu foi o caminho utilizado pela LIGHT para o escoamento das águas do rio Paraíba do Sul quando foi edificado o complexo Paraíba-Vigário para geração de energia do Rio de Janeiro.

Isto foi possível com a transposição das águas do rio Paraíba do Sul para a bacia do rio Ribeirão das Lajes, feita com uma instalação complexa, constituída das usinas elevatórias de Santa Cecília e Vigário, bem como, dos reservatórios de Santa Cecília, Santana e Vigário.

Título: Fonte pública na rua Frei Caneca

Autor: Emeric Essex Vidal.

Fonte: Visões do Rio na coleção Geyer - Curadora Geral - Maria de Lourdes Parreiras Horta. Petrópolis: Museu Imperial; Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2000.

A energia elétrica desses subsistemas é gerada primeiramente nas Usinas de Fontes e Nilo Peçanha. A seguir, as águas, já no talvegue do Ribeirão das Lajes, formam o reservatório de Ponte Coberta, gerando novamente energia na Usina de Pereira Passos.

Somente após o ano de 1940, a cidade do Rio de Janeiro deixou de ter o seu sistema de abastecimento de águas sujeito a regimes sazonais de vazão, que se dividem nas chamadas “grandes adutoras” e “pequenas adutoras”. Estes mananciais de pequeno porte dentro dos limites do atual município do Rio de Janeiro, que são hoje cerca de 40 sistemas de captação superficial de água de boa qualidade, necessitam somente de desinfecção e são utilizados para atender áreas urbanas em cotas elevadas, próximas das captações, devido às dificuldades em atendê-los pelos sistemas principais.

Isto só foi possível com a construção, no ano de 1940, da 1ª Adutora de Ribeirão das Lajes e, em 1949, da 2ª Adutora da “Usina de Fontes Velhas” da LIGHT, o que oferecia uma indispensável garantia de abastecimento perene e ininterrupto. Este sistema proporcionou, a partir de 1949, uma vazão de 5100 litros por segundo a mais para o Rio de Janeiro.

Durante o mandato do prefeito Hildebrando de Góes, o engenheiro José Franco Henriques, Diretor do Departamento de Águas, sugeriu a construção de uma terceira adutora de grande diâmetro, com capacidade para 225 milhões de litros por dia, a Guandu-Leblon, utilizando as águas do rio Guandu, já previstas pelo engenheiro Henrique de Novaes.

No início da década de 50, o contínuo crescimento das demandas de água da cidade do Rio de Janeiro, levou à captação das águas do rio Guandu, já acrescidas de águas dos rios Paraíba, Piraí, Ribeirão das Lajes, Poços e Santana.

Título: Teatro Municipal do Rio de Janeiro

A energia elétrica desses subsistemas é gerada primeiramente nas Usinas de Fontes e Nilo Peçanha. A seguir, as águas, já no talvegue do Ribeirão das Lajes, formam o reservatório de Ponte Coberta, gerando novamente energia na Usina de Pereira Passos.

Somente após o ano de 1940, a cidade do Rio de Janeiro deixou de ter o seu sistema de abastecimento de águas sujeito a regimes sazonais de vazão, que se dividem nas chamadas “grandes adutoras” e “pequenas adutoras”. Estes mananciais de pequeno porte dentro dos limites do atual município do Rio de Janeiro, que são hoje cerca de 40 sistemas de captação superficial de água de boa qualidade, necessitam somente de desinfecção e são utilizados para atender áreas urbanas em cotas elevadas, próximas das captações, devido às dificuldades em atendê-los pelos sistemas principais.

Isto só foi possível com a construção, no ano de 1940, da 1ª Adutora de Ribeirão das Lajes e, em 1949, da 2ª Adutora da “Usina de Fontes Velhas” da LIGHT, o que oferecia uma indispensável garantia de abastecimento perene e ininterrupto. Este sistema proporcionou, a partir de 1949, uma vazão de 5100 litros por segundo a mais para o Rio de Janeiro.

Durante o mandato do prefeito Hildebrando de Góes, o engenheiro José Franco Henriques, Diretor do Departamento de Águas, sugeriu a construção de uma terceira adutora de grande diâmetro, com capacidade para 225 milhões de litros por dia, a Guandu-Leblon, utilizando as águas do rio Guandu, já previstas pelo engenheiro Henrique de Novaes.

No início da década de 50, o contínuo crescimento das demandas de água da cidade do Rio de Janeiro, levou à captação das águas do rio Guandu, já acrescidas de águas dos rios Paraíba, Piraí, Ribeirão das Lajes, Poços e Santana.

Século XVIII

18th Century

As tribos eram formadas por indivíduos cujas aldeias ocupavam uma área contígua, falavam a mesma língua, tinham os mesmos costumes e possuíam um sentimento de unidade.

As tribos eram formadas por indivíduos cujas aldeias ocupavam uma área contígua, falavam a mesma língua, tinham os mesmos costumes e possuíam um sentimento de unidade.

Renascimento Agrícola

Agricultural Renaissance

Com a decadência da mineração na segunda meta¬de do Século XVIII, a agricultura exportadora voltou a ocupar uma posição de destaque na economia colonial. Esse fenômeno foi chamado pelo historiador Caio Prado Jr. de "renascimento da agricultura", estando ligado, de um lado, ao incremento demográfico do Século XVIII, e de outro, à grande alteração da ordem econômica inglesa em meados do século, com a Revolução Industrial.

Criou-se na Europa uma demanda intensa por produtos agrícolas para alimentar a população em crescimento. Por outro lado, a Revolução Industrial, que teve início no setor têxtil do algodão, ampliou consideravelmente a procura por essa matéria-prima. As pressões das circunstâncias levaram a Inglaterra a se voltar para outros mercados, favorecendo então o Brasil, que intensificou a produção algodoeira. A produção açucareira retomou, por seu turno, um ritmo acelerado de expansão, também na segunda metade do Século XVIII, em virtude da Revolução Francesa (1789 - 1799), que estimulou as rebeliões coloniais antilha¬nas de dominação francesa, desorganizando a produção açucareira e favorecendo a exportação brasileira.

É importante considerar que a desagregação do mundo colonial ocorreu em função de um conjunto maior de fatores, que englobaram desde as transformações no sistema capitalista, de modo mais amplo, até a crise do poder absoluto dos reis, a difusão das idéias ilustradas, o período pombalino e as revoltas e sedições que ocorreram no Brasil no final do Século XVIII, nas quais se questionaram a condição colonial e a sujeição em relação à metrópole. Assim, no Brasil, corriam idéias separatistas e republicanas – a exemplo das que fundamentaram a Inconfidência Mineira e a Revolta dos Alfaiates na Bahia, em 1798.

Com a decadência da mineração na segunda meta¬de do Século XVIII, a agricultura exportadora voltou a ocupar uma posição de destaque na economia colonial. Esse fenômeno foi chamado pelo historiador Caio Prado Jr. de "renascimento da agricultura", estando ligado, de um lado, ao incremento demográfico do Século XVIII, e de outro, à grande alteração da ordem econômica inglesa em meados do século, com a Revolução Industrial.

Criou-se na Europa uma demanda intensa por produtos agrícolas para alimentar a população em crescimento. Por outro lado, a Revolução Industrial, que teve início no setor têxtil do algodão, ampliou consideravelmente a procura por essa matéria-prima.

As pressões das circunstâncias levaram a Inglaterra a se voltar para outros mercados, favorecendo então o Brasil, que intensificou a produção algodoeira. A produção açucareira retomou, por seu turno, um ritmo acelerado de expansão, também na segunda metade do Século XVIII, em virtude da Revolução Francesa (1789 - 1799), que estimulou as rebeliões coloniais antilha¬nas de dominação francesa, desorganizando a produção açucareira e favorecendo a exportação brasileira.

É importante considerar que a desagregação do mundo colonial ocorreu em função de um conjunto maior de fatores, que englobaram desde as transformações no sistema capitalista, de modo mais amplo, até a crise do poder absoluto dos reis, a difusão das idéias ilustradas, o período pombalino e as revoltas e sedições que ocorreram no Brasil no final do Século XVIII, nas quais se questionaram a condição colonial e a sujeição em relação à metrópole. Assim, no Brasil, corriam idéias separatistas e republicanas – a exemplo das que fundamentaram a Inconfidência Mineira e a Revolta dos Alfaiates na Bahia, em 1798.

1707 A Guerra dos Emboabas

A Guerra dos Emboabas foi um conflito dos paulistas e dos índios, liderados por Borba Gato, contra uma coligação de portugueses e de baianos (os emboabas), e que saíram vitoriosos na posse do ouro das Minas Gerais.

1709-1710 Controle na mineração

A Coroa reforçou o controle na zona de mineração com a separação das capitanias de São Paulo e Minas Gerais e a construção, no ano seguinte, da primeira estrada (Estrada Real) que uniu essa zona ao Rio de Janeiro.

1711 A Guerra dos Mascates

A Guerra dos Mascates foi um conflito que envolveu portugueses e índios (os mazombos), contra os comerciantes, chamados de mascates.

1718-1722 Entrada para o sertão

Os paulistas, expulsos das Minas Gerais, após a derrota na Guerra dos Emboabas, se adentraram pelo sertão de Goiás e Mato Grosso onde encontraram ouro.

1744 e 1748 Novas Capitanias

Foram criadas as capitanias de Goiás e Mato Grosso.

1750 Tratado de Madri

Portugal e Espanha assinaram o Tratado de Madri para solucionar os conflitos nas "fronteiras de guerra" com o Mundo Hispânico; pelo tratado, a Coroa portuguesa entregou à espanhola as terras da margem ocidental do Rio da Prata e recebeu da Espanha a região Amazônica, Mato Grosso, Goiás e Rio Grande do Sul.

1707 A Guerra dos Emboabas

A Guerra dos Emboabas foi um conflito dos paulistas e dos índios, liderados por Borba Gato, contra uma coligação de portugueses e de baianos (os emboabas), e que saíram vitoriosos na posse do ouro das Minas Gerais.

1709-1710 Controle na mineração

A Coroa reforçou o controle na zona de mineração com a separação das capitanias de São Paulo e Minas Gerais e a construção, no ano seguinte, da primeira estrada (Estrada Real) que uniu essa zona ao Rio de Janeiro.

1711 A Guerra dos Mascates

A Guerra dos Mascates foi um conflito que envolveu portugueses e índios (os mazombos), contra os comerciantes, chamados de mascates.

1718-1722 Entrada para o sertão

Os paulistas, expulsos das Minas Gerais, após a derrota na Guerra dos Emboabas, se adentraram pelo sertão de Goiás e Mato Grosso onde encontraram ouro.

1744 e 1748 Novas Capitanias

Foram criadas as capitanias de Goiás e Mato Grosso.

1750 Tratado de Madri

Portugal e Espanha assinaram o Tratado de Madri para solucionar os conflitos nas "fronteiras de guerra" com o Mundo Hispânico; pelo tratado, a Coroa portuguesa entregou à espanhola as terras da margem ocidental do Rio da Prata e recebeu da Espanha a região Amazônica, Mato Grosso, Goiás e Rio Grande do Sul.

Título: "Perspectiva da Villa de Victoria/Capitania do Espírito Santo por Joaquim Pantaleão Per.ª da S.ª/ Anno de 1805".

Autor: Joaquim Pantaleão Pereira da Silva

Fonte: Original manuscrito do Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.

1750-1777 Reestruturação da Colônia

O Marques de Pombal, obedecendo as diretrizes do iluminismo ilustrado, promoveu uma reestruturação administrativa na Colônia, visando a centralização do poder. Suas estratégias foram: a) finalizar a incorporação das capitanias à Coroa; b) promover uma ambiciosa política de urbanização e de controle das fronteiras que atingisse todo o território; c) transferir a capital de Salvador para o Rio de Janeiro (1762), e dotar a cidade de melhorias urbanas e novas edificações públicas similares às de Buenos Aires e das cidades européias; d) elevar a Colônia à condição de Vice-Reino; e) estimular a diversificação da agricultura e o desenvolvimento da incipiente indústria colonial.

1785 Indústrias proibidas

D. Maria, rainha de Portugal, afastou Pombal e emitiu um alvará proibindo qualquer tipo de indústria no Brasil, golpeando a siderurgia desenvolvida em São Paulo e as modestas tecelagens de Minas Gerais e do Pará.

1792 Inconfidência Mineira

Ocorre a Inconfidência Mineira, o primeiro movimento pela independência do Brasil, influenciado pelos ideários da Revolução Americana (1776) e da Revolução Francesa (1789). A resposta da Coroa foi a devassa, repressão que condenou à morte e ao degredo os principais líderes do movimento, como Tiradentes que foi enforcado e esquartejado.

1800 Retrato da Colônia

Quando se encerrou o Século XVIII, a população total brasileira atingia cerca de três milhões de habitantes. Salvador, a cidade mais populosa do Brasil, tinha 50 mil moradores, além dos 15 mil que habitavam em seus subúrbios; a capital, o Rio de Janeiro, tinha atingido 40 mil habitantes; Ouro Preto alcançara 30 mil em meados do século, porém com a decadência do ouro, possuía apenas 20 mil habitantes, seguida de Cuiabá, Belém e São Luiz com 10 mil moradores.

1750-1777 Reestruturação da Colônia

O Marques de Pombal, obedecendo as diretrizes do iluminismo ilustrado, promoveu uma reestruturação administrativa na Colônia, visando a centralização do poder. Suas estratégias foram: a) finalizar a incorporação das capitanias à Coroa; b) promover uma ambiciosa política de urbanização e de controle das fronteiras que atingisse todo o território; c) transferir a capital de Salvador para o Rio de Janeiro (1762), e dotar a cidade de melhorias urbanas e novas edificações públicas similares às de Buenos Aires e das cidades européias; d) elevar a Colônia à condição de Vice-Reino; e) estimular a diversificação da agricultura e o desenvolvimento da incipiente indústria colonial.

1785 Indústrias proibidas

D. Maria, rainha de Portugal, afastou Pombal e emitiu um alvará proibindo qualquer tipo de indústria no Brasil, golpeando a siderurgia desenvolvida em São Paulo e as modestas tecelagens de Minas Gerais e do Pará.

1792 Inconfidência Mineira

Ocorre a Inconfidência Mineira, o primeiro movimento pela independência do Brasil, influenciado pelos ideários da Revolução Americana (1776) e da Revolução Francesa (1789). A resposta da Coroa foi a devassa, repressão que condenou à morte e ao degredo os principais líderes do movimento, como Tiradentes que foi enforcado e esquartejado.

1800 Retrato da Colônia

Quando se encerrou o Século XVIII, a população total brasileira atingia cerca de três milhões de habitantes. Salvador, a cidade mais populosa do Brasil, tinha 50 mil moradores, além dos 15 mil que habitavam em seus subúrbios; a capital, o Rio de Janeiro, tinha atingido 40 mil habitantes; Ouro Preto alcançara 30 mil em meados do século, porém com a decadência do ouro, possuía apenas 20 mil habitantes, seguida de Cuiabá, Belém e São Luiz com 10 mil moradores.

Título: La Pagelet (sculpt.) e Duché de Vancy (del.)
Fonte: Vue de l´lle de Ste. Catherine. Gravura 25 x 39,5 cm. Ilustração do Alas du voyage de La Pérouse. Coleção Lygia e Newton Carneiro Junior, São Paulo, Brasil.

História: O que é Estrada Real

History: What is the Royal Road

Pode ser na terra, no asfalto, em trilhas ou pedras. Não importa. Na Estrada Real, a aventura é garantida. Em cada caminho, uma nova descoberta: vilas, igrejas, cachoeiras, montanhas, grutas e rios compõem um dos mais importantes patrimônios culturais e naturais do planeta. Para os olhares mais atentos, pontes de pedra, ruínas, chafarizes, evidenciam as marcas deixadas pelo período colonial.

A Estrada Real, nos dias de hoje, é a reunião dos vários caminhos construídos no Brasil–Colônia, principalmente no século XVII, para o transporte das riquezas do interior do Brasil para o litoral do Rio de Janeiro, donde era transportado para a metrópole portuguesa.

São 1.512 km que permitem mergulhar na história brasileira. Uma oportunidade única de viver as experiências que bandeirantes, tropeiros, oficiais e outros viajantes encontraram na Estrada Real. A circulação de pessoas, mercadorias, ouro e diamante era obrigatoriamente feita por eles, constituindo crime de lesa-majestade a abertura de novos caminhos.

A Estrada Real foi criada pela Coroa portuguesa no século XVII com a intenção de fiscalizar a circulação das riquezas e mercadorias que transitavam entre Minas Gerais - ouro e diamante - e o litoral do Rio de Janeiro - capital da colônia por onde saíam os navios para Portugal. O nome Estrada Real passou a aludir, assim, àquelas vias que, pela sua antiguidade e natureza oficial, eram propriedade da Coroa metropolitana.

A grande importância das vias fez nascer inúmeras vilas e cidades. Esses povoados à beira do caminho, com o cruzeiro, a capela, o pelourinho, o rancho de tropas, a venda, a oficina e as casas de pau-a-pique simbolizaram, durante longo tempo, o processo de nucleação urbana do centro-sul da colônia.

Mas com o fim desse ciclo econômico e com a industrialização, o caminho ficou por muito tempo esquecido, o que ajudou na sua conservação e possibilitou hoje o surgimento de vários projetos de recuperação para explorar seu potencial turístico.

Pode ser na terra, no asfalto, em trilhas ou pedras. Não importa. Na Estrada Real, a aventura é garantida. Em cada caminho, uma nova descoberta: vilas, igrejas, cachoeiras, montanhas, grutas e rios compõem um dos mais importantes patrimônios culturais e naturais do planeta. Para os olhares mais atentos, pontes de pedra, ruínas, chafarizes, evidenciam as marcas deixadas pelo período colonial.

A Estrada Real, nos dias de hoje, é a reunião dos vários caminhos construídos no Brasil–Colônia, principalmente no século XVII, para o transporte das riquezas do interior do Brasil para o litoral do Rio de Janeiro, donde era transportado para a metrópole portuguesa.

São 1.512 km que permitem mergulhar na história brasileira. Uma oportunidade única de viver as experiências que bandeirantes, tropeiros, oficiais e outros viajantes encontraram na Estrada Real. A circulação de pessoas, mercadorias, ouro e diamante era obrigatoriamente feita por eles, constituindo crime de lesa-majestade a abertura de novos caminhos.

A Estrada Real foi criada pela Coroa portuguesa no século XVII com a intenção de fiscalizar a circulação das riquezas e mercadorias que transitavam entre Minas Gerais - ouro e diamante - e o litoral do Rio de Janeiro - capital da colônia por onde saíam os navios para Portugal. O nome Estrada Real passou a aludir, assim, àquelas vias que, pela sua antiguidade e natureza oficial, eram propriedade da Coroa metropolitana.

A grande importância das vias fez nascer inúmeras vilas e cidades. Esses povoados à beira do caminho, com o cruzeiro, a capela, o pelourinho, o rancho de tropas, a venda, a oficina e as casas de pau-a-pique simbolizaram, durante longo tempo, o processo de nucleação urbana do centro-sul da colônia.

Mas com o fim desse ciclo econômico e com a industrialização, o caminho ficou por muito tempo esquecido, o que ajudou na sua conservação e possibilitou hoje o surgimento de vários projetos de recuperação para explorar seu potencial turístico.

Título: Mapa da Estrada Real
Autor: desconhecido

Hoje, a Estrada Real é formada por 177 municípios, sendo 162 em Minas Gerais, 08 no Rio de Janeiro e 07 em São Paulo. A união desses destinos reuniu atrativos de sobra para uma longa viagem. São construções coloniais, igrejas, museus, reservas ecológicas, esportes de aventura, estações de águas minerais, culinária mineira e, principalmente, nossa história.

Não pense que a Estrada já nasceu com toda essa extensão. Foi a união de três caminhos surgidos em momentos diferentes que deram origem ao que ela é hoje: o Caminho Velho, o Caminho Novo e a Rota dos Diamantes.

Atualmente, a Estrada Real em Minas Gerais apresenta quatro eixos principais, caracterizados por sua constituição em períodos históricos distintos: o Caminho Velho, inaugurado pelos bandeirantes, que ligava a capitania de São Paulo às minas de ouro; o Caminho Novo, instituído pelo Coroa Portuguesa, que ligava o Rio de Janeiro à Vila Rica; o Caminho dos Diamantes, instituído pela Coroa como caminho oficial de Vila Rica ao distrito de Diamantino; e o Caminho da Bahia, importante via que possibilitava o trafico de mercadorias oriundas da Bahia.

Hoje, a Estrada Real é formada por 177 municípios, sendo 162 em Minas Gerais, 08 no Rio de Janeiro e 07 em São Paulo. A união desses destinos reuniu atrativos de sobra para uma longa viagem. São construções coloniais, igrejas, museus, reservas ecológicas, esportes de aventura, estações de águas minerais, culinária mineira e, principalmente, nossa história.

Não pense que a Estrada já nasceu com toda essa extensão. Foi a união de três caminhos surgidos em momentos diferentes que deram origem ao que ela é hoje: o Caminho Velho, o Caminho Novo e a Rota dos Diamantes.

Atualmente, a Estrada Real em Minas Gerais apresenta quatro eixos principais, caracterizados por sua constituição em períodos históricos distintos: o Caminho Velho, inaugurado pelos bandeirantes, que ligava a capitania de São Paulo às minas de ouro; o Caminho Novo, instituído pelo Coroa Portuguesa, que ligava o Rio de Janeiro à Vila Rica; o Caminho dos Diamantes, instituído pela Coroa como caminho oficial de Vila Rica ao distrito de Diamantino; e o Caminho da Bahia, importante via que possibilitava o trafico de mercadorias oriundas da Bahia.

Título: Estrada Real em Diamantina, MG
Autor: Desconhecido

Título: Vista aérea de Ouro Preto, MG
Autor: Desconhecido

Caminho Velho

Old Road

As expedições originárias de São Paulo cruzavam a serra em direção ao interior do continente, traçando o antigo caminho para as minas, criando roças e pousos, que auxiliavam na empreitada. A tática utilizada era simples, mas eficiente, e fora herdada dos indígenas: os bandeirantes ao se embrenharem nas matas, plantavam pequenas roças em campos abertos, para que, ao retornarem, pudessem ter suprimento para finalizar a jornada.

O caminho geral do sertão (como ficou conhecido o antigo caminho dos paulistas) foi o caminho tomado por Fernão Dias Paes em sua ultima expedição, entre 1674 e 1681. Ele ligava São Paulo de Piratininga às vilas do vale do Paraíba – Mogi, Jacareí, Taubaté, Pindamonhangaba e Guaratinguetá, atravessava a serra da Mantiqueira cruzando o rio Grande no seu trecho oriental à região do rio das Velhas. Posteriormente, com a descoberta do ouro nas bacias do rio das Velhas, do rio Doce e no rio das Mortes, este caminho passou a ser utilizado intensamente pelos aventureiros.

Este caminho foi de importância primordial nos primeiros momentos de expansão do povoamento para o interior da região sudeste. Ele refletiu em seus traçados a onda de procura de riquezas que inflamava a colônia naquele momento. Na verdade não havia um caminho único e sim uma rota onde algumas trilhas confluíram.

O caminho foi intensamente percorrido tanto por mineradores quanto por mercadores que abasteciam as minas de suprimentos ao longo dos anos, bem como para o escoamento da produção aurífera. Ele só foi suplantado pelo novo trecho da Estrada Real que permitiu um acesso mais rápido e confortável às minas.

As expedições originárias de São Paulo cruzavam a serra em direção ao interior do continente, traçando o antigo caminho para as minas, criando roças e pousos, que auxiliavam na empreitada. A tática utilizada era simples, mas eficiente, e fora herdada dos indígenas: os bandeirantes ao se embrenharem nas matas, plantavam pequenas roças em campos abertos, para que, ao retornarem, pudessem ter suprimento para finalizar a jornada.

O caminho geral do sertão (como ficou conhecido o antigo caminho dos paulistas) foi o caminho tomado por Fernão Dias Paes em sua ultima expedição, entre 1674 e 1681. Ele ligava São Paulo de Piratininga às vilas do vale do Paraíba – Mogi, Jacareí, Taubaté, Pindamonhangaba e Guaratinguetá, atravessava a serra da Mantiqueira cruzando o rio Grande no seu trecho oriental à região do rio das Velhas. Posteriormente, com a descoberta do ouro nas bacias do rio das Velhas, do rio Doce e no rio das Mortes, este caminho passou a ser utilizado intensamente pelos aventureiros.

Este caminho foi de importância primordial nos primeiros momentos de expansão do povoamento para o interior da região sudeste. Ele refletiu em seus traçados a onda de procura de riquezas que inflamava a colônia naquele momento. Na verdade não havia um caminho único e sim uma rota onde algumas trilhas confluíram.

O caminho foi intensamente percorrido tanto por mineradores quanto por mercadores que abasteciam as minas de suprimentos ao longo dos anos, bem como para o escoamento da produção aurífera. Ele só foi suplantado pelo novo trecho da Estrada Real que permitiu um acesso mais rápido e confortável às minas.

Título: Vista aérea de Ouro Preto, MG
Autor: Desconhecido

Caminho Novo

New Road

Em 1698, a Coroa Portuguesa decidiu abrir um novo caminho para a região das minas, ligando-as à baía do Guanabara. Este caminho ficou conhecido como Caminho Novo. Até então, a única via de acesso para os sítios auríferos, partindo do Rio de Janeiro, era via Paraty. Desembarcando em Paraty, o viajante escalava a Serra do Mar, passava por Facão, hoje município de Cunha (SP). Rumo à Serra da Mantiqueira, alcançava Guaratinguetá e a Garganta do Embaú. Vencida a serra, seguia em frente até alcançar Baependi, Carrancas, São João Del Rei, hoje à bucólica Tiradentes, e seguia até alcançar os arraiais de Antônio Dias e do Ouro Preto.

Antes mesmo da virada do século, tiveram início os trabalhos de abertura da grande picada. Garcia Rodrigues Paes, filho do bandeirante Fernão Dias Paes, foi o encarregado da empreitada. Por volta de 1707, a obra seria concluída a duras penas. Muitas críticas foram feitas a respeito do trecho da Serra do Couto, próximo à atual cidade de Petrópolis, devido à sua quase inviabilidade e falta de segurança. Entretanto, as tropas e os viajantes continuavam a encarar o novo caminho, pois a economia no tempo de viagem era significativa. O caminho ficou conhecido também como Estrada Real ou, ainda, Estrada da Corte.

Por volta de 1720, a coroa Portuguesa determinou exclusivamente o transporte do ouro oficial pelo Caminho Novo. Dentre as medidas tomadas, decidiu-se a construção de um atalho que substituísse o trecho inviável da Serra do Couto. O projeto previa a substituição do trecho entre o Rio Piabanha e a Baía do Guanabara por um caminho mais rápido e praticável. Esta variante, concluída em 1725, ficou conhecida popularmente como Caminho do Inhomirim, Caminho da Estrela ou Caminho do Proença. O nome oficial era Atalho do Caminho Novo. Este atalho foi habilitado, então, como caminho Geral do Ouro e tinha início no cais dos Mineiros, hoje a Praça XV na cidade do Rio de Janeiro.

Em 1698, a Coroa Portuguesa decidiu abrir um novo caminho para a região das minas, ligando-as à baía do Guanabara. Este caminho ficou conhecido como Caminho Novo. Até então, a única via de acesso para os sítios auríferos, partindo do Rio de Janeiro, era via Paraty. Desembarcando em Paraty, o viajante escalava a Serra do Mar, passava por Facão, hoje município de Cunha (SP). Rumo à Serra da Mantiqueira, alcançava Guaratinguetá e a Garganta do Embaú. Vencida a serra, seguia em frente até alcançar Baependi, Carrancas, São João Del Rei, hoje à bucólica Tiradentes, e seguia até alcançar os arraiais de Antônio Dias e do Ouro Preto.

Antes mesmo da virada do século, tiveram início os trabalhos de abertura da grande picada. Garcia Rodrigues Paes, filho do bandeirante Fernão Dias Paes, foi o encarregado da empreitada. Por volta de 1707, a obra seria concluída a duras penas. Muitas críticas foram feitas a respeito do trecho da Serra do Couto, próximo à atual cidade de Petrópolis, devido à sua quase inviabilidade e falta de segurança. Entretanto, as tropas e os viajantes continuavam a encarar o novo caminho, pois a economia no tempo de viagem era significativa. O caminho ficou conhecido também como Estrada Real ou, ainda, Estrada da Corte.

Por volta de 1720, a coroa Portuguesa determinou exclusivamente o transporte do ouro oficial pelo Caminho Novo. Dentre as medidas tomadas, decidiu-se a construção de um atalho que substituísse o trecho inviável da Serra do Couto. O projeto previa a substituição do trecho entre o Rio Piabanha e a Baía do Guanabara por um caminho mais rápido e praticável. Esta variante, concluída em 1725, ficou conhecida popularmente como Caminho do Inhomirim, Caminho da Estrela ou Caminho do Proença. O nome oficial era Atalho do Caminho Novo. Este atalho foi habilitado, então, como caminho Geral do Ouro e tinha início no cais dos Mineiros, hoje a Praça XV na cidade do Rio de Janeiro.

Muitas dessas cidades, na época, não passavam de fazendas ou povoados que com o Caminho Novo se transformaram. Foi percorrendo esse caminho, pouco antes de proclamar a independência, que D. Pedro I se encantou com o lugar e decidiu comprar a então fazenda do Córrego Seco, dando origem à cidade imperial de Petrópolis.

Rota dos Diamantes

O aparecimento desta nova rota para as minas de diamantes, mas ao norte do Estado, aconteceu quase duas décadas mais tarde do que aquela que ligava São Sebastião do Rio de Janeiro à Vila Rica. A nova rota tinha característica econômica e importância histórica próprias.
A descoberta de diamantes na região do serro Frio e do Tijuco logo tornou o caminho de acesso uma das vias regionais mais destacadas da capitania. Por ela se chegava, a partir de Vila Rica, à região que produzia as pedras preciosas mais cobiçadas na época.
Ouro Preto
Tiradentes

Muitas dessas cidades, na época, não passavam de fazendas ou povoados que com o Caminho Novo se transformaram. Foi percorrendo esse caminho, pouco antes de proclamar a independência, que D. Pedro I se encantou com o lugar e decidiu comprar a então fazenda do Córrego Seco, dando origem à cidade imperial de Petrópolis.

Rota dos Diamantes

O aparecimento desta nova rota para as minas de diamantes, mas ao norte do Estado, aconteceu quase duas décadas mais tarde do que aquela que ligava São Sebastião do Rio de Janeiro à Vila Rica. A nova rota tinha característica econômica e importância histórica próprias.
A descoberta de diamantes na região do serro Frio e do Tijuco logo tornou o caminho de acesso uma das vias regionais mais destacadas da capitania. Por ela se chegava, a partir de Vila Rica, à região que produzia as pedras preciosas mais cobiçadas na época.
Ouro Preto
Tiradentes

Título: Arquitetura de Tiradentes, MG
Autor: Desconhecido

Título: Igreja em Ouro Preto, MG
Autor: Rodrigo Ortega

Título: Goiás Velho, GO
Autor: Eraldo Peres
Fonte: Vila Boa, Bela, Brilha – Cidade de Goiás.

Goiás

Goiás

Descobertas as Minas Gerais de um lado e as minas de Cuiabá, de outro, no século XVII, uma idéia renascentista (a de que os filões de metais preciosos se dispunham de forma paralela em relação ao equador) iria alimentar a hipótese de que, entre esses dois pontos, também haveria do mesmo ouro. Assim, foram intensificadas as investidas bandeirantes, principalmente paulistas, em território goiano, que culminariam tanto com a descoberta quanto com a apropriação das minas de ouro dos índios goiases, que seriam extintos dali mais rapidamente que o próprio metal. Ali, onde habitava a nação Goiá, Bartolomeu Bueno da Silva fundaria, em 1726, o Arraial de Sant'Anna.

Pouco mais de uma década depois, em 1736, o local seria elevado à condição de vila administrativa, com o nome de Vila Boa de Goyaz (ortografia arcaica). Nesta época, ainda pertencia à Capitania de São Paulo. Em 1748 foi criada a Capitania de Goiás, mas o primeiro governador, dom Marcos de Noronha, o Conde dos Arcos, só chegaria ali cinco anos depois.

Com ele, instalou-se um "Estado mínimo" e, logo, a vila transforma-se em capital da comarca. Noronha manda construir, então, entre outros prédios, a Casa de Fundição, em 1750, e o Palácio que levaria seu nome (Conde dos Arcos), em 1751. Décadas depois, outro governador - Luís da Cunha Meneses, que ficou no cargo de 1778 a 1783-, cria importantes marcos, fazendo a arborização da vila, o alinhamento de ruas e estabelecendo o primeiro plano de ordenamento urbano, que delineou a estrutura mantida até hoje.

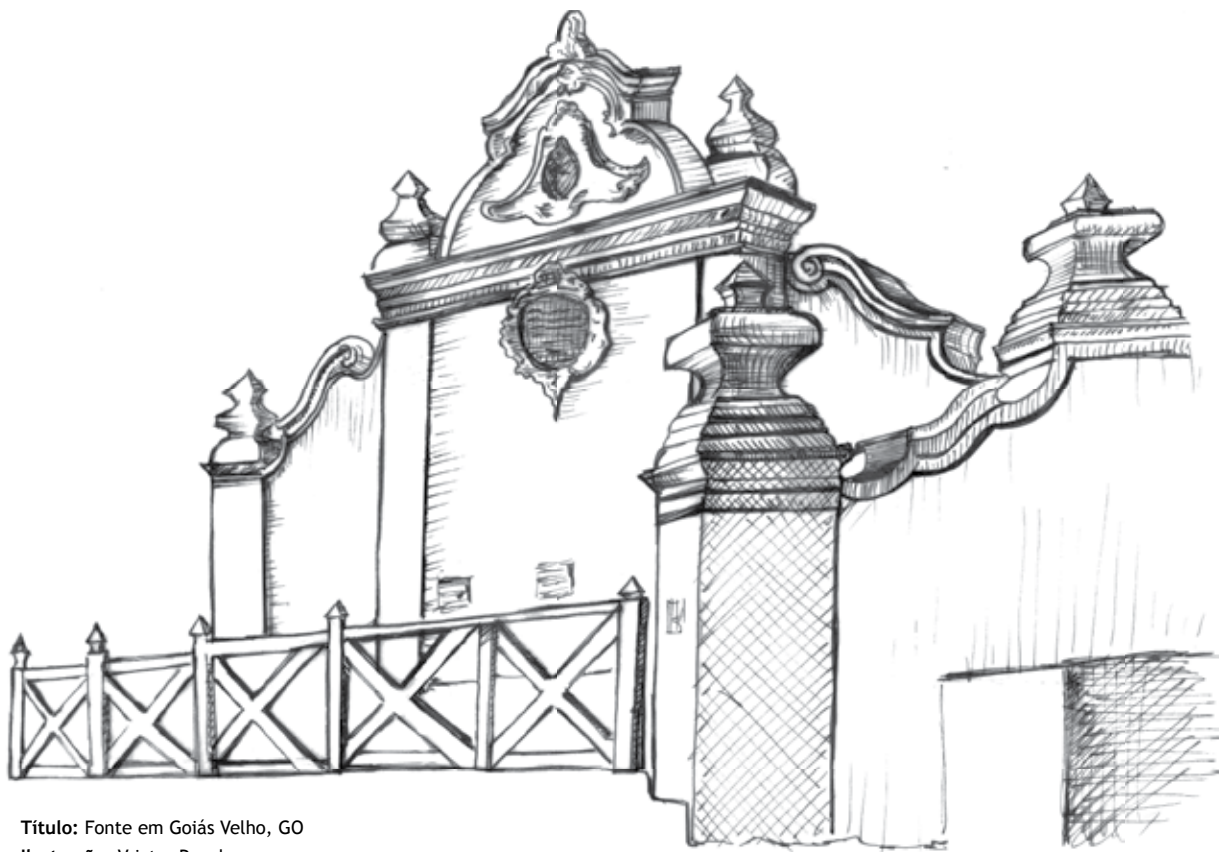
Com o esgotamento do ouro, em fins do século XVIII, Vila Boa teve sua população reduzida e precisou reorientar suas atividades econômicas para a agropecuária, mas ainda assim cultural e socialmente sempre esteve sintonizada com as modas do Rio de Janeiro, então capital do Império. Daí até o início do século XX, as principais manifestações seriam de arte e cultura, com sarais, jograis, artes plásticas, literatura, arte culinária e cerâmica - além de um ritual único no Brasil, a Procissão do Fogaréu, realizada na Semana Santa.

Descobertas as Minas Gerais de um lado e as minas de Cuiabá, de outro, no século XVII, uma idéia renascentista (a de que os filões de metais preciosos se dispunham de forma paralela em relação ao equador) iria alimentar a hipótese de que, entre esses dois pontos, também haveria do mesmo ouro. Assim, foram intensificadas as investidas bandeirantes, principalmente paulistas, em território goiano, que culminariam tanto com a descoberta quanto com a apropriação das minas de ouro dos índios goiases, que seriam extintos dali mais rapidamente que o próprio metal. Ali, onde habitava a nação Goiá, Bartolomeu Bueno da Silva fundaria, em 1726, o Arraial de Sant'Anna.

Pouco mais de uma década depois, em 1736, o local seria elevado à condição de vila administrativa, com o nome de Vila Boa de Goyaz (ortografia arcaica). Nesta época, ainda pertencia à Capitania de São Paulo. Em 1748 foi criada a Capitania de Goiás, mas o primeiro governador, dom Marcos de Noronha, o Conde dos Arcos, só chegaria ali cinco anos depois.

Com ele, instalou-se um "Estado mínimo" e, logo, a vila transforma-se em capital da comarca. Noronha manda construir, então, entre outros prédios, a Casa de Fundição, em 1750, e o Palácio que levaria seu nome (Conde dos Arcos), em 1751. Décadas depois, outro governador - Luís da Cunha Meneses, que ficou no cargo de 1778 a 1783-, cria importantes marcos, fazendo a arborização da vila, o alinhamento de ruas e estabelecendo o primeiro plano de ordenamento urbano, que delineou a estrutura mantida até hoje.

Com o esgotamento do ouro, em fins do século XVIII, Vila Boa teve sua população reduzida e precisou reorientar suas atividades econômicas para a agropecuária, mas ainda assim cultural e socialmente sempre esteve sintonizada com as modas do Rio de Janeiro, então capital do Império. Daí até o início do século XX, as principais manifestações seriam de arte e cultura, com sarais, jograis, artes plásticas, literatura, arte culinária e cerâmica - além de um ritual único no Brasil, a Procissão do Fogaréu, realizada na Semana Santa.

Título: Igreja em Goiás Velho, GO
Autor: Eraldo Peres
Fonte: Vila Boa, Bela, Brilha – Cidade de Goiás.

Título: Fonte em Goiás Velho, GO
Ilustração: V ictor Papaleo

Entretanto, a grande mudança, que já vinha sendo ventilada há muito tempo, foi a transferência da capital estadual para Goiânia, nos anos trinta e quarenta, coordenada pelo então interventor do Estado, Pedro Ludovico Teixeira. De certa forma, foi essa decisão que preservou a singular e exclusiva arquitetura colonial da Cidade de Goiás.

A procissão do Fogaréu traz mais de dez mil visitantes todo ano à cidade. A Cidade de Goiás tem em sua história e formação uma relação muito ligada às culturas Africanas e indígenas, essa relação fica ainda hoje explicita em diversas manifestações culturais por toda a cidade um exemplo são duas escolas "Espaço Cultural Vila Esperança" e "Quilombinho". Além desses exemplos temos também O Grupo de Capoeira Angola Candeias do Mestre Chuluca e dos meninos de angola: todos esses movimentos fazem da cidade um caldeirão de cultura e resistência.

- Museu das Bandeiras: funcionando na antiga Casa de Câmara e Cadeia, tem acervo com peças e mobiliário do século XVIII.
- Palácio Conde dos Arcos: tem acervo com obras do século XVIII, utensílios domésticos, pertences, artes decorativas e mobiliário dos antigos governantes.
- Museu de Arte Sacra da Igreja da Boa Morte: tem o maior acervo do escultor barroco Veiga Vale, reunindo mais de 100 peças, e também coleções de prataria. A igreja foi construída em 1779.
- Casa de Cora Coralina: museu permanente com objetos pessoais da poetisa de mesmo nome
- Casa de Bartolomeu Bueno: residência histórica do Anhangüera, a sua fachada conserva as características do estilo colonial
- Chafariz de Cauda: localizado no Largo do Chafariz, é uma construção com padrões do século XVIII (1778).

Entretanto, a grande mudança, que já vinha sendo ventilada há muito tempo, foi a transferência da capital estadual para Goiânia, nos anos trinta e quarenta, coordenada pelo então interventor do Estado, Pedro Ludovico Teixeira. De certa forma, foi essa decisão que preservou a singular e exclusiva arquitetura colonial da Cidade de Goiás.

A procissão do Fogaréu traz mais de dez mil visitantes todo ano à cidade. A Cidade de Goiás tem em sua história e formação uma relação muito ligada às culturas Africanas e indígenas, essa relação fica ainda hoje explicita em diversas manifestações culturais por toda a cidade um exemplo são duas escolas "Espaço Cultural Vila Esperança" e "Quilombinho". Além desses exemplos temos também O Grupo de Capoeira Angola Candeias do Mestre Chuluca e dos meninos de angola: todos esses movimentos fazem da cidade um caldeirão de cultura e resistência.

- *Museu das Bandeiras: funcionando na antiga Casa de Câmara e Cadeia, tem acervo com peças e mobiliário do século XVIII.*
- *Palácio Conde dos Arcos: tem acervo com obras do século XVIII, utensílios domésticos, pertences, artes decorativas e mobiliário dos antigos governantes.*
- *Museu de Arte Sacra da Igreja da Boa Morte: tem o maior acervo do escultor barroco Veiga Vale, reunindo mais de 100 peças, e também coleções de prataria. A igreja foi construída em 1779.*
- *Casa de Cora Coralina: museu permanente com objetos pessoais da poetisa de mesmo nome*
- *Casa de Bartolomeu Bueno: residência histórica do Anhangüera, a sua fachada conserva as características do estilo colonial*
- *Chafariz de Cauda: localizado no Largo do Chafariz, é uma construção com padrões do século XVIII (1778).*

- Igreja Nossa Senhora do Rosário: conhecida como antiga igreja dos pretos, foi demolida e reconstruída em estilo neogótico em 1733, possivelmente para apagar traços negros da história do município. No seu interior, tem afrescos do pintor Nazareno Confaloni, feitos na segunda metade do século XX.
- Catedral de Santana: localizada na Praça do Coreto, é um edifício feito de adobe e recém-restaurado.
- Igreja Nossa Senhora da Abadia: capela do século XVIII, tem afrescos no teto.
- Igreja de Santa Bárbara: apresenta retratos de compositores goianos do século XIX feitos pelo artista Amaury Meneses.
- Igreja Nossa Senhora do Carmo: edifício que é sede da Irmandade Senhor Jesus dos Passos
- Mosteiro da Anunciação: edifício religioso, no qual os frades produzem artesanato de barro.
- Convento dos Padres Dominicanos: edifício do século XIX que guarda uma imagem de Nossa Senhora do Rosário, trazida por religiosos franceses.
- Quartel do Vigésimo Batalhão de Infantaria: De onde saíram soldados para a Guerra do Paraguai. Até o final da década de 1990 abrigou o 11-010 Tiro de Guerra do Exército Brasileiro.

- *Igreja Nossa Senhora do Rosário: conhecida como antiga igreja dos pretos, foi demolida e reconstruída em estilo neogótico em 1733, possivelmente para apagar traços negros da história do município. No seu interior, tem afrescos do pintor Nazareno Confaloni, feitos na segunda metade do século XX.*
- *Catedral de Santana: localizada na Praça do Coreto, é um edifício feito de adobe e recém-restaurado.*
- *Igreja Nossa Senhora da Abadia: capela do século XVIII, tem afrescos no teto.*
- *Igreja de Santa Bárbara: apresenta retratos de compositores goianos do século XIX feitos pelo artista Amaury Meneses.*
- *Igreja Nossa Senhora do Carmo: edifício que é sede da Irmandade Senhor Jesus dos Passos*
- *Mosteiro da Anunciação: edifício religioso, no qual os frades produzem artesanato de barro.*
- *Convento dos Padres Dominicanos: edifício do século XIX que guarda uma imagem de Nossa Senhora do Rosário, trazida por religiosos franceses.*
- *Quartel do Vigésimo Batalhão de Infantaria: De onde saíram soldados para a Guerra do Paraguai. Até o final da década de 1990 abrigou o 11-010 Tiro de Guerra do Exército Brasileiro.*

Título: Casa em Goiás Velho, GO
Autor: Eraldo Peres
Fonte: Vila Boa, Bela, Brilha – Cidade de Goiás.

Título: Fonte em Goiás Velho, GO
Autor: Eraldo Peres
Fonte: Vila Boa, Bela, Brilha – Cidade de Goiás.

Título: Igreja em Goiás Velho, GO
Autor: Eraldo Peres
Fonte: Vila Boa, Bela, Brilha – Cidade de Goiás.

Título: Diamantina, tendo a Praça do Mercado em primeiro plano, a Igreja do Amparo e a Serra dos Cristais ao fundo.
Fonte: Patrimônio Mundial no Brasil - UNESCO

Diamantina, uma Jóia Setecentista

Diamantina, 17th Century Jewel

Diamantina é uma das mais bonitas cidades brasileiras, com o seu núcleo urbano enraizado no século XVIII, um pequeno burgo que vive com a plácida convicção de que, com turismo ou sem ele, a preservação arquitetônica é sempre esteio de uma identidade que não se pode reduzir ao seu valor comercial.
É verdade que Diamantina havia já sido classificada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1938, e que as práticas de conservação e o envolvimento da população na preservação da identidade urbana se foram incorporando desde remota data no quotidiano dos seus habitantes.
Não é estranhar, pois, que no momento da candidatura apresentada à UNESCO, nada, ou quase nada, fosse necessário fazer para a justificar. Diamantina era já então o que hoje é: um relicário de arquitetura urbana setecentista, com arruamentos enraizados no século XVII, uma tipologia arquitetônica ufana da sua filiação portuguesa e um núcleo admirável de patrimônio religioso.
No início do século XVIII, quando Ouro Preto era a capital de Minas Gerais, a descoberta de diamantes numa zona montanhosa localizada a mais de trezentos quilômetros para o interior levou à fundação de um pequeno povoado, o Arraial do Tijuco. Quase dez anos depois da autorização de livre exploração, dada pelo Governador de Ouro Preto, o rei D. João V apercebeu-se da importância das jazidas.
O monarca apressou-se a estabelecer um monopólio particular da exploração, o qual não impediu nem a corrupção nem o contrabando, que envolveram em toda a história da exploração diamantífera da região altos responsáveis e representantes da Coroa. A partir de então, apenas os contratadores oficiais estavam autorizados a explorar as minas, em concessões que podiam recorrer a meio milhar de escravos. O mais conhecido desses contratadores foi o Comendador João Fernandes de Oliveira, que tomou como amante a escrava Chica da Silva, com quem viveu quase uma década num casarão hoje transformado em museu.

Diamantina é uma das mais bonitas cidades brasileiras, com o seu núcleo urbano enraizado no século XVIII, um pequeno burgo que vive com a plácida convicção de que, com turismo ou sem ele, a preservação arquitetônica é sempre esteio de uma identidade que não se pode reduzir ao seu valor comercial.
É verdade que Diamantina havia já sido classificada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1938, e que as práticas de conservação e o envolvimento da população na preservação da identidade urbana se foram incorporando desde remota data no quotidiano dos seus habitantes.
Não é estranhar, pois, que no momento da candidatura apresentada à UNESCO, nada, ou quase nada, fosse necessário fazer para a justificar. Diamantina era já então o que hoje é: um relicário de arquitetura urbana setecentista, com arruamentos enraizados no século XVII, uma tipologia arquitetônica ufana da sua filiação portuguesa e um núcleo admirável de patrimônio religioso.
No início do século XVIII, quando Ouro Preto era a capital de Minas Gerais, a descoberta de diamantes numa zona montanhosa localizada a mais de trezentos quilômetros para o interior levou à fundação de um pequeno povoado, o Arraial do Tijuco. Quase dez anos depois da autorização de livre exploração, dada pelo Governador de Ouro Preto, o rei D. João V apercebeu-se da importância das jazidas.
O monarca apressou-se a estabelecer um monopólio particular da exploração, o qual não impediu nem a corrupção nem o contrabando, que envolveram em toda a história da exploração diamantífera da região altos responsáveis e representantes da Coroa. A partir de então, apenas os contratadores oficiais estavam autorizados a explorar as minas, em concessões que podiam recorrer a meio milhar de escravos. O mais conhecido desses contratadores foi o Comendador João Fernandes de Oliveira, que tomou como amante a escrava Chica da Silva, com quem viveu quase uma década num casarão hoje transformado em museu.

Curiosamente, só uma centena de anos depois do início da exploração oficial, quando a decadência se prefigurava já no horizonte, é que as burocracias do reino permitiram a mudança do nome para Diamantina. Estava-se em 1831, e a Real Extracção de Diamantes apenas alimentaria a metrópole por mais duas ou três décadas: na segunda metade do século XIX, a exploração deixou de ser rentável com a descoberta das jazidas sul-africanas. Hoje apenas se mantém uma extração residual, e o comércio e o turismo tornaram-se as atividades mais relevantes da cidade.

Foi a decadência que permitiu, afinal, tal como em Ouro Preto, Tiradentes e Paraty, a preservação do patrimônio arquitetónico e da configuração urbana setecentista de Diamantina, bem representados no impressivo núcleo de sobrados e no traçado irregular dos arruamentos. A Rua do Burgalhau, com o seu alinhamento de casinhas térreas e simples, eixo primitivo de Diamantina espantosamente conservado na sua memória de quase três séculos, é o primeiro testemunho dessa preservação.

Curiosamente, só uma centena de anos depois do início da exploração oficial, quando a decadência se prefigurava já no horizonte, é que as burocracias do reino permitiram a mudança do nome para Diamantina. Estava-se em 1831, e a Real Extracção de Diamantes apenas alimentaria a metrópole por mais duas ou três décadas: na segunda metade do século XIX, a exploração deixou de ser rentável com a descoberta das jazidas sul-africanas. Hoje apenas se mantém uma extração residual, e o comércio e o turismo tornaram-se as atividades mais relevantes da cidade.

Foi a decadência que permitiu, afinal, tal como em Ouro Preto, Tiradentes e Paraty, a preservação do patrimônio arquitetónico e da configuração urbana setecentista de Diamantina, bem representados no impressivo núcleo de sobrados e no traçado irregular dos arruamentos. A Rua do Burgalhau, com o seu alinhamento de casinhas térreas e simples, eixo primitivo de Diamantina espantosamente conservado na sua memória de quase três séculos, é o primeiro testemunho dessa preservação.

Título: Diamantina – Passadiço unindo as duas edificações do Colégio da Glória, século XIX.
Fonte: Patrimônio Mundial no Brasil – UNESCO

A esplanada da Baiuca, na Rua da Quitanda, revela-se um bom ponto de observação da azáfama provinciana da cidade, lugar de passagem para quem se dirige para as confinantes ruas comerciais ou para os serviços burocráticos da Prefeitura Municipal, instalada num dos edifícios mais emblemáticos da cidade, um sóbrio e enorme casarão que acolheu outrora a Casa da Intendência. A Rua da Quitanda é como uma montra da identidade arquitetônica de Diamantina, com sobrados coloniais que incorporam alguns elementos ecléticos. Singularíssima, apesar da dimensão modesta, é a Casa do Muxarabié, com o seu balcão fechado com madeira de reixa, de árabe lembrança, que servia para acautelar o recato das donzelas coloniais.

Mas foi a funcionalidade, mais do que uma elegância frívola, que marcou as orientações arquitetônicas do patrimônio edificado de Diamantina. Mesmo o edifício do Fórum, na Praça JK (Juscelino Kubitschek, o presidente eleito em 1955 e mentor de Brasília, era filho da terra), uma antiga residência de uma família abastada do século XVIII, ostenta uma fachada em que a sobriedade se impõe aos escassos elementos decorativos.

Já o edifício do Museu do Diamante, na Rua Direita, apresenta-se como um dos melhores testemunhos da influência da matriz rural lusitana na arquitetura de Diamantina e um modelo de referência da arquitetura mineira do século XVIII. A casa foi morada de um dos conspiradores do movimento independentista da Inconfidência Mineira, José de Oliveira da Silva Rolim, acabando confiscada pelo poder colonial, depois de o seu inquilino ter sido enviado para o exílio em Portugal. O acervo museológico da casa evoca o período áureo da exploração diamantífera na região.

Convém assinalar que Diamantina é mais do que o patrimônio de inspiração portuguesa, civil ou religioso. Do tempo colonial sobreviveram bonitos sobrados e uma série de templos que se inserem em contínuo, e numa relação harmônica, na estrutura urbana, alinhados com o casario e sem a habitual disposição que os destaca do edificado civil. A única exceção é a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, um belíssimo exemplo da arquitetura religiosa luso-brasileira, com forte influência da tradição maneirista portuguesa.

A esplanada da Baiuca, na Rua da Quitanda, revela-se um bom ponto de observação da azáfama provinciana da cidade, lugar de passagem para quem se dirige para as confinantes ruas comerciais ou para os serviços burocráticos da Prefeitura Municipal, instalada num dos edifícios mais emblemáticos da cidade, um sóbrio e enorme casarão que acolheu outrora a Casa da Intendência.

A Rua da Quitanda é como uma montra da identidade arquitetônica de Diamantina, com sobrados coloniais que incorporam alguns elementos ecléticos. Singularíssima, apesar da dimensão modesta, é a Casa do Muxarabié, com o seu balcão fechado com madeira de reixa, de árabe lembrança, que servia para acautelar o recato das donzelas coloniais.

Mas foi a funcionalidade, mais do que uma elegância frívola, que marcou as orientações arquitetônicas do patrimônio edificado de Diamantina. Mesmo o edifício do Fórum, na Praça JK (Juscelino Kubitschek, o presidente eleito em 1955 e mentor de Brasília, era filho da terra), uma antiga residência de uma família abastada do século XVIII, ostenta uma fachada em que a sobriedade se impõe aos escassos elementos decorativos.

Já o edifício do Museu do Diamante, na Rua Direita, apresenta-se como um dos melhores testemunhos da influência da matriz rural lusitana na arquitetura de Diamantina e um modelo de referência da arquitetura mineira do século XVIII. A casa foi morada de um dos conspiradores do movimento independentista da Inconfidência Mineira, José de Oliveira da Silva Rolim, acabando confiscada pelo poder colonial, depois de o seu inquilino ter sido enviado para o exílio em Portugal. O acervo museológico da casa evoca o período áureo da exploração diamantífera na região.

Convém assinalar que Diamantina é mais do que o patrimônio de inspiração portuguesa, civil ou religioso. Do tempo colonial sobreviveram bonitos sobrados e uma série de templos que se inserem em contínuo, e numa relação harmônica, na estrutura urbana, alinhados com o casario e sem a habitual disposição que os destaca do edificado civil. A única exceção é a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, um belíssimo exemplo da arquitetura religiosa luso-brasileira, com forte influência da tradição maneirista portuguesa.

Título: Diamantina – Rua da Quitanda, com seus generosos beirais e a Biblioteca Antônio Torres, com o único muxarabi completo do Brasil, tendo ao fundo a torre da Catedral de Santo Antônio.

Fonte: Patrimônio Mundial no Brasil – UNESCO

É uma história exemplar, a dos amores da escrava Chica da Silva e do Comendador João Fernandes de Oliveira, na parcela de um Império cuja maior obra - tal como observa um repetido e irônico aforismo muito glosado no Brasil - terá sido a miscigenação. Dito de outro modo, o relacionamento entre Chica da Silva e João Fernandes de Oliveira não foi coisa inédita nos anais da escravatura: na sociedade colonial do século XVIII era muito freqüente o envolvimento entre senhores e escravas.

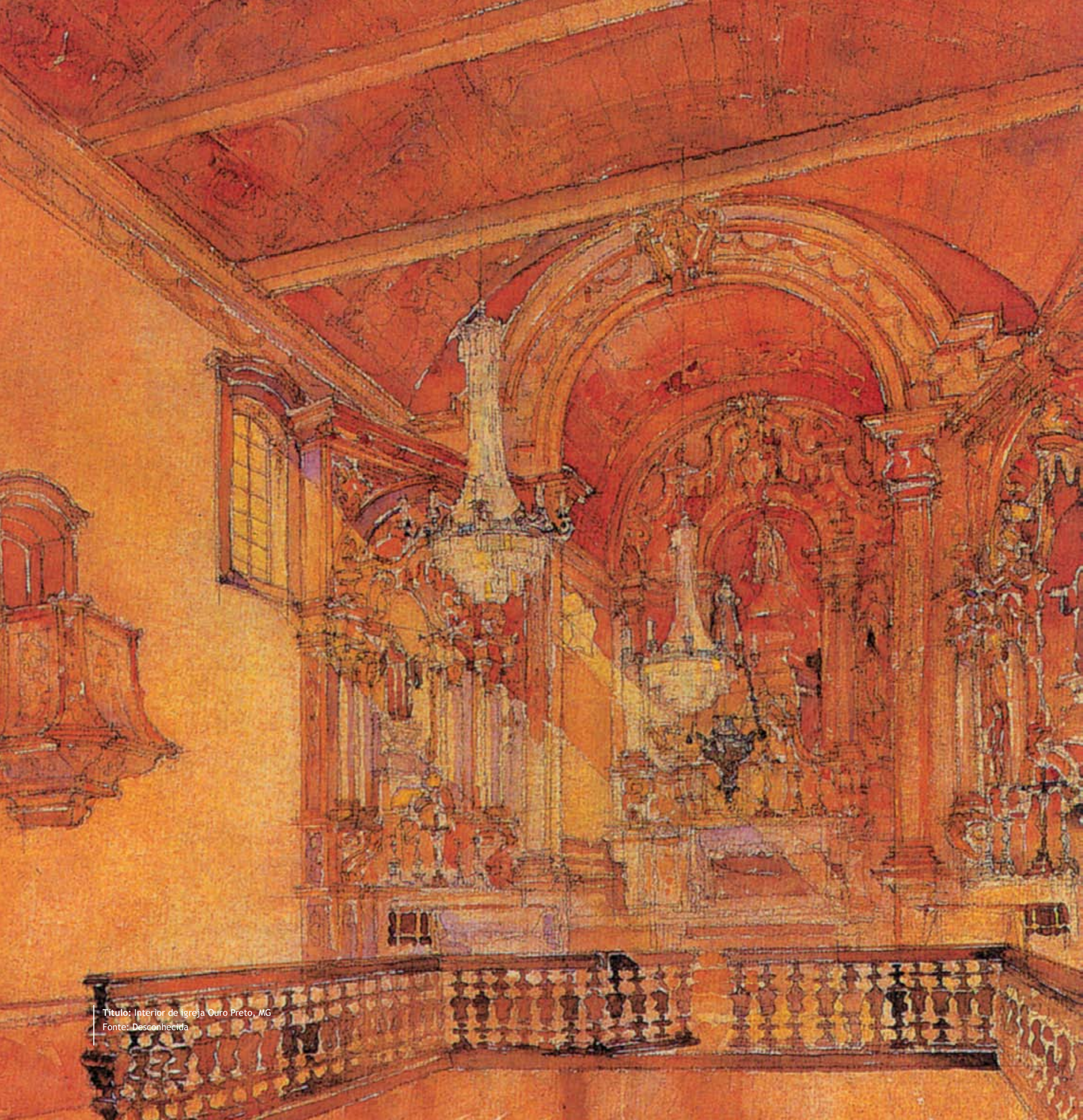
João Fernandes de Oliveira estudou direito em Coimbra e era filho de um rico contratador de diamantes que, depois do regresso a Portugal, chegou a financiar a reconstrução pombalina de Lisboa após o terremoto de 1755. Instalou-se no arraial de Tijuco em 1753 e supõe-se que terá comprado ou libertado a escrava Chica da Silva pouco tempo antes. A relação entre os dois (que durou até 1771, quando o Comendador teve que se deslocar à Europa, para não mais regressar a Minas Gerais) revestiu-se de contornos peculiares, que levaram as crônicas a estender-se até à narrativa romanceada.

É uma história exemplar, a dos amores da escrava Chica da Silva e do Comendador João Fernandes de Oliveira, na parcela de um Império cuja maior obra - tal como observa um repetido e irônico aforismo muito glosado no Brasil - terá sido a miscigenação.

Dito de outro modo, o relacionamento entre Chica da Silva e João Fernandes de Oliveira não foi coisa inédita nos anais da escravatura: na sociedade colonial do século XVIII era muito freqüente o envolvimento entre senhores e escravas.

João Fernandes de Oliveira estudou direito em Coimbra e era filho de um rico contratador de diamantes que, depois do regresso a Portugal, chegou a financiar a reconstrução pombalina de Lisboa após o terremoto de 1755. Instalou-se no arraial de Tijuco em 1753 e supõe-se que terá comprado ou libertado a escrava Chica da Silva pouco tempo antes. A relação entre os dois (que durou até 1771, quando o Comendador teve que se deslocar à Europa, para não mais regressar a Minas Gerais) revestiu-se de contornos peculiares, que levaram as crônicas a estender-se até à narrativa romanceada.

Título: Diamantina – Vista da Cidade, com casario da Praça do Mercado.
Fonte: Patrimônio Mundial no Brasil – UNESCO

Título: Igreja em Diamantina, MG
Autor: Marcelo Terraza

Título: Interior de igreja Ouro Preto, MG
Fonte: Desconhecida

Título: Diamantina, tendo a Praça do Mercado em primeiro plano, a Igreja do Amparo e a Serra dos Cristais ao fundo.
Fonte: Patrimônio Mundial no Brasil – UNESCO

As especulações em torno dos fundamentos da paixão de João Fernandes de Oliveira pela escrava têm lançado mais confusão do que luz sobre a história. Desprovida de educação e de eventuais dotes intelectuais, Chica da Silva não seria, por outro lado, possuidora de particular beleza física. Mas tal não impediu que a ex-escrava (e mais tarde senhora, também, de escravos) encontrasse no Comendador um fiel servidor de todos os seus desejos, acabando por ascender, apesar da sua origem, à galeria da melhor sociedade local. Dedicada à coisa religiosa, mas indiferente à causa e ao sofrimento dos seus irmãos de sangue escravizados, Chica da Silva chegou a pertencer às Irmandades de São Francisco e do Carmo (exclusivas da comunidade branca), além da do Rosário (negros) e da das Mercês (mulatos), e tornou-se conhecida também pelas festas luxuosas que promovia.

A casa onde João e Chica viveram quase uma década é atualmente museu e sede local do IPHAN. É um edifício de características setecentistas, como tantos outros do centro histórico da cidade, mas com uma particularidade: numa das fachadas laterais, uma longa sala do andar superior é fechada com uma enorme cobertura em madeira de reixa, um testemunho mais dos elementos árabes que ali chegaram pela mão dos portugueses.

As especulações em torno dos fundamentos da paixão de João Fernandes de Oliveira pela escrava têm lançado mais confusão do que luz sobre a história. Desprovida de educação e de eventuais dotes intelectuais, Chica da Silva não seria, por outro lado, possuidora de particular beleza física. Mas tal não impediu que a ex-escrava (e mais tarde senhora, também, de escravos) encontrasse no Comendador um fiel servidor de todos os seus desejos, acabando por ascender, apesar da sua origem, à galeria da melhor sociedade local. Dedicada à coisa religiosa, mas indiferente à causa e ao sofrimento dos seus irmãos de sangue escravizados, Chica da Silva chegou a pertencer às Irmandades de São Francisco e do Carmo (exclusivas da comunidade branca), além da do Rosário (negros) e da das Mercês (mulatos), e tornou-se conhecida também pelas festas luxuosas que promovia.

A casa onde João e Chica viveram quase uma década é atualmente museu e sede local do IPHAN. É um edifício de características setecentistas, como tantos outros do centro histórico da cidade, mas com uma particularidade: numa das fachadas laterais, uma longa sala do andar superior é fechada com uma enorme cobertura em madeira de reixa, um testemunho mais dos elementos árabes que ali chegaram pela mão dos portugueses.

Título: Arquitetura de Paraty, RJ.
Autor: Desconhecido

Paraty, o Inusitado Evento das Cabaças

Paraty, the Unusual Event of the Bottle Gourds

Narração de um fato inédito ocorrido nesta comunidade em 11 de abril de 1768, com base nas informações colhidas no "Almanach de Santa Luzia (para 1920)", de autoria dos mestres Evangelino Meireles e Gelmires Reis, e no livro "História de Santa Luzia", de Joseph de Melo Álvares.

Para Exploração das minas de ouro do Cruzeiro, localizadas nas adjacências da igreja do Rosário, um projeto grandioso carecia ser realizado: canalizar as águas do ribeirão Saia Velha até o referido local, percorrendo uma extensão de cerca de quatro léguas. Somente homens de alta envergadura poderiam dar início e levar avante obra de tal magnitude; mas eles surgiram! Uma sociedade foi constituída pelos seguintes personagens: capitão João Pereira Guimarães, Manoel Ribeiro da Silva e Ventura Álvares Pedrosa. Todos cidadãos de destaque na região e com ótima situação econômico-financeiro, além de possuidores de milhares de escravo. Seria os responsáveis pela construção da fabuloso empreitada, preste a ser iniciada.

Neste comenos, num desses momentos em que por descuido nos falta ponderação, houve dúvida por parte do major (título honorífico) José Pereira Lisboa - outra figura proeminente da sociedade local daquela época - quanto à efetiva execução do fabuloso empreendimento e ainda infelicidade de torná-la pública, ao comentar, pilheriando, que a água poderia chegar até àquele local, mas não em rego ou canal - mas se transportadas em cabaças!... Pronto! estava criado um incidente melindroso e que acirrava a rivalidade existente, pois ambos (capitão Guimarães e major Lisboa) eram ricos e com poder de influenciar no vasto e populoso Arraial.

Mas depois das réplicas e desabafos, o capitão Guimarães e sua competente equipe não deram mais ouvido aos boatos e comentários, e se empenharam, sem alarde, por mais de dois anos, comandando e coordenando o trabalho de mais de mil escravos.

Narração de um fato inédito ocorrido nesta comunidade em 11 de abril de 1768, com base nas informações colhidas no "Almanach de Santa Luzia (para 1920)", de autoria dos mestres Evangelino Meireles e Gelmires Reis, e no livro "História de Santa Luzia", de Joseph de Melo Álvares.

Para Exploração das minas de ouro do Cruzeiro, localizadas nas adjacências da igreja do Rosário, um projeto grandioso carecia ser realizado: canalizar as águas do ribeirão Saia Velha até o referido local, percorrendo uma extensão de cerca de quatro léguas. Somente homens de alta envergadura poderiam dar início e levar avante obra de tal magnitude; mas eles surgiram! Uma sociedade foi constituída pelos seguintes personagens: capitão João Pereira Guimarães, Manoel Ribeiro da Silva e Ventura Álvares Pedrosa. Todos cidadãos de destaque na região e com ótima situação econômico-financeiro, além de possuidores de milhares de escravo. Seria os responsáveis pela construção da fabuloso empreitada, preste a ser iniciada.

Neste comenos, num desses momentos em que por descuido nos falta ponderação, houve dúvida por parte do major (título honorífico) José Pereira Lisboa - outra figura proeminente da sociedade local daquela época - quanto à efetiva execução do fabuloso empreendimento e ainda infelicidade de torná-la pública, ao comentar, pilheriando, que a água poderia chegar até àquele local, mas não em rego ou canal - mas se transportadas em cabaças!... Pronto! estava criado um incidente melindroso e que acirrava a rivalidade existente, pois ambos (capitão Guimarães e major Lisboa) eram ricos e com poder de influenciar no vasto e populoso Arraial.

Mas depois das réplicas e desabafos, o capitão Guimarães e sua competente equipe não deram mais ouvido aos boatos e comentários, e se empenharam, sem alarde, por mais de dois anos, comandando e coordenando o trabalho de mais de mil escravos.

Deveras uma obra faraônica, com enormes aterros e admiráveis cortes, produtos de mão humanas, sofridas, escravas, e ferramentas rudimentares - muitos aquém do maquinário moderno de hoje -, provando-se, destarte, que a coragem do homem, com a aquiescência Divina, leva-o a realizar eventos inconcebíveis, pois finalmente, em 11 de setembro de 1770 o dique foi aberto e a água jorrou ruidosamente pela rua do Rosário, conduzindo, em seu ímpeto desenfreado, inúmeras cabaças: um turbilhão! (que haviam sito depositadas no leito do canal enquanto as águas estavam represadas), produzindo insólito barulho, pois, além da canção que uns cem escravos entoavam, também quebravam com violentas cacetadas as cabaças que rolavam rua abaixo, causando estalidos assustadores, numa balbúrdia indescritível (quase toda a população da parte baixa correu assustada, ao lugar do atrito), e com o agravante de que a cantoria se referia ao major Lisboa, mas de forma pejorativa...

Ao que se sabe, aquela represália ao major, por ter duvidado e debochado, foi urdida pelo genro, parente e aduladores do capitão Guimarães - abastado e influente - pois ele próprio estava doente e acamado, em sua residência, denominada Engenho da Palma. Entanto, como o major morava em um sobrado na própria rua do Rosário, logo saiu à rua, com arma de fogo, para por fim à confusão que deixava em incômoda situação.

Mais eis que surge, inesperadamente, o juiz Ordinário, José Rodrigues Costa, hipotecando apoio aos que promoviam a insultuosa ocorrência, ao invés de, normalmente, procurar restabelecer a ordem.

Ocorreu, por outro lado, que da chácara do major, não muito distante, chega um contingente formado por amigos, feitores e escravos do major, chefiado por seu filho Lourenço Lisboa, manifestando caloso apoio a Lisboa, pessoa boa e muito estimada, tendo somente incorrido no inadvertido erro de ter externado sua dúvida e criticar ao grande empreendimento. Num impasse assim, fervilhante de emoções conflitantes, foi que o major, indignado com a parcialidade do juiz, larga a arma de fogo e saca, em seguida, do espadim, para com ele arrancar a cabeleira postiça do juiz, deixando-lhe a ordena-o a seguir para a casa que era, naquela época, utilizada como cadeia, na

Título: Arquitetura de Paraty, RJ.
Autor: Desconhecido

Deveras uma obra faraônica, com enormes aterros e admiráveis cortes, produtos de mão humanas, sofridas, escravas, e ferramentas rudimentares - muitos aquém do maquinário moderno de hoje -, provando-se, destarte, que a coragem do homem, com a aquiescência Divina, leva-o a realizar eventos inconcebíveis, pois finalmente, em 11 de setembro de 1770 o dique foi aberto e a água jorrou ruidosamente pela rua do Rosário, conduzindo, em seu ímpeto desenfreado, inúmeras cabaças: um turbilhão! (que haviam sito depositadas no leito do canal enquanto as águas estavam represadas), produzindo insólito barulho, pois, além da canção que uns cem escravos entoavam, também quebravam com violentas cacetadas as cabaças que rolavam rua abaixo, causando estalidos assustadores, numa balbúrdia indescritível (quase toda a população da parte baixa correu assustada, ao lugar do atrito), e com o agravante de que a cantoria se referia ao major Lisboa, mas de forma pejorativa...

Ao que se sabe, aquela represália ao major, por ter duvidado e debochado, foi urdida pelo genro, parente e aduladores do capitão Guimarães - abastado e influente - pois ele próprio estava doente e acamado, em sua residência, denominada Engenho da Palma. Entanto, como o major morava em um sobrado na própria rua do Rosário, logo saiu à rua, com arma de fogo, para por fim à confusão que deixava em incômoda situação.

Mais eis que surge, inesperadamente, o juiz Ordinário, José Rodrigues Costa, hipotecando apoio aos que promoviam a insultuosa ocorrência, ao invés de, normalmente, procurar restabelecer a ordem.

Ocorreu, por outro lado, que da chácara do major, não muito distante, chega um contingente formado por amigos, feitores e escravos do major, chefiado por seu filho Lourenço Lisboa, manifestando caloso apoio a Lisboa, pessoa boa e muito estimada, tendo somente incorrido no inadvertido erro de ter externado sua dúvida e criticar ao grande empreendimento. Num impasse assim, fervilhante de emoções conflitantes, foi que o major, indignado com a parcialidade do juiz, larga a arma de fogo e saca, em seguida, do espadim, para com ele arrancar a cabeleira postiça do juiz, deixando-lhe a ordena-o a seguir para a casa que era, naquela época, utilizada

parte baixa da comunidade. E mesmo tendo o apoio do povo, agora em sua quase maioria, o major seguiu sereno à frente de um juiz colérico e cuja aparência era lamentável: todo molhado, respingado de lama e com a careca exposta (“quem sabe sentiu-se como se estivesse despido?”).

O major acatou a ordem de prisão porque era um homem pacífico, conhecedor de leis (pois era, vale acrescentar, o titulo da Vara de Órfãos), e estava cônscio da gravidade do momento; bastava, tão somente, uma reação dele e o juiz estaria perdido... Entretanto, pedia calma, alegando também que, assim, sem reação, seria mais viável provar não ter culpa pelo desfecho do lamentável sucedido.

O próprio capitão Guimarães veio depois, à noite, à procura do juiz, empenhando-se na soltura do major. Tudo em vão; irado, ele estava irredutível.

Em 15 de outubro de 1771 o major foi escoltado para Vila Boa, contrariando a multidão que, exaltava, aglomerou-se na praça, fazendo sentir seu rumor de protesto. Mas o major atenuava pedindo confiança e tranqüilidade.

como cadeia, na parte baixa da comunidade. E mesmo tendo o apoio do povo, agora em sua quase maioria, o major seguiu sereno à frente de um juiz colérico e cuja aparência era lamentável: todo molhado, respingado de lama e com a careca exposta (“quem sabe sentiu-se como se estivesse despido?”).

O major acatou a ordem de prisão porque era um homem pacífico, conhecedor de leis (pois era, vale acrescentar, o titulo da Vara de Órfãos), e estava cônscio da gravidade do momento; bastava, tão somente, uma reação dele e o juiz estaria perdido... Entretanto, pedia calma, alegando também que, assim, sem reação, seria mais viável provar não ter culpa pelo desfecho do lamentável sucedido.

O próprio capitão Guimarães veio depois, à noite, à procura do juiz, empenhando-se na soltura do major. Tudo em vão; irado, ele estava irredutível.

Em 15 de outubro de 1771 o major foi escoltado para Vila Boa, contrariando a multidão que, exaltava, aglomerou-se na praça, fazendo sentir seu rumor de protesto. Mas o major atenuava pedindo confiança e tranqüilidade.

Título: Arquitetura de Paraty, RJ.
Autor: Desconhecido

Outras Cidades do Século XVIII

Other Cities of the 18th Century

Título: Decoração de porta
Ilustração: Victor Papaleo

O Urbanismo Iluminista do Século XVIII no Brasil. A Racionalidade dos Traçados, a Componente Ideológica.

No século XVIII foram construídas cidades, quer em Portugal quer no Brasil, com planos absolutamente regulares, concebidos segundo traçados geométricos, a maior parte das vezes ortogonais. Muitas das vilas e cidades fundadas no Brasil neste século foram fruto da política urbanizadora de Pombal. Esta ação situava-se num contexto político preciso, em que eram questões fulcrais a delimitação de fronteiras entre Portugal e Espanha e a afirmação do poder do Estado sobre territórios e populações até aí sob o domínio temporal dos missionários. Este projeto urbanizador era uma componente fundamental da estratégia de ocupação efetiva do território.

Quer se tratasse da fundação de novas vilas e cidades ou da refundação de aldeamentos missionários, existia uma preocupação com o ordenamento do plano, com o alinhamento de ruas e de fachadas e com a normalização da arquitetura dos novos edifícios. Este ordenamento urbano era expressão da cultura racional europeia que se pretendia implantar. Nestas cidades, uma praça habitualmente quadrada e localizada no centro da povoação constituía o elemento gerador do plano da cidade. Era a partir dela que se definia o traçado das ruas e se estruturava o conjunto da malha urbana. Por vezes, algumas destas cidades tinham mais de uma praça, destinadas a funções distintas, afirmando a continuidade da tradição das praças múltiplas nas cidades portuguesas.

No século XVIII são construídas cidades, com planos absolutamente regulares, concebidos segundo traçados geométricos, a maior parte das vezes ortogonais, onde se expressam alguns dos grandes temas do urbanismo clássico: a cidade planeada racionalmente na sua estrutura global, a praça como elemento central da malha urbana, e os conceitos de planejamento e de beleza urbana associados à regularidade do traçado e à adoção de modelos arquitetônicos uniformes, aos quais devem obedecer todas as construções de uma rua, de uma praça ou mesmo de uma cidade.

O Urbanismo Iluminista do Século XVIII no Brasil. A Racionalidade dos Traçados, a Componente Ideológica.

No século XVIII foram construídas cidades, quer em Portugal quer no Brasil, com planos absolutamente regulares, concebidos segundo traçados geométricos, a maior parte das vezes ortogonais. Muitas das vilas e cidades fundadas no Brasil neste século foram fruto da política urbanizadora de Pombal. Esta ação situava-se num contexto político preciso, em que eram questões fulcrais a delimitação de fronteiras entre Portugal e Espanha e a afirmação do poder do Estado sobre territórios e populações até aí sob o domínio temporal dos missionários. Este projeto urbanizador era uma componente fundamental da estratégia de ocupação efetiva do território.

Quer se tratasse da fundação de novas vilas e cidades ou da refundação de aldeamentos missionários, existia uma preocupação com o ordenamento do plano, com o alinhamento de ruas e de fachadas e com a normalização da arquitetura dos novos edifícios. Este ordenamento urbano era expressão da cultura racional europeia que se pretendia implantar. Nestas cidades, uma praça habitualmente quadrada e localizada no centro da povoação constituía o elemento gerador do plano da cidade. Era a partir dela que se definia o traçado das ruas e se estruturava o conjunto da malha urbana. Por vezes, algumas destas cidades tinham mais de uma praça, destinadas a funções distintas, afirmando a continuidade da tradição das praças múltiplas nas cidades portuguesas.

No século XVIII são construídas cidades, com planos absolutamente regulares, concebidos segundo traçados geométricos, a maior parte das vezes ortogonais, onde se expressam alguns dos grandes temas do urbanismo clássico: a cidade planeada racionalmente na sua estrutura global, a praça como elemento central da malha urbana, e os conceitos de planejamento e de beleza urbana associados à regularidade do traçado e à adoção de modelos arquitetônicos uniformes, aos quais devem obedecer todas as construções de uma rua, de uma praça ou mesmo de uma cidade.

Título: Ouro Preto – Praça Tiradentes, tendo ao fundo a antiga Casa de Câmara e Cadeia, atual Museu da Inconfidência.

Fonte: Patrimônio Mundial no Brasil – UNESCO

De entre as vilas e cidades fundadas no Brasil neste século com traçados regulares, muitas delas foram fruto da política urbanizadora de Pombal na segunda metade de Setecentos. Esta ação urbanizadora deve situar-se num contexto político preciso, em que eram questões fulcrais a delimitação de fronteiras entre Portugal e a Espanha e a afirmação do poder do Estado sobre territórios e populações até aí sob o domínio temporal dos missionários. As ordens religiosas - Jesuítas, Franciscanos, Mercedários, Carmelitas, entre outras - haviam sido, desde o início da colonização, um dos principais agentes urbanizadores do interior do Brasil. O projeto urbanizador de Pombal era uma componente fundamental da estratégia de ocupação efetiva do território. Por um lado, através da construção de fortificações em pontos estratégicos; por outro lado, através da fundação de novas vilas e cidades ou da mais simples e pragmática refundação de aldeamentos missionários e da sua integração numa rede urbana global.

Na Vila Nova de Mazagão, fundada em 1769, pelo contrário, temos uma correspondência literal entre essa malha conceptual e o traçado efetivo da cidade, dando origem a um traçado urbano simples e facilmente perceptível. O plano de Mazagão baseia-se numa malha reticulada regular, que define uma estrutura ortogonal de ruas e de quarteirões quadrados. O plano desenvolve-se a partir de uma praça central quadrada, que é obtida através da simples supressão de um dos quarteirões. O plano de Mazagão é, em vários sentidos, um plano mais simples e mais literal do que o plano de Macapá. Características comuns aos traçados das duas vilas podem encontrar-se na dimensão dos lotes, nas tipologias de habitação, e no modo como ambos os planos, apesar de concebidos de uma forma regular, segundo um traçado ortogonal, desestruturam as suas malhas para se adaptar às condições físicas do território. Mesmo quando se concebia uma cidade de forma racional e se projetava o seu plano, era o terreno sobre o qual a cidade se implantava que, em última instância, moldava esse traçado.

Em qualquer dos casos existia uma preocupação com o ordenamento do plano e com o alinhamento de ruas e de fachadas. O rigoroso ordenamento urbano subja-

Título: Arquitetura de Pirinópolis, GO.
Autor: Desconhecido

De entre as vilas e cidades fundadas no Brasil neste século com traçados regulares, muitas delas foram fruto da política urbanizadora de Pombal na segunda metade de Setecentos. Esta ação urbanizadora deve situar-se num contexto político preciso, em que eram questões fulcrais a delimitação de fronteiras entre Portugal e a Espanha e a afirmação do poder do Estado sobre territórios e populações até aí sob o domínio temporal dos missionários. As ordens religiosas - Jesuítas, Franciscanos, Mercedários, Carmelitas, entre outras - haviam sido, desde o início da colonização, um dos principais agentes urbanizadores do interior do Brasil. O projeto urbanizador de Pombal era uma componente fundamental da estratégia de ocupação efetiva do território. Por um lado, através da construção de fortificações em pontos estratégicos; por outro lado, através da fundação de novas vilas e cidades ou da mais simples e pragmática refundação de aldeamentos missionários e da sua integração numa rede urbana global.

Na Vila Nova de Mazagão, fundada em 1769, pelo contrário, temos uma correspondência literal entre essa malha conceptual e o traçado efetivo da cidade, dando origem a um traçado urbano simples e facilmente perceptível. O plano de Mazagão baseia-se numa malha reticulada regular, que define uma estrutura ortogonal de ruas e de quarteirões quadrados. O plano desenvolve-se a partir de uma praça central quadrada, que é obtida através da simples supressão de um dos quarteirões. O plano de Mazagão é, em vários sentidos, um plano mais simples e mais literal do que o plano de Macapá. Características comuns aos traçados das duas vilas podem encontrar-se na dimensão dos lotes, nas tipologias de habitação, e no modo como ambos os planos, apesar de concebidos de uma forma regular, segundo um traçado ortogonal, desestruturam as suas malhas para se adaptar às condições físicas do território. Mesmo quando se concebia uma cidade de forma racional e se projetava o seu plano, era o terreno sobre o qual a cidade se implantava que, em última instância, moldava esse traçado.

Em qualquer dos casos existia uma preocupação com o ordenamento do plano e com o alinhamento de ruas e de fachadas. O rigoroso ordenamento urbano subjacente a estas novas fundações

cente a estas novas fundações era ao mesmo tempo expressão da cultura racional europeia que se pretendia implantar e marca do bom governo. A formosura e o ordenamento destas vilas passavam também pela normalização da arquitetura dos novos edifícios a construir. Nestas novas fundações, uma praça habitualmente quadrada e localizada no centro da povoação constituía o elemento gerador do plano da cidade. Era a partir dela que se definia o traçado das ruas e se estruturava o conjunto da malha urbana, geralmente segundo um sistema ortogonal. Nesta praça, onde na maior parte das vezes se localizava o pelourinho, deveriam também ser edificadas a igreja, e a casa de Câmara e cadeia.

era ao mesmo tempo expressão da cultura racional europeia que se pretendia implantar e marca do bom governo. A formosura e o ordenamento destas vilas passavam também pela normalização da arquitetura dos novos edifícios a construir. Nestas novas fundações, uma praça habitualmente quadrada e localizada no centro da povoação constituía o elemento gerador do plano da cidade. Era a partir dela que se definia o traçado das ruas e se estruturava o conjunto da malha urbana, geralmente segundo um sistema ortogonal. Nesta praça, onde na maior parte das vezes se localizava o pelourinho, deveriam também ser edificadas a igreja, e a casa de Câmara e cadeia.

Título: Arquitetura de Goiás Velho, GO.
Autor: Desconhecido

Título: Arquitetura de Goiás Velho, GO.
Autor: Desconhecido

Todos os edifícios de habitação deviam ter fachadas construídas de acordo com o mesmo traçado. Por vezes, algumas destas cidades tinham mais de uma praça, destinadas a funções distintas, parecendo afirmar a continuidade da tradição das praças múltiplas nas cidades portuguesas. Geralmente, numa destas praças estava localizada a igreja, com o cruzeiro, enquanto na outra se localizava a casa da câmara e o pelourinho. Contrariamente às cidades de períodos anteriores, o processo de crescimento destas cidades setecentistas já não era através da construção de sucessivas malhas urbanas, cada uma delas com as suas características morfológicas próprias, que se iam adicionando sucessivamente, mas sim a expansão da sua estrutura urbana original segundo regras que nela já estão implícitas.

A Vila de São José de Macapá, fundada em 1758, é uma das maiores fundações deste período, e representativa dos seus princípios urbanizadores. O plano de Macapá é gerado a partir de duas praças retangulares, com as mesmas dimensões, a partir das quais se define o traçado das ruas e dos quarteirões dentro de uma lógica ortogonal. Embora, com raras exceções, as ruas e os lotes urbanos sejam todos da mesma dimensão, os quarteirões não são todos idênticos: a sua proporção e a sua dimensão variam, bem como a disposição e a orientação dos lotes em cada um deles. A articulação das ruas com cada uma das praças é também subtilmente diferente nos dois casos. As praças, que constituem o elemento central do plano a partir das quais a restante malha se desenvolve, não são simples espaços vazios correspondendo a quarteirões não construídos que se subtraem à malha. Em Macapá, tal como em outras vilas e cidades planeadas neste período, a malha reticulada que havia servido de base à concepção do conjunto não se traduzia literalmente na estrutura construída de ruas, de praças e de quarteirões, as quais se articulam num sistema compositivo mais complexo.

Todos os edifícios de habitação deviam ter fachadas construídas de acordo com o mesmo traçado. Por vezes, algumas destas cidades tinham mais de uma praça, destinadas a funções distintas, parecendo afirmar a continuidade da tradição das praças múltiplas nas cidades portuguesas. Geralmente, numa destas praças estava localizada a igreja, com o cruzeiro, enquanto na outra se localizava a casa da câmara e o pelourinho. Contrariamente às cidades de períodos anteriores, o processo de crescimento destas cidades setecentistas já não era através da construção de sucessivas malhas urbanas, cada uma delas com as suas características morfológicas próprias, que se iam adicionando sucessivamente, mas sim a expansão da sua estrutura urbana original segundo regras que nela já estão implícitas.

A Vila de São José de Macapá, fundada em 1758, é uma das maiores fundações deste período, e representativa dos seus princípios urbanizadores. O plano de Macapá é gerado a partir de duas praças retangulares, com as mesmas dimensões, a partir das quais se define o traçado das ruas e dos quarteirões dentro de uma lógica ortogonal. Embora, com raras exceções, as ruas e os lotes urbanos sejam todos da mesma dimensão, os quarteirões não são todos idênticos: a sua proporção e a sua dimensão variam, bem como a disposição e a orientação dos lotes em cada um deles. A articulação das ruas com cada uma das praças é também subtilmente diferente nos dois casos. As praças, que constituem o elemento central do plano a partir das quais a restante malha se desenvolve, não são simples espaços vazios correspondendo a quarteirões não construídos que se subtraem à malha. Em Macapá, tal como em outras vilas e cidades planeadas neste período, a malha reticulada que havia servido de base à concepção do conjunto não se traduzia literalmente na estrutura construída de ruas, de praças e de quarteirões, as quais se articulam num sistema compositivo mais complexo.

Séculos XIX/XX

19th and 20th Century

As tribos eram formadas por indivíduos cujas aldeias ocupavam uma área contígua, falavam a mesma língua, tinham os mesmos costumes e possuíam um sentimento de unidade.

As tribos eram formadas por indivíduos cujas aldeias ocupavam uma área contígua, falavam a mesma língua, tinham os mesmos costumes e possuíam um sentimento de unidade.

Século XIX

19th Century

O Avanço da Democracia

Depois das grandes revoluções políticas, o Século XIX foi o período da consolidação do regime democrático e da economia capitalista, na sua fase chamada de "imperialismo". A matéria-prima fluía continuamente para as indústrias européias, oriunda dos recém-independentes países sul-americanos, das colônias africanas e dos milenares países asiáticos (China, Índia e Japão, entre outros).

A rivalidade comercial na Europa foi aumentando, com registro de inúmeras guerras localizadas. Duas delas consolidaram as unificações nacionais da Itália e da Alemanha. O movimento operário se organizou por meio dos sindicatos e dos partidos políticos, conquistando, pacificamente ou não, vários direitos sociais até então negados pelas elites. A Ciência se tornou a principal referência em matéria do conhecimento, desbancando a Filosofia e a Religião, além de começar a influenciar o comportamento cotidiano das pessoas.

Independência Brasileira

O Brasil, recém-libertado de Portugal, apresenta um cenário opressor para a maior parte da sua população, ainda mantida sob o jugo da escravidão. As pressões econômicas e políticas inglesas levaram à criação de leis que amenizaram a situação, como a do Ventre Livre e a dos Sexagenários, o que fortaleceu, entre outros fatores, a organização do movimento abolicionista e republicano, responsável pelo fim da servidão e pela Proclamação da República.

O Avanço da Democracia

Depois das grandes revoluções políticas, o Século XIX foi o período da consolidação do regime democrático e da economia capitalista, na sua fase chamada de "imperialismo". A matéria-prima fluía continuamente para as indústrias européias, oriunda dos recém-independentes países sul-americanos, das colônias africanas e dos milenares países asiáticos (China, Índia e Japão, entre outros).

A rivalidade comercial na Europa foi aumentando, com registro de inúmeras guerras localizadas. Duas delas consolidaram as unificações nacionais da Itália e da Alemanha. O movimento operário se organizou por meio dos sindicatos e dos partidos políticos, conquistando, pacificamente ou não, vários direitos sociais até então negados pelas elites. A Ciência se tornou a principal referência em matéria do conhecimento, desbancando a Filosofia e a Religião, além de começar a influenciar o comportamento cotidiano das pessoas.

Independência Brasileira

O Brasil, recém-libertado de Portugal, apresenta um cenário opressor para a maior parte da sua população, ainda mantida sob o jugo da escravidão. As pressões econômicas e políticas inglesas levaram à criação de leis que amenizaram a situação, como a do Ventre Livre e a dos Sexagenários, o que fortaleceu, entre outros fatores, a organização do movimento abolicionista e republicano, responsável pelo fim da servidão e pela Proclamação da República.

Título: Cidade de São Paulo 1821
Autor: Arnaud Julien Pallière
Fonte: Coleção Beatriz e Mário Pimenta Camargo. A igreja e o antigo Colégio dos Jesuítas, transformado em residência do Governador, após a expulsão dos padres.

1808 A fuga da família real

A transferência da Corte portuguesa, para fugir das ameaças das Guerras Napoleônicas, trouxe vantagens para a nova Colônia-Reino: a) abriu os portos brasileiros para todas as nações; b) reformou e remodelou a cidade do Rio de Janeiro; c) estimulou a economia regional, diversificando a agricultura no sul e intensificando a produção do charque no Rio Grande do Sul; d) desenvolveu a cultura do algodão, cotado para a indústria têxtil inglesa.

1810 Tratado de Methuen

O Tratado de Methuen consolida a dependência de Portugal ao imperialismo inglês, com uma série de privilégios para a Inglaterra, provocando protestos de portugueses e brasileiros: os produtos ingleses foram taxados na Alfândega (15%) com valores inferiores aos portugueses (24%); e os moradores ingleses poderiam ser julgados no Brasil de acordo com as leis inglesas e por juízes da Inglaterra.

1816 A Província Cisplatina

A anexação do Uruguai ao Reino Unido do Brasil, com o nome de Província Cisplatina, correspondeu aos sonhos expansão da monarquia absolutista portuguesa e o medo dos revolucionários “criollos” que promoviam as Guerras de Independência das colônias espanholas.

1817 A Insurreição de Pernambuco

Primeira experiência republicana no Brasil, com a insurreição de Pernambuco pela independência e formação de uma República. Os proprietários de terra, enfraquecidos com a crise do açúcar, aderiram e se uniram aos revolucionários (artesãos e trabalhadores urbanos), que formaram um governo com uma constituição provisória. O movimento foi esmagado e seus líderes enforcados e esquartejados.

1808 A fuga da família real

A transferência da Corte portuguesa, para fugir das ameaças das Guerras Napoleônicas, trouxe vantagens para a nova Colônia-Reino: a) abriu os portos brasileiros para todas as nações; b) reformou e remodelou a cidade do Rio de Janeiro; c) estimulou a economia regional, diversificando a agricultura no sul e intensificando a produção do charque no Rio Grande do Sul; d) desenvolveu a cultura do algodão, cotado para a indústria têxtil inglesa.

1810 Tratado de Methuen

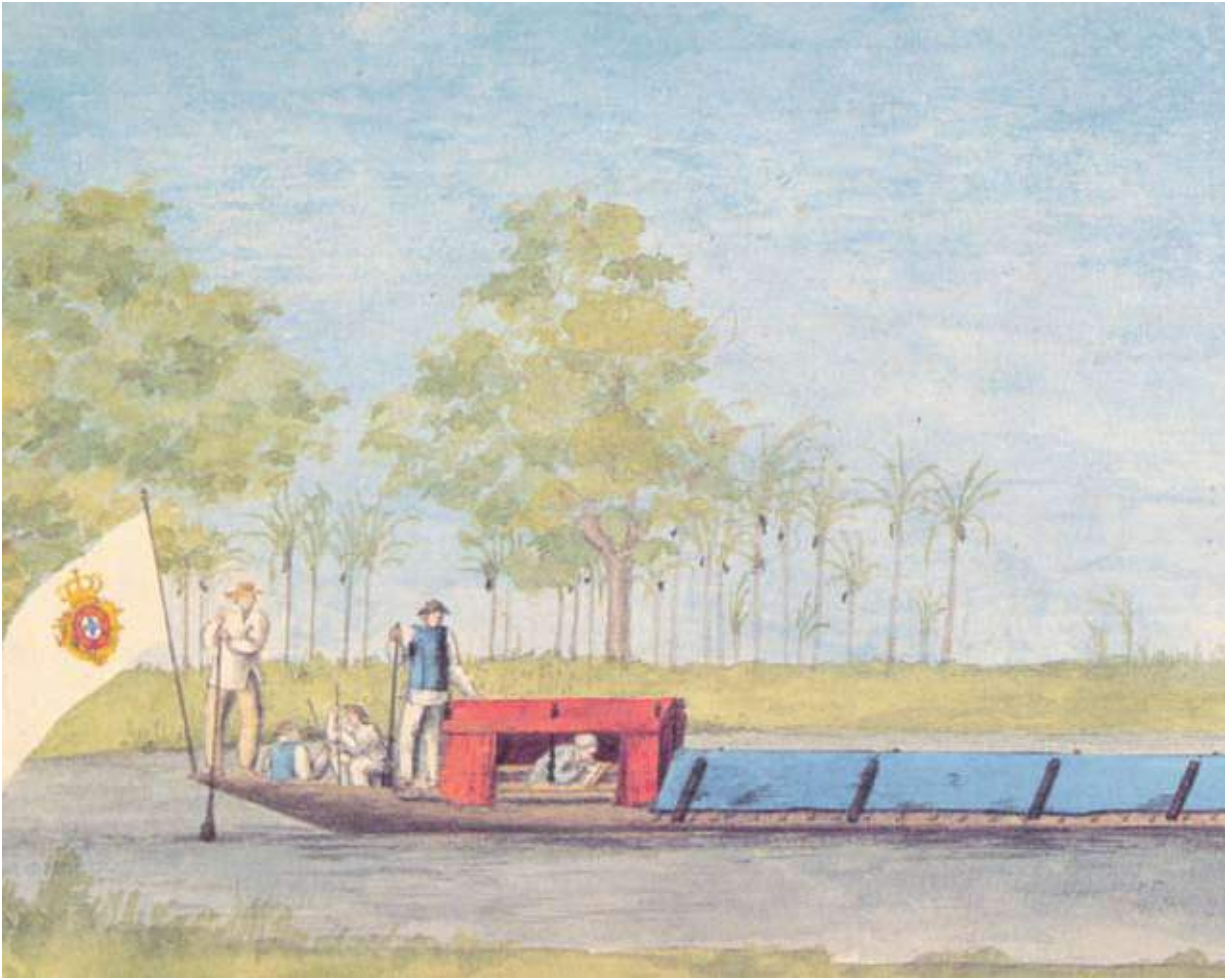
O Tratado de Methuen consolida a dependência de Portugal ao imperialismo inglês, com uma série de privilégios para a Inglaterra, provocando protestos de portugueses e brasileiros: os produtos ingleses foram taxados na Alfândega (15%) com valores inferiores aos portugueses (24%); e os moradores ingleses poderiam ser julgados no Brasil de acordo com as leis inglesas e por juízes da Inglaterra.

1816 A Província Cisplatina

A anexação do Uruguai ao Reino Unido do Brasil, com o nome de Província Cisplatina, correspondeu aos sonhos expansão da monarquia absolutista portuguesa e o medo dos revolucionários “criollos” que promoviam as Guerras de Independência das colônias espanholas.

1817 A Insurreição de Pernambuco

Primeira experiência republicana no Brasil, com a insurreição de Pernambuco pela independência e formação de uma República. Os proprietários de terra, enfraquecidos com a crise do açúcar, aderiram e se uniram aos revolucionários (artesãos e trabalhadores urbanos), que formaram um governo com uma constituição provisória. O movimento foi esmagado e seus líderes enforcados e esquartejados.

Título: Viagem ao Brasil
Autor: Alexandre Rodrigues Ferreira
Fonte: Prospecto das Canoas em que navegarão os Empregados na Expedição Filosófica pelos Rios Cuyaba, S. Lourenço, Paraguay e Jaurú.

Título: Tropeiros
Fonte: Tropeiros pobres de Minas, 1823. MEA 277 Coleção Museu Castro Maya, Rio de Janeiro.

1821 A Revolução do Porto

A Revolução do Porto uniu as classes dominantes, os militares e os revolucionários portugueses, exigindo o fim da monarquia absolutista e a formação de uma Assembléia Constituinte, obrigando D. João VI a voltar para Portugal e deixar no Brasil seu filho D. Pedro, como Príncipe Regente.

09.01.1822 Dia do Fico

O Dia do Fico representa a decisão do Príncipe Regente de permanecer no Brasil, desobedecendo as novas leis vindas de Portugal, que extinguia a regência e exigia a volta de D. Pedro.

07.07.1822 Brasil independente de Portugal

A independência do Brasil marcou o fim do tumultuado conflito entre as tentativas de Portugal para (re)colonizar o Brasil e deixou para depois a resolução dos imensos problemas da nova nação: a crise econômica, a guerra com Portugal, a necessidade de reconhecimento pelas nações estrangeiras e a elaboração da nova Constituição.

11.08.1826 Primeiras universidades

Após trezentos anos de inexistência de Universidades, e com apenas 3% da população alfabetizada, o Imperador criou, por Lei, duas escolas de Direito nos moldes da Universidade de Coimbra: a de Olinda, para atender à população do Norte, transferida em 1854 para Recife, e a de São Paulo, para atender à demanda do Sul.

1824 Confederação do Equador

A opção de D. Pedro pelos conservadores provocou, em Recife, a "Confederação do Equador" que se espalhou por todo o Nordeste.

1825 Tratado com a Inglaterra

A Inglaterra assinou um tratado com o Império brasileiro em que reconheceu a independência do Brasil, em troca da garantia de continuidade de seus privilégios no Brasil. Portugal também foi favorecido nesse tratado, pois o Brasil se comprometeu a pagar o empréstimo feito pelo governo português a Londres, para combater os nacionalistas brasileiros e indenizar o rei de Portugal pelas propriedades tomadas pela guerra.

1821 A Revolução do Porto

A Revolução do Porto uniu as classes dominantes, os militares e os revolucionários portugueses, exigindo o fim da monarquia absolutista e a formação de uma Assembléia Constituinte, obrigando D. João VI a voltar para Portugal e deixar no Brasil seu filho D. Pedro, como Príncipe Regente.

09.01.1822 Dia do Fico

O Dia do Fico representa a decisão do Príncipe Regente de permanecer no Brasil, desobedecendo as novas leis vindas de Portugal, que extinguia a regência e exigia a volta de D. Pedro.

07.07.1822 Brasil independente de Portugal

A independência do Brasil marcou o fim do tumultuado conflito entre as tentativas de Portugal para (re)colonizar o Brasil e deixou para depois a resolução dos imensos problemas da nova nação: a crise econômica, a guerra com Portugal, a necessidade de reconhecimento pelas nações estrangeiras e a elaboração da nova Constituição.

11.08.1826 Primeiras universidades

Após trezentos anos de inexistência de Universidades, e com apenas 3% da população alfabetizada, o Imperador criou, por Lei, duas escolas de Direito nos moldes da Universidade de Coimbra: a de Olinda, para atender à população do Norte, transferida em 1854 para Recife, e a de São Paulo, para atender à demanda do Sul.

1824 Confederação do Equador

A opção de D. Pedro pelos conservadores provocou, em Recife, a "Confederação do Equador" que se espalhou por todo o Nordeste.

1825 Tratado com a Inglaterra

A Inglaterra assinou um tratado com o Império brasileiro em que reconheceu a independência do Brasil, em troca da garantia de continuidade de seus privilégios no Brasil. Portugal também foi favorecido nesse tratado, pois o Brasil se comprometeu a pagar o empréstimo feito pelo governo português a Londres, para combater os nacionalistas brasileiros e indenizar o rei de Portugal pelas propriedades tomadas pela guerra.

1826 Primeiro parlamento

Entrou em funcionamento o Parlamento previsto pela Constituição de 1824.

07.04.1831 A abdicação de D. Pedro

D. Pedro, após o confronto com os deputados liberais, abdicou em favor de seu filho, de 5 anos de idade, e voltou para a Europa.

1831 Início da Regência

Inicia-se a Regência com o poder nas mãos dos liberais, que tentaram, com sucesso, o saneamento econômico do Brasil.

1834 Reforma política

Ato Adicional, onde os liberais tentaram implantar uma reforma política que diminuísse o centralismo e aumentasse a autonomia do poder local, por meio de eleições em todas as cidades do país, onde saíram vitoriosos os candidatos liberais.

1835 Revolta nas províncias

O monopólio do poder pelo partido vencedor nas eleições marginalizou a oposição, desencadeando revoltas em várias províncias, das quais as mais conhecidas foram a Revolta dos Cabanos, no Pará, e a Guerra dos Farrapos, no Rio Grande do Sul.

1831 - 1850 Luta contra o tráfico de escravos

Acirramento da luta contra o tráfico de escravos, resultado do confronto entre o Brasil, econômica e culturalmente assentado na escravidão, e as nações européias, que concretizaram suas revoluções burguesas e industrial e ansiavam por transformar os escravos em seus futuros consumidores.

1837 Renúncia de Feijó

A renúncia de Feijó marcou o término do breve período liberal e descentralizante e dos planos liberais de contenção ao tráfico de escravos e eliminação da sociedade escravista.

1826 Primeiro parlamento

Entrou em funcionamento o Parlamento previsto pela Constituição de 1824.

07.04.1831 A abdicação de D. Pedro

D. Pedro, após o confronto com os deputados liberais, abdicou em favor de seu filho, de 5 anos de idade, e voltou para a Europa.

1831 Início da Regência

Inicia-se a Regência com o poder nas mãos dos liberais, que tentaram, com sucesso, o saneamento econômico do Brasil.

1834 Reforma política

Ato Adicional, onde os liberais tentaram implantar uma reforma política que diminuísse o centralismo e aumentasse a autonomia do poder local, por meio de eleições em todas as cidades do país, onde saíram vitoriosos os candidatos liberais.

1835 Revolta nas províncias

O monopólio do poder pelo partido vencedor nas eleições marginalizou a oposição, desencadeando revoltas em várias províncias, das quais as mais conhecidas foram a Revolta dos Cabanos, no Pará, e a Guerra dos Farrapos, no Rio Grande do Sul.

1831 - 1850 Luta contra o tráfico de escravos

Acirramento da luta contra o tráfico de escravos, resultado do confronto entre o Brasil, econômica e culturalmente assentado na escravidão, e as nações européias, que concretizaram suas revoluções burguesas e industrial e ansiavam por transformar os escravos em seus futuros consumidores.

1837 Renúncia de Feijó

A renúncia de Feijó marcou o término do breve período liberal e descentralizante e dos planos liberais de contenção ao tráfico de escravos e eliminação da sociedade escravista.

1840 - 1841 Coroamento de D. Pedro II

Para conter a onda conservadora, os liberais lançaram a campanha vitoriosa da maioridade de D. Pedro II que, coroado, formou um Ministério liberal, substituído no ano seguinte por um conservador, inaugurando o costume de troca de Ministérios que vigorou até o fim do Império.

1842 Revolução dos liberais

Revolução dos liberais que, com os conservadores, se organizaram como partidos políticos.

1844 Fim dos privilégios aos ingleses

Venceu o tratado que concedia privilégios aos ingleses, na vigência de um Ministério liberal, que aproveitou a oportunidade para aumentar as taxas dos produtos ingleses, permitindo sanear as finanças e implantar algumas experiências industriais.

1845 Lei Bill Aberdeen

A Inglaterra aprovou o Bill Aberdeen, lei que permitia aos navios ingleses atacarem, em águas internacionais, navios brasileiros envolvidos com o tráfico de escravos. Com a intensificação da repressão ao tráfico, os ingleses passaram a atacar os navios nos portos brasileiros. A extinção do tráfico internacional, resultado de um acordo secreto entre os dois governos, não impediu que continuasse, por muitas décadas, o tráfico interno, onde os cafeicultores adquiriram os escravos do Nordeste.

1850 Lei de Terras

A promulgação da Lei de Terras aumentou o poder dos proprietários de terra e donos de escravos com a proibição da posse da terra aos que nela já habitavam, além da expulsão dos índios e posseiros que lá viviam desde os tempos coloniais.

13.05.1888 Abolição da escravatura

A assinatura da Lei Áurea, pela Princesa Isabel, foi o término de um processo para atender os interesses capitalistas da Inglaterra, que pleiteavam a abolição da escravidão no Brasil.

Título: Sem título
Autor: Jacques Burkhardt
Fonte: Hartt: Expedições pelo Brasil Imperial - 1865

1840 - 1841 Coroamento de D. Pedro II

Para conter a onda conservadora, os liberais lançaram a campanha vitoriosa da maioridade de D. Pedro II que, coroado, formou um Ministério liberal, substituído no ano seguinte por um conservador, inaugurando o costume de troca de Ministérios que vigorou até o fim do Império.

1842 Revolução dos liberais

Revolução dos liberais que, com os conservadores, se organizaram como partidos políticos.

1844 Fim dos privilégios aos ingleses

Venceu o tratado que concedia privilégios aos ingleses, na vigência de um Ministério liberal, que aproveitou a oportunidade para aumentar as taxas dos produtos ingleses, permitindo sanear as finanças e implantar algumas experiências industriais.

1845 Lei Bill Aberdeen

A Inglaterra aprovou o Bill Aberdeen, lei que permitia aos navios ingleses atacarem, em águas internacionais, navios brasileiros envolvidos com o tráfico de escravos. Com a intensificação da repressão ao tráfico, os ingleses passaram a atacar os navios nos portos brasileiros. A extinção do tráfico internacional, resultado de um acordo secreto entre os dois governos, não impediu que continuasse, por muitas décadas, o tráfico interno, onde os cafeicultores adquiriram os escravos do Nordeste.

1850 Lei de Terras

A promulgação da Lei de Terras aumentou o poder dos proprietários de terra e donos de escravos com a proibição da posse da terra aos que nela já habitavam, além da expulsão dos índios e posseiros que lá viviam desde os tempos coloniais.

13.05.1888 Abolição da escravatura

A assinatura da Lei Áurea, pela Princesa Isabel, foi o término de um processo para atender os interesses capitalistas da Inglaterra, que pleiteavam a abolição da escravidão no Brasil.

Título: Sunqua – Panorama da Baía do Rio de Janeiro (da ilha de Villegaignon à praia da Lapa e Morro de Santa Teresa) 1830.
Fonte: Visões do Rio na coleção Geyer - Curadora Geral – Maria de Lourdes Parreiras Horta. Petrópolis: Museu Imperial; Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2000.

1890 Efeitos da imigração
O crescimento acelerado da população brasileira, graças à imigração estrangeira, atingindo 14,3 milhões de habitantes.

Década de 1890 Incentivo à imigração
Incentivo à política de imigração estrangeira, para substituir a mão-de-obra escrava; 184 mil imigrantes chegaram ao Brasil, se dirigindo principalmente ao Estado de São Paulo.

1891 A Constituição de 1891
O massacre do movimento de Canudos pela tropas federais evidenciou o descolamento entre a República e o povo brasileiro. Esse movimento inspirou duas obras primas da literatura latino-americana: "Os Sertões", de Euclides da Cunha e "A Guerra do Fim do Mundo", de Mario Vargas Llosa.

1897 Inaugurada Belo Horizonte
Afonso Pena, Presidente da província de Minas Gerais, inaugura a cidade de Belo Horizonte, com projeto Aarão Reis, nos moldes do urbanismo republicano.

15.11.1898 Proclamação da República
É proclamada a República, com o afastamento do Imperador e sem derramamento de sangue.

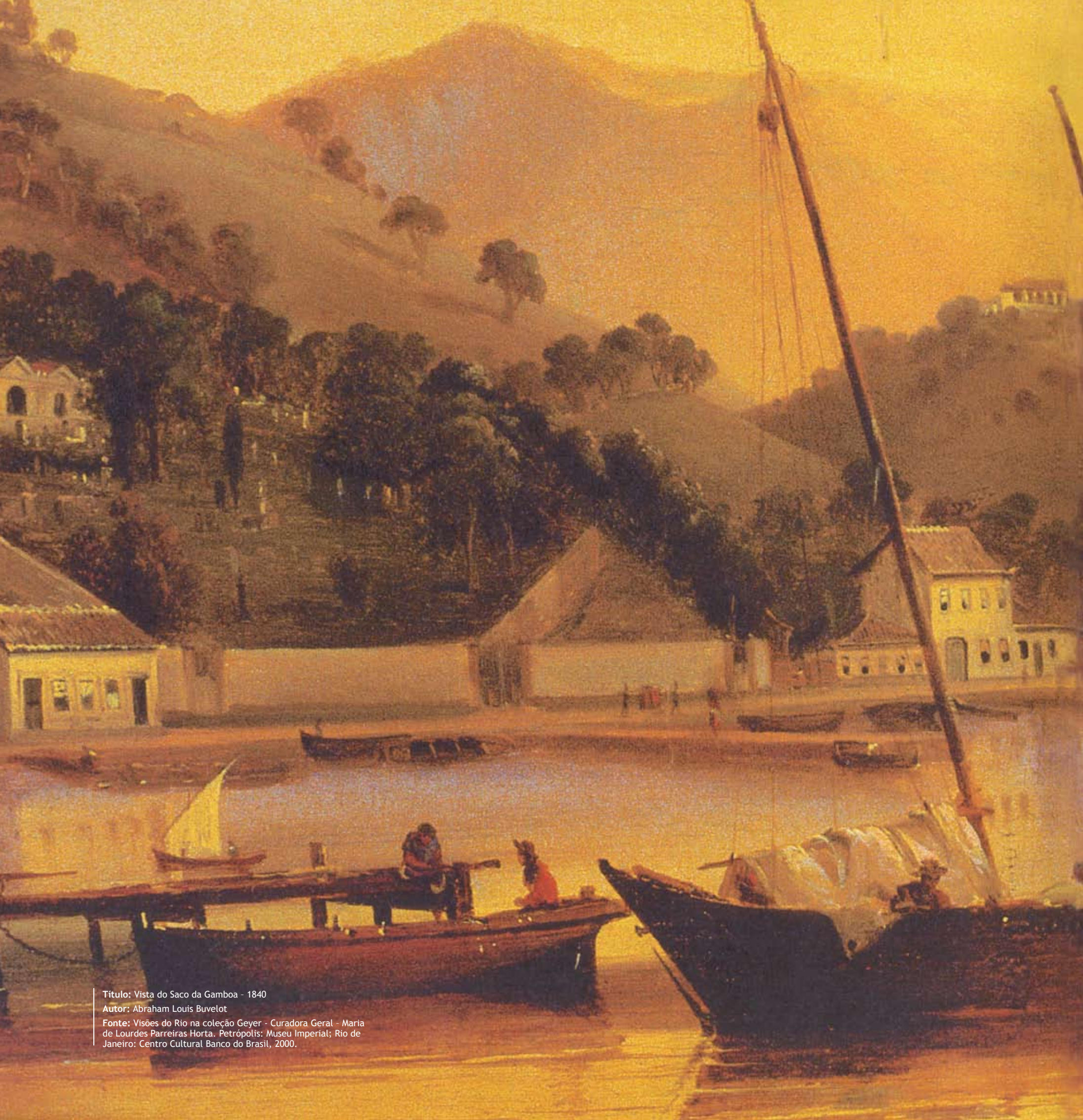
1890 Efeitos da imigração
O crescimento acelerado da população brasileira, graças à imigração estrangeira, atingindo 14,3 milhões de habitantes.

Década de 1890 Incentivo à imigração
Incentivo à política de imigração estrangeira, para substituir a mão-de-obra escrava; 184 mil imigrantes chegaram ao Brasil, se dirigindo principalmente ao Estado de São Paulo.

1891 A Constituição de 1891
O massacre do movimento de Canudos pela tropas federais evidenciou o descolamento entre a República e o povo brasileiro. Esse movimento inspirou duas obras primas da literatura latino-americana: "Os Sertões", de Euclides da Cunha e "A Guerra do Fim do Mundo", de Mario Vargas Llosa.

1897 Inaugurada Belo Horizonte
Afonso Pena, Presidente da província de Minas Gerais, inaugura a cidade de Belo Horizonte, com projeto Aarão Reis, nos moldes do urbanismo republicano.

15.11.1898 Proclamação da República
É proclamada a República, com o afastamento do Imperador e sem derramamento de sangue.

Título: Ouro Preto – Praça Tiradentes, tendo ao fundo a antiga Casa de Câmara e Cadeia, atual Museu da Inconfidência.
Fonte: Patrimônio Mundial no Brasil – UNESCO

A Vinda da Corte ao Brasil

The Arrival of the Royal Family to Brazil

A corte desembarca a 7/3/1808, todos imundos, fedidos, com pulgas e piolhos, no Rio de Janeiro cuja população total era de 60.000 almas, das quais 40.000 escravos negros. A chegada à baía é assim descrita por um viajante da época:

Não existe viajante algum que, tendo visto o Rio, não fale com admiração do magnífico espetáculo proporcionado pela baía da cidade. Esta baía é ainda mais vasta que a baía de Constantinopla, pois tem 5 léguas de extensão por ¾ de milha de largura, é defendida por rochas graníticas de efeito grandioso e poderia acolher todas as frotas do mundo sem amontoamento.

Quando se entra na baía, após o sofrimento da longa travessia, fica-se comovido com o esplendor do panorama:

Porém, que decepção se sente, oh meu Deus, quando se sai do ancoradouro ? ! Os perfumes que vem da baía são infecto!! A explicação é simples, a água das casas era transportada pelos escravos de várias fontes em barris semelhantes aos que, no fim da tarde, carregavam os detritos pois as casas não tem fossa séptica já que o lençol freático, por causa do solo pantanoso, está muito próximo da superfície e todos os detritos domésticos são postos em barris que os escravos põem sobre a cabeça e vem, em procissão, para o mar onde os jogam, dá para imaginar o mau cheiro com o terrível calor do lugar, esses negros são como o símbolo da cidade. E o ponto onde jogam é próximo ao palácio e quem estiver na janela, não pode deixar de ver os horrorosos barris que vão e vem na água da baía ao cair da tarde e cujo odor se faz sentir até o fundo dos quartos. O Hotel Pharoux, que hospeda os estrangeiros, fica inabitável conforme a direção do vento. Mais tarde, uma viajante francesa diz que as margens da baía não passam de um vaso sanitário infecto e as praias que pareciam tão belas do navio, eram o receptáculo das imundícies de toda a cidade !!!!

A corte desembarca a 7/3/1808, todos imundos, fedidos, com pulgas e piolhos, no Rio de Janeiro cuja população total era de 60.000 almas, das quais 40.000 escravos negros. A chegada à baía é assim descrita por um viajante da época:

Não existe viajante algum que, tendo visto o Rio, não fale com admiração do magnífico espetáculo proporcionado pela baía da cidade. Esta baía é ainda mais vasta que a baía de Constantinopla, pois tem 5 léguas de extensão por ¾ de milha de largura, é defendida por rochas graníticas de efeito grandioso e poderia acolher todas as frotas do mundo sem amontoamento.

Quando se entra na baía, após o sofrimento da longa travessia, fica-se comovido com o esplendor do panorama:

Porém, que decepção se sente, oh meu Deus, quando se sai do ancoradouro ? ! Os perfumes que vem da baía são infecto!! A explicação é simples, a água das casas era transportada pelos escravos de várias fontes em barris semelhantes aos que, no fim da tarde, carregavam os detritos pois as casas não tem fossa séptica já que o lençol freático, por causa do solo pantanoso, está muito próximo da superfície e todos os detritos domésticos são postos em barris que os escravos põem sobre a cabeça e vem, em procissão, para o mar onde os jogam, dá para imaginar o mau cheiro com o terrível calor do lugar, esses negros são como o símbolo da cidade. E o ponto onde jogam é próximo ao palácio e quem estiver na janela, não pode deixar de ver os horrorosos barris que vão e vem na água da baía ao cair da tarde e cujo odor se faz sentir até o fundo dos quartos. O Hotel Pharoux, que hospeda os estrangeiros, fica inabitável conforme a direção do vento. Mais tarde, uma viajante francesa diz que as margens da baía não passam de um vaso sanitário infecto e as praias que pareciam tão belas do navio, eram o receptáculo das imundícies de toda a cidade !!!!

Título: Fonte em São Paulo, SP.
Autor: Desconhecido

Água Para Consumo na Cidade de São Paulo

Drinking Water Consumption in the City of São Paulo

Até a segunda metade do século XIX a cidade de São Paulo não passava de um acanhado burgo interiorano encravado no planalto paulistano, a aproximadamente 60 quilômetros do litoral. Foi somente com o advento da economia do café no chamado Oeste Paulista que a cidade muito rapidamente sai do seu torpor e ensimesmamento para se transformar numa das maiores cidades da América do Sul. Em 1872 a população da cidade era de 31 mil habitantes; 18 anos depois, em 1890, a população da cidade havia crescido para 65 mil habitantes. Dez anos depois, no entanto, em 1900, a cidade praticamente multiplicara por quatro sua população, atingindo a impressionante soma de 240 mil habitantes.

Durante todo o período colonial, portanto, do ponto de vista do abastecimento, sua acanhada população serviu-se das fontes que brotavam nos declives dos morros e da margem esquerda do Anhangabaú. Iam também buscá-la nos ribeirões e socorriam-se ainda dos poços construídos em seus quintais. As fontes em especial eram muito utilizadas, formando-se aglomerados enormes de pessoas carregando vasilhas de todo tipo e gerando confusões que não raro obrigavam as autoridades a intervir.

A água para agricultura e para a dessedentação dos animais era buscada nos inúmeros rios e riachos da região, com destaque para o riacho do Anhangabaú e para os rios Tamanduateí e Tietê.

A população era atendida também por meio dos chafarizes que as autoridades mandavam instalar pela cidade. O primeiro chafariz para abastecimento público foi construído pelos padres franciscanos em meados do século XVIII na baixada do Anhangabaú. O mais famoso chafariz da cidade foi mandado construir em 1792 pelo governador Bernardo José de Lorena no Largo da Misericórdia. Construído por um famoso pedreiro, o negro Thebas, esse chafariz era uma verdadeira obra de arte.

Até a segunda metade do século XIX a cidade de São Paulo não passava de um acanhado burgo interiorano encravado no planalto paulistano, a aproximadamente 60 quilômetros do litoral. Foi somente com o advento da economia do café no chamado Oeste Paulista que a cidade muito rapidamente sai do seu torpor e ensimesmamento para se transformar numa das maiores cidades da América do Sul. Em 1872 a população da cidade era de 31 mil habitantes; 18 anos depois, em 1890, a população da cidade havia crescido para 65 mil habitantes. Dez anos depois, no entanto, em 1900, a cidade praticamente multiplicara por quatro sua população, atingindo a impressionante soma de 240 mil habitantes.

Durante todo o período colonial, portanto, do ponto de vista do abastecimento, sua acanhada população serviu-se das fontes que brotavam nos declives dos morros e da margem esquerda do Anhangabaú. Iam também buscá-la nos ribeirões e socorriam-se ainda dos poços construídos em seus quintais. As fontes em especial eram muito utilizadas, formando-se aglomerados enormes de pessoas carregando vasilhas de todo tipo e gerando confusões que não raro obrigavam as autoridades a intervir.

A água para agricultura e para a dessedentação dos animais era buscada nos inúmeros rios e riachos da região, com destaque para o riacho do Anhangabaú e para os rios Tamanduateí e Tietê.

A população era atendida também por meio dos chafarizes que as autoridades mandavam instalar pela cidade. O primeiro chafariz para abastecimento público foi construído pelos padres franciscanos em meados do século XVIII na baixada do Anhangabaú. O mais famoso chafariz da cidade foi mandado construir em 1792 pelo governador Bernardo José de Lorena no Largo da Misericórdia. Construído por um famoso pedreiro, o negro Thebas, esse chafariz era uma verdadeira obra de arte.

Com o crescimento exponencial da cidade o abastecimento foi aos poucos transformando-se em um problema para as autoridades da cidade. Fontes e chafarizes, aguadeiros, e as próprias águas do Tamanduateí, nesse momento já bastante comprometidas em sua qualidade, não davam mais conta de atender uma população que crescia sempre mais.

Em 1877, em razão do fracasso dos governos provincial e municipal em resolver o problema do abastecimento público, era constituída a Companhia Cantareira de Águas e Esgotos, que iria buscar água na serra da Cantareira para atender a população da cidade.

A Companhia Cantareira, no entanto, com seu limitado capital, e que se propusera dessedentar uma pequena cidade, defrontou-se muito rapidamente com o problema do abastecimento de uma cidade em caminho de transformar-se em grande metrópole. Em 1892 o Governo do Estado encampou a empresa e em 1893 criava a Repartição de Águas e Esgotos – RAE com a responsabilidade de suprir de água a Capital.

Para uma história da água em São Paulo deveriam ser considerados os seguintes temas;

I – A importância da água na formação da cidade de São Paulo

A cidade de São Paulo, além de suas fontes, foi fundada entre os rios Tamanduatéi e Tietê, localizando-se no centro do sistema hidrográfico da região. Enquanto Santo André da Borda do Campo teve desde o início problemas com o abastecimento de água por ter sido fundada longe de um rio do qual os colonos pudessem servir-se, São Paulo sempre teve à sua disposição inúmeros rios e riachos para sua dessedentação. Esses rios, apesar de pouco profundos, eram ao mesmo tempo meios de comunicação dos quais os paulistas se utilizaram no seu processo de colonização de novas regiões. Pode-se dizer que a localização privilegiada de São Paulo no sistema hidrográfico da região foi uma das razões do seu sucesso.

Com o crescimento exponencial da cidade o abastecimento foi aos poucos transformando-se em um problema para as autoridades da cidade. Fontes e chafarizes, aguadeiros, e as próprias águas do Tamanduateí, nesse momento já bastante comprometidas em sua qualidade, não davam mais conta de atender uma população que crescia sempre mais.

Em 1877, em razão do fracasso dos governos provincial e municipal em resolver o problema do abastecimento público, era constituída a Companhia Cantareira de Águas e Esgotos, que iria buscar água na serra da Cantareira para atender a população da cidade.

A Companhia Cantareira, no entanto, com seu limitado capital, e que se propusera dessedentar uma pequena cidade, defrontou-se muito rapidamente com o problema do abastecimento de uma cidade em caminho de transformar-se em grande metrópole. Em 1892 o Governo do Estado encampou a empresa e em 1893 criava a Repartição de Águas e Esgotos – RAE com a responsabilidade de suprir de água a Capital.

Para uma história da água em São Paulo deveriam ser considerados os seguintes temas;

I – A importância da água na formação da cidade de São Paulo

A cidade de São Paulo, além de suas fontes, foi fundada entre os rios Tamanduatéi e Tietê, localizando-se no centro do sistema hidrográfico da região. Enquanto Santo André da Borda do Campo teve desde o início problemas com o abastecimento de água por ter sido fundada longe de um rio do qual os colonos pudessem servir-se, São Paulo sempre teve à sua disposição inúmeros rios e riachos para sua dessedentação. Esses rios, apesar de pouco profundos, eram ao mesmo tempo meios de comunicação dos quais os paulistas se utilizaram no seu processo de colonização de novas regiões. Pode-se dizer que a localização privilegiada de São Paulo no sistema hidrográfico da região foi uma das razões do seu sucesso.

Título: Arquitetura de São Paulo, SP.
Autor: Desconhecido

Título: Antigo Chafariz da Praça XVI - Centro do Rio de Janeiro, RJ
Autor: Desconhecido

II – As fontes e os chafarizes

O abastecimento da cidade de São Paulo até o final do século XIX, quando o crescimento exponencial da cidade obrigou as autoridades a tomar providências efetivas para resolver esse grave problema de abastecimento e saúde pública.

III – Os aguadeiros

Enquanto o poder público não tomava providências para fornecer água de boa qualidade para a população, esta era obrigada a socorrer-se das fontes que restaram com o crescimento da cidade, dos chafarizes ou a comprar o líquido das pipas ambulantes dos aguadeiros. Essa atividade deveria ser bastante rentável, sendo que muitos desses aguadeiros eram portugueses. Um deles remeteu uma carta a Portugal em que dizia: "A água é boa, o povo é burro, a água é deles e nós lha vendemos".

IV – As casas de banho

A escassez de água impunha desconfortos também no plano da higiene pessoal. Quem podia utilizava-se das casas de banho da cidade. Essas casas eram também restaurantes e pontos de reunião. Foram uma necessidade enquanto perdurou o problema do abastecimento e desapareceram quando o poder público passou a atender essa necessidade básica da população.

V – A Companhia Cantareira de Águas e Esgotos

O fracasso do poder público em resolver o problema do abastecimento estimulou a entrada da iniciativa privada no setor. Ao mesmo tempo, apesar de sua obra de importância considerável, a Companhia Cantareira não conseguiu, com seu reduzido capital, resolver o problema do abastecimento de uma cidade que crescia sempre mais.

VI – A Repartição de Águas e Esgotos – RAE

A criação da Repartição de Águas e Esgotos significou a entrada do poder público no setor de maneira organizada. A RAE, um órgão do governo estadual, tinha como objetivo atender à cidade de São Paulo numa época em que a futura região metropolitana era apenas um esboço.

VII – Guarapiranga

Criada em 1908 pela Light com o objetivo de regularizar a vazão do rio Tietê e manter as condições operativas da Usina de Parnaíba (Edgard de Souza), transforma-se aos poucos em um dos principais sistemas de abastecimento público de São Paulo.

II – As fontes e os chafarizes

O abastecimento da cidade de São Paulo até o final do século XIX, quando o crescimento exponencial da cidade obrigou as autoridades a tomar providências efetivas para resolver esse grave problema de abastecimento e saúde pública.

III – Os aguadeiros

Enquanto o poder público não tomava providências para fornecer água de boa qualidade para a população, esta era obrigada a socorrer-se das fontes que restaram com o crescimento da cidade, dos chafarizes ou a comprar o líquido das pipas ambulantes dos aguadeiros. Essa atividade deveria ser bastante rentável, sendo que muitos desses aguadeiros eram portugueses. Um deles remeteu uma carta a Portugal em que dizia: "A água é boa, o povo é burro, a água é deles e nós lha vendemos".

IV – As casas de banho

A escassez de água impunha desconfortos também no plano da higiene pessoal. Quem podia utilizava-se das casas de banho da cidade. Essas casas eram também restaurantes e pontos de reunião. Foram uma necessidade enquanto perdurou o problema do abastecimento e desapareceram quando o poder público passou a atender essa necessidade básica da população.

V – A Companhia Cantareira de Águas e Esgotos

O fracasso do poder público em resolver o problema do abastecimento estimulou a entrada da iniciativa privada no setor. Ao mesmo tempo, apesar de sua obra de importância considerável, a Companhia Cantareira não conseguiu, com seu reduzido capital, resolver o problema do abastecimento de uma cidade que crescia sempre mais.

VI – A Repartição de Águas e Esgotos – RAE

A criação da Repartição de Águas e Esgotos significou a entrada do poder público no setor de maneira organizada. A RAE, um órgão do governo estadual, tinha como objetivo atender à cidade de São Paulo numa época em que a futura região metropolitana era apenas um esboço.

VII – Guarapiranga

Criada em 1908 pela Light com o objetivo de regularizar a vazão do rio Tietê e manter as condições operativas da Usina de Parnaíba (Edgard de Souza), transforma-se aos poucos em um dos principais sistemas de abastecimento público de São Paulo.

VIII – A criação do Departamento de Águas e Esgotos - DAE

Em 1954, por meio da Lei nº 2.627, de 20 de janeiro, foi extinta a RAE e criado o Departamento de Águas e Esgotos, autarquia com autonomia administrativa sobre os municípios de São Paulo, Guarulhos, São Caetano, Santo André e São Bernardo do Campo. Enquanto a RAE foi criada para atender a cidade de São Paulo, o DAE tinha como preocupação fornecer água não apenas para a Capital mas para as principais cidades do entorno, principais cidades da futura região metropolitana de São Paulo.

IX – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Se o DAE tinha como objetivo atender à nascente região metropolitana de São Paulo, a SABESP teve como objetivo de “planejar, executar e operar os serviços públicos de saneamento básico em todo o território do Estado de São Paulo”. Uma de suas maiores responsabilidades ainda era atender a região metropolitana de São Paulo, onde opera 31 municípios, além de vender água por atacado para sete municípios que operam a distribuição de água e coleta de esgotos por conta própria.

X – Águas e energia

A história da utilização pela Light dos recursos hídricos da Bacia do Alto Tietê para produção de energia elétrica para a cidade de São Paulo.

VIII – A criação do Departamento de Águas e Esgotos - DAE

Em 1954, por meio da Lei nº 2.627, de 20 de janeiro, foi extinta a RAE e criado o Departamento de Águas e Esgotos, autarquia com autonomia administrativa sobre os municípios de São Paulo, Guarulhos, São Caetano, Santo André e São Bernardo do Campo. Enquanto a RAE foi criada para atender a cidade de São Paulo, o DAE tinha como preocupação fornecer água não apenas para a Capital mas para as principais cidades do entorno, principais cidades da futura região metropolitana de São Paulo.

IX – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Se o DAE tinha como objetivo atender à nascente região metropolitana de São Paulo, a SABESP teve como objetivo de “planejar, executar e operar os serviços públicos de saneamento básico em todo o território do Estado de São Paulo”. Uma de suas maiores responsabilidades ainda era atender a região metropolitana de São Paulo, onde opera 31 municípios, além de vender água por atacado para sete municípios que operam a distribuição de água e coleta de esgotos por conta própria.

X – Águas e energia

A história da utilização pela Light dos recursos hídricos da Bacia do Alto Tietê para produção de energia elétrica para a cidade de São Paulo.

Título: Vista aérea de São Paulo, SP.
Autor: Desconhecido

Título: Arquitetura de São Paulo, SP.
Autor: Desconhecido

Século XX

20th Century

A evolução científica e tecnológica marcou o Século XX. Foi a época das guerras mundiais e da bomba atômica, e também do automóvel, do avião, das viagens espaciais, da eletrônica, dos transplantes, da clonagem e da Internet. Uma época marcada pelo do fim dos impérios colonialistas, pela internacionalização da economia, pela indústria cultural, pelo resgate dos direitos da mulher e das minorias.

A história do século pode ser entendida como a de um conflito entre a democracia liberal e a ditadura totalitária. No Brasil, a Revolução de 30 instaurou um novo modelo de desenvolvimento industrial e urbano, abrindo a chamada Era Vargas, caracterizada pelo populismo, nacionalismo, trabalhismo e forte incentivo à industrialização. O País viveu vinte anos sob o regime militar e foi regido por seis constituições.

Êxodo e Transformação

No Brasil, o Século XX foi um período de transformação. O País passou por um dos mais velozes processos de urbanização da história moderna. Em 1950, a zona rural abrigava quase 70% dos habitantes. Hoje, possui pouco mais de 20%. Esse êxodo rural acelerado, que perdurou até o início dos anos 1990, foi quase estancado a partir de 1995.

O País registrou uma das mais altas taxas de crescimento do planeta. Entre 1901 e 2000, a população passou de 17,4 milhões para 169,6 milhões; o Produto Interno Bruto se multiplicou por cem; e a expectativa de vida saltou de 33,4 anos em 1910 para 64,8 anos no final do século. Continuamos, porém, com o desafio de promover uma distribuição de renda mais justa, reduzindo a pobreza e a exclusão social.

A evolução científica e tecnológica marcou o Século XX. Foi a época das guerras mundiais e da bomba atômica, e também do automóvel, do avião, das viagens espaciais, da eletrônica, dos transplantes, da clonagem e da Internet. Uma época marcada pelo do fim dos impérios colonialistas, pela internacionalização da economia, pela indústria cultural, pelo resgate dos direitos da mulher e das minorias.

A história do século pode ser entendida como a de um conflito entre a democracia liberal e a ditadura totalitária. No Brasil, a Revolução de 30 instaurou um novo modelo de desenvolvimento industrial e urbano, abrindo a chamada Era Vargas, caracterizada pelo populismo, nacionalismo, trabalhismo e forte incentivo à industrialização. O País viveu vinte anos sob o regime militar e foi regido por seis constituições.

Êxodo e Transformação

No Brasil, o Século XX foi um período de transformação. O País passou por um dos mais velozes processos de urbanização da história moderna. Em 1950, a zona rural abrigava quase 70% dos habitantes. Hoje, possui pouco mais de 20%. Esse êxodo rural acelerado, que perdurou até o início dos anos 1990, foi quase estancado a partir de 1995.

O País registrou uma das mais altas taxas de crescimento do planeta. Entre 1901 e 2000, a população passou de 17,4 milhões para 169,6 milhões; o Produto Interno Bruto se multiplicou por cem; e a expectativa de vida saltou de 33,4 anos em 1910 para 64,8 anos no final do século. Continuamos, porém, com o desafio de promover uma distribuição de renda mais justa, reduzindo a pobreza e a exclusão social.

Título: Arquitetura de São Paulo, SP.
Autor: Desconhecido

1889 - 1930 A República Velha

Período conhecido como "República Velha", caracterizado pela chamada política do café com leite, pela alternância no poder de representantes de Minas ou São Paulo. Priorizou o modelo agrário exportador e uma política contra a industrialização.

1904 A Revolta da Vacina

A Revolta da Vacina, movimento popular contra a vacinação compulsória, teve como antecedentes a remodelação da cidade do Rio de Janeiro, onde o Prefeito Pereira Passos expulsou os pobres que viviam no centro colonial, substituído pela moderna Avenida Central, inspirada no modelo aplicado em Paris pelo Barão de Hausmann.

1917 - 1922 Reação operária

Crise e esgotamento da "República Velha", governada por uma elite agrária, quando a indústria sinalizava o novo dinamismo da economia e da sociedade. Neste período foram deflagradas as primeiras greves operárias, de ideário anarquista, duramente reprimidas pelo governo federal, que tratava a questão social como "caso de polícia".

1889 - 1930 A República Velha

Período conhecido como "República Velha", caracterizado pela chamada política do café com leite, pela alternância no poder de representantes de Minas ou São Paulo. Priorizou o modelo agrário exportador e uma política contra a industrialização.

1904 A Revolta da Vacina

A Revolta da Vacina, movimento popular contra a vacinação compulsória, teve como antecedentes a remodelação da cidade do Rio de Janeiro, onde o Prefeito Pereira Passos expulsou os pobres que viviam no centro colonial, substituído pela moderna Avenida Central, inspirada no modelo aplicado em Paris pelo Barão de Hausmann.

1917 - 1922 Reação operária

Crise e esgotamento da "República Velha", governada por uma elite agrária, quando a indústria sinalizava o novo dinamismo da economia e da sociedade. Neste período foram deflagradas as primeiras greves operárias, de ideário anarquista, duramente reprimidas pelo governo federal, que tratava a questão social como "caso de polícia".

1922 Tenentismo

Consolidação do Tenentismo, movimento que refletia a insatisfação dos militares e o desejo de participação das camadas médias.

1922 Semana de Arte Moderna

Realizada a Semana de Arte Moderna, em fevereiro, onde escritores e artistas brasileiros propõem a destruição da cultura europeizante e passadista.

1930 A Revolução de 30

A Revolução de 30 instaurou no Brasil um novo modelo de desenvolvimento industrial e urbano. A adoção desse modelo foi estimulada pelos efeitos, no Brasil, do crash de 1929, que derrubou os preços do café e de outros produtos brasileiros para exportação.

1930 - 1945 A Era Vargas

Período do governo autoritário e centralizado do Presidente Getúlio Vargas, caracterizado pelo populismo, nacionalismo, trabalhismo e forte incentivo à industrialização.

11.11.1937 Estado Novo

O "Estado Novo" institucionalizou, de fato, o regime ditatorial, vigente desde 1930. A Constituição de 1937, inspirada no fascismo italiano, a "polaca", foi elaborada para ser uma Carta "livre das peias do democracia liberal", nas palavras do responsável por sua elaboração, o Ministro da Justiça Francisco Campos.

1938-1950 Processo de urbanização

Urbanização das grandes capitais do Sudeste brasileiro, decorrente da industrialização e das migrações rurais urbanas.

1922 Tenentismo

Consolidação do Tenentismo, movimento que refletia a insatisfação dos militares e o desejo de participação das camadas médias.

1922 Semana de Arte Moderna

Realizada a Semana de Arte Moderna, em fevereiro, onde escritores e artistas brasileiros propõem a destruição da cultura europeizante e passadista.

1930 A Revolução de 30

A Revolução de 30 instaurou no Brasil um novo modelo de desenvolvimento industrial e urbano. A adoção desse modelo foi estimulada pelos efeitos, no Brasil, do crash de 1929, que derrubou os preços do café e de outros produtos brasileiros para exportação.

1930 - 1945 A Era Vargas

Período do governo autoritário e centralizado do Presidente Getúlio Vargas, caracterizado pelo populismo, nacionalismo, trabalhismo e forte incentivo à industrialização.

11.11.1937 Estado Novo

O "Estado Novo" institucionalizou, de fato, o regime ditatorial, vigente desde 1930. A Constituição de 1937, inspirada no fascismo italiano, a "polaca", foi elaborada para ser uma Carta "livre das peias do democracia liberal", nas palavras do responsável por sua elaboração, o Ministro da Justiça Francisco Campos.

1938-1950 Processo de urbanização

Urbanização das grandes capitais do Sudeste brasileiro, decorrente da industrialização e das migrações rurais urbanas.

Notas Bibliográficas

Bibliographic Notes

1 e 2 Título: Vista do Russel e do Castelo tirada do Adro da Igreja da Glória - 1847

Autor: Raymond-August Quinsac Monvoisin

Fonte: Visões do Rio na coleção Geyer - Curadora Geral - Maria de Lourdes Parreiras Horta. Petrópolis: Museu Imperial; Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2000.

3 e 4 Título: Vista do Saco da Gamboa - 1840

Autor: Abraham Louis Buvelot

Fonte: Visões do Rio na coleção Geyer - Curadora Geral - Maria de Lourdes Parreiras Horta. Petrópolis: Museu Imperial; Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2000.

16 e 17 Título: Quitandeiras do Largo do Paço - 1848

Autor: C. J. Martins

Fonte: Visões do Rio na coleção Geyer - Curadora Geral - Maria de Lourdes Parreiras Horta. Petrópolis: Museu Imperial; Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2000.

22 e 23 Título: "Perspectiva da Villa de Victoria/Capitania do Espírito Santo por Joaquim Pantaleão Per.ª da S.ª/ Anno de 1805".

Autor: Joaquim Pantaleão Pereira da Silva

Fonte: Original manuscrito do Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.

24 Título: Monjolo

Ilustração: Victor Papaleo

25 Título: Monjolo

Fonte: Um dos monjolos de água existente em São Luiz do Paraitinga, SP, dois quilômetros rio acima.

26 Título: Roda D'água

Ilustração: Victor Papaleo

27 Título: Roda D'água

Fonte: Roda de água vertical que acionava os monjolos de martelo da fábrica de farinha de milho que existia existente em São Luiz do Paraitinga SP, na estrada de Taubaté.

28 Título: Durvalina Três Figuras.

Fonte: O vale do rio Jequitinhonha, no nordeste do estado de Minas, é uma das regiões mais pobres do Brasil. Ao viverem na isolação total, as mulheres desta região desenvolveram uma cerâmica original. As "bonecas famosas" desta região estão em forma de jarros para manter a água fresca. Quando se perde esta função, o objeto torna-se meramente decorativo.

28 Título: Cântaro

Ilustração: Victor Papaleo

29 Título: Moringa

Ilustração: Victor Papaleo

1 e 2 Título: Vista do Russel e do Castelo tirada do Adro da Igreja da Glória - 1847

Autor: Raymond-August Quinsac Monvoisin

Fonte: Visões do Rio na coleção Geyer - Curadora Geral - Maria de Lourdes Parreiras Horta. Petrópolis: Museu Imperial; Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2000.

3 e 4 Título: Vista do Saco da Gamboa - 1840

Autor: Abraham Louis Buvelot

Fonte: Visões do Rio na coleção Geyer - Curadora Geral - Maria de Lourdes Parreiras Horta. Petrópolis: Museu Imperial; Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2000.

16 e 17 Título: Quitandeiras do Largo do Paço - 1848

Autor: C. J. Martins

Fonte: Visões do Rio na coleção Geyer - Curadora Geral - Maria de Lourdes Parreiras Horta. Petrópolis: Museu Imperial; Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2000.

22 e 23 Título: "Perspectiva da Villa de Victoria/Capitania do Espírito Santo por Joaquim Pantaleão Per.ª da S.ª/ Anno de 1805".

Autor: Joaquim Pantaleão Pereira da Silva

Fonte: Original manuscrito do Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.

24 Título: Monjolo

Ilustração: Victor Papaleo

25 Título: Monjolo

Fonte: Um dos monjolos de água existente em São Luiz do Paraitinga, SP, dois quilômetros rio acima.

26 Título: Roda D'água

Ilustração: Victor Papaleo

27 Título: Roda D'água

Fonte: Roda de água vertical que acionava os monjolos de martelo da fábrica de farinha de milho que existia existente em São Luiz do Paraitinga SP, na estrada de Taubaté.

28 Título: Durvalina Três Figuras.

Fonte: O vale do rio Jequitinhonha, no nordeste do estado de Minas, é uma das regiões mais pobres do Brasil. Ao viverem na isolação total, as mulheres desta região desenvolveram uma cerâmica original. As "bonecas famosas" desta região estão em forma de jarros para manter a água fresca. Quando se perde esta função, o objeto torna-se meramente decorativo.

28 Título: Cântaro

Ilustração: Victor Papaleo

29 Título: Moringa

Ilustração: Victor Papaleo

30 e 31 Título: "Mauritius".

Autor: JohannesVingboons

Fonte: Original manuscrito do Atlas de J. Vingboons, do Algemeen Rijksarchief, Haia. Mostra o rio São Francisco e, ao fundo, a vila de Penedo e o forte ali construído pelos holandeses.

32 Título: "Urbs SALVADOR – 1625"

Autor: Desconhecido

Fonte: Trata-se de uma estampa avulsa localizada na Mapoteca do Itamarati (Ministério das Relações Exteriores), Rio de Janeiro, que corresponde à imagem que integra o livro de Arnoldus Montanus. Ao fundo vemos a cidade de Salvador, após a sua ocupação pelos holandeses.

34 Título: Cidade de São Paulo 1821

Autor: Arnaud Julien Pallière

Fonte: Coleção Beatriz e Mário Pimenta Camargo. A igreja e o antigo Colégio dos Jesuítas, transformado em residência do Governador, após a expulsão dos padres.

35 Título: "SANCT SALVADOR – 1627"

Autor: Hessel Gerritsz

Fonte: Estampa pertencente ao acervo do Vereeniging Nederlandsh Historisch Sheepvaart Museum, Amsterdam. Na parte superior da gravura, há um mapa esquemático do Recôncavo, indicando os locais das lutas contra os holandeses. No canto direito, embaixo, um pequeno retrato de Pieter Heyn.

36 Título: Chafariz "Fontaine de la Barão de Ouro Branco"-1761

Fonte: Ouro Preto, Minas Gerais

37 Título: Lavabo de la sacristia de l´ancien convent Santo Antônio – Iguaraçu – Pernambuco.

Autor: Pedro Oswaldo (fotografia)

Fonte: Baroque – A Alma do Brasil de Affonso Romando de Sant'Anna.

43 Título: Viagem ao Brasil

Autor: Alexandre Rodrigues Ferreira

Fonte: Prospecto das Canoas em que navegaram os Empregados na Expedição Filosófica pelos Rios Cuyaba, São Lourenço, Paraguay e Jaurú.

44 Título: "LA BAYE DE TOUS LES SAINTS, Ancienne Capitale du Brésil Dessinée sur les lieux par Albert Dufourcq en 1782"

Autor: Albert Dufourcq

Fonte: Litografia do Instituto Histórico da Bahia, Salvador. Na cidade aparecem os fundos da Igreja dos Jesuítas e à direita , a antiga Sé, já então Catedral, com sua fachada ornamentada, mas sem a torre à direita, demolida em função

30 e 31 Título: "Mauritius".

Autor: JohannesVingboons

Fonte: Original manuscrito do Atlas de J. Vingboons, do Algemeen Rijksarchief, Haia. Mostra o rio São Francisco e, ao fundo, a vila de Penedo e o forte ali construído pelos holandeses.

32 Título: "Urbs SALVADOR – 1625"

Autor: Desconhecido

Fonte: Trata-se de uma estampa avulsa localizada na Mapoteca do Itamarati (Ministério das Relações Exteriores), Rio de Janeiro, que corresponde à imagem que integra o livro de Arnoldus Montanus. Ao fundo vemos a cidade de Salvador, após a sua ocupação pelos holandeses.

34 Título: Cidade de São Paulo 1821

Autor: Arnaud Julien Pallière

Fonte: Coleção Beatriz e Mário Pimenta Camargo. A igreja e o antigo Colégio dos Jesuítas, transformado em residência do Governador, após a expulsão dos padres.

35 Título: "SANCT SALVADOR – 1627"

Autor: Hessel Gerritsz

Fonte: Estampa pertencente ao acervo do Vereeniging Nederlandsh Historisch Sheepvaart Museum, Amsterdam. Na parte superior da gravura, há um mapa esquemático do Recôncavo, indicando os locais das lutas contra os holandeses. No canto direito, embaixo, um pequeno retrato de Pieter Heyn.

36 Título: Chafariz "Fontaine de la Barão de Ouro Branco"-1761

Fonte: Ouro Preto, Minas Gerais

37 Título: Lavabo de la sacristia de l´ancien convent Santo Antônio – Iguaraçu – Pernambuco.

Autor: Pedro Oswaldo (fotografia)

Fonte: Baroque – A Alma do Brasil de Affonso Romando de Sant'Anna.

43 Título: Viagem ao Brasil

Autor: Alexandre Rodrigues Ferreira

Fonte: Prospecto das Canoas em que navegaram os Empregados na Expedição Filosófica pelos Rios Cuyaba, São Lourenço, Paraguay e Jaurú.

44 Título: "LA BAYE DE TOUS LES SAINTS, Ancienne Capitale du Brésil Dessinée sur les lieux par Albert Dufourcq en 1782"

Autor: Albert Dufourcq

Fonte: Litografia do Instituto Histórico da Bahia, Salvador. Na cidade aparecem os fundos da Igreja dos Jesuítas e à direita , a antiga Sé, já então Catedral, com sua fachada ornamentada, mas sem a torre à direita, demolida em função

dos deslizamento dos terrenos à sua frente, o que aparece com nitidez na imagem.

45 Título: Viagem ao Brasil

Autor: Alexandre Rodrigues Ferreira

Fonte: Cachoeira da Pederneira -19 de março de 1789 - Freire

46 Título: Viagem ao Brasil

Autor: Alexandre Rodrigues Ferreira

Fonte: Prospecto do desmonte de terra da Lavra de Ouro do Sargento José Paes Falcão das Neves no Arrayal de S. Jose de Cocaes da Villa do Cuyaba.

47 Título: Praia dos Mineiros 1821-1825

Autor: Johann Moritz Rugendas

Fonte: Através das litografias de Johann M. Rugendas tem-se um registro da atuação policial na cidade do Rio de Janeiro no Século XIX. Visões do Rio na coleção Geyer - Curadora Geral – Maria de Lourdes Parreiras Horta. Petrópolis: Museu Imperial; Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2000.

51 Autor: Desconhecido

Fonte: Já se tentara também dar começo à catequese naqueles sítios, no primórdio do século XVIII, com a criação da Freguesia de São Manuel dos Rios Pomba e Peixe. Em 1765 por ordem do Governador da Capitania, D. Luís Diogo Lobo da Silva, confirmou-se a nomeação do Padre Manuel de Jesus Maria para o cargo de Diretor dos Índios da Aldeia dos Rios Pomba e Peixe.

52 Título: O desembarque dos Portuguezes no Brazil ao ser descoberto por Pedro Álvares Cabral em 1500.

Fonte: Bibliotheca Nacional de Lisboa

54 Título: La Pagelet (sculpt.) e Duché de Vancy (del.)

Fonte: Vue de I´lle de Ste. Catherine. Gravura 25 x 39,5 cm. Ilustração do Alas du voyage de La Pérouse. Coleção Lygia e Newton Carneiro Junior, São Paulo, Brasil.

55 Título: Viagem ao Brasil

Autor: Alexandre Rodrigues Ferreira

Fonte: Gentio Caripuna, que habita nas serras da margem ocidental do Rio Yatapú.

56 Título: Tropeiros

Fonte: Tropeiros pobres de Minas, 1823. MEA 277 Coleção Museu Castro Maya, Rio de Janeiro.

57 Título: Viagem ao Brasil

Autor: Alexandre Rodrigues Ferreira

Fonte: Gentio Mauhás, habitante nas margens do Rio Cumiary, o qual deságua na margem oriental do Rio Jupurá.

dos deslizamento dos terrenos à sua frente, o que aparece com nitidez na imagem.

45 Título: Viagem ao Brasil

Autor: Alexandre Rodrigues Ferreira

Fonte: Cachoeira da Pederneira -19 de março de 1789 - Freire

46 Título: Viagem ao Brasil

Autor: Alexandre Rodrigues Ferreira

Fonte: Prospecto do desmonte de terra da Lavra de Ouro do Sargento José Paes Falcão das Neves no Arrayal de S. Jose de Cocaes da Villa do Cuyaba.

47 Título: Praia dos Mineiros 1821-1825

Autor: Johann Moritz Rugendas

Fonte: Através das litografias de Johann M. Rugendas tem-se um registro da atuação policial na cidade do Rio de Janeiro no Século XIX. Visões do Rio na coleção Geyer - Curadora Geral – Maria de Lourdes Parreiras Horta. Petrópolis: Museu Imperial; Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2000.

51 Autor: Desconhecido

Fonte: Já se tentara também dar começo à catequese naqueles sítios, no primórdio do século XVIII, com a criação da Freguesia de São Manuel dos Rios Pomba e Peixe. Em 1765 por ordem do Governador da Capitania, D. Luís Diogo Lobo da Silva, confirmou-se a nomeação do Padre Manuel de Jesus Maria para o cargo de Diretor dos Índios da Aldeia dos Rios Pomba e Peixe.

52 Título: O desembarque dos Portuguezes no Brazil ao ser descoberto por Pedro Álvares Cabral em 1500.

Fonte: Bibliotheca Nacional de Lisboa

54 Título: La Pagelet (sculpt.) e Duché de Vancy (del.)

Fonte: Vue de I´lle de Ste. Catherine. Gravura 25 x 39,5 cm. Ilustração do Alas du voyage de La Pérouse. Coleção Lygia e Newton Carneiro Junior, São Paulo, Brasil.

55 Título: Viagem ao Brasil

Autor: Alexandre Rodrigues Ferreira

Fonte: Gentio Caripuna, que habita nas serras da margem ocidental do Rio Yatapú.

56 Título: Tropeiros

Fonte: Tropeiros pobres de Minas, 1823. MEA 277 Coleção Museu Castro Maya, Rio de Janeiro.

57 Título: Viagem ao Brasil

Autor: Alexandre Rodrigues Ferreira

Fonte: Gentio Mauhás, habitante nas margens do Rio Cumiary, o qual deságua na margem oriental do Rio Jupurá.

58 Título: Manufacture des Gobelins. Les Pêcheurs (Os Pescadores), Paris. Fonte: Tapeçaria 293x300 cm, série Nouvelles Indes. Coleção Beatriz e Mario Pimenta Camargo, São Paulo, Brasil.

59 Título: The Surrender of Breda

Autor: Diego Velasquez

Fonte: Before 1635 (180 Kb); Oil on canvas, 307 x 367 cm (10' 7/8" x 12' 1/2"); Museo del Prado, Madrid.

60 Título: Cascatinha da Tijuca

Autor: Johann Moritz Rugendas

Fonte: Visões do Rio na coleção Geyer - Curadora Geral – Maria de Lourdes Parreiras Horta. Petrópolis: Museu Imperial; Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2000.

63 Título: Lisboa no século XVI.

Fonte: Gravura em cobre da edição latina da obra de Hans Staden sobre o Brasil (Francfort, 1592).

64 Título: Mapa Antigo do Brasil

Fonte: Hartt: Expedições pelo Brasil Imperial

65 Título: Sem título

Autor: Jacques Burkhardt

Fonte: Hartt: Expedições pelo Brasil Imperial - 1865

66 Título: Primeiro Mapa do Brasil

Autor: Giovanni Battista Ramusio

Fonte: Publicado em Veneza no ano de 1556, talvez este seja o primeiro mapa que mostra o Brasil individualmente, embora de forma ainda imprecisa. Este raro documento faz parte do "Atlas Delle Navigazione e Viaggi", de Giovanni Battista Ramusio.

68 Título: Sunqua – Panorama da Baía do Rio de Janeiro (da ilha de Villegaignon à praia da Lapa e Morro de Santa Teresa) 1830.

Fonte: Visões do Rio na coleção Geyer - Curadora Geral – Maria de Lourdes Parreiras Horta. Petrópolis: Museu Imperial; Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2000.

69 Título: Villa de Cachoeira – Cachoeira e São Felix

Autor: Desconhecido

Fonte: Desenho aquarelado, que acompanha o manuscrito do livro de Joaquim de Amorim Castro. Em uma das margens do Rio Paraguaçu, vemos a vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, e na outra, a povoação que viria a ser a vila de São Felix.

58 Título: Manufacture des Gobelins. Les Pêcheurs (Os Pescadores), Paris. Fonte: Tapeçaria 293x300 cm, série Nouvelles Indes. Coleção Beatriz e Mario Pimenta Camargo, São Paulo, Brasil.

59 Título: The Surrender of Breda

Autor: Diego Velasquez

Fonte: Before 1635 (180 Kb); Oil on canvas, 307 x 367 cm (10' 7/8" x 12' 1/2"); Museo del Prado, Madrid.

60 Título: Cascatinha da Tijuca

Autor: Johann Moritz Rugendas

Fonte: Visões do Rio na coleção Geyer - Curadora Geral – Maria de Lourdes Parreiras Horta. Petrópolis: Museu Imperial; Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2000.

63 Título: Lisboa no século XVI.

Fonte: Gravura em cobre da edição latina da obra de Hans Staden sobre o Brasil (Francfort, 1592).

64 Título: Mapa Antigo do Brasil

Fonte: Hartt: Expedições pelo Brasil Imperial

65 Título: Sem título

Autor: Jacques Burkhardt

Fonte: Hartt: Expedições pelo Brasil Imperial - 1865

66 Título: Primeiro Mapa do Brasil

Autor: Giovanni Battista Ramusio

Fonte: Publicado em Veneza no ano de 1556, talvez este seja o primeiro mapa que mostra o Brasil individualmente, embora de forma ainda imprecisa. Este raro documento faz parte do "Atlas Delle Navigazione e Viaggi", de Giovanni Battista Ramusio.

68 Título: Sunqua – Panorama da Baía do Rio de Janeiro (da ilha de Villegaignon à praia da Lapa e Morro de Santa Teresa) 1830.

Fonte: Visões do Rio na coleção Geyer - Curadora Geral – Maria de Lourdes Parreiras Horta. Petrópolis: Museu Imperial; Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2000.

69 Título: Villa de Cachoeira – Cachoeira e São Felix

Autor: Desconhecido

Fonte: Desenho aquarelado, que acompanha o manuscrito do livro de Joaquim de Amorim Castro. Em uma das margens do Rio Paraguaçu, vemos a vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, e na outra, a povoação que viria a ser a vila de São Felix.

70 Título: Itamaracá – 1637-1645

Autor: Johannes Vingboons

Fonte: Original manuscrito que integra o atlas de Johannes Vingboons do Algemeen Rijkarchief, Haia. É uma cópia de um desenho de Frans Post. Mostra a colina da ilha de Itamaracá, com a vila de Conceição cercada por muros. Abaixo, na extremidade direita, o Forte do Orange.

72 Título: Sem título

Autor: Jacques Burkhardt

Fonte: Hartt: Expedições pelo Brasil Imperial - 1865

73 Título: O mascate e seus escravos - 1822

Autor: Henry Chamberlain

Fonte: Visões do Rio na coleção Geyer - Curadora Geral – Maria de Lourdes Parreiras Horta. Petrópolis: Museu Imperial; Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2000.

74 Título: O chafariz do Catumbi - 1848

Autor: C. J. Martin

Fonte: Visões do Rio na coleção Geyer - Curadora Geral – Maria de Lourdes Parreiras Horta. Petrópolis: Museu Imperial; Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2000.

75 Título: Caravela portuguesa do século XV.

Autor: Desconhecido

Fonte: História da colonização Portuguesa do Brasil - Os precursores de Cabral. Reconstituição feita segundo documentos coevos.

76 Título: "Caerte Vant Eylant Tamaraca" Itamaracá – 1660

Autor: Johannes Vingboons

Fonte: Original manuscrito que integra o atlas de Johannes Vingboons do Instituto Histórico Arqueológico e Geográfico Pernambucano, Recife. Dá destaque a três aspectos principais: à vila de Itamaracá, ao Forte Orange e a um engenho, nos fundos da ilha.

77 Título: Praia dos Mineiros 1821-1825

Autor: Johann Moritz Rugendas

Fonte: Através das litografias de Johann M. Rugendas tem-se um registro da atuação policial na cidade do Rio de Janeiro no Século XIX. Visões do Rio na coleção Geyer - Curadora Geral – Maria de Lourdes Parreiras Horta. Petrópolis: Museu Imperial; Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2000.

79 Título: Nau portuguesa do fim do século XV

Autor: Desconhecido

Fonte: História da colonização Portuguesa do Brasil - Os precursores de Cabral. Reconstituição sobre documentos antigos.

70 Título: Itamaracá – 1637-1645

Autor: Johannes Vingboons

Fonte: Original manuscrito que integra o atlas de Johannes Vingboons do Algemeen Rijkarchief, Haia. É uma cópia de um desenho de Frans Post. Mostra a colina da ilha de Itamaracá, com a vila de Conceição cercada por muros. Abaixo, na extremidade direita, o Forte do Orange.

72 Título: Sem título

Autor: Jacques Burkhardt

Fonte: Hartt: Expedições pelo Brasil Imperial - 1865

73 Título: O mascate e seus escravos - 1822

Autor: Henry Chamberlain

Fonte: Visões do Rio na coleção Geyer - Curadora Geral – Maria de Lourdes Parreiras Horta. Petrópolis: Museu Imperial; Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2000.

74 Título: O chafariz do Catumbi - 1848

Autor: C. J. Martin

Fonte: Visões do Rio na coleção Geyer - Curadora Geral – Maria de Lourdes Parreiras Horta. Petrópolis: Museu Imperial; Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2000.

75 Título: Caravela portuguesa do século XV.

Autor: Desconhecido

Fonte: História da colonização Portuguesa do Brasil - Os precursores de Cabral. Reconstituição feita segundo documentos coevos.

76 Título: "Caerte Vant Eylant Tamaraca" Itamaracá – 1660

Autor: Johannes Vingboons

Fonte: Original manuscrito que integra o atlas de Johannes Vingboons do Instituto Histórico Arqueológico e Geográfico Pernambucano, Recife. Dá destaque a três aspectos principais: à vila de Itamaracá, ao Forte Orange e a um engenho, nos fundos da ilha.

77 Título: Praia dos Mineiros 1821-1825

Autor: Johann Moritz Rugendas

Fonte: Através das litografias de Johann M. Rugendas tem-se um registro da atuação policial na cidade do Rio de Janeiro no Século XIX. Visões do Rio na coleção Geyer - Curadora Geral – Maria de Lourdes Parreiras Horta. Petrópolis: Museu Imperial; Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2000.

79 Título: Nau portuguesa do fim do século XV

Autor: Desconhecido

Fonte: História da colonização Portuguesa do Brasil - Os precursores de Cabral. Reconstituição sobre documentos antigos.

80 Título: Torre de Santa Maria de Belém

Autor: Roque Gameiro.

Fonte: História da colonização Portuguesa do Brasil - Os precursores de Cabral. Aquarela de Roque Gameiro.

81 Título: Mapa do mundo de 1600, ilustra bem a situação econômica do povo.

Autor: Pedro Oswaldo (fotografia)

Fonte: Baroque – A Alma do Brasil de Affonso Romando de Sant'Anna.

82 Título: "Fribvrgvm" – Recife 1647

Autor: Frans Post

Fonte: Gravura que ilustra o livro de Barlaeus (1647) estampa nº. 38. Exemplar pertencente à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Em 1642, o Príncipe Mauricio de Nassau mudou-se para o Palácio de Friburgo, que mandara construir na extremidade norte da Ilha de Antônio Vaz. A obra foi registrada por Frans Post.

83 Título: Negra D'AGOA - 1840

Autor: Frederico Guilherme Briggs

Fonte: Visões do Rio na coleção Geyer - Curadora Geral – Maria de Lourdes Parreiras Horta. Petrópolis: Museu Imperial; Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2000.

84 Título: Mercat Central

Autor: Desconhecido

Fonte: Fachada do Mercado Central em Valencia, Espanha.

85 Título: O descobrimento (1498-1521)

Autor: Desconhecido

Fonte: História da colonização Portuguesa do Brasil - Os precursores de Cabral.

86 Título: Caravelas Portuguesas Anônimas

Autor: Desconhecido

Fonte: História da colonização Portuguesa do Brasil – Os precursores de Cabral.

87 Título: Praia dos Mineiros 1821-1825

Autor: Johann Moritz Rugendas

Fonte: Através das litografias de Johann M. Rugendas tem-se um registro da atuação policial na cidade do Rio de Janeiro no Século XIX. Visões do Rio na coleção Geyer - Curadora Geral – Maria de Lourdes Parreiras Horta. Petrópolis: Museu Imperial; Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2000.

88 Título: Rio próximo de Piraí

Autor: Jacques Burkhardt

Fonte: Hartt: Expedições pelo Brasil Imperial – 1865

80 Título: Torre de Santa Maria de Belém

Autor: Roque Gameiro.

Fonte: História da colonização Portuguesa do Brasil - Os precursores de Cabral. Aquarela de Roque Gameiro.

81 Título: Mapa do mundo de 1600, ilustra bem a situação econômica do povo.

Autor: Pedro Oswaldo (fotografia)

Fonte: Baroque – A Alma do Brasil de Affonso Romando de Sant'Anna.

82 Título: "Fribvrgvm" – Recife 1647

Autor: Frans Post

Fonte: Gravura que ilustra o livro de Barlaeus (1647) estampa nº. 38. Exemplar pertencente à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Em 1642, o Príncipe Mauricio de Nassau mudou-se para o Palácio de Friburgo, que mandara construir na extremidade norte da Ilha de Antônio Vaz. A obra foi registrada por Frans Post.

83 Título: Negra D'AGOA - 1840

Autor: Frederico Guilherme Briggs

Fonte: Visões do Rio na coleção Geyer - Curadora Geral – Maria de Lourdes Parreiras Horta. Petrópolis: Museu Imperial; Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2000.

84 Título: Mercat Central

Autor: Desconhecido

Fonte: Fachada do Mercado Central em Valencia, Espanha.

85 Título: O descobrimento (1498-1521)

Autor: Desconhecido

Fonte: História da colonização Portuguesa do Brasil - Os precursores de Cabral.

86 Título: Caravelas Portuguesas Anônimas

Autor: Desconhecido

Fonte: História da colonização Portuguesa do Brasil – Os precursores de Cabral.

87 Título: Praia dos Mineiros 1821-1825

Autor: Johann Moritz Rugendas

Fonte: Através das litografias de Johann M. Rugendas tem-se um registro da atuação policial na cidade do Rio de Janeiro no Século XIX. Visões do Rio na coleção Geyer - Curadora Geral – Maria de Lourdes Parreiras Horta. Petrópolis: Museu Imperial; Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2000.

88 Título: Rio próximo de Piraí

Autor: Jacques Burkhardt

Fonte: Hartt: Expedições pelo Brasil Imperial – 1865

89 Título: Fonte tipo Stella no Largo do Pedregulho

Fonte: Fontes D'arte do Rio de Janeiro: Chafarizes e estatuas francesas. Elisabeth Robert-Dehault et al. Lês Editions. De L'Amateur. ASPM – FBM. 2000.

90 Título: Detalhe do chafariz da Praça Comandante Xavier de Brito, na Tijuca.

Fonte: Fontes D'arte do Rio de Janeiro: Chafarizes e estatuas francesas. Elisabeth Robert-Dehault et al. Lês Editions. De L'Amateur. ASPM – FBM. 2000.

91 Título: Arquitetura de São Luís - MA

Autor: Christian Knepper (fotografia)

96 e 97 Título: "Mauritius".

Autor: JohannesVingboons

Fonte: Original manuscrito do Atlas de J. Vingboons, do Algemeen Rijksarchief, Haia. Mostra o rio São Francisco e, ao fundo, a vila de Penedo e o forte ali construído pelos holandeses.

98 Título: Fachada do Teatro Municipal de São Paulo.

Autor: Desconhecido

99 Título: "St. Vincente" – São Vicente 1624.

Autor: Desconhecido

Fonte: Ilustração do livro Reys-boeck. O livro apresenta uma estampa em que estão, lado a lado, Rio de Janeiro e São Vicente. São dois desenhos e uma só estampa. Por razões práticas, aqui só está o lado de São Vicente. A gravura mostra as ilhas de São Vicente e de Santo Amaro e os três canais da Baixada Santista: Barreiro, Casqueiro e Bertioga.

100 Título: "St. Vincente" – São Vicente 1615

Autor: Joris van Spilbergen

Fonte: Ilustração do livro de Joris van Spilbergen denominado "Minoir Oost e West Indical". Foi utilizado o exemplar do acervo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo.

101 Título: Fonte pública na rua Frei Caneca - 1827

Autor: Emeric Essex Vidal

Fonte: Visões do Rio na coleção Geyer - Curadora Geral – Maria de Lourdes Parreiras Horta. Petrópolis: Museu Imperial; Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2000.

102 Título: Igarassú. 1612

Autor: Frans Post.

Fonte: Bresil Baroque. Maurice Pianzola. Banco do Brasil S.A. 1983

89 Título: Fonte tipo Stella no Largo do Pedregulho

Fonte: Fontes D'arte do Rio de Janeiro: Chafarizes e estatuas francesas. Elisabeth Robert-Dehault et al. Lês Editions. De L'Amateur. ASPM – FBM. 2000.

90 Título: Detalhe do chafariz da Praça Comandante Xavier de Brito, na Tijuca.

Fonte: Fontes D'arte do Rio de Janeiro: Chafarizes e estatuas francesas. Elisabeth Robert-Dehault et al. Lês Editions. De L'Amateur. ASPM – FBM. 2000.

91 Título: Arquitetura de São Luís - MA

Autor: Christian Knepper (fotografia)

96 e 97 Título: "Mauritius".

Autor: JohannesVingboons

Fonte: Original manuscrito do Atlas de J. Vingboons, do Algemeen Rijksarchief, Haia. Mostra o rio São Francisco e, ao fundo, a vila de Penedo e o forte ali construído pelos holandeses.

98 Título: Fachada do Teatro Municipal de São Paulo.

Autor: Desconhecido

99 Título: "St. Vincente" – São Vicente 1624.

Autor: Desconhecido

Fonte: Ilustração do livro Reys-boeck. O livro apresenta uma estampa em que estão, lado a lado, Rio de Janeiro e São Vicente. São dois desenhos e uma só estampa. Por razões práticas, aqui só está o lado de São Vicente. A gravura mostra as ilhas de São Vicente e de Santo Amaro e os três canais da Baixada Santista: Barreiro, Casqueiro e Bertioga.

100 Título: "St. Vincente" – São Vicente 1615

Autor: Joris van Spilbergen

Fonte: Ilustração do livro de Joris van Spilbergen denominado "Minoir Oost e West Indical". Foi utilizado o exemplar do acervo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo.

101 Título: Fonte pública na rua Frei Caneca - 1827

Autor: Emeric Essex Vidal

Fonte: Visões do Rio na coleção Geyer - Curadora Geral – Maria de Lourdes Parreiras Horta. Petrópolis: Museu Imperial; Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2000.

102 Título: Igarassú. 1612

Autor: Frans Post.

Fonte: Bresil Baroque. Maurice Pianzola. Banco do Brasil S.A. 1983

104 Título: "Fluvius Grandis" – Natal - 1639

Autor: Frans Post.

Fonte: Gravura que ilustra o livro de Barlaeus, estampa nº. 30. Exemplar na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Mostra a foz do Rio Potenji e a fortaleza dos Reis Magos.

105 Título: Viagem ao Brasil

Autor: Alexandre Rodrigues Ferreira

Fonte: Prospecto do desmonte de terra da Lavra de Ouro do Sargento José Paes Falcão das Neves no Arrayal de S. Jose de Cocaes da Villa do Cuyaba.

106 Título: "Fluvius Grandis" – Natal - 1639

Autor: Frans Post.

Fonte: Gravura que ilustra o livro de Barlaeus, estampa nº. 30. Exemplar na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Mostra a foz do Rio Potenji e a fortaleza dos Reis Magos.

108 Título: "Parayba" – Cidade da Paraíba (João Pessoa) - 1647

Autor: Frans Post.

Fonte: Gravura que ilustra o livro de Barlaeus, estampa nº. 27. Exemplar na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. O desenho mostra a cidade assentada sobre uma colina, à margem do rio, aparecendo na parte superior os seus edifícios principais.

109 Título: Sem título

Autor: Jacques Burkhardt

Fonte: Hartt: Expedições pelo Brasil Imperial - 1865

110 Título: Viagem ao Brasil

Autor: Alexandre Rodrigues Ferreira

Fonte: Prospecto da Lavagem de Ouro na Fábrica de minerar. Sargento José Paes Falcão das Neves no Arrayal de S. Jose da Villa do Cuyaba.

116 Título: Detalhe do retábulo da capela-mor da igreja de São Francisco de Assis da Penitencia.

Fonte: Ouro Preto, MG.

117 Título: Imagem de santo do Aleijadinho

Fonte: Aleijadinho e seu Tempo - Fé, Engenho e Arte (Centro Cultural do Banco do Brasil)

118 Título: Aguadeira

Ilustração: Victor Papaleo

119 Título: Rio São Francisco

Fonte: Desconhecida

104 Título: "Fluvius Grandis" – Natal - 1639

Autor: Frans Post.

Fonte: Gravura que ilustra o livro de Barlaeus, estampa nº. 30. Exemplar na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Mostra a foz do Rio Potenji e a fortaleza dos Reis Magos.

105 Título: Viagem ao Brasil

Autor: Alexandre Rodrigues Ferreira

Fonte: Prospecto do desmonte de terra da Lavra de Ouro do Sargento José Paes Falcão das Neves no Arrayal de S. Jose de Cocaes da Villa do Cuyaba.

106 Título: "Fluvius Grandis" – Natal - 1639

Autor: Frans Post.

Fonte: Gravura que ilustra o livro de Barlaeus, estampa nº. 30. Exemplar na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Mostra a foz do Rio Potenji e a fortaleza dos Reis Magos.

108 Título: "Parayba" – Cidade da Paraíba (João Pessoa) - 1647

Autor: Frans Post.

Fonte: Gravura que ilustra o livro de Barlaeus, estampa nº. 27. Exemplar na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. O desenho mostra a cidade assentada sobre uma colina, à margem do rio, aparecendo na parte superior os seus edifícios principais.

109 Título: Sem título

Autor: Jacques Burkhardt

Fonte: Hartt: Expedições pelo Brasil Imperial - 1865

110 Título: Viagem ao Brasil

Autor: Alexandre Rodrigues Ferreira

Fonte: Prospecto da Lavagem de Ouro na Fábrica de minerar. Sargento José Paes Falcão das Neves no Arrayal de S. Jose da Villa do Cuyaba.

116 Título: Detalhe do retábulo da capela-mor da igreja de São Francisco de Assis da Penitencia.

Fonte: Ouro Preto, MG.

117 Título: Imagem de santo do Aleijadinho

Fonte: Aleijadinho e seu Tempo - Fé, Engenho e Arte (Centro Cultural do Banco do Brasil)

118 Título: Aguadeira

Ilustração: Victor Papaleo

119 Título: Rio São Francisco

Fonte: Desconhecida

120 Título: Platz in Rio de Janeiro (Largo, Chafariz e Igreja de Sta. Rita), 1844 (Praça do Rio de Janeiro)

Fonte: Aquarela sobre papel, 25,7x36,4cm. Staatliche Museen Zu Berlin, Alemanha

121 Título: Poste de luz em Ouro Preto

Ilustração: Victor Papaleo

122 Título: Ponte Santa Izabel sobre o rio Capibaribe 1876

Autor: Marc Ferraz

Fonte: Marcus Vinicius de Freitas. Hartt: Expedições pelo Brasil Imperial 1865-1878.

123 Título: Vista de Recife, incluindo a antiga fortaleza de Picão, tirada do alto do Farol da Barrra. 1875

Autor: Marc Ferraz

Fonte: Marcus Vinicius de Freitas. Hartt: Expedições pelo Brasil Imperial 1865-1878.

124 Título: Igreja em Catas Altas, MG

Autor: Marcelo Terraza (fotografia)

125 Título: Porto Suape – Recife, PE - Brasil.

Autor: Ricardo Tavares (fotografia)

126 Título: Cultural Center BANDEPE – Recife historical building of the Cultural Center Bandepe in Recife-PE

Autor: Sebastiao Figueira (fotografia)

127 Título: "CAERTE VANDE HAVEN VAN" – Recife - 1644

Autor: Johannes Vingboons

Fonte: Original manuscrito do Algemeen Rijkarchief, Haia. A imagem mostra os projetos para aperfeiçoamento do Recife, elaborados ao tempo de Maurício de Nassau.

128 Título: Deste marco partem as distancias para todas as terras de Pernambuco.

Fonte: Afonso Lima (fotografia)

129 Título: Museu Brennand, Recife, Pernambuco, Brasil.

Autor: Marcelo Terraza (fotografia)

130 Título: Arquitetura da cidade de Recife, Pernambuco.

Autor: Desconhecido

131 Título: Casas na Rua Aurora em Recife, Pernambuco

Fonte: Brazil: North, South, East, West. Editora Talento.

132 Título: Arquitetura da cidade e detalhe da Câmara Legislativa de Recife, Pernambuco.

Fonte: Brazil: North, South, East, West. Editora Talento.

120 Título: Platz in Rio de Janeiro (Largo, Chafariz e Igreja de Sta. Rita), 1844 (Praça do Rio de Janeiro)

Fonte: Aquarela sobre papel, 25,7x36,4cm. Staatliche Museen Zu Berlin, Alemanha

121 Título: Poste de luz em Ouro Preto

Ilustração: Victor Papaleo

122 Título: Ponte Santa Izabel sobre o rio Capibaribe 1876

Autor: Marc Ferraz

Fonte: Marcus Vinicius de Freitas. Hartt: Expedições pelo Brasil Imperial 1865-1878.

123 Título: Vista de Recife, incluindo a antiga fortaleza de Picão, tirada do alto do Farol da Barrra. 1875

Autor: Marc Ferraz

Fonte: Marcus Vinicius de Freitas. Hartt: Expedições pelo Brasil Imperial 1865-1878.

124 Título: Igreja em Catas Altas, MG

Autor: Marcelo Terraza (fotografia)

125 Título: Porto Suape – Recife, PE - Brasil.

Autor: Ricardo Tavares (fotografia)

126 Título: Cultural Center BANDEPE – Recife historical building of the Cultural Center Bandepe in Recife-PE

Autor: Sebastiao Figueira (fotografia)

127 Título: "CAERTE VANDE HAVEN VAN" – Recife - 1644

Autor: Johannes Vingboons

Fonte: Original manuscrito do Algemeen Rijkarchief, Haia. A imagem mostra os projetos para aperfeiçoamento do Recife, elaborados ao tempo de Maurício de Nassau.

128 Título: Deste marco partem as distancias para todas as terras de Pernambuco.

Fonte: Afonso Lima (fotografia)

129 Título: Museu Brennand, Recife, Pernambuco, Brasil.

Autor: Marcelo Terraza (fotografia)

130 Título: Arquitetura da cidade de Recife, Pernambuco.

Autor: Desconhecido

131 Título: Casas na Rua Aurora em Recife, Pernambuco

Fonte: Brazil: North, South, East, West. Editora Talento.

132 Título: Arquitetura da cidade e detalhe da Câmara Legislativa de Recife, Pernambuco.

Fonte: Brazil: North, South, East, West. Editora Talento.

133 Título: Vista da cidade atual de Recife, Pernambuco.

Autor: Helmut Kemper

134 Título: São Francisco

Ilustração: Victor Papaleo

135 Título: Arquitetura da cidade de Recife, Pernambuco.

Autor: Desconhecido

136 Título: Igreja em Ouro Preto, MG.

Autor: Desconhecido

137 Título: Vista da cidade de Recife, Pernambuco.

Autor: Desconhecido

138 Título: Vista da cidade de Recife, Pernambuco.

Autor: Desconhecido

139 Título: Janela decorativa, Recife, PE

Autor: Desconhecido

140 e 141 Título: "Olinda" – Olinda - 1647

Autor: Frans Post.

Fonte: Gravura que ilustra o livro de Barlaeus, estampa nº. 10. Exemplar na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. A estampa mostra Olinda vista do mar, tendo à direita o Colégio dos Jesuítas (A), ao centro a matriz (B) e à esquerda o Convento dos Carmelitas (D).

149 Título: Description of view in South América, from original drawings made in Brazil. London: Thomas McLean 1852

Autor: William Gore Ouseley

Fonte: Visões do Rio na coleção Geyer - Curadora Geral – Maria de Lourdes Parreiras Horta. Petrópolis: Museu Imperial; Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2000.

150 Título: A passagem da frota de Lord Clive pelo Rio de Janeiro, em setembro de 1764.

Autor: Dominique Serres

Fonte: Visões do Rio na coleção Geyer - Curadora Geral – Maria de Lourdes Parreiras Horta. Petrópolis: Museu Imperial; Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2000.

155 Título: "Rio de Ianeira" – São Sebastião do Rio de Janeiro 1602

Autor: Desconhecido

Fonte: Original manuscrito da Bibliothèque Nationale, Paris. A cidade do Rio de Janeiro é mostrada sobre o Morro do Castelo e suas edificações aparecem divididas em duas partes, sobre dois morros.

133 Título: Vista da cidade atual de Recife, Pernambuco.

Autor: Helmut Kemper

134 Título: São Francisco

Ilustração: Victor Papaleo

135 Título: Arquitetura da cidade de Recife, Pernambuco.

Autor: Desconhecido

136 Título: Igreja em Ouro Preto, MG.

Autor: Desconhecido

137 Título: Vista da cidade de Recife, Pernambuco.

Autor: Desconhecido

138 Título: Vista da cidade de Recife, Pernambuco.

Autor: Desconhecido

139 Título: Janela decorativa, Recife, PE

Autor: Desconhecido

140 e 141 Título: "Olinda" – Olinda - 1647

Autor: Frans Post.

Fonte: Gravura que ilustra o livro de Barlaeus, estampa nº. 10. Exemplar na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. A estampa mostra Olinda vista do mar, tendo à direita o Colégio dos Jesuítas (A), ao centro a matriz (B) e à esquerda o Convento dos Carmelitas (D).

149 Título: Description of view in South América, from original drawings made in Brazil. London: Thomas McLean 1852

Autor: William Gore Ouseley

Fonte: Visões do Rio na coleção Geyer - Curadora Geral – Maria de Lourdes Parreiras Horta. Petrópolis: Museu Imperial; Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2000.

150 Título: A passagem da frota de Lord Clive pelo Rio de Janeiro, em setembro de 1764.

Autor: Dominique Serres

Fonte: Visões do Rio na coleção Geyer - Curadora Geral – Maria de Lourdes Parreiras Horta. Petrópolis: Museu Imperial; Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2000.

155 Título: "Rio de Ianeira" – São Sebastião do Rio de Janeiro 1602

Autor: Desconhecido

Fonte: Original manuscrito da Bibliothèque Nationale, Paris. A cidade do Rio de Janeiro é mostrada sobre o Morro do Castelo e suas edificações aparecem divididas em duas partes, sobre dois morros.

156 Título: Fragata em uma tormenta diante do Pão de Açúcar, entrando no porto do RJ – 1816.

Autor: Emeric Essex Vidal.

Fonte: Visões do Rio na coleção Geyer - Curadora Geral - Maria de Lourdes Parreiras Horta. Petrópolis: Museu Imperial; Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2000.

159 Título: Aguadeira

Ilustração: Victor Papaleo

160 Título: Igreja da Glória -1835

Autor: Emeric Essex Vidal.

Fonte: Visões do Rio na coleção Geyer - Curadora Geral - Maria de Lourdes Parreiras Horta. Petrópolis: Museu Imperial; Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2000.

161 Título: Vista da Igreja da Glória 1824

Autor: Nicolas Antoine Taunay

Fonte: Visões do Rio na coleção Geyer - Curadora Geral - Maria de Lourdes Parreiras Horta. Petrópolis: Museu Imperial; Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2000.

162 Título: Chafariz

Ilustração: Victor Papaleo

163 Título: Entrada do Porto do Rio de Janeiro.

Autor: T. Sydenham

Fonte: Visões do Rio na coleção Geyer - Curadora Geral - Maria de Lourdes Parreiras Horta. Petrópolis: Museu Imperial; Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2000.

164 Título: Grande Aqueduto do Rio de Janeiro.

Autor: William Alexander

Fonte: Visões do Rio na coleção Geyer - Curadora Geral - Maria de Lourdes Parreiras Horta. Petrópolis: Museu Imperial; Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2000.

165 Título: Cascatinha da Tijuca

Autor: Johann Moritz Rugendas

Fonte: Visões do Rio na coleção Geyer - Curadora Geral - Maria de Lourdes Parreiras Horta. Petrópolis: Museu Imperial; Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2000.

166 Título: Fonte pública na rua Frei Caneca

Autor: Emeric Essex Vidal.

Fonte: Visões do Rio na coleção Geyer - Curadora Geral - Maria de Lourdes Parreiras Horta. Petrópolis: Museu Imperial; Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2000.

167 Título: Teatro Municipal do Rio de Janeiro

156 Título: Fragata em uma tormenta diante do Pão de Açúcar, entrando no porto do RJ – 1816.

Autor: Emeric Essex Vidal.

Fonte: Visões do Rio na coleção Geyer - Curadora Geral - Maria de Lourdes Parreiras Horta. Petrópolis: Museu Imperial; Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2000.

159 Título: Aguadeira

Ilustração: Victor Papaleo

160 Título: Igreja da Glória -1835

Autor: Emeric Essex Vidal.

Fonte: Visões do Rio na coleção Geyer - Curadora Geral - Maria de Lourdes Parreiras Horta. Petrópolis: Museu Imperial; Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2000.

161 Título: Vista da Igreja da Glória 1824

Autor: Nicolas Antoine Taunay

Fonte: Visões do Rio na coleção Geyer - Curadora Geral - Maria de Lourdes Parreiras Horta. Petrópolis: Museu Imperial; Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2000.

162 Título: Chafariz

Ilustração: Victor Papaleo

163 Título: Entrada do Porto do Rio de Janeiro.

Autor: T. Sydenham

Fonte: Visões do Rio na coleção Geyer - Curadora Geral - Maria de Lourdes Parreiras Horta. Petrópolis: Museu Imperial; Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2000.

164 Título: Grande Aqueduto do Rio de Janeiro.

Autor: William Alexander

Fonte: Visões do Rio na coleção Geyer - Curadora Geral - Maria de Lourdes Parreiras Horta. Petrópolis: Museu Imperial; Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2000.

165 Título: Cascatinha da Tijuca

Autor: Johann Moritz Rugendas

Fonte: Visões do Rio na coleção Geyer - Curadora Geral - Maria de Lourdes Parreiras Horta. Petrópolis: Museu Imperial; Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2000.

166 Título: Fonte pública na rua Frei Caneca

Autor: Emeric Essex Vidal.

Fonte: Visões do Rio na coleção Geyer - Curadora Geral - Maria de Lourdes Parreiras Horta. Petrópolis: Museu Imperial; Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2000.

167 Título: Teatro Municipal do Rio de Janeiro

173 Título: "Perspectiva da Villa de Victoria/Capitania do Espírito Santo por Joaquim Pantaleão Per.ª da S.ª/ Anno de 1805".

Autor: Joaquim Pantaleão Pereira da Silva

Fonte: Original manuscrito do Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.

174 Título: La Pagelet (sculpt.) e Duché de Vancy (del.)

Fonte: Vue de I´lle de Ste. Catherine. Gravura 25 x 39,5 cm. Ilustração do Alas du voyage de La Pérouse. Coleção Lygia e Newton Carneiro Junior, São Paulo, Brasil.

176 Título: Mapa da Estrada Real

Autor: desconhecido

177 Título: Estrada Real em Diamantina, MG

Autor: Desconhecido

178 Título: Vista aérea de Ouro Preto, MG

Autor: Desconhecido

180 Título: Vista aérea de Ouro Preto, MG

Autor: Desconhecido

182 Título: Arquitetura de Tiradentes, MG

Autor: Desconhecido

183 Título: Igreja em Ouro Preto, MG

Autor: Rodrigo Ortega

184 Título: Goiás Velho, GO

Autor: Eraldo Peres

Fonte: Vila Boa, Bela, Brilha – Cidade de Goiás.

186 Título: Igreja em Goiás Velho, GO

Autor: Eraldo Peres

Fonte: Vila Boa, Bela, Brilha – Cidade de Goiás.

187 Título: Fonte em Goiás Velho, GO

Ilustração: Victor Papaleo

188 Título: Casa em Goiás Velho, GO

Autor: Eraldo Peres

Fonte: Vila Boa, Bela, Brilha – Cidade de Goiás.

189 Título: Fonte em Goiás Velho, GO

Autor: Eraldo Peres

Fonte: Vila Boa, Bela, Brilha – Cidade de Goiás.

190 e 191 Título: Igreja em Goiás Velho, GO

Autor: Eraldo Peres

Fonte: Vila Boa, Bela, Brilha – Cidade de Goiás.

173 Título: "Perspectiva da Villa de Victoria/Capitania do Espírito Santo por Joaquim Pantaleão Per.ª da S.ª/ Anno de 1805".

Autor: Joaquim Pantaleão Pereira da Silva

Fonte: Original manuscrito do Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.

174 Título: La Pagelet (sculpt.) e Duché de Vancy (del.)

Fonte: Vue de I´lle de Ste. Catherine. Gravura 25 x 39,5 cm. Ilustração do Alas du voyage de La Pérouse. Coleção Lygia e Newton Carneiro Junior, São Paulo, Brasil.

176 Título: Mapa da Estrada Real

Autor: desconhecido

177 Título: Estrada Real em Diamantina, MG

Autor: Desconhecido

178 Título: Vista aérea de Ouro Preto, MG

Autor: Desconhecido

180 Título: Vista aérea de Ouro Preto, MG

Autor: Desconhecido

182 Título: Arquitetura de Tiradentes, MG

Autor: Desconhecido

183 Título: Igreja em Ouro Preto, MG

Autor: Rodrigo Ortega

184 Título: Goiás Velho, GO

Autor: Eraldo Peres

Fonte: Vila Boa, Bela, Brilha – Cidade de Goiás.

186 Título: Igreja em Goiás Velho, GO

Autor: Eraldo Peres

Fonte: Vila Boa, Bela, Brilha – Cidade de Goiás.

187 Título: Fonte em Goiás Velho, GO

Ilustração: Victor Papaleo

188 Título: Casa em Goiás Velho, GO

Autor: Eraldo Peres

Fonte: Vila Boa, Bela, Brilha – Cidade de Goiás.

189 Título: Fonte em Goiás Velho, GO

Autor: Eraldo Peres

Fonte: Vila Boa, Bela, Brilha – Cidade de Goiás.

190 e 191 Título: Igreja em Goiás Velho, GO

Autor: Eraldo Peres

Fonte: Vila Boa, Bela, Brilha – Cidade de Goiás.

192 Título: Diamantina, tendo a Praça do Mercado em primeiro plano, a Igreja do Amparo e a Serra dos Cristais ao fundo.

Fonte: Patrimônio Mundial no Brasil – UNESCO

194 Título: Diamantina – Passadiço unindo as duas edificações do Colégio da Glória, século XIX.

Fonte: Patrimônio Mundial no Brasil – UNESCO

195 Título: Diamantina – Rua da Quitanda, com seus generosos beirais e a Biblioteca Antônio Torres, com o único muxarabi completo do Brasil, tendo ao fundo a torre da Catedral de Santo Antônio.

Fonte: Patrimônio Mundial no Brasil – UNESCO

196 Título: Diamantina – Vista da Cidade, com casario da Praça do Mercado.

Fonte: Patrimônio Mundial no Brasil – UNESCO

197 Título: Igreja em Diamantina, MG

Autor: Marcelo Terraza

198 Título: Interior de igreja Ouro Preto, MG

Fonte: Desconhecida

199 Título: Diamantina, tendo a Praça do Mercado em primeiro plano, a Igreja do Amparo e a Serra dos Cristais ao fundo.

Fonte: Patrimônio Mundial no Brasil – UNESCO

200 Título: Arquitetura de Paraty, RJ.

Autor: Desconhecido

202 Título: Arquitetura de Paraty, RJ.

Autor: Desconhecido

203 Título: Arquitetura de Paraty, RJ.

Autor: Desconhecido

204 Título: Decoração de porta

Ilustração: Victor Papaleo

205 Título: Ouro Preto – Praça Tiradentes, tendo ao fundo a antiga Casa de Câmara e Cadeia, atual Museu da Inconfidência.

Fonte: Patrimônio Mundial no Brasil – UNESCO

206 Título: Arquitetura de Pirinópolis, GO.

Autor: Desconhecido

192 Título: Diamantina, tendo a Praça do Mercado em primeiro plano, a Igreja do Amparo e a Serra dos Cristais ao fundo.

Fonte: Patrimônio Mundial no Brasil – UNESCO

194 Título: Diamantina – Passadiço unindo as duas edificações do Colégio da Glória, século XIX.

Fonte: Patrimônio Mundial no Brasil – UNESCO

195 Título: Diamantina – Rua da Quitanda, com seus generosos beirais e a Biblioteca Antônio Torres, com o único muxarabi completo do Brasil, tendo ao fundo a torre da Catedral de Santo Antônio.

Fonte: Patrimônio Mundial no Brasil – UNESCO

196 Título: Diamantina – Vista da Cidade, com casario da Praça do Mercado.

Fonte: Patrimônio Mundial no Brasil – UNESCO

197 Título: Igreja em Diamantina, MG

Autor: Marcelo Terraza

198 Título: Interior de igreja Ouro Preto, MG

Fonte: Desconhecida

199 Título: Diamantina, tendo a Praça do Mercado em primeiro plano, a Igreja do Amparo e a Serra dos Cristais ao fundo.

Fonte: Patrimônio Mundial no Brasil – UNESCO

200 Título: Arquitetura de Paraty, RJ.

Autor: Desconhecido

202 Título: Arquitetura de Paraty, RJ.

Autor: Desconhecido

203 Título: Arquitetura de Paraty, RJ.

Autor: Desconhecido

204 Título: Decoração de porta

Ilustração: Victor Papaleo

205 Título: Ouro Preto – Praça Tiradentes, tendo ao fundo a antiga Casa de Câmara e Cadeia, atual Museu da Inconfidência.

Fonte: Patrimônio Mundial no Brasil – UNESCO

206 Título: Arquitetura de Pirinópolis, GO.

Autor: Desconhecido

207 Título: Arquitetura de Goiás Velho, GO.

Autor: Desconhecido

208 Título: Arquitetura de Goiás Velho, GO.

Autor: Desconhecido

213 Título: Cidade de São Paulo 1821

Autor: Arnaud Julien Pallière

Fonte: Coleção Beatriz e Mário Pimenta Camargo. A igreja e o antigo Colégio dos Jesuítas, transformado em residência do Governador, após a expulsão dos padres.

214 Título: Viagem ao Brasil

Autor: Alexandre Rodrigues Ferreira

Fonte: Prospecto das Canoas em que navegarão os Empregados na Expedição Filosófica pelos Rios Cuyaba, S. Lourenço, Paraguay e Jaurú.

215 Título: Tropeiros

Fonte: Tropeiros pobres de Minas, 1823. MEA 277 Coleção Museu Castro Maya, Rio de Janeiro.

217 Título: Sem título

Autor: Jacques Burkhardt

Fonte: Hartt: Expedições pelo Brasil Imperial - 1865

218 Título: Sunqua – Panorama da Baía do Rio de Janeiro (da ilha de Villegaignon à praia da Lapa e Morro de Santa Teresa) 1830.

Fonte: Visões do Rio na coleção Geyer - Curadora Geral – Maria de Lourdes Parreiras Horta. Petrópolis: Museu Imperial; Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2000.

219 Título: Ouro Preto – Praça Tiradentes, tendo ao fundo a antiga Casa de Câmara e Cadeia, atual Museu da Inconfidência.

Fonte: Patrimônio Mundial no Brasil – UNESCO

220 Título: Vista do Saco da Gamboa – 1840

Autor: Abraham Louis Buvelot

Fonte: Visões do Rio na coleção Geyer - Curadora Geral – Maria de Lourdes Parreiras Horta. Petrópolis: Museu Imperial; Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2000.

222 Título: Fonte em São Paulo, SP.

Autor: Desconhecido

224 Título: Arquitetura de São Paulo, SP.

Autor: Desconhecido

225 Título: Antigo Chafariz da Praça XVI – Centro do Rio de Janeiro, RJ

Autor: Desconhecido

227 Título: Vista aérea de São Paulo, SP.

Autor: Desconhecido

228 Título: Arquitetura de São Paulo, SP.

Autor: Desconhecido

230 Título: Arquitetura de São Paulo, SP.

Autor: Desconhecido

207 Título: Arquitetura de Goiás Velho, GO.

Autor: Desconhecido

208 Título: Arquitetura de Goiás Velho, GO.

Autor: Desconhecido

213 Título: Cidade de São Paulo 1821

Autor: Arnaud Julien Pallière

Fonte: Coleção Beatriz e Mário Pimenta Camargo. A igreja e o antigo Colégio dos Jesuítas, transformado em residência do Governador, após a expulsão dos padres.

214 Título: Viagem ao Brasil

Autor: Alexandre Rodrigues Ferreira

Fonte: Prospecto das Canoas em que navegarão os Empregados na Expedição Filosófica pelos Rios Cuyaba, S. Lourenço, Paraguay e Jaurú.

215 Título: Tropeiros

Fonte: Tropeiros pobres de Minas, 1823. MEA 277 Coleção Museu Castro Maya, Rio de Janeiro.

217 Título: Sem título

Autor: Jacques Burkhardt

Fonte: Hartt: Expedições pelo Brasil Imperial - 1865

218 Título: Sunqua – Panorama da Baía do Rio de Janeiro (da ilha de Villegaignon à praia da Lapa e Morro de Santa Teresa) 1830.

Fonte: Visões do Rio na coleção Geyer - Curadora Geral – Maria de Lourdes Parreiras Horta. Petrópolis: Museu Imperial; Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2000.

219 Título: Ouro Preto – Praça Tiradentes, tendo ao fundo a antiga Casa de Câmara e Cadeia, atual Museu da Inconfidência.

Fonte: Patrimônio Mundial no Brasil – UNESCO

220 Título: Vista do Saco da Gamboa – 1840

Autor: Abraham Louis Buvelot

Fonte: Visões do Rio na coleção Geyer - Curadora Geral – Maria de Lourdes Parreiras Horta. Petrópolis: Museu Imperial; Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2000.

222 Título: Fonte em São Paulo, SP.

Autor: Desconhecido

224 Título: Arquitetura de São Paulo, SP.

Autor: Desconhecido

Manufacture des Gobelins
Les Pêcheurs (Os Pescadores), Paris.
Tapeçaria 293x300 cm, série Nouvelles Indes
Coleção Beatriz e Mario Pimenta Camargo, São Paulo, Brasil.

"Os contornos clássicos dos índios brasileiros, em relação com a natureza exuberante, estão na tapeçaria intitulada "Os Pescadores", encontrada na Coleção Beatriz e Mario Pimenta Camargo em São Paulo, Brasil".

Lês deux têtes du centre de la fontaine du Largo de Marilia 1759 Ouro Preto, MG.

"A construção das fontes foi um símbolo de manifestação do enriquecimento urbano dos antigos acampamentos mineiros. Elas se tornaram um ícone monumental. Ouro Preto conta com vinte fontes, todas construídas no século XVIII salvo uma que data de 1806."

Largo, Chafariz e Igreja de Sta. Rita, 1844. Praça do Rio de Janeiro
Aquarela sobre papel, 25,7x36,4cm
Staatliche Museen Zu Berlin, Alemanha.

"Na Praça do Rio de Janeiro, a fachada da Igreja de Santa Rita se impõe pela frontalidade, pela luz, estando entre as duas fugas, e entre o chafariz e o grupo de procissão do Divino. Os negros, vistos em contraluz, tornam-se silhuetas. Aquarela pertencente ao Staatliche Museen, de Berlim, e é datada da primera viagem realizada por Eduard Hildebrandt ao Brasil".

Manufacture des Gobelins
Les Pêcheurs (Os Pescadores), Paris.
Tapeçaria 293x300 cm, série Nouvelles Indes
Coleção Beatriz e Mario Pimenta Camargo, São Paulo, Brasil.

"Os contornos clássicos dos índios brasileiros, em relação com a natureza exuberante, estão na tapeçaria intitulada "Os Pescadores", encontrada na Coleção Beatriz e Mario Pimenta Camargo em São Paulo, Brasil".

Lês deux têtes du centre de la fontaine du Largo de Marilia 1759 Ouro Preto, MG.

"A construção das fontes foi um símbolo de manifestação do enriquecimento urbano dos antigos acampamentos mineiros. Elas se tornaram um ícone monumental. Ouro Preto conta com vinte fontes, todas construídas no século XVIII salvo uma que data de 1806."

Largo, Chafariz e Igreja de Sta. Rita, 1844. Praça do Rio de Janeiro
Aquarela sobre papel, 25,7x36,4cm
Staatliche Museen Zu Berlin, Alemanha.

"Na Praça do Rio de Janeiro, a fachada da Igreja de Santa Rita se impõe pela frontalidade, pela luz, estando entre as duas fugas, e entre o chafariz e o grupo de procissão do Divino. Os negros, vistos em contraluz, tornam-se silhuetas. Aquarela pertencente ao Staatliche Museen, de Berlim, e é datada da primera viagem realizada por Eduard Hildebrandt ao Brasil".

BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. "O Brasil dos viajantes." Editora Objetiva e Metalivros. São Paulo: 1999.

Pianzola, Maurice. "Bresil Baroque" Banco do Brasil S.A. 1983

BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. "O Brasil dos viajantes." Editora Objetiva e Metalivros. São Paulo: 1999.

Título: Quitandeiras do Largo do Paço – 1848
Autor: C. J. Martins
Fonte: Visões do Rio na coleção Geyer - Curadora Geral - Maria de Lourdes Parreiras Horta. Petrópolis: Museu Imperial; Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2000.

Título: Quitandeiras do Largo do Paço – 1848
Autor: C. J. Martins
Fonte: Visões do Rio na coleção Geyer - Curadora Geral - Maria de Lourdes Parreiras Horta. Petrópolis: Museu Imperial; Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2000.